

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE ECONOMIA**

**Ricardo Hussein Nahra Hammoud**

**O *WELFARE STATE* E A INTEGRAÇÃO ECONÔMICA:  
TRAJETÓRIAS, MUDANÇAS E RESILIÊNCIAS**

**Porto Alegre**

**2013**

**Ricardo Hussein Nahra Hammoud**

**O *WELFARE STATE* E A INTEGRAÇÃO ECONÔMICA:  
TRAJETÓRIAS, MUDANÇAS E RESILIÊNCIAS**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Economia, com ênfase em Economia do Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Andre Moreira Cunha

**Porto Alegre**

**2013**

Hammoud, Ricardo Hussein Nahra  
O welfare state e a integração econômica:  
trajetórias, mudanças e resiliências / Ricardo Hussein  
Nahra Hammoud. -- 2013.  
235 f.

Orientador: Andre Moreira Cunha.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,  
Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre,  
BR-RS, 2013.

1. Welfare State. 2. Integração Econômica. 3.  
Instituições. 4. União Europeia. I. Cunha, Andre  
Moreira, orient. II. Título.

**Ricardo Hussein Nahra Hammoud**

**O WELFARE STATE E A INTEGRAÇÃO ECONÔMICA:  
TRAJETÓRIAS, MUDANÇAS E RESILIÊNCIAS**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Economia, com ênfase em Economia do Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Andre Moreira Cunha

Aprovada em: Porto Alegre, 11 de junho de 2013.

---

Prof. Dr. Andre Moreira Cunha – Orientador  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

---

Prof. Dr. Gentil Corazza  
Universidade de Chapecó

---

Prof. Dr. Carlos Eduardo Carvalho  
Pontifícia Universidade Católica – PUC/SP

---

Prof. Dr. Ricardo Dahtein  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

A todos aqueles que me ajudaram com apoio, conhecimento e compreensão na realização desta tese.

We are going to die, and that makes us the lucky ones. Most people are never going to die because they are never going to be born. The potential people who could have been here in my place but who will in fact never see the light of day outnumber the sand grains of Sahara. Certainly those unborn ghosts include greater poets than Keats, scientists greater than Newton. We know this because the set of possible people allowed by our DNA so massively outnumbers the set of actual people. In the teeth of these stupefying odds it is you and I, in our ordinariness, that are here. We privileged few, who won the lottery of birth against all odds, how dare we whine at our inevitable return to that prior state from which the vast majority have never stirred?

Richard Dawkins, *Unweaving the Rainbow*, 1998

Dai-me liberdade para saber, para falar e para discutir livremente, de acordo com a consciência, acima de todas as liberdades.

John Milton, *Areopagítica*, 1644

Reason and Ignorance, the opposites of each other, influence the great bulk of mankind. If either of these can be rendered sufficiently extensive in a country, the machinery of Government goes easily on. Reason obeys itself; and Ignorance submits to whatever is dictated to it.

Thomas Paine, *The Rights of Man*, 1791

## RESUMO

O presente estudo tenta compreender as causas das trajetórias divergentes de três diferentes modelos de *Welfare State*: o liberal, o conservador/corporativista e o social-democrata. Para tanto são selecionados três países que representam tipos ideais destes modelos: Reino Unido, França e Suécia, respectivamente. São utilizadas as ferramentas do institucionalismo com o objetivo de estabelecer uma relação entre o enraizamento dos valores em cada sociedade selecionada e suas instituições formais. As trajetórias são analisadas no contexto de uma crescente integração econômica e da pressão da União Europeia para a convergência dos modelos de proteção social. Pode-se perceber a partir da pesquisa que alguns modelos de *Welfare State* são mais resilientes que outros e que as trajetórias são dependentes das trajetórias passadas (*path dependency*). Os modelos e suas transformações refletem os valores socio-culturais dos países selecionados, e essa relação não determinística faz a convergência das políticas sociais, objetivo da União Europeia, difícil e improvável de ser realizada no curto/médio prazo. Para a análise dos valores culturais são usadas as respostas dos questionários da *World Values Survey*. A partir destes dados, é estabelecida a relação entre a cultura/valores e os indicadores socioeconômicos relacionados com o *Welfare State*. O trabalho busca demonstrar que o *Welfare State* é um reflexo de um processo cumulativo e que o objetivo das instituições supranacionais de convergência dos modelos vai enfrentar restrições institucionais.

**Palavras-chave:** *Welfare State*. Instituições. Integração Econômica. Trajetórias. União Europeia.

## ABSTRACT

The present study tries to understand the causes of the divergent trajectories of three different models of *Welfare State*: the liberal, the conservative/corporatist and the social-democratic. To reach this goal it is selected three countries that are ideal types of these models: United Kingdom, France and Sweden respectively. Using the tools of the institutionalism is established a relationship of the embeddedness of the values in each selected society and its formal institutions. The trajectories are analyzed in the context of an increasing economic integration and pressure from the European Union to converge the models of social protection. It can be perceived from the research that some models of *Welfare State* are more resilient than others and that the trajectories are path dependents. The models and its transformations reflect the cultural embeddedness in the selected countries, and this non deterministic relationship makes the convergence of the social policies aimed by the European Union difficult and improbable in the short/medium term. To analyze the cultural values it is used as proxies the answers from questionnaires in the World Values Survey. From these data is established the relationship between the culture/values and the socioeconomic indicators related to the *Welfare State*. The work found out that the *Welfare State* is a reflection of a cumulative process and that the aim of the supranational institutions to converge the models will face institutional constraints.

**Keywords:** *Welfare State*. Institutions. Economic Integration. Path Dependency. European Union.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Contribuições sociais em economias selecionadas, 1995-2011 (% do PIB) ...	65
Gráfico 2 – Taxa de inflação em economias selecionadas, 1960-2011 (% ao ano).....	71
Gráfico 3 – Crescimento do PIB em economias selecionadas, 1960-2011 (% em relação ao ano anterior) .....	68
Gráfico 4 – Taxa de juros real em economias selecionadas, 1961-2011 (em % ao ano) ..	69
Gráfico 5 – Total da receita de impostos em relação ao PIB em economias selecionadas, 1965-2011 (em %).....	70
Gráfico 6 – Consumo final do governo central em economias selecionadas, 1960-2011 (% do PIB).....	71
Gráfico 7 – Taxa de Desemprego em economias selecionadas, 1980 – 2010 (em %).....	73
Gráfico 8 – População com mais de 65 anos em economias selecionadas, 1960-2010 (% da população total) .....	74
Gráfico 9 – Abertura Comercial (Importação + Exportação/PIB) em economias selecionadas (%) .....	80
Gráfico 10 – Resultado Conta Corrente em economias selecionadas, 1970-2010 (% do PIB).....	81
Gráfico 11 – Taxa de variação anual da produtividade do trabalho em economias selecionadas, 1990-2010 (em %).....	82
Gráfico 12 – Escassez de trabalho: pessoas mais velhas devem ser forçadas a se aposentar – respostas dos países selecionados em 1990 (%) .....	128
Gráfico 13 – Gastos com aposentadoria em economias selecionadas, 1998-2009 (% PIB)	129
Gráfico 14 – Proporção de pessoas com mais de 64 anos em relação aos de 15-64 anos em economias selecionadas, 1960-2010 (%) .....	130
Gráfico 15 – Grau de ceticismo em relação a UE em países selecionados, ano (em % da população).....	135
Gráfico 16 – Escassez de trabalho: os empregadores devem dar prioridade às pessoas da (nação) com respeito aos imigrantes (%) .....	138
Gráfico 17 – Índice Gini depois de impostos e transferências em economias selecionadas, 1975-2009.....	143
Gráfico 18 – Índice Gini antes de impostos e transferências em países selecionados, 1975-2009 .....	144
Gráfico 19 – A renda deve ser mais igualitária? (1990) (%) .....	146

<b>Gráfico 20 – A renda deve ser mais igualitária? (1996/1999) (%) .....</b>	<b>146</b>
<b>Gráfico 21 – A renda deve ser mais igualitária? (2006) (%) .....</b>	<b>147</b>
<b>Gráfico 22 – Chegada de imigrantes por ano, 2000-2010 (número de imigrantes – 10<sup>3</sup>) ...</b>	<b>149</b>
<b>Gráfico 23 – Importância de se eliminar grandes diferenças de renda (1999) (%).....</b>	<b>152</b>
<b>Gráfico 24 – Importância de garantir necessidades básicas para todos (1999) (%) .....</b>	<b>153</b>
<b>Gráfico 25 – Taxa de Pobreza em economias selecionadas, 1975-2009 (% da população com renda menor que 50% da renda média corrente) .....</b>	<b>154</b>
<b>Gráfico 26 – Gasto público com políticas ativas de trabalho em economias selecionadas, 2003-2010 (% do PIB) .....</b>	<b>158</b>
<b>Gráfico 27 – Trabalho é um dever para a sociedade (1999) (%) .....</b>	<b>160</b>
<b>Gráfico 28 – Gasto com seguro desemprego em relação ao PIB em economias selecionadas, 1980-2009(em %).....</b>	<b>161</b>
<b>Gráfico 29 – Grau de Proteção do empregado da OECD – países selecionados, 1990-2009.....</b>	<b>163</b>
<b>Gráfico 30 – Dívida Líquida do Governo nas economias selecionadas (1997-2010) (% do PIB).....</b>	<b>166</b>
<b>Gráfico 31 – Gasto total em Política Social nas economias selecionadas (1980-2012) (% do PIB).....</b>	<b>167</b>
<b>Gráfico 32 – Alíquota média do imposto de renda nas economias selecionadas (2000-2010) (% da renda).....</b>	<b>169</b>

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1 – Emprego da população de 55-64 anos em países selecionados (% dos trabalhadores que se mantiveram no mercado de trabalho) .....</b>	<b>43</b>
<b>Tabela 2 – Valores patrimoniais dos fundos de pensão em economias selecionadas, 2009 (%PIB) .....</b>	<b>80</b>
<b>Tabela 3 – Taxa de emprego da população de 55-64 anos em economias selecionadas, 1990-2010 (%) .....</b>	<b>81</b>
<b>Tabela 4 – Taxa Nairu nos países selecionados e na área do Euro, 1998-2011 (%) .....</b>	<b>105</b>
<b>Tabela 5 – Taxa de emprego da população de 55-64 anos em economias selecionadas, 1990-2010 (%) .....</b>	<b>116</b>
<b>Tabela 6 – Proporções de pessoas com mais de 64 anos em relação aos de 15-64 anos em economias selecionadas, 2000-2050* (em %) .....</b>	<b>130</b>
<b>Tabela 7 – Taxa de desemprego x Flexibilidade no mercado de trabalho .....</b>	<b>164</b>

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEE	Comunidade Econômica Europeia
CEJ	Corte Europeia de Justiça
EES	<i>European Employment Strategy</i>
ETUC	<i>European Trade Union Confederation</i>
EU	<i>European Union</i>
EUA	Estados Unidos da América
LO	<i>Landsorganisationen i Sverige</i> (central sindical sueca)
MISSOC	<i>Mutual Information System on Social Protection/Social Security</i>
OECD	<i>Organisation for Economic Co-operation and Development</i>
OMC	<i>Open Method of Coordination</i>
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PAYG	<i>pay-as you-go</i>
PIB	Produto Interno Bruto
SAF	<i>Svenska Arbetsgivareföreningen</i> (sindicato patronal sueco)
SAP	<i>Sveriges socialdemokratiska arbetareparti</i> (Partido Social Democrata sueco)
SGM	Segunda Guerra Mundial
UE	União Europeia

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>2</b>	<b>O <i>WELFARE STATE</i> NA EUROPA OCIDENTAL: ORIGENS E TRAJETÓRIAS.....</b>	<b>25</b>
2.1	INTRODUÇÃO.....	25
2.2	ORIGENS E DEFINIÇÕES DO <i>WELFARE STATE</i> .....	26
2.3	OS TRÊS MODELOS DE <i>WELFARE STATE</i> .....	36
<b>2.3.1</b>	<b>Tipologia e instituições .....</b>	<b>36</b>
<b>2.3.2</b>	<b>O fim de <i>Bretton Woods</i> e o <i>Welfare State</i> na Europa Ocidental.....</b>	<b>41</b>
2.4	DISTINTAS TRAJETÓRIAS: UMA APROXIMACAO AOS CASOS DO REINO UNIDO, DA FRANÇA E DA SUÉCIA.....	46
<b>2.4.1</b>	<b>Reino Unido.....</b>	<b>46</b>
<b>2.4.2</b>	<b>França .....</b>	<b>50</b>
<b>2.4.3</b>	<b>Suécia .....</b>	<b>55</b>
2.5	CARACTERÍSTICAS INSTITUCIONAIS DOS MODELOS: CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS.....	64
2.6	DESEMPREGO, PREVIDÊNCIA E COMÉRCIO INTERNACIONAL: O <i>WELFARE STATE</i> NA EUROPA NAS DÉCADAS DE 1990 E 2000.....	72
<b>2.6.1</b>	<b>Desemprego e previdência .....</b>	<b>72</b>
<b>2.6.2</b>	<b>Abertura comercial, globalização e o <i>Welfare State</i>.....</b>	<b>80</b>
2.7	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	83
<b>3</b>	<b>A UNIÃO EUROPEIA E AS POLÍTICAS SOCIAIS.....</b>	<b>85</b>
3.1	INTRODUÇÃO.....	85
3.2	ORIGENS DA UE E AS TEORIAS DE INTEGRAÇÃO .....	86
3.3	A INTEGRAÇÃO ECONÔMICA E MONETÁRIA E O <i>WELFARE STATE</i> .....	96
3.4	O TRATADO DE LISBOA: EMPREGO, APOSENTADORIA E O OMC .....	105
<b>3.4.1</b>	<b>O OMC e a questão do emprego .....</b>	<b>105</b>
<b>3.4.2</b>	<b>O OMC e as reformas nas aposentadorias .....</b>	<b>111</b>
3.5	DIVERGÊNCIAS E CONVERGÊNCIAS DAS TRAJETÓRIAS NO ÂMBITO DA UE.....	114
3.6	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	120

<b>4</b>	<b>A UNIÃO EUROPEIA E OS MODELOS DE <i>WELFARE STATE</i>: TRAJETÓRIAS E IMPACTOS.....</b>	<b>122</b>
4.1	INTRODUÇÃO.....	122
4.2	PERCEPÇÕES, VALORES E AS TRAJETÓRIAS DO <i>WELFARE STATE</i> .....	124
<b>4.2.1</b>	<b>Valores, demografia e a trajetória das aposentadorias na UE .....</b>	<b>124</b>
<b>4.2.2</b>	<b>Percepções sobre a UE e as trajetórias da Suécia, França e Reino Unido .....</b>	<b>132</b>
4.3	DESIGUALDADE E TRANSFERÊNCIA DE RENDA .....	142
<b>4.3.1</b>	<b>Pobreza relativa e pobreza absoluta: percepções na UE .....</b>	<b>153</b>
4.4	POLÍTICAS DE EMPREGO, POLÍTICA ECONÔMICA E A UE .....	158
<b>4.4.1</b>	<b>Políticas ativas de emprego na UE .....</b>	<b>158</b>
<b>4.4.2</b>	<b>Política fiscal e gasto social na UE.....</b>	<b>165</b>
4.5	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	171
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>173</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>183</b>
	<b>ANEXOS .....</b>	<b>200</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O *Welfare State*, uma das mais significativas instituições das economias desenvolvidas, cujas origens remontam ao século XIX, desenvolveu-se na Europa Ocidental, a partir da segunda metade do século XX, e foi responsável por promover mudanças nas relações estabelecidas entre mercado, Estado e sociedade, ajudando a moldar o padrão de desenvolvimento econômico e social de diversos países. Embora existam diferentes modelos de *Welfare State*, essa instituição<sup>1</sup>, de modo geral, surgiu a partir de demandas de cidadãos, que consideravam que o Estado deveria intervir em áreas onde o mercado era percebido como deficiente. Em áreas tão distintas como serviços de saúde e educação, desemprego e aposentadoria, se desenvolveu um Estado provedor que deveria garantir alguns direitos básicos aos cidadãos. Para grande parte da população, o governo além de promover o pleno emprego, deveria implementar programas sociais capazes de atender a tais necessidades.

A partir da década de 1970, e mais acentuadamente a partir da década de 1990, os modelos de proteção social passaram a sofrer restrições financeiras, ideológicas, demográficas e políticas. Tais tendências se deram de maneira concomitante à evolução da União Europeia, complexa instituição supranacional, e ao aumento da interdependência entre os Estados Nacionais. Partindo dessa perspectiva, o presente estudo tem por objetivo avaliar as trajetórias do *Welfare State* à luz da integração europeia e os seus impactos nos diferentes modelos de *Welfare State* na Europa Ocidental. Para tanto, realizar-se-á uma análise comparativa da evolução do *Welfare State* em três países da União Europeia (doravante UE), a saber: Suécia, França e Reino Unido.

Nos últimos 20 anos, o *Welfare State* da Europa Ocidental vem sofrendo constantes transformações em função de importantes mudanças sociais, demográficas, econômicas e políticas (que serão delineadas no capítulo 2). Essas mudanças estão associadas, tanto ao processo de integração das economias como ao estágio de desenvolvimento das nações envolvidas. Levando-se em consideração todos esses aspectos, tenta-se desvendar, neste trabalho, quais foram as causas das divergências das trajetórias nesses arranjos institucionais, e como esses arranjos foram afetados pela evolução do processo de integração europeia. Além disso, demonstrar-se-á que as trajetórias díspares dos modelos de *Welfare State* dos países considerados fizeram com que os mesmos sofressem impactos distintos ao longo do processo de evolução da UE. Tentar-se-á demonstrar que o conceito de *embeddedness* (enraizamento

---

<sup>1</sup> Na pesquisa, o termo instituição será utilizado para tanto para instituições informais como o *Welfare State* como para instituições formais como o parlamento ou o sistema de previdência de determinado país.

dos valores) é fundamental para perceber porque existem resiliências e mudanças cumulativas no processo de transformação desses modelos de *Welfare State*.

A análise proposta exige, como primeiro passo, a apresentação dos diferentes tipos de *Welfare State* existentes na Europa. Para tanto, serão utilizados, como referência, os conceitos expostos no livro *The Three Worlds of Welfare Capitalism*. Neste livro, Esping-Andersen (1990) divide em três tipos os *Welfare States* nos países capitalistas desenvolvidos:

- a) liberal, exemplificado na Europa pelo Reino Unido e caracterizado por modestas transferências de renda;
- b) conservador/corporativista, como os da Alemanha e França, em que o status das políticas sociais para cada cidadão é diferenciado, dependendo da contribuição do mesmo, e o impacto redistributivo é considerado pequeno e
- c) social-democrata, adotado pelos países nórdicos, caracterizado por políticas sociais universais e por ser “descomotizado”, isto é, não ligado ao mercado. Nesse último tipo, a igualdade encontra-se em altos níveis e os serviços são utilizados pela classe média.

Os diferentes modelos de *Welfare State* tiveram trajetórias que, na maioria das vezes, foram não-convergentes. Essa tendência de não-convergência manteve-se mesmo com a entrada em vigor dos diversos tratados da UE, que tentaram padronizar diversas áreas de atuação do Estado Nacional. Tais tratados propuseram a criação de padrões de gasto público, política monetária, leis trabalhistas e de união aduaneira. No entanto, os impactos das medidas mostraram-se distintos, pois o arcabouço institucional de cada modelo adotado foi formado de modo diferente. Em grande parte dos países que adotaram o *Welfare State*, o arcabouço de proteção social atingiu seu ápice em fins da década de 1960. Nesse momento, a integração europeia engatinhava, e as políticas fiscais, cambiais, monetárias e trabalhistas de cada país eram independentes. A partir da década de 1990, começam a se aprofundar algumas medidas como a abertura da conta capital e financeira dos países, a redução das tarifas aduaneiras, e existe uma tendência de coordenação da política monetária dentro da Europa Ocidental. Todos esses processos ocorreram concomitantemente com a evolução da UE e o aumento da interdependência entre os Estados Nacionais.

O aumento da supranacionalidade, no qual os Estados Nacionais perdem parte da soberania, pressupõe que os Estados, além de seus interesses, também atuem de acordo com os interesses comunitários. Nesse sentido, o resultado dessa intersecção (entre as mudanças

socioeconômicas e a integração europeia) variou de país para país. Os países tinham diferentes formas de financiamento de seu sistema de proteção social e alguns modelos sofreram mudanças mais profundas que outros. Essa diferença de trajetórias se deveu, principalmente, ao distinto substrato ideológico/cultural de cada país. Essa relação, como será mostrada durante a pesquisa, é mais evidente nos sistemas previdenciários, principal mecanismo de distribuição de renda do *Welfare State* (ESPING-ANDERSEN, 1990; PESTIEAU, 2006).

Diversas mudanças, como a diminuição do desemprego, o envelhecimento da população, o aumento da inflação e a aceleração do fluxo migratório, que iniciaram na década de 1970, e acentuaram-se nas décadas de 1980 e 1990, trouxeram dificuldades para o financiamento do sistema de proteção social que era baseado no modelo de repartição. O modelo anterior, que era baseado no pleno emprego, no crescimento com baixa inflação e no constante aumento de produtividade, foi gradualmente se adaptando a essa nova conjuntura (IVERSEN, 2001; PESTIEAU, 2006; VISSER, 2000).

Com o aumento do desemprego, manter mais trabalhadores inativos tornou-se mais dispendioso. Além disso, menos trabalhadores ativos significaram a diminuição da base de contribuição, e a conseqüente dificuldade de financiamento do sistema de aposentadorias. Com esse quadro, a sustentação do *Welfare State* se tornou um desafio crescente, no âmbito desse modelo de repartição. Sendo o capital, os bens e o trabalho de livre circulação pelos países da UE, um aumento de imposto para financiamento de alguns benefícios, também se tornou mais difícil de ser implementado. Ao aumentarem os impostos, os países estariam sujeitos a perder recursos e investimentos, que poderiam ser transferidos para países com carga tributária menor. Nesse contexto, existe a possibilidade de um *race to the bottom* em que os países, para atraírem recursos, diminuiriam os impostos e os benefícios. Num cenário como esse, o sistema de proteção social e o *Welfare State* se tornariam difíceis de serem sustentados e tenderiam a se desfigurar gradualmente.

Sem o controle de sua moeda (no caso dos países que adotam o Euro) ou sem poder usar uma política fiscal expansionista, governos que não quiserem cortar muitos seus gastos sociais precisam apoiar-se numa taxa mais elevada ou em uma política de comércio exterior mais agressiva. Uma forte política exportadora foi a base para a sustentação das políticas sociais de muitos países. O caso clássico é o da Suécia, onde a ampla rede de proteção social esteve apoiada, não só nos altos impostos, como também em uma agressiva política de exportação muitas vezes calcada na desvalorização cambial (DRUCKER, 1994).

Com o surgimento do euro, porém, países que o adotaram, não puderam mais contar com a política de desvalorização cambial para aumentar as exportações.

Essa política era utilizada na tentativa de se elevar o superávit da balança comercial, a fim de manter um alto gasto governamental com políticas públicas. Com a integração econômica, a alternativa seria os governos passarem a contar com impostos mais elevados. Mas, em um mercado comum, como citado acima, o capital tende a migrar para países com menor taxaço. Dessa forma, a carga tributária como forma de sustentação do *Welfare State* também foi posta em xeque. Ademais, nos países da Europa Ocidental, a indústria passou a não criar mais empregos como antes; as atividades do setor de serviços passaram a ser cada vez mais determinantes na dinâmica do mercado de trabalho e a inovação tecnológica tornou-se cada vez mais crucial para a economia. Essa tendência modificou os padrões de proteção social que existiram na segunda metade do século XX. Como destacado por Esping-Andersen, já em 2003 (p. 2):

Technological transformation and the dominance of service employment provoke major changes in the social risk structure, creating a wholly new set of societal winners and losers. The standard production worker and the low-skilled could by and large count on a decently paid and secure job in the welfare capitalist era. This is unlikely to be the case in the twenty-first century.

Embora o *Welfare State* tenha sofrido diversas mudanças desde o seu surgimento, sistemas baseados nessa instituição não acabaram. Cada *Welfare State* nacional reagiu de maneira peculiar aos novos paradigmas. Todos os países que se empenharam na reforma de seus sistemas de proteção social mantiveram nos objetivos de sua atuação a manutenção de serviços públicos que ofereçam a seus cidadãos proteção contra inseguranças e eventos negativos. Como afirma Hemerijck (2002, p. 173):

The vocabulary of reform in most Member States [da UE] is couched in terms of a solidaristic commitment that society will not abandon those who fail. The preference for minimum guaranteed resources is widely accepted by European publics and deeply entrenched in policy programmes and institutions.

Parte dos cidadãos da UE não estava disposta a ceder direitos conquistados durante a era de bonança do capitalismo<sup>2</sup>. A tentativa de reforma do sistema de pensões foi

---

<sup>2</sup> Os benefícios sociais do *Welfare State* são, ainda hoje, muito populares eleitoralmente e diversas pesquisas feitas pela Comissão Européia corroboram essa observação (EUROPEAN COMMISSION, 2008).

acompanhado de protestos em diversos países na década de 1990 e 2000 e uma parte considerável do eleitorado ainda é muito ligado ao *Welfare State*.

Porém, muitos poderes que antes se concentravam no Estado nacional foram transferidos para a UE. Como será exposto, na UE embora exista um parlamento eleito, este não tem, por ora, um poder decisório muito grande, nem atua fortemente sobre a legislação social. O arcabouço de proteção social que foi implementado pela pressão política dos cidadãos, fez com que a democracia e a participação popular ligassem parte dos europeus à idéia de que o *Welfare State* os protege e os diferencia de cidadãos sem uma proteção mínima do Estado.

Pierson (2001, p. 411) afirma que: “*In market democracies, voters play a crucial role. Implementing and sustaining policy reforms over time generally requires electoral vindication. Voters however, remain strongly attached to the welfare state*”<sup>3</sup> Para o autor, os eleitores relutam em aceitar a diminuição de benefícios adquiridos. No entanto, os eleitores dos Estados Nacionais têm pouca influência sobre as políticas supranacionais europeias. Esse descompasso, que Scharpf (2006) vê como um déficit democrático da UE, é um desafio para o aprofundamento da integração. A UE ainda não tem uma política pública supranacional e os eleitores não se veem representados pela burocracia em Bruxelas.

Atualmente, em grande parte dos países da UE, os defensores do *Welfare State* ainda são maioria. Como aponta Pierson (2001, p. 416): “*The essential point is that Welfare States face severe strains and they retain deep reservoirs of political support*”.

No entanto, mudanças vêm ocorrendo por diferentes vetores que afetam sua estrutura e financiamento. A profundidade das mudanças depende da trajetória de construção e consolidação do *Welfare State*. Embora seja possível se falar em um “modelo europeu”, o escopo do *Welfare State* varia por toda a Europa e o impacto da UE foi distinto em cada um deles. O *Welfare State*, em seus distintos modelos, tem trajetórias que refletem os valores enraizados em cada sociedade. Cada país tem distintas trajetórias que vão criar caminhos e possibilidades diferentes para reforma e readequação de seus sistemas de proteção social.

A grande dificuldade em um estudo como este é perceber se as pressões sobre o *Welfare State* vêm da contemporânea globalização ou integração econômica, ou da maior supranacionalidade dentro da UE. Não se pode demarcar uma clara linha divisória entre esses dois campos. Uma lógica está permeando a outra. Contudo, há instituições europeias que lidam diretamente ou tem uma grande influência indireta nas questões sociais e isso demarca melhor a relação EU/*Welfare State*. Como afirmam Hennessy e Warin (2004), a literatura

---

refrente ao *Welfare State* na Europa é vasta<sup>4</sup>. No entanto, a literatura que mescla os dois temas (*Welfare State* e UE) é incipiente (GINGRICH, 2011), o que a torna um terreno amplo e desafiador a ser explorado. Assim, a presente tese busca contribuir para o avanço do conhecimento nessa interface em particular. Tenta-se mostrar como em diversos casos a convergência buscada pelas instituições supranacionais vai de encontro aos valores enraizados nos modelos de proteção social. Para a análise desses valores, são utilizadas *proxies* através de respostas dos questionários realizados pelo *World Values Survey*. Esses questionários são realizados periodicamente e refletem, de maneira imperfeita, como os cidadãos observam a atuação do Estado na economia, como a sociedade deve se organizar e qual o grau de ação coletiva que cada país considera adequado. Esping-Andersen (1990), Pierson (2001) e Jo (2011) pesquisaram a relação entre os valores da sociedade e o *Welfare State*. Essa pesquisa pretende aprofundar esse entendimento, buscando apresentar os resultados desse enraizamento nas políticas públicas, à luz da integração econômica europeia.

Para atingir os objetivos propostos, parte-se da perspectiva da economia política institucionalista, que é um dos mais profícuos campos de estudo para se entender os processos de mudanças socioeconômicas da atualidade<sup>5</sup>. O *Welfare State* é uma das instituições que ajudaram a moldar a economia e a sociedade europeia da segunda metade do século XX. Para entendermos as mudanças e as pressões que o *Welfare State* tem sofrido, um dos fatores que deve ser levado em consideração é o processo de mudanças institucionais que ocorreu com a integração europeia. A análise das trajetórias institucionais e a interação entre as instituições formais e informais será o caminho buscado por essa pesquisa para entender as causas das transformações e resiliências dos modelos de *Welfare State*.

O conceito de instituições é amplamente usado nos diversos campos de pesquisa das ciências sociais. Uma definição influente é aquela apresentada por North (1991, p. 97), que

---

<sup>4</sup> “*The Portuguese EU presidency has put in place a new European architecture for social policy, something that could one day be considered Europe’s “Maastricht” for the welfare state. The welfare state is a notion covered in the economic literature as well as the European economic integration, but the combination of the two is still brand new. A major reason to study the welfare state harmonization or coordination comes from the costs of a non-converging Europe. Indeed, it seems important to question whether regional asymmetric shocks were also related to different levels*”. (HENNESSY; WARIN, 2004).

<sup>5</sup> A economia política institucionalista é uma escola econômica antiga que tem suas origens nos escritos de Veblen (1899), Mitchell (1931) e Commons (1934). Pode-se considerar que Adam Smith seja um precursor dessa tradição. Na pesquisa, utiliza-se, sobretudo, a ênfase da nova Economia Institucional que tem como próceres Coase (1937), Williamson (1991, 2000) e o principal autor utilizado aqui que é North (1990, 1991, 1993). Mais recentemente é possível destacar trabalhos como o de Acemoglu e Robinson (2012). Para tal tradição, para se entender a economia é preciso estudar as instituições e sua relação com a sociedade e o mercado.

sustenta que as instituições representam as restrições (formais ou informais), humanamente construídas e que moldam a interação entre os indivíduos:

Institutions are the humanly devised constraints that structure political, economic and social interaction. They consist of both informal constraints (sanctions, taboos, customs, traditions, and codes of conduct), and formal rules (constitutions, laws, property rights).

Para North (1991), no nascimento da Europa moderna, período que vai do século XI ao XVI, diversas mudanças institucionais ocorrem, com destaque para:

- (i) a diminuição dos custos de informação;
- (ii) o aumento da mobilidade do capital e dispersão do risco; e
- (iii) um aparato jurídico-legal, que evitava o arbítrio do príncipe e era mais rigoroso na aplicação dos contratos.

Isso permitiu o aumento da escala econômica e possibilitou à Europa Ocidental a tomada da dianteira econômica. Os passos que essas economias tomaram acabaram por facilitar seu desenvolvimento econômico e facilitaram uma trajetória que desembocou na Revolução Industrial e na promoção do crescimento econômico pela Europa Ocidental. A partir de um contexto histórico, North (1991) desenvolve um marco teórico para a análise das mudanças institucionais, visando a entender como as sociedades e suas economias evoluíram.

North (1991, 1993) explica como as escolhas feitas no passado podem, incrementalmente, permitir que os agentes tenham opções de escolhas com maiores recompensas econômicas. Os processos de *path dependence* e mudança incremental, como destacados por North, já eram observados por Schumpeter (1982) na dinâmica de desenvolvimento econômico: “Todo processo concreto de desenvolvimento repousa finalmente sobre o desenvolvimento precedente”.

O conceito de *path dependence* está ligado à ideia de que existe algum grau de dependência no desempenho econômico atual em razão de parâmetros inicialmente escolhidos no passado (NORTH, 1990, 1991, 1993). Portanto, acontecimentos do passado influenciariam, embora não de forma determinística, o padrão de desenvolvimento futuro. Argumenta-se aqui que o *Welfare State* acabou tendo um poder de se reestruturar e reimpôr de tempos em tempos, pois a população, ao perceber os benefícios de determinados direitos sociais, passou a exigir e demandar novos direitos e expansão dos antigos (PIERSON, 2001).

Analisando o trabalho de Douglass C. North, Pierson (2001, p. 414), importante estudioso do *Welfare State* e precursor da utilização do conceito de *path dependence* para explicar a manutenção e mudanças dessa instituição, afirma que:

Recent work on path dependence has emphasized the ways in which initial social outcomes concerning institutional, organizational, or policy design – even suboptimal ones-can become self-reinforcing over time.

A partir dessas perspectivas, assume-se como hipótese que a dependência da trajetória e a especificidade de cada modelo vão explicar o motivo pelo qual alguns modelos modificaram-se, enquanto outros se mantiveram resilientes. Para atingir este objetivo, visa-se analisar como os valores ajudam a moldar as políticas públicas em cada país, e como este substrato cultural é fundamental nas transformações e permanência dos modelos de *Welfare State*.

Ademais, na tentativa de se entender a UE e seus impactos sobre *Welfare State*, é preciso analisar as trajetórias das instituições europeias e nacionais: o contexto com base no qual elas foram criadas, como elas funcionam e como são afetadas pela UE. Esping-Andersen (1996, p. 6) afirma que: “*One of the most powerful conclusions in comparative research is that political and institutional mechanisms of interest representation matters and political consensus-building matter tremendously in terms of managing welfare, employment and growth objectives*”.

Tentar-se-á durante essa pesquisa demonstrar que existem três elementos que se referem às instituições que são observáveis:

- (i) o padrão durável e estável de relação entre os indivíduos;
- (ii) o grupo de regras que expressa um tipo de poder, as restrições desse poder e como ele incentiva ou impõe determinados comportamentos; e
- (iii) uma série de valores que parte ou a maioria da sociedade compartilha.

Esses três elementos interagem entre si e ajudam a moldar tanto as instituições nacionais como as supranacionais.

O institucionalismo vai de encontro à teoria do *rational choice* (atores buscando seu interesse em um contexto *value free*). Os valores, as preferências e os *trade-offs* que os agentes econômicos enfrentam são distintos nos diversos agrupamentos sociais. Esses mesmos *trade-offs* e incentivos mudam ao longo do tempo e, por isso, a análise das trajetórias

é importante. Segundo North (1991), as regras formais e informais transformam crenças em estruturas econômicas e políticas. Os países da Europa Ocidental têm tradições filosóficas, econômicas e sociais distintas. Estas diferentes tradições criaram padrões de proteção social distintos. Para Pestieau (2006), as tradições social-democrata, corporativista e liberal remetem a diferentes pensadores que influenciaram fortemente a construção de instituições nesses países. A social-democrata teria sido fortemente influenciada por Rousseau (2002), a liberal por Locke (2001) e a corporativista por Hobbes (1991). Essas influências não apenas moldaram os modelos de *Welfare State*, como também têm fornecido distintos incentivos para as adaptações ocorridas nesses modelos, em um contexto socioeconômico distinto daquele em que o *Welfare State* se desenvolveu.

A integração europeia é um projeto que engloba perspectivas políticas, econômicas e ideológicas, em diferentes estágios históricos (CARPORASO, 2000). Seu efeito no arcabouço institucional do *Welfare State* envolveu mudanças de governança, de incentivos econômicos e, mais gradualmente, de percepções sobre a supranacionalidade. Os valores e as ideologias das sociedades enfatizam certos comportamentos dentro daquele grupo, e a importância que cada país dá para mercado ou Estado varia. Por exemplo, existe uma grande diferença na valoração que cada sociedade faz de “liberdade econômica” ou de “proteção social e maior igualdade”. Esses valores acabam refletindo-se nas instituições formais e, portanto, as instituições formais e informais, nesse processo, acabam se reforçando. Como observa Steinmo (2001), as instituições moldam a arena política e o processo decisório, pois influenciam os desejos e as aspirações dos atores sociais, mostrando o que é possível e desejável e moldando as preferências.

Para Williamson (2000), existem quatro níveis para a análise social. No nível quatro, está a alocação de preços e quantidades, com fundamentos de (micro) economia neoclássica ou a economia marginalista. No nível três, estão os contratos ou, nas palavras de Williamson (2000), a *governance*, em que opera a economia dos custos de transação. No nível dois, há o contexto institucional, as instituições formais, jurídicas, sociais e econômicas, no qual opera a economia política institucionalista. Por fim, no nível um, estão as instituições informais, a cultura e as tradições da sociedade. Essa pesquisa pretende demonstrar que a UE e o *Welfare State* são instituições que operam no nível dois. Ao ocorrerem mudanças nas estruturas formais dessas instituições, ocorrem importantes mudanças no nível três. Com a entrada dos diversos tratados e diretivas da UE, os contratos e a ordenação jurídica dentro dos Estados nacionais modificaram-se. Conforme Mattli (1999), a UE é muito bem-sucedida, pois estabeleceu uma série de “regras” que são hierarquicamente superiores às leis domésticas e

diretamente aplicáveis aos Estados membros da União. As leis mudam, os incentivos também, e a forma como se dá a governança adapta-se a essa nova realidade.

Os sistemas de proteção social, que estavam amparados por instituições nacionais que refletiam os valores da sociedade, acabaram sendo transformados por mudanças nas instituições formais supranacionais. Alterações no nível institucional um são mudanças mais lentas, pois essa é a trajetória observada no processo de mudança dos valores da sociedade, que são mais enraizados. Tais valores das sociedades são exógenos na explicação, mas afetam diretamente a trajetória das instituições nacionais.

As trajetórias, quando se iniciam baseadas em caminhos distintos, tendem à divergência. A convergência remete ao equilíbrio, a um estado estático. Como se pretende demonstrar na presente análise, mudanças institucionais, na maioria das vezes, criam desequilíbrios que tendem a levar a divergências, ponto que será enfatizado ao longo da pesquisa. Mudança institucional e desenvolvimento econômico, nesse sentido, são sinônimos. Como sustenta Schumpeter (1982, p. 47):

O desenvolvimento, no sentido em que o tomamos, é um fenômeno distinto, inteiramente estranho ao que pode ser observado no fluxo circular ou na tendência para o equilíbrio. É uma mudança espontânea e descontínua nos canais de fluxo, perturbação do equilíbrio, que altera e desloca para sempre o estado de equilíbrio previamente existente.

O desempenho econômico, partindo dessa abordagem, está intimamente ligado às instituições. São elas que, através do tempo, vão produzir as trajetórias que determinarão o sucesso, o fracasso ou a resiliência das mesmas. Vale destacar que nem sempre uma mudança institucional traz uma melhora na performance econômica. Algumas instituições aumentam a eficiência econômica e geram crescimento econômico e outras, menos adaptadas, vão gerar menos eficiência econômica. Essa é uma visão evolucionária do processo de desenvolvimento econômico. Veblen (1899), precursor do institucionalismo norte-americano, já em fins do século XIX, sustentava que a seleção natural das instituições era o que moldava a estrutura socioeconômica do país.

Como Dawkins (1982; 1986; 2009) faz questão de enfatizar, a evolução por seleção natural é um processo de mudança cumulativa, na qual pequenas mudanças no decorrer do tempo causam mudanças significativas no final de um longo período. No caso da economia política, cada indivíduo, ou organização, vai tomando decisões nas quais os *trade-offs* apresentados, vão cambiando de acordo com a trajetória. Cada decisão presente depende da

decisão anterior. No *Welfare State*, isso é mais facilmente percebido, com as mudanças que vem ocorrendo desde a década de 1970.

Como já mencionado, algumas instituições são mais resilientes que outras. O *Welfare State* é uma dessas instituições. Pierson (2001) mostra como o *Welfare State* na Europa Ocidental, mesmo em um ambiente econômico pouco favorável, conseguiu manter diversas de suas características principais. Em alguns países essa resiliência é maior e em outras os processos de mudanças são mais profundos. Do ponto de vista metodológico e seguindo a hipótese previamente formulada, assume-se aqui que entender as instituições europeias relacionadas aos modelos de *Welfare State* é o melhor caminho para se compreender essas as distintas trajetórias dos mesmos.

A partir da abordagem do *Welfare State* de Esping-Andersen, esta tese sugere que alguns países têm *Welfare State* mais resilientes do que outros. Através da análise dos dados e das trajetórias, buscar-se-á demonstrar que a principal causa dessa resiliência é o enraizamento dos valores que existe nos distintos países. Os três modelos tendem a trajetórias divergentes em relação ao grau de proteção social, financiamento do *Welfare State*, desigualdade de renda e nível de desemprego. Nesses três países selecionados houve mudanças com os diversos tratados europeus em vigor. Esses tratados – sobretudo o de Maastricht em 1992 e o de Lisboa (proposto em 2000 e assinado em 2007) – afetaram as leis nacionais e suas políticas macroeconômicas.

Esses modelos têm origens culturais e valores distintos. Existem também fontes de financiamento e benefícios que variam de país para país. Pretende-se mostrar ao longo da pesquisa que, mesmo com uma política macroeconômica que em muitos países parecem convergir, os modelos de proteção social não o fazem. Embora as diretrizes da UE tentem harmonizá-los, esses três modelos de *Welfare State* tem características distintas que parecem levar a diferentes respostas às mudanças institucionais causadas pelas instituições da UE.

A pesquisa vai, por meio da análise das trajetórias, contribuir para um melhor entendimento da relação entre valores e políticas públicas. Esse campo de pesquisa já explorado por autores como North (1991; 1993), Williamsom (2000), ainda não foi devidamente explorado em sua relação com o *Welfare State* e com a integração econômica. Esping-Andersen (1990; 1999) demonstrou como os valores e as instituições acabaram criando modelos diferentes de *Welfare State*. Pierson (2001) procurou argumentar que os fatores institucionais e culturais são importantes na manutenção de certas características dos modelos. Jo (2011) recentemente tentou colocar a questão da cultura em primeiro plano. O presente estudo busca aprofundar esse entendimento utilizando um estudo de caso com países

que mais se aproximem dos modelos descritos por Esping-Andersen (1990). Ao tentar entender as relações existentes entre políticas públicas e valores, tenta-se entender as resiliências e as transformações nos modelos de proteção social e nos resultados socioeconômicos dos mesmos.

Após esta Introdução, no Capítulo 2 analisa-se mais detalhadamente o *Welfare State* na Europa Ocidental. São escrutinados sua origem, seu desenvolvimento e as diferenças encontradas entre eles. Ali são apresentadas suas principais definições, as distintas trajetórias dos três países selecionados e quais as principais transformações pelas quais esses países tem passado nas últimas duas décadas, principalmente no setor previdenciário. São apresentados os principais modelos, suas características e alguns indicadores das convergências e divergências das trajetórias desses modelos, a partir da década de 1990. No Capítulo 3, após uma introdução histórica sobre a UE, verifica-se quais são as restrições, pressões e oportunidades que a UE exerceu e ofereceu às políticas sociais de seus membros. Realiza-se uma análise das novas formas de se criar diretrizes para tentativa de uniformização do *Welfare State*. Neste capítulo se detalha os diversos tratados que se seguiram à criação da UE e as estratégias das instituições supranacionais para lidar com as divergências do *Welfare State*. Tenta-se mostrar que a UE, a partir da década de 1990 tenta através de mecanismos, convergir e harmonizar as políticas públicas dos países membros.

No Capítulo 4, escrutinam-se os dados das trajetórias dos três países e seus *Welfare States*. Após comparar-se a trajetória desses modelos, tenta-se demonstrar como os valores enraizados nesses países ajudaram a moldar as trajetórias dos mesmos. Nessa capítulo são apresentados os resultados do questionário do *World Values Survey*. E, a partir da análise dos mesmos, busca-se relaciona-los com as inflexões nas trajetórias e as resiliências. Por fim, a Conclusão sumariza os resultados da pesquisa e tenta mostrar a validade das hipóteses levantadas.

## 2 O *WELFARE STATE* NA EUROPA OCIDENTAL: ORIGENS E TRAJETÓRIAS

I am not advocating a morality based on evolution. I am saying how things have evolved. I am not saying how we humans morally ought to behave.

Richard Dawkins, *The Selfish Gene*, 1976

### 2.1 INTRODUÇÃO

O Capítulo 2 traz as principais definições do *Welfare State* e seu desenvolvimento colocado em um contexto histórico. Por meio da caracterização do período do pós-Segunda Guerra Mundial (SGM) busca-se demonstrar que o *Welfare State* foi uma das principais instituições que se desenvolveram nesse momento de transformação socioeconômica europeia. Na Seção 2. 3, são escrutinados os diferentes modelos que foram criados pelos países da Europa Ocidental na Era de Ouro do Capitalismo, que corresponde ao quarto de século, após a SGM. Na Seção posterior, utiliza-se a tipologia desenvolvida por Esping-Andersen (1990) em seu livro *The Three Worlds of Welfare Capitalism*, que agrupa os *Welfare States* em três diferentes modelos. Após o detalhamento e discussão crítica dessa tipologia, são estudadas as respostas que esses diferentes modelos de *Welfare State* deram à crise que se abateu sobre os países da Europa Ocidental após o choque do petróleo e o fim de *Bretton Woods*.

A partir da análise dos três modelos de *Welfare State*, são selecionados três países que correspondem a três tipos ideais<sup>6</sup>, e, a partir dessa escolha, os mesmos são utilizados para a realização de um estudo de caso com a finalidade de se demonstrar que suas trajetórias têm diversos aspectos que são divergentes. A análise é baseada nas instituições formais e informais desses países. De acordo com os valores enraizados nessas sociedades, desenvolveram-se políticas públicas que refletiam os ideais da maioria da sociedade. Os *Welfare States* do Reino Unido, da Suécia e da França desenvolveram-se e seguiram trajetórias que correspondiam a esses valores.

As trajetórias desses países são analisadas separadamente, focando no período que vai de 1945 até 1990, período de expansão e ajustes do *Welfare State*. Após essa análise, a Seção

---

<sup>6</sup> O conceito de tipos ideais foi elaborado por Max Weber (2008). A análise por tipos ideais consiste em uma ferramenta das ciências sociais que utiliza tipos puros, que não precisam ter correspondência precisa na realidade, para a análise de como se organiza a sociedade. Os tipos ideais servem como instrumentos para se estudar conceitos e criar modelos teóricos que busquem apresentar as principais características de determinadas estruturas socioeconômicas.

posterior faz uma síntese dos modelos de *Welfare State* trazendo as similaridades e as diferenças entre eles, até década de 1990.

Nas duas últimas Seções, a pesquisa foca-se nos desafios contemporâneos dos *Welfare States*, como as mudanças demográficas, a abertura comercial e financeira e as mudanças demográficas e laborais enfrentadas por esses países. As principais mudanças deram-se no sistema previdenciário. Desde a década de 1980, os países foram respondendo de forma distinta aos desafios colocados pelo envelhecimento da população, pela queda na arrecadação, pelo aumento na taxa de desemprego e pela maior mobilidade dos trabalhadores na Europa. A Seção termina por mostrar que a maior integração econômica, que se acentua na década de 1990, acelera ainda mais as mudanças socioeconômicas, que já vinham ocorrendo no *Welfare State*, desde a década de 1970.

## 2.2 ORIGENS E DEFINIÇÕES DO *WELFARE STATE*

O moderno *Welfare State* teve suas origens nas políticas estatais adotadas pelos países europeus, a partir do século XIX. Ao longo desse período, o processo de consolidação de nações como Alemanha e Itália esteve diretamente relacionado ao maior comprometimento dos governantes com a implementação de um sistema de proteção social. Inicialmente, como no sistema alemão, os benefícios ofertados pelo Estado caracterizavam-se por serem corporativistas e diferenciados, conforme a posição social ocupada pelo indivíduo.

Nesse contexto, apesar de considerar que a origem do *Welfare State* moderno remonta ao modelo adotado pela monárquica Alemanha Bismarckiana, alguns autores afirmam que o surgimento e a consolidação do *Welfare State* estiveram intimamente associados ao processo de democratização das sociedades. De acordo com Flora e Heidenheimer (1981, p. 21):

The real beginning of the modern Welfare State, however, had to await the transformation of the absolutist state into mass democracy in the last third of the nineteenth century, after a variable intermediary period of liberal democracy with restricted suffrage.

A nova democracia de massa que se expandiu na Europa Ocidental, sobretudo a partir do terceiro quartil do século XIX, permitiu o aparecimento de diversos movimentos populares e partidos social-democratas, socialistas ou trabalhistas que unificaram e deram maior participação política aos trabalhadores, aumentando seu poder de barganha. Em meados da década de 1870, verificam-se o surgimento de dois tipos de demanda por proteção social:

(i) mais radical ou socialista, defendia além da transferência de recursos por meio de impostos, a transferência, também, da propriedade privada para a coletividade por meio do Estado;

(ii) a outra, concorrendo com a visão anterior, advogada pelos partidos democrata-cristãos, liberais e até conservadores, defendia benefícios que dessem algum tipo de proteção social ou aliviassem a pobreza sem contudo, mudar a estrutura de propriedade (BRIGGS, 2006; ESPING-ANDERSEN, 1990; FLORA; HEIDENHEIMER, 1981).

No Reino Unido, durante a era vitoriana em fins do século XIX, a tradição liberal permitia que os indivíduos que realmente necessitassem gozassem de algum benefício social fornecido pelo Estado, que culminou com o *National Insurance Act* em 1911. Nesse momento criou-se o seguro desemprego e aposentadorias para pessoas acima de 70 anos (BARR, 2001). Esses benefícios eram *means tested*, ou seja, para ter acesso a eles os cidadãos deveriam comprovar a real necessidade do auxílio como meio de sobrevivência. Esse tipo de política pública era, portanto, muito ligada à ideia de alívio da pobreza, ou seja, tinha como objetivo principal dar um alívio à pobreza absoluta. De acordo com Esping-Andersen (1990), como apenas os realmente necessitados recorriam aos benefícios oferecidos, o Estado acabava por incentivar os demais a buscarem no mercado de trabalho os meios para melhorar as condições de subsistência.

O conjunto de políticas sociais, que vigorou até o início do século XX, entretanto, ainda não caracterizava o que se denominou, posteriormente, de *Welfare State*, pois os objetivos pretendidos com a aplicação dessas políticas eram diversos. Na Alemanha, por exemplo, servia para demarcar o status social de cada indivíduo na sociedade. No Reino Unido, por outro lado, servia para separar aqueles que conseguiam seu sustento no mercado de trabalho dos que não conseguiam.

No fim dos anos 1880, Charles Booth e sua assistente Beatrice Webb começaram um estudo sobre a exclusão social na Inglaterra. Eram os pioneiros estudos acadêmicos que viriam esquadrihar o problema da pobreza absoluta e do aumento da desigualdade. Em 1909, Beatrice Webb, dando prosseguimento ao estudo iniciado junto de seu orientador, produziu o *Minority Report to the Royal Commission on the Poor Laws and the Relief of Distress*, que trazia à tona uma afronta à ideia da diferenciação entre os pobres que mereciam ajuda e os pobres que não a mereciam (GREGORY, 2008).

Nesse trabalho, a visão das políticas sociais *means tested*, em que há uma diferenciação dos receptores dos auxílios é contraposta à ideia de uma política mais universal de fornecimento de benefícios sociais. Tais estudos, ligados às crenças dos socialistas

fabianos (espécie de marxistas liberais, muito influentes no Reino Unido, ver Seção 2. 3. 1.), começaram a desenhar políticas sociais e a propor mecanismos que permitissem aos cidadãos manter alguma renda em momentos de necessidade, tais como: velhice, desemprego e doença. Tom H. Marshall (1975, p. 15) ao definir política social ilustra bem os objetivos dos mecanismos propostos. Para o autor, política pública se define da seguinte maneira: “[...] poder político para substituir, suplementar, ou modificar operações do sistema econômico para atingir resultados que o sistema econômico não atingiria por si só”.

Tom H. Marshall (1975) e Richard M. Titmuss (1958), ambos da *London School of Economics and Political Science*, também ligados aos socialistas fabianos, foram os criadores intelectuais de diversos conceitos referentes às políticas sociais e universalidade dos direitos socioeconômicos, assim como, posteriormente, desenvolveram os conceitos ligados ao que se define como *Welfare State*.

O termo “*Welfare State*” começou a ser utilizado pelos ingleses no início da década de 1940, em pleno esforço de Guerra, com o objetivo de demonstrar uma espécie de solidariedade nas democracias liberais em contraposição ao militarismo da Alemanha nazista (BRIGGS, 2006; ESPING-ANDERSEN, 1990; FLORA; HEIDENHEIMER, 1981). Ao longo do tempo, contudo, a expressão passou a ser utilizada para englobar os diversos benefícios sociais, políticas públicas e direitos que diversos cidadãos do mundo desenvolvido passaram a ter. O empiricismo inicial da Inglaterra fez com que o debate a respeito do *Welfare State* se estendesse da vida pública britânica à vida pública dos demais países europeus. Em 1942, William Beveridge escreveu o *Social Insurance and Allied Services* (também conhecido como Relatório Beveridge) que serviu como base para posteriores desenvolvimentos de políticas sociais e do *Welfare State* na Europa.

Embora já existissem políticas sociais no período anterior, apenas com o final da SGM é que as condições socioeconômicas permitiram que as políticas que passaram a ser propostas dessem origem ao *Welfare State* moderno. Houve um acelerado aumento de produtividade, ampliação da oferta do emprego, aumento do comércio internacional, baixas pressões inflacionárias (BARR, 2001; FLORA; HEIDENHEIMER, 1981) e uma demografia favorável (MEIER; WERDING, 2010). O *Welfare State*, que floresceu nesse ambiente pode ser definido como o conjunto das instituições nas quais o Estado fica responsável por políticas públicas que protejam os cidadãos das situações de incerteza e forneçam os benefícios básicos necessários. O escopo desses benefícios, entretanto, varia de acordo com o quanto a sociedade está disposta a passar das responsabilidades do indivíduo, do mercado e da família para responsabilidade da coletividade.

Flora e Heidenheimer (1981, p. 8) definem o *Welfare State* “[...] as an answer to increasing demands for socioeconomic equality in the context of the evolution of mass democracies [...]” e, também:

*[...] as an answer to the growing needs and demands for socioeconomic security in the context of an increasing division of labor, the expansion of markets, and the loss of ‘security functions’ by families and other communities. In this sense, the basic goal and legitimizing principles of socioeconomic security and equality are interpreted as the core of the Welfare State.*

Quanto mais os trabalhadores participavam da política mais forte se tornavam as cobranças para o Estado. Em Briggs (2006, p. 16), encontra-se outra definição de *Welfare State*:

[...] a state in which organized power is deliberately used (through politics and administration) in an effort to modify the play of market forces in at least three directions – first, by guaranteeing, individuals and families a minimum income irrespective of the market value of their work or their property; second, by narrowing the extent of insecurity by enabling individuals and families to meet certain ‘social contingencies’ (for example, sickness, old age, and unemployment) which lead otherwise to individual and families crises; and third, by ensuring that all citizens without distinctions of status or class are offered the best standards available in relation to a certain agreed range of social services.

A trajetória e os objetivos das políticas sociais nos diferentes países diferenciaram-se desde seus primórdios. Como citado anteriormente, no Reino Unido, onde nasceu o capitalismo industrial, os auxílios serviam como um estímulo, para que os indivíduos que não se encontrassem em condição de extrema necessidade ingressassem no mercado de trabalho. Na centralizada e autocrática Alemanha de Bismarck, os primeiros benefícios sociais eram uma forma de se manter a lealdade com uma Alemanha recém-unificada e garantir que os trabalhadores não se vinculassem a um movimento social democrata que então se fortalecia cada vez mais. Já nos países nórdicos, as políticas sociais também eram mantidas pelo Estado, mas com uma maior participação dos beneficiados: na mais pobre e rural Suécia, por exemplo, em fins do século XIX, foram desenhados alguns benefícios sociais que só foram possíveis por meio da pressão exercida pelos camponeses e trabalhadores. O Estado era o provedor das necessidades que o cidadão não conseguia obter do mercado (BARR, 2001; ESPING-ANDERSEN, 1990; PESTIEAU, 2006).

Ao longo de todo o período entre as guerras, as demandas dos cidadãos e as concessões do Estado em termos de bem estar eram menores. Embora em muitos casos houvesse ocorrido um avanço, as experiências ainda eram muito pontuais. Apenas com o fim

da SGM é que o *Welfare State*, tal qual definido contemporaneamente, pôde expandir-se e se consolidar. Do período que vai de 1945 até o início da década de 1970, na Era de Ouro do Capitalismo, o *Welfare State* tornou-se parte fundamental da economia política dos países da Europa Ocidental. Nesse período de prosperidade, o mundo desenvolvido, notadamente, a Europa Ocidental, vivia a fase do pleno emprego e das expansões das políticas sociais. Como nota o historiador Eric Hobsbawm (1994, p. 257-258):

Yet was not until the great boom was over, in the disturbed seventies, waiting for the traumatic eighties, that observers –mainly, to begin with, economists - began to realize that the world particularly the world of developed capitalism, has passed through an altogether exceptional phase of its history; perhaps a unique one.

Ao usar o ferramental keynesiano de gerenciamento da demanda agregada, o Estado, por meio de políticas fiscais e monetárias atuava na economia para que o desemprego involuntário desaparecesse. Na Europa Ocidental, a atuação do Estado e as funções governamentais foram expandidas. Nessa região, existiu, na época, um consenso entre trabalhadores, empresariado e burocracia que permitiu que salários, renda e lucros aumentassem sem altas taxas de inflação (PESTIEAU, 2006; PIERSON, 2001; THUROW, 1996; WOOD, 2001). Nesse período, o sistema do *Welfare State* na Europa funcionou com pleno emprego, distribuição de renda e, na maioria das vezes, educação secundária universal gratuita e acesso à saúde para grande parte da população. Com o passar do tempo, garantiu-se seguro-desemprego, aposentadorias pagas pelo Estado para aqueles que contribuam no período ativo, e outros benefícios que variavam de país para país.

Neste sentido, Keynes (1936, p. 379) afirma que “*(the) central control necessary to ensure full employment will, of course, involve a large extension of the traditional functions of government*”. O governo atuava fortemente não apenas para manter o pleno emprego, mas para criar um círculo virtuoso em que a renda cresceria e o consumo também. O governo taxava e pela redistribuição de renda incentivava aqueles que tinham maior propensão marginal a consumir, a utilizar aquela renda extra para a aquisição de bens e serviços. Ao analisar a propensão marginal ao consumo, Keynes (1936, p. 27) enfatiza que: “*When employment increases, aggregate real income is increased. The psychology of the community is such that when aggregate real income is increased aggregate consumption is increased, but not by so much as income*”. Diminuir o nível de desemprego permitiu que a renda aumentasse e o consumo da classe trabalhadora também. Além disso, em um contexto de crescimento

econômico e baixo desemprego, as demandas salariais e sociais dos trabalhadores fortaleceram-se.

Keynes foi a principal referência teórica desse período do *Welfare State* na Europa que vai de 1945 até início da década de 1970. O gerenciamento da demanda, expandindo-a por meio de políticas fiscais, monetárias e cambiais, foi realizado em exaustão pelos países da Europa. As taxas de juros eram baixas e os déficits fiscais eram financiados pelo capital abundante que fluía para a região (BARR, 2001; PESTIEAU 2006; THUROW, 1996).

Na Europa Ocidental, as baixas taxas de desemprego foram uma das principais características desse período (BRIGGS, 2006). Conforme o autor, o desemprego é um fenômeno surgido nas sociedades industriais que, para o autor, foi a mais importante contingência social para que grande parte da legislação relativa ao *Welfare State* tivesse sido criada. Para Briggs (2006), as políticas econômicas positivas, com as quais o governo intervinha para criar condições sociais e econômicas melhores, tiveram de esperar a revolução keynesiana e a mudança do poder na Europa, para se consolidarem.

No entanto, deve-se notar que, no início da década de 1930, antes do lançamento da Teoria Geral, os suecos já aplicavam medidas contracíclicas para estimular a demanda e o crescimento econômico. Ernst Wigforss, líder dos trabalhadores e político Social Democrata, foi Ministro das Finanças de 1932 a 1948 e usou o déficit governamental para expandir e ativar a economia sueca diminuindo o desemprego (TILTON, 1990).

Durante a Era de Ouro do Capitalismo, a chamada economia mista funcionou com pleno emprego e com salários e lucros crescentes, marcando o período com uma prosperidade que possibilitou os trabalhadores obterem benefícios nunca antes alcançados no capitalismo (GOUGH, 1980). As variáveis sociais, políticas e econômicas eram intimamente interligadas e uma variável influenciava a outra. As mudanças eram multidimensionais. Para que se possa compreender tais mudanças, faz-se necessária uma análise das instituições econômicas, políticas e sociais do *Welfare State*, como sustentam Flora e Heidenheimer (1981), Esping-Andersen (1990), Barr (2001) e Pierson e Castles (2006).

Ao longo desse mesmo período, duas variáveis institucionais estavam presentes simultaneamente. Primeiro, existia um consenso embebido nas sociedades que aquele capitalismo *laissez-faire*, em crise desde o entre guerras, não poderia vigorar no pós-guerra. Os governos que ascenderam ao poder perceberam que ao implementar uma economia mista, na qual o Estado tinha grande participação na expansão da demanda e na produção, os trabalhadores tornaram-se mais organizados e passaram a exigir maiores benefícios e salários. No contexto de baixo desemprego, o poder de barganha trabalhista e dos sindicatos cresceu e

a democracia e a participação popular mais efetiva permitiram e estimularam a criação do *Welfare State* (PIERSON, 2001).

O capitalismo que tinha gerado muitas riquezas até então, começou a gerar dentro dele demandas dos trabalhadores por direitos que até então eram restringidos a poucos, ou relegados a uma solução de mercado. O mercado passou a ser cada vez mais regulado e o Estado, além de políticas macroeconômicas mais ativas, também passou a atuar em áreas como previdência, educação e saúde. A visão majoritária era que o Estado não deveria somente garantir a subsistência do cidadão, mas também saúde e educação de qualidade, além de, em muitos momentos, subsidiar a moradia e fornecer dinheiro em circunstâncias de maior necessidade do trabalhador. Para Esping-Andersen (1990), o *Welfare State* “envolve a responsabilidade do Estado em assegurar um bem estar módico para seus cidadãos”. Até a Era de Ouro do capitalismo, esse escopo era menor. Com uma maior afluência o *Zeitgeist*<sup>7</sup> mudava e com ele as políticas públicas e o papel do Estado expandiam-se (GALBRAITH, 1998).

A atuação estatal expandiu-se com o consenso da maioria dos cidadãos dos países europeus envolvidos no processo de que era necessário um novo tipo de pacto social. Até o libertário e, de maneira geral, crítico do *Welfare State*, Hayek (2006, p. 374), reconheceu, em alguns aspectos, a necessidade de se ter tais conjuntos de políticas sociais. Como afirma o próprio autor em *The Constitution of Liberty*:

There are common needs that can be satisfied only by collective action and which can be thus provided for without restricting individual liberty. It can hardly be denied that, as we grow richer, that minimum of sustenance, which the community has always provided for those not able to look after themselves, and which can be provided outside the market, will gradually rise, or that government may, usefully and without doing any harm, assist or even lead in such endeavours.

No que se refere à expansão da influência estatal na economia, entretanto, Hayek (2005) temia que o aparato necessário para controlar o *Welfare State* se transformasse em algo separado da sociedade civil e acabasse centrado em si mesmo, o que poderia fazer com que o indivíduo se tornasse cada vez menos importante e que o aparato se tornasse independente e autoritário. Para o autor, tal qual no comunismo e no fascismo, a expansão da atuação estatal nas economias mistas tirava a capacidade das pessoas operarem livremente no mercado. Conforme essa linha de pensamento, se o dinheiro do contribuinte fosse direcionado para o

---

<sup>7</sup> Expressão alemã que significa “espírito do tempo”.

Estado e, portanto, às pessoas que planejavam setores econômicos, incrementalmente, a necessidade dos contribuintes e a vontade dos planejadores tenderiam a se distanciar.

Hayek (2005, 2006) possivelmente foi o mais importante economista antikeynesiano do período (WAPSHOTT, 2012).<sup>8</sup> As preocupações dele e de Keynes durante o período de guerra e logo após esta, eram opostas. Hayek estava mais preocupado com inflação e com a perda da liberdade econômica; e Keynes, estava mais preocupado com o desemprego e suas consequências. Hayek (2005), em *The Road to Serfdom*, escrito durante a SGM, sustentava que ao adotar políticas estatizantes e centralizadoras, os países ocidentais acabariam tornando-se totalitários, como os países que estavam combatendo. Para o autor, o centralismo econômico não era condizente com a liberdade política que só seria mantida com uma economia de mercado mais robusta. Em seu discurso durante a primeira eleição pós-SGM, Churchill defendeu essa linha e acabou derrotado (HOBSBAWM, 1990). Nesse momento, a maior parte da população europeia demandava ampla rede de proteção social e um novo tipo de arranjo socioeconômico.

O embate entre os promotores do individualismo e da liberdade econômica e os promotores da ação coletiva para aprumar os rumos da economia foi, durante três décadas, vencido pelos últimos. Apenas quando a macroeconomia keynesiana não encontrou respostas eficazes à crise do início da década de 1970, foi que o individualismo econômico e a austeridade fiscal e monetária passaram a ser preponderantes no debate sobre a condução de políticas econômicas. Essa dicotomia entre ação coletiva via Estado e alocação dos recursos via mercado, entretanto, esteve presente durante toda a construção do *Welfare State*.

Durante os 30 anos do pós-SGM foram criados diversos mecanismos estatais de assistência: sistema de previdência, seguro-desemprego, assistência em caso de doença, transferências de renda direta, educação em diversos níveis e ampliação dos serviços de saúde. O objetivo dos mecanismos, em conjunto com as políticas de taxaço progressiva, era provocar a redistribuição de renda e, conseqüentemente, diminuir a desigualdade de renda na sociedade. Essa redistribuição pretendida, contudo, na prática não se mostrou automática, pois a redistribuição de recursos, a depender de como for feita, poderá aumentar ou diminuir a desigualdade.

---

<sup>8</sup> Milton Friedman talvez tenha sido mais popular em seus escritos. Pode-se sustentar, no entanto, que embora ideologicamente contrário ao intervencionismo estatal de Keynes, Friedman debatia em linhas keynesianas, debatendo agregados, ao contrário de Hayek, que focava na ação individual, influenciado pelas ideias de Mises.

Conforme Esping-Andersen *et al.* (2001), “*Because it taxes and spends, the Welfare State is by definition redistributive, but this does not automatically entail that it creates more equality*”. De acordo com os autores, o *Welfare State* nasceu a partir de políticas de reformadores conservadores e, apenas num momento posterior, quando as condições sócio-econômicas se mostraram mais favoráveis, é que se começou a buscar uma diminuição da desigualdade, da pobreza e a melhora da condição dos trabalhadores.

Barr (2001) sustenta que o *Welfare State* não é garantia de uma menor desigualdade: “[...] *the Welfare State is mainly a collective piggy bank designed to insure against social risks and therefore not a vehicle for equality*”. No entanto, observa-se que onde o *Welfare State* teve um escopo mais amplo, a igualdade tendeu a ser menor. Entretanto, essa correlação, como já mencionado acima, não é perfeita, pois nos modelos corporativistas, um aumento das aposentadorias para os funcionários públicos de alto nível, por exemplo, pode aumentar a desigualdade (os índices de desigualdade de renda são apresentados na seção 4).

Esta ampliação dos direitos trabalhistas e busca por maior igualdade de oportunidades não era apenas defendida por partidos social-democratas. Nos anos 1940, 1950 e 1960, existia certo consenso, embebido na sociedade, de que cabia ao Estado gerir a economia e implementar programas que dessem uma certa segurança ao cidadão (TAWNEY, 1964)<sup>9</sup>. Muitos partidos democrata-cristãos e até conservadores quando estavam no poder na Europa Ocidental criaram programas de proteção social. Charles de Gaulle (presidente de 1944 a 1946 e de 1959 a 1969) governou durante diversos anos na França e foi responsável pela expansão das incumbências do Estado francês na área social (AMBLER, 1991; CAMERON, 1991).

O *Welfare State* engloba diversos fatores e dependeu da combinação dos mesmos para se desenvolver. Um conjunto de trabalhadores organizados e politicamente representativos foi um importante fator institucional para o processo de implementação dos benefícios sociais. A atuação desses trabalhadores dependeu, por sua vez, do canal de representação possibilitado pela existência de uma democracia representativa, sem a qual a consolidação do *Welfare State* não teria sido possível (PESTIEAU, 2006). A situação econômica mundial também foi um fator favorável à expansão do *Welfare State*. No período da expansão e consolidação das principais instituições de proteção social e redistribuição de renda, a economia mundial cresceu a taxas significativas e o aumento da produtividade também foi grande (vide anexos C e L). Isso permitiu que tanto os salários como os lucros aumentassem. Esse aumento

---

<sup>9</sup> Paterson e Campbell (1974) e Hubere Stephens (2001) vão sustentar que a maior permanência de partidos social-democratas e trabalhistas no poder aumenta o escopo e a abrangência do *Welfare State*.

continuado da renda e do lucro possibilitou uma redistribuição dos recursos com um conflito menor entre os empresários e os trabalhadores. Foi necessário também um instrumental que permitisse que por meio de um manejo da demanda agregada fosse possível manter a economia em crescimento durante um período prolongado. Para tanto, políticas fiscais e monetárias expansionistas foram utilizadas com o objetivo de manter a economia próxima ao pleno emprego, enquanto uma maior distribuição da riqueza fez com que a demanda interna se mantivesse aquecida.

Para Padgett e Patterson (1991, p. 128-131), foi, sobretudo, por meio de uma taxaçoão progressiva que se atingiu uma melhora na distribuição de renda. Como percebe Galbraith (1998, p. 70), um dos próceres do neoinstitucionalismo americano: “[...] *the principal public device for redistributing income is the progressive income tax*”. Isso permitiu que, em diversos países, a desigualdade diminuísse consideravelmente. Antes, excluídos do mercado, uma maior parte da população passou a ter acesso a serviços e benefícios que anteriormente não eram ofertados, o que acabou tornando a distribuição de renda mais equitativa.<sup>10</sup> Conforme sustentam Gómez e Foot (2003), dentre os países europeus, os mais igualitários tenderam a ter um crescimento mais acelerado. Esse crescimento permitiu que a distribuição de renda fosse mantida com menor incidência de conflitos sociais. Para os proponentes do *Welfare State*, ele foi a principal peça da engrenagem que permitiu um desenvolvimento econômico mais harmônico e menos conflituoso.

Manow (2001) sustenta que o *Welfare State* deve ser percebido como uma importante parte do arcabouço institucional político/econômico que coordenou as relações entre tomadores e financiadores de capital para investimento e entre gerentes e trabalhadores. Portanto, uma força da organização do capitalismo que teve impacto nas relações dos agentes principais dos sistemas nacionais de produção: “*Successful long-term economic coordination presupposes institutions that enable economics agents to engage and invest in long-term and trusted transactions*” (MANOW, 2001, p. 155). O *Welfare State* teria sido, portanto, essa instituição que permitiu a diminuição dos custos de transação nas relações entre os agentes.

No *Welfare State*, o Estado intervém para garantir uma renda mínima. Para tanto, cria programas de transferência de renda para assegurar que os indivíduos sejam protegidos das vicissitudes derivadas das próprias atividades mercantis e das diversas contingências da vida cotidiana. Assim, caberia ao Estado intervir onde o mercado não conseguisse atuar eficientemente. Esses mecanismos emergiram em um contexto de alto crescimento. A

---

<sup>10</sup> Ver seção 4. 3 para dados sobre a desigualdade e trajetórias.

economia cresceu distribuindo renda e com o Estado assumindo responsabilidades cada vez maiores. Com a desaceleração do crescimento econômico, o aumento da inflação e a maior mobilidade de capitais, diversos fatores começaram a serem obstáculos para esse modelo em voga (SNOWDON; VANE, 2005).

Com o fim da Era de Ouro do Capitalismo, no início da década de 1970, encontra-se na maioria dos países europeus um sistema de saúde universal, educação secundária pública e gratuita, alguma forma de serviço previdenciário amplo, seguro-desemprego e outras formas de segurança contra os imprevistos. As formas dessa proteção social, contudo, variaram de país para país. Essa diferenciação esteve associada às diferentes trajetórias seguidas por cada nação em função das peculiaridades socioculturais de suas sociedades. O agrupamento dos diferentes *Welfare States* é escrutinado na seção seguinte.

## 2.3 OS TRÊS MODELOS DE *WELFARE STATE*

### 2.3.1 Tipologia e instituições

Em 1990, o cientista social dinamarquês Gosta Esping-Andersen lançou seu livro *The Three Worlds of Welfare Capitalism*. Utilizando métodos econométricos, análise institucional e histórica, o autor avalia e tipifica os distintos tipos de *Welfare States* nos países capitalistas desenvolvidos. Em lugar de separar os *Welfare State* por países, Esping-Andersen agrupa-os em diferentes modelos. São analisados três tipos de benefícios sociais presentes no *Welfare State*: aposentadoria, auxílio doença e seguro desemprego. Com base nisso o autor agrupa os países através de dois índices *de-commodification* (desmercantilização) e *stratification* (estratificação). O primeiro se refere a quanto o indivíduo necessita do mercado para sobrevivência; e o segundo especifica até que ponto o *Welfare State* modificou ou acentuou as relações sociais e econômicas de determinada sociedade. Com base nesse agrupamento, surgem três modelos, ou tipos ideais, de *Welfare State*: o modelo social-democrata, o conservador/corporativista e o liberal.

O grau de independência do mercado é o que Esping-Andersen chama de descomoditização ou desmercantilização. Quanto mais desligado do mercado o serviço é, mais descomoditizado ele se torna: “*De-commodification occurs when a service is rendered as a matter of right, and when a person can maintain a livelihood without reliance on the market*” (ESPING-ANDERSEN, 1990, p. 21-22). Para o autor, apenas por meio de uma menor dependência do mercado o indivíduo pode tomar decisões com maior grau de liberdade

em relação a seu ofício. Conforme Esping-Andersen (1990, p. 22) destaca: “[...] *de-commodification strengthens the workers and weakens the absolute authority of the employer*”. Nesse sentido, um alto grau de descomoditização facilitaria a solidariedade entre os trabalhadores e, conseqüentemente, a organização sindical. Em concordância com essa ideia, Esping-Andersen (1990) analisa o efeito do *Welfare State* sobre a distribuição de renda e sobre outros fatores. Para ele, a renda é apenas uma estreita base para se perceber as desigualdades e oportunidades. Por isso, o significado de recursos é ampliado pelo autor, passando a incluir saúde, moradia, condições de trabalho, educação e eficácia política e social.

O conceito de *estratificação* vai ao encontro de como o autor vê o *Welfare State*. Ele sustenta que o *Welfare State* estruturou as relações sociais dentro dos países. Ao modificar-se ou acentuar-se as relações existentes, torna-se possível que um país tenha um maior ou menor grau estratificador. Para o autor, a eficácia do *Welfare State* pode ser capturada no quanto se consegue eliminar a pobreza em grupos chave dentro da sociedade. Assim, quanto menor a mobilidade social menor o índice de estratificação. Esping-Andersen (1990) destaca que o modelo social-democrata permite uma maior mobilidade social, sendo, portanto, o índice de estratificação menor nesse modelo. O índice de desmercantilização também é menor no modelo social-democrata, pois este possibilita dar à alocação de recursos, via ação coletiva, maior peso em relação à alocação via mercado. Em contraste, o modelo liberal, dá maior peso para o mercado na alocação de recursos. O modelo conservador/corporativista, embora não considere um peso tão grande para o mercado em relação ao Estado, fornece benefícios que são ligados à posição que o indivíduo ocupa, consolidando a estratificação social.

Embora não explicita, a preferência do autor parece recair sobre o modelo social-democrata. Para Esping-Andersen (1990) um *Welfare State* que atinge melhor os seus objetivos é aquele menos ligado ao mercado, que se afasta da ideia de alívio da pobreza. De acordo com o mesmo, para se captar a abrangência e as eficiências devem ser analisados três aspectos das políticas de bem-estar para verificar sua capacidade de desmercantilização:

- (i) as regras de elegibilidade e as restrições aos benefícios;
- (ii) o nível do benefício de substituição em relação ao salário; e
- (iii) o escopo ou a abrangência dos benefícios. Apenas a porcentagem do gasto não indicaria a qualidade e profundidade do *Welfare State*.

Para o autor, o potencial de descomoditização do *Welfare State* não pode ser capturado pelo tamanho do gasto social, mas por meio das regras e dos padrões dos programas do

*Welfare State*.<sup>11</sup> Ou seja: “[...] *if what we are about is the strength of social rights, equality, universalism, and the institutional division between markets and politics, social-spending levels may camouflage more than they reveal*”. (ESPING-ANDERSEN, 1990, p. 106).

Um grande crescimento econômico pode estar intimamente ligado ao tamanho do gasto do Estado. No entanto, quando se passa para uma análise mais estrutural do *Welfare State* percebe-se que o arcabouço institucional tem um grande impacto no tipo e nas trajetórias dos *Welfare State* nos países. O universalismo das políticas, o comprometimento com a estabilidade, a preocupação com o pleno-emprego, os tipos de aposentadoria, são todas variáveis que vão depender das trajetórias institucionais dos *Welfare States* em questão.

A visão de que o *Welfare State* tem distintas trajetórias e comporta diversos modelos dentro da Europa Ocidental é compartilhada por Ivan (2009):

The Welfare State is a defining feature of Europe referring to a model of provision where the state accepts a certain amount of responsibility for the guarantee of welfare for its citizens. Currently, there is no European Welfare State, but 27 member states that have different social policies, with both similarities and differences among them.

Ao se falar de um *Welfare State* europeu pode-se pensar em objetivos comuns e origens similares, com a consolidação da maioria deles nas décadas seguintes ao final da SGM. Apesar disso, ao se analisar as estruturas institucionais e seu formato, percebe-se uma grande diferença entre os tipos de *Welfare States*, os resultados atingidos, seu escopo, trajetórias e, posteriormente, o impacto da integração regional, vale dizer, da constituição da UE, sobre o mesmo.

Scharpf (2008) sustenta que só se pode falar de um modelo social europeu quando se compara a proteção social geral da Europa dos 15 membros com o modelo dos Estados Unidos da América (EUA). A ampliação da UE para 27 membros, conforme Scharpf (2008), fez com que o modelo social europeu desaparecesse. Ao se verificar o nível de proteção social, pode-se afirmar, no entanto, que, ao menos na Europa Ocidental, esse modelo social europeu não desapareceu. Na maioria dos países, não obstante os novos desafios, as instituições de proteção social estão eleitoral e economicamente enraizadas (PIERSON, 2001). Pode-se dizer que o que existe são diferentes modelos que sofrem impactos distintos no contexto de mudanças econômicas, sociais, políticas e demográficas.

---

<sup>11</sup> Detalhes em Esping-Andersen (1990, p. 47). Esping-Andersen (1999) desenvolve melhor essa questão. Palme (2010) foca no desenho institucional para aprofundar a relação sobre os efeitos do *Welfare State*.

O agrupamento de Esping-Andersen (1990) pode ser considerado, embora ele não o explicita nesses termos, como uma forma de tipos ideais. Seu livro suscitou e suscita um intenso debate. Os tipos ideais delineados por Esping-Andersen (1990) sofreram diversas críticas das mais diferentes matizes teóricas e metodológicas, desde seu aparecimento. Kemeny (1995) sustenta que embora utilize uma tipologia válida, Esping-Andersen não explicita sua teoria de poder. Bambra (2004) critica o autor por considerar apenas poucos benefícios como partes do *Welfare State*. Para Bambra (2004, p. 1100), Esping-Andersen “[...] ignores the fact that Welfare States are also about the actual delivery of services such as healthcare, education or social services”.

No entanto, Bambra (2004) não leva em conta que ao tentar-se agrupar diferentes modelos tem-se que considerar algumas variáveis e rejeitar outras. As variáveis como educação e saúde, embora sejam partes constitutivas do *Welfare State*, são mais difíceis de serem mensuradas. Castles e Mitchell (1993) tentam fazer essa análise adicionando mais dois modelos de *Welfare State*, que tornariam mais homogêneos os agrupamentos dos *Welfare States*, que para os autores é muito heterogêneo. Ferrera (1996, 2005) também sugere a adição de um novo tipo de *Welfare State*, o Mediterrâneo, muito incipiente quando a obra seminal de Esping-Andersen foi lançada. Esping-Andersen (1999, p. 90) sustenta que a adição de mais modelos faria com que a análise perdesse a parcimônia analítica e, além disso, “*the peculiarities of these cases are variations within a distinct overall logic not a wholly different logic per se*”.

Os dados presentes em Esping-Andersen (1990) são de 1980. Os *Welfare States* dos Estados capitalistas avançados sofreram diversas mudanças, desde o aparecimento de seu trabalho seminal. As limitações da pesquisa decorrem da tentativa de agrupar diferentes modelos de instituições tão complexas como o *Welfare State*. Não obstante essas limitações, além de a obra ter aberto um enorme campo de estudos, não há, até o momento, outro trabalho que tenha tido o mesmo impacto e apresente a consistência de Esping-Andersen (1990). Como sustenta Tiemann (2006, p. 2): “*Since its first publication, Esping-Andersen’s work has loomed incomparably large over the area of comparative social politics*”. Sua obra permanece como paradigma de análise institucional para agrupamento dos diferentes tipos de *Welfare State* nos países de maior renda *per capita* da *Organisation for Economic Co-operation and Development* (OECD). Formalizações mais recentes como as de Wildeboer Schut, Vrooman e de Beer (2001), e Bargain e Spadaro (2008), ao analisarem o tipo de taxação e os contratos sociais nos países europeus, confirmam o agrupamento de Esping-Andersen, apenas adicionando um novo grupo de países mediterrâneos, não analisados aqui.

O uso de tipos ideais traz alguns problemas, pois as análises empíricas sempre mostram que os exemplos reais tendem a ser híbridos, isto é, com características de dois ou mais tipos ideais (ARTS; GELISSEN, 2002). Para fins de análise, entretanto, as características principais desses modelos ajudam a compreender melhor o processo de integração econômica na Europa e seus efeitos, e também, ajudam a sustentar a hipótese da pesquisa que mostra que o impacto das mudanças causadas pela UE será distinto em cada país e, conseqüentemente, em cada modelo. Na impossibilidade de se analisar as especificidades e as idiossincrasias de cada país da UE, são selecionados aqui três países que melhor representariam os tipos ideais destacados por Esping-Andersen, como buscar-se-á mostrar durante o aprofundamento da pesquisa sobre esses países.

Segundo Esping-Andersen (1990), as diferenças estruturais dos *Welfare States* emergem de distintas filosofias políticas enraizadas nesses países e que foram dominantes no período pós-SGM. Tais filosofias seriam a liberal, a democrata-cristã e a social-democrata.<sup>12</sup> Embora a obra tenha limitações e acabe valorizando o modelo social-democrata em detrimento dos outros, Esping-Andersen (1990) foi o principal proponente da importância do *path dependence* e da formação histórica sobre o arcabouço institucional de diferentes modelos de *Welfare State*. O modelo de análise de Esping-Andersen e o uso das trajetórias institucionais foi seguido por outros como Pierson (2001) e Arts e Gellissen (2002).

As raízes filosóficas de cada país vão fazer que o arcabouço institucional dos *Welfare States*, seus mecanismos de transferência de renda e a participação do Estado variem. Esping-Andersen (1990) claramente posiciona o Estado como um melhor alocador de recursos promotores de bem-estar em relação ao mercado. Para o autor, os *Welfare States* com uma tradição Social Democrata foram os que conseguiram maior seguridade social e maior equidade socioeconômica via alocação estatal. Os valores embebidos na sociedade e o ambiente institucional moldaram os incentivos de forma distinta, para que a alocação dos recursos ocorresse via mercado ou via Estado. Mudou também a maneira que o Estado passou a atuar na economia e o tipo de taxaço que financiou a atividade estatal. No entanto, o principal argumento de Esping-Andersen (1990) que também é defendido aqui, é a ideia de que quando existe uma mudança importante nas condições socioeconômicas as alternativas apresentadas por cada modelo são diferentes.

Para Esping-Andersen (1990), o principal ponto de inflexão dos *Welfare States* é o fim de *Bretton Woods* e a conseqüente estagflação e aumento do desemprego nos anos de

---

<sup>12</sup> Tal análise, da correspondência entre a filosofia política enraizada nos países e o formato do *Welfare State*, pode ser encontrada também em Huber e Stephens (2001) e Scharpf (2002).

1970. O autor mostra como cada modelo reagiu diferentemente ao impacto desse novo cenário e como essas diferentes trajetórias impactaram as escolhas que, em fins da década de 1980, se apresentavam aos países. A principal divergência foi em relação ao que fazer com o aumento do desemprego. O fim de *Bretton Woods* e as diferentes respostas dos diferentes modelos são o tema da próxima subseção.

### **2.3.2 O fim de *Bretton Woods* e o *Welfare State* na Europa Ocidental**

O início dos anos 1970 foi marcado por importantes mudanças na Europa Ocidental, com consequentes impactos no modelo de *Welfare State*. A França, apostando contra o dólar, trocou cada vez mais dólares por ouro de acordo com a paridade vigente. Com isso, em dezembro de 1971, o presidente Nixon acabou com a paridade ouro-dólar e a o sistema de câmbio fixo entre as principais moedas do mundo se esvaiu. O primeiro choque de petróleo, em 1973, acabou de vez com *Bretton Woods* e o mundo entrou em um período de maior inflação e maiores taxas de desemprego (KRUGMAN; OBSTFELD, 1999; THUROW, 1996; VISSER, 2000).

Nesse contexto, o gerenciamento keynesiano da demanda agregada já não conseguia afetar o nível de renda nem a taxa de desemprego. A crise que atingiu o mundo capitalista desenvolvido no início da década de 1970 tomou diversas formas. No geral, podemos perceber que aquele ciclo expansivo baseado nas fontes energéticas fósseis, no constante aumento da produtividade e nas políticas expansionistas dos Estados nacionais acabou se exaurindo. A Europa Ocidental sofreu fortemente o abalo provocado pelo fim da paridade ouro/dólar, em 1971, e pela explosão do preço do petróleo, em 1973. Aquela economia que crescia, aumentava a produtividade e conseguia repartir os frutos de forma mais equitativa começou a ruir.

Os países da Europa Ocidental lidaram de diversas formas com esse abalo. Vários países, após tentativas de retomar políticas fiscais e monetárias expansionistas, que resultaram em uma estagflação, começaram a adotar políticas monetárias e fiscais contracionistas e começaram a diminuir o tamanho de seus Estados. O exemplo mais claro dessa nova fase foi a Inglaterra que, sob a batuta de Margaret Thatcher, a partir de fins da década 1970, iniciou uma redução dos gastos públicos e diminuição dos serviços de promoção de bem-estar fornecido pelo Estado. Nos anos 1980, essa tendência ficou ainda mais clara e vários países passaram a adotar medidas mais contracionistas para tentar frear a crise. O *trade-off* existente entre

inflação e desemprego foi desaparecendo. A inflação crescia cada vez mais, enquanto o desemprego também o fazia (SNOWDON; VANE, 2005; THUROW, 1996).

O sistema de *Bretton Woods* forneceu um ambiente econômico estável aos países que queriam reconstruir a economia, aumentar a produtividade e implementar políticas públicas ativas para manterem o desemprego em níveis baixos e fomentarem o crescimento. A falta de choques exógenos na economia e um aumento muito grande da produtividade, além de um fluxo de capitais menor, permitiu manter o desemprego em níveis baixos e a inflação controlada. O fim da paridade ouro-dólar no início dos anos 1970 e o *boom* dos preços do petróleo e uma maior mobilidade de capitais, fez com que aumentassem, sobremaneira, a pressão sobre o *Welfare State* e o aumento do gasto público destinados às políticas públicas (PIERSON, 2001; SCHARPF, 2002).

Com o fim dos arranjos institucionais estabelecidos em *Bretton Woods*, o capital tornou-se mais móvel e a política monetária expansionista já não surtiu o efeito desejado sobre o produto, apenas gerou uma maior inflação. A política fiscal também já não se apresentava eficiente para expandir o produto e diminuir o desemprego. Com isso, o keynesianismo deixou de ser o instrumental que os *policymakers* utilizavam, e o monetarismo e, posteriormente, a teoria novo-clássica passaram a ser o referencial teórico predominante (SNOWDON; VANE, 2005).

Mesmo o crescimento, quando ocorria, não reduzia significativamente o desemprego. Nos anos posteriores à SGM, na esteira da forte expansão da renda, houve, também, avanço na produção e emprego do setor industrial (THUROW, 1996). Por outro lado, a partir dos anos 1980, “[...] *we witness the phenomenon of jobless economic growth. This not only implies greater difficulties of managing full employment with given levels of investment, but also poses serious problems for Welfare State finances*” (ESPING-ANDERSEN, 1990, p. 148).

O aumento do desemprego fez com que se criassem maiores gastos com seguro desemprego e com aposentadoria. Esses instrumentos, que mitigavam o conflito distributivo, começaram a ser ameaçados. O Estado com menos recursos não podia utilizar políticas fiscais e monetárias expansionistas para estimular a demanda e diminuir o desemprego. O *Welfare State* acabou ficando encarregado de duas funções: manter o pleno emprego e a harmonia distributiva, que segundo Esping-Andersen (1990, p. 164), são funções inerentemente incompatíveis.

Embora em alguns casos durante a Era de Ouro do Capitalismo, o *Welfare State* tivesse sido capaz de realizar essas duas funções, o novo quadro, após o início dos anos 1970,

mostrava-se menos propício para tanto. A partir dos anos 1970, começou a se tornar mais difícil a acomodação do pleno emprego com políticas distributivas e inflação sob controle. Na Suécia, uma política trabalhista ativa foi fundamental para se manter o pleno emprego, aumentar os direitos sociais e garantir os preços relativamente estáveis. Isso foi possível por meio de duas condições institucionais: sindicatos solidários e centralizados em harmonia com as políticas governamentais e a confiança dos empregadores para manter uma taxa de investimento alta (ESPING-ANDERSEN, 1990, p. 168).

Enquanto isso, na década de 1970, países continentais, como França e Alemanha, aumentaram os incentivos para a aposentadoria precoce. Trabalhadores entre 55-64 anos eram estimulados a aposentarem-se mais cedo na tentativa de diminuir a oferta de trabalhadores e, conseqüentemente, reduzir o desemprego. Nos países de modelo social-democrata se estimulou a oferta de emprego. Essas decisões tomadas na década de 1970 se refletem até o início do século XXI, como vemos pela Tabela 1.

**Tabela 1 – Emprego da população de 55-64 anos em países selecionados (% dos trabalhadores que se mantiveram no mercado de trabalho)**

<b>Ano</b>	1980	1985	1990	1995	1999
<b>Países</b>					
França	50,7	37,2	35,6	33,5	34,2
Suécia	65,7	65,0	69,4	61,9	64
Reino Unido	N/D	47,0	49,2	47,5	49,4

Fonte: OECD (2012).

Este ponto de divergência é fundamental para a hipótese aventada. Ao estimular a diminuição da oferta de trabalho os modelos conservadores/corporativistas acabaram onerando sobremaneira o sistema de previdência. Os modelos conservadores/corporativistas desoneravam o gasto com seguro desemprego, mas acabavam tendo um dispendio maior com previdência. O Reino Unido começou a privatizar seu sistema de aposentadorias (BURCHARDT; HILLS, 1999; POWELL, 1999).

A partir da década de 1970, com o aumento do desemprego conjugado com uma maior flexibilização do trabalho (o que levou a uma maior instabilidade no mercado de trabalho), a sociedade salarial construída na Europa Ocidental passou a entrar em crise. Os países social-democratas que baseavam seu modelo em um Estado que cobrava altos impostos, que forneciam serviços universalistas e tinham um desemprego baixo, tentaram respostas distintas

à da maioria dos outros países da Europa Ocidental (ESPING-ANDERSEN, 1990). Países com populações menores, mais homogêneas e com certo consenso dentro da sociedade permitiram que esses governos, muitas vezes sob o comando de partido social-democratas, atacassem o problema do aumento da inflação e do desemprego, expandindo o emprego público e estimulando determinado “pacto social”, para que os salários não subissem muito, pressionando a inflação. Também fez com que, em vez de se incentivar o desemprego das pessoas mais velhas, se estimulasse a manutenção dessa população no mercado de trabalho, como visto na Tabela 1.

A manutenção de um nível de emprego alto foi importante na Suécia e foi fundamental para a construção desse pacto. Como nota Manow (2001, p. 163): “*A credible political commitment to full employment allows a union to follow a wage-restraint strategy and thus maximize long-term income and job security instead of struggling for immediate wage hikes*”. Nos países corporativistas continentais o movimento trabalhista não foi suficientemente centralizado como nos países nórdicos e, portanto, esses acordos foram mais difíceis de serem conseguidos.

Portanto, como afirma Manow (2001, p. 153), uma característica que era quase intrínseca aos modelos conservadores/corporativistas continentais foi “[...] *the Continental corporate Welfare States seems to combine the unattractive features of being very costly and highly ineffective in generating work – a combination that has been described as the pathology of welfare without work*”. Nesses países, trabalhadores com posições e salários mais altos tenderam a depender mais das aposentadorias estatais. Esta tendência encareceu muito o sistema de aposentadorias, pois foram justamente aqueles com o salário mais alto que se aposentaram e sobrecarregaram o sistema previdenciário, não permitindo uma cobertura universal abrangente. A saída prematura do mercado de trabalho parecia ser uma solução viável encontrada pelos países com um *Welfare State* conservador. No longo prazo, entretanto, acabou onerando demais a previdência, fazendo com que outros benefícios tivessem de ser cortados. As aposentadorias para esses trabalhadores, que saíam mais cedo do mercado de trabalho, funcionavam como uma espécie de seguro-desemprego. Conforme Myles (2002, p. 155):

In many countries, labour market conditions in the 1970s led to the view that early labour market exit by older workers was a socially and acceptable alternative to high unemployment among younger workers. Pension systems often became used as pseudo unemployment schemes and unemployment and disability schemes as pseudo pension plans.

Nos países de modelo social-democrata, a diferença institucional entre seguro desemprego e aposentadorias ficava bem clara. Estas serviam tão somente para dar recursos para aqueles que realmente não podiam mais trabalhar. O seguro-desemprego funcionava como um auxílio àqueles que temporariamente não encontravam emprego. Nos países continentais, como afirma Myles (2002), essa divisão não se mostrou tão clara, o que acabou onerando sobremaneira o sistema previdenciário.

Além disso, os países continentais continuavam, em grande parte, sociedades industriais. Existia uma tendência, a partir da crise de 1973, que os velhos, e os muitos novos fossem excluídos do mercado de trabalho (ESPING-ANDERESSEN, 1990, p. 199-202). Eles se mostravam menos aptos ou menos dispostos a realizar serviços na indústria. No modelo social-democrata, em contraste, existiu um crescimento de trabalhos relacionados a serviços, considerados menos rotineiros e mais intensivos em capital humano (ESPING-ANDERESSEN, 1990, p. 206-208). Esses serviços também permitiam que mulheres e pessoas mais velhas entrassem ou permanecessem no mercado de trabalho. O Estado também em momentos de demanda menos aquecida empregava mais. É uma política que Barbier (2003) chama de *employer-of-last-resort*, ou seja, o Estado acaba sendo o empregador de pessoas desempregadas em lugar de apenas fornecer benefícios a esse cidadão. “*One of the main distinctive features of the programmes was that they intended to manifest the duty of the state to act as an ‘employer of last resort’ in times of supposed ‘market failure’*” (BARBIER, 2003, p. 11). Muitas vezes esses eram muitas vezes trabalhos em escritórios governamentais, o que facilitava ainda mais o emprego de mulheres, que afluíam em grande número para o mercado de trabalho, e pessoas mais velhas que podiam trabalhar em tarefas menos extenuantes. Outras tantas vezes eram trabalhos ligados ao próprio *Welfare State*, que permitia além de manter um sistema de qualidade, também aumentava a oferta de emprego (ESPING-ANDERESSEN, 1990).

Os três modelos que já tinham começado a ser construídos de modo distinto a partir da década de 1970 continuaram seguindo trajetórias diferentes. Os três países selecionados são os exemplos mais claros dessa divergência de rumos. Na seção seguinte, observa-se com mais detalhe os países selecionados, analisando as trajetórias de formação, consolidação e mudanças nos respectivos *Welfare States*.

## 2.4 DISTINTAS TRAJETÓRIAS: UMA APROXIMAÇÃO AOS CASOS DO REINO UNIDO, DA FRANÇA E DA SUÉCIA

### 2.4.1 Reino Unido

O liberalismo e o empirismo foram as principais matrizes teóricas que influenciaram a construção do pensamento e a formação do ambiente político-institucional inglês. As principais referências remontam ao liberalismo clássico de Hume, Locke e Adam Smith e, em um momento posterior, o liberalismo utilitarista de John Stuart Mill. De acordo com o pensamento clássico liberal, as organizações estatais devem fornecer incentivos, para que o progresso material e social de determinada nação ocorra sem restrições, em demasia, das liberdades individuais. A promoção do crescimento e do desenvolvimento da sociedade estaria, nesse sentido, vinculada a um conjunto de incentivos favoráveis à alocação eficiente de recursos no nível individual. Como aponta Adam Smith (1983) em *A Riqueza das Nações*: “*Pouco mais é necessário para erguer um Estado, da mais primitiva barbárie até o mais alto grau de opulência, além de paz, de baixos impostos e de boa administração da justiça: todo o resto corre por conta do curso natural das coisas*”.

O espírito desse liberalismo guiara a Revolução Industrial Inglesa e tornou-se embebido nas instituições socioeconômicas do Reino Unido. As instituições do Reino Unido, diferentemente de outros países da Europa continental, tiveram uma influência forte desse liberalismo clássico que pode ser também observado na trajetória de seu *Welfare State*. Em outros países da Europa continental, em contraste com a tradição britânica, o liberalismo teve outras ramificações e significou, muitas vezes, uma maior ação coletiva, via Estado. Na Alemanha, em fins do século XIX, Bernstein (1907), em *Evolutionary Socialism*, afirma que socialismo e liberalismo não eram apenas termos similares, mas também ideias que necessariamente precisavam caminhar juntos. Bernstein adotava uma concepção mais coletivista do liberalismo, concepção esta que também estava presente nos escritos dos socialistas fabianos. Os socialistas fabianos foram tipos únicos na tradição britânica e representaram uma espécie de “marxismo liberal”, pois acreditavam que o coletivismo iria gradualmente se sobrepor ao individualismo da era vitoriana (SAVILLE, 1958).

Até o advento da SGM, o pensamento liberal clássico prevaleceu nas instituições britânicas (ESPING-ANDERSEN, 1990; SAVILLE, 1958). Após esse período, entretanto, cresceu a influência das ideias advogadas pelos socialistas fabianos e pelo Partido Trabalhista

sobre as organizações estatais britânicas, permitindo, assim, que reformas propostas anteriormente à guerra fossem realizadas.

Desde os fins do século XIX as políticas sociais na Grã-Bretanha vinham sofrendo transformações com as mudanças promovidas pelas *Poor Laws*. A partir do século XX, diversos cientistas sociais como Titmuss (1958), Webb (1909) e Beveridge (1942), socialistas fabianos ligados à *London School of Economics*, propuseram reformas no sistema socioeconômico de proteção social que, em prática, levaram a mudanças profundas e deram origem ao moderno *Welfare State* britânico.

Em 1942, William Beveridge escreveu o *Social Insurance and Allied Services* (também conhecido como o Relatório Beveridge) que serviu como base para posteriores desenvolvimentos das políticas sociais e do próprio sistema de *Welfare State*. De 1945 a 1951, o governo de Clement Attlee, na Grã-Bretanha, realizou de forma pioneira diversas iniciativas que, mais tarde, culminaram no que se convencionou chamar de *Welfare State*. Ao longo desse período, o governo britânico aplicou políticas fiscais de cunho keynesiano para manter o pleno emprego e criar uma grande variedade de serviços públicos, destinados à proteção social. Essas iniciativas já eram uma aspiração dos trabalhistas britânicos, desde o Relatório Beveridge e culminaram em um alto nível de proteção social (SAVILLE, 1958).

Após a SGM, os britânicos estavam convencidos, em sua maioria, de que a economia deveria estar mais aberta à ação coletiva. Para Hobsbawm (1990, p. 176) na eleição de 1945: “[...] ambos os partidos, Conservador e Trabalhista, comprometeram-se com a vitória, mas apenas um comprometeu-se formalmente com a vitória e com a transformação social”.

Em 1945, o Partido Trabalhista ascendeu ao poder e iniciou uma série de reformas que estavam previstas no manifesto denominado *Let us Face the Future*. Dentro desse contexto, os três pilares que forneceram a base para o *Welfare State* Britânico foram o *National Insurance*, o *National Assistance* e o *National Health Act*. Essas reformas possibilitaram a criação de instituições que deram forma ao sistema de *Welfare State* implantado no Reino Unido até o fim da década de 1970. Influenciado pelos pensamentos de Keynes (1936) e de Beveridge (1942), o Reino Unido foi o pioneiro em diversas reformas na criação do *Welfare State* na Europa. Os sindicatos ganharam força de negociação e a saúde, a educação, a previdência social e o seguro-desemprego passaram a ser responsabilidades do Estado. Saville (1958) sustenta que, em fins da década de 1950, os trabalhistas, combinando os benefícios sociais criados no pós-guerra com uma melhor distribuição de renda, tinham transformado o capitalismo em algo quase irreconhecível.

Até a década de 1960, os principais elementos do sistema de segurança social estavam unificados no chamado *National Insurance Scheme* e a arrecadação estava unificada dentro do Exchequer, órgão central de arrecadação do país. Essa unificação dentro de um só sistema diferenciava o Reino Unido de outros países da Europa. Muitos dos benefícios em outros países da Europa estavam divididos em administrações separadas (WEDDERBURN, 1965). Com os recursos centralizados, o governo central financiava a seguridade social no Reino Unido. Progressivamente, mais pessoas passaram a ser incluídas dentro do sistema de proteção social. Embora grande parcela da população fizesse parte da seguridade social em muitos casos os valores médios eram menores que em outras partes da Europa (WEDDERBURN, 1965).

Na década de 1960, já existiam economistas como Forgarty (1961) que defendiam a diminuição do *Welfare State* no Reino Unido. Para o autor britânico, o *Welfare State* seria necessário apenas em um estágio inicial do crescimento econômico ou de recuperação econômica. Sendo assim, com a plena recuperação da economia do país, um amplo sistema de proteção social não se faria necessário (FORGARTY, 1961).

No entanto, mesmo com a alternância dos Trabalhistas e Conservadores no poder, esse arranjo institucional do *Welfare State* funcionou de forma estável até início da década de 1970. Em 1973, o aumento dos preços do petróleo atingiu fortemente o Reino Unido, aumentando a inflação e criando pressões salariais. Em 1975, na tentativa de eliminar as pressões inflacionárias o governo tenta uma espécie de concertação social na forma do “*Social Contract*” (SCHARPF, 1999).

Diferentemente da Suécia, como veremos mais detalhadamente adiante, os sindicatos britânicos eram mais dispersos, o que fez com que uma onda de descontentamento e greves fosse iniciada, o que gerou descontentamento e crise, que culminou, com a chegada de Thatcher ao poder. A chamada “dama de ferro” advogava uma diminuição no poder dos sindicatos e no escopo do *Welfare State*. O arranjo institucional que funcionara nos anos posteriores a 1945 passou, então, por modificações. A inflação corroía os salários e o pleno emprego que tinha sido o motor da manutenção da demanda, já não era a realidade.

As ideias de Thatcher eram baseadas em um maior individualismo econômico e em uma maior responsabilidade do indivíduo. Com uma retórica influenciada por Hayek (2005/2006) e Ayn Rand (GOUGH, 1980; TAUBE, 1998), Thatcher afirmava que não existia o que se denominava sociedade, e sim indivíduos dentro dessa sociedade. Essas ideias foram transformando, de modo progressivo, as políticas sociais britânicas. Pode-se afirmar que as políticas públicas do Reino Unido até a década de 1970 caracterizavam-se pela expansão do

escopo do sistema de proteção social. Já, a partir da década de 1980, observa-se o processo inverso, ou seja, uma retração da abrangência do *Welfare State*. O poder dos sindicatos foi diminuído, bem como os serviços e benefícios oferecidos pelo Estado à sociedade. As aposentadorias, por exemplo, foram gradativamente se transformando em contribuições privadas (BURCHART; HILLS 1999; POWELL, 1999).

Para Burchart e Hills (1999), Thatcher, embora tenha mudado o escopo do *Welfare State*, não conseguiu atingir totalmente seus objetivos. Para Esping-Andersen (1990 p, 161) “*In Britain, total social expenditure grew during the Thatcher period, yet this is almost exclusively a function of very high unemployment*”. No período anterior, havia um aumento de gasto com seguridade social, moradia, saúde e seguro-desemprego. No período posterior, embora houvesse uma tentativa de se diminuir o *Welfare State*, este, como demonstra Pierson (1996, 2001), é uma instituição resiliente e difícil de modificar. O *Welfare State* britânico, durante a década de 1980, transformou-se, com a privatização de parte da seguridade social, aumento das condicionantes para recebimento de benefícios, mas Thatcher não desmantelou completamente o modelo criado nas três décadas anteriores a sua eleição.

A partir da década de 1980, observa-se uma tentativa de promover a diminuição dos gastos com proteção social. Nessa trajetória, o objetivo era tornar o mercado o principal provedor dos benefícios antes ofertados pelo Estado. O sistema de aposentadorias foi gradualmente para a iniciativa privada, mas o Estado abarcava ainda considerável parte do fornecimento dos outros benefícios.

Burchardt e Hills (1999) sustentam que foram a crise e o aumento dos preços do petróleo, e não a ascensão de Margaret Thatcher ao poder, que fizeram com que, a partir de 1976, o governo tentasse conter os gastos com o *Welfare State*. Conforme os autores, a crise do keynesianismo e a baixa capacidade do Estado de se endividar e expandir suas funções foram fatores que limitaram a contínua expansão do *Welfare State* que vinha ocorrendo desde a década de 1940. Com a crise do petróleo de 1973, e o conseqüente aumento da inflação, as taxas de juro subiram e o mercado de capitais não se mostrou tão líquido quanto antes. Os dólares que até então fluíam abundantemente para a Europa, começaram a ser direcionados para outros mercados em expansão (THUROW, 1996).

Obviamente, existiam alguns traços na ascensão de Thatcher ao poder que demonstraram uma inclinação à diminuição da ação coletiva nos rumos da economia no Reino Unido. No entanto, observa-se que o empirismo britânico embebido nas instituições não permite mudanças bruscas e a proeminência do mercado foi sendo construída gradualmente.

No campo das aposentadorias, pelas deduções nos impostos como incentivos, o governo atraiu os contribuintes para esquemas de previdência privados (POWELL, 1999).

Além de incentivar a adoção de aposentadorias privadas, as associações de trabalhadores também começaram a negociar acordos coletivos de aposentadoria, com a criação de fundos de pensão. Gradualmente o modelo britânico de proteção social começou a mudar. Parte dessas mudanças deveu-se pelas novas condições socioeconômicas que se desenhavam e, outra parte, foram frutos de uma decisão deliberada do governo entrante. No entanto, as mudanças promovidas no *Welfare State* britânico foram as primeiras na Europa, no sentido de uma diminuição da atuação estatal e maior proeminência do mercado. O tipo ideal de *Welfare State* liberal passou, sobretudo a partir de fins da década de 1970, a ser exemplificado, cada vez mais claramente, pelo Reino Unido. O Estado e o mercado, ambos, passaram a fornecer os benefícios e os serviços que dariam suporte ao cidadão na ocorrência de possíveis contingências. A maioria dos benefícios passou a ser *means-tested*, ou seja, as pessoas tinham de provar a necessidade de ajuda para poderem fazer jus aos benefícios. Isso incentivava a que muitos trabalhadores passassem a buscar seus próprios meios de sobrevivência via mecanismos de mercado.

Gradualmente, a partir de fins da década de 1980, o desemprego cai. O Reino Unido em comparação com outros países da Europa Continental passa a ter um desemprego menor (vide Anexos Q e U). O Reino Unido, com uma política trabalhista mais flexível, sistemas de aposentadorias privados e taxas de desemprego menores passa a exemplificar o modelo ideal de um *Welfare State Liberal*.

#### **2.4.2 França**

Já no início do século XX, observa-se no estado francês a adoção de políticas públicas similares àquelas da Alemanha implementadas por Bismarck em fins do século XIX (ESPING-ANDERSEN, 1990; PEDERSEN, 1993). Com o fim da SGM, iniciaram-se as principais políticas de expansão e consolidação do *Welfare State*, tendo, o governo francês, em 1946, iniciado uma série de reformas nas áreas da saúde, aposentadoria e seguro desemprego.

A partir de 1958, a Quarta República iniciada no período do pós-guerra, instável politicamente, foi desfeita, e, após um referendo, Charles de Gaulle retornou ao poder. Charles de Gaulle, embora tenha sido antifascista, era um nacionalista e não um liberal no sentido do clássico liberalismo influente no Reino Unido, como discutido na seção anterior. O

general que deu muito dos contornos da França no pós-Guerra sempre defendeu um Estado atuante na economia. A França, além dos benefícios sociais sempre teve diversas empresas estatais que realizavam investimentos e atuavam em vários setores da economia, como no caso dos transportes (PEDERSEN, 1993). Na França, a alternância dos partidos e suas diferentes ênfases não influenciaram de modo significativo na trajetória do *Welfare State* durante a Quinta República (AMBLER, 1991; CAMERON, 1991).

A importância de um Estado forte e centralizado esteve enraizada durante o período da formação do *Welfare State* francês. A trajetória de formação desse *Welfare State* teve características que o diferenciaram de outros países da Europa. Até a década de 1970, os benefícios eram remetidos, em considerável parte, às famílias, em lugar de serem para os indivíduos. Até 1940, 40% dos benefícios na França eram direcionados à família (PEDERSEN, 1993). Gradualmente, essa situação foi mudando, mas o direcionamento para as famílias ainda se manteve como uma peculiaridade do *Welfare State* francês. Já na década de 1950, diversos benefícios que eram criados em outros países começaram a ser implementados na França como seguro-desemprego, proteção contra invalidez, aposentadoria e os benefícios direcionados às famílias começam a diminuir (PEDERSEN, 1993).

No entanto, a principal característica do *Welfare State* francês, presente desde o início de sua trajetória, foi o financiamento do sistema de previdência que foi, majoritariamente arcado pela contribuição dos empregadores (BALDWIN, 1996; ESPING-ANDERSEN, 1990; PEDERSEN, 1993). A combinação francesa de um *Welfare State* com instituições centralizadas e seu sistema de aposentadorias corporativista forneceu o melhor tipo ideal de *Welfare State* Conservador/Corporativista. Palier (2000) sustenta que: “*If one looks at its institutions (techniques or policy instruments) and its general goals, the French social protection system is an illustration of the Continental Christian Democratic way of providing Welfare*”.

A França desenvolveu um modelo de *Welfare State* que, com o da Alemanha, mais se aproximou do tipo ideal de um modelo conservador/corporativista (ESPING-ANDERSEN, 1990). Nesse modelo de *Welfare State* – que teve suas origens na tradição Bismarckiana de um Estado forte e centralizado – o cidadão recebe benefícios, mas deve lealdade à nação e ao chefe de Estado. Como afirma Esping-Andersen (1990, p. 40-41): “[...] *in conservative social policy, the boundary between duties and rights is often very blurred*”. Para Esping-Andersen, nesse modelo a parte descomoditizada é ligada à função que o cidadão exerce ou exercia no mercado.

Na França, a contribuição dos empregadores foi historicamente mais alta e o governo arcou com uma menor parte da seguridade social. Essa contribuição na França onerava o empregado e o empregador, diferenciando a taxa marginal de contribuição. Como na maioria dos *Welfare States* Conservadores, os planos de aposentadoria mais amplos e maiores foram os ligados ao serviço público, sobretudo os de alto escalão. As diferenças entre as aposentadorias do serviço público de alto escalão e os outros trabalhadores foram historicamente altas. Além disso, as pensões pagas por associações e fundos importantes também tiveram um importante papel (BRIGGS, 2006; ESPING-ANDERSEN, 1990; PALIER, 2000).

Briggs (2006) nota que desde a formação de seus *Welfare States*, países como Itália e França já obtinham os recursos para financiar seus gastos através de uma taxa obrigatória dos rendimentos dos próprios salários. Nesses dois países, desde o início, o que o trabalhador recebia em momentos de necessidade tinha relação com o que ele tinha produzido enquanto estava em atividade. Em lugar de políticas universais, como as adotadas nos países nórdicos, Esping-Andersen (1990, p. 69) ao diferenciar os modelos sustenta que:

[...] the corporatist model is best identified by the degree to which the social insurances differentiated and segmented into distinct occupational-and-status-based programs. In this case we would also expect large variations between the bottom and the top in terms of benefits.

Como sustentado anteriormente, a adoção de políticas públicas e o próprio *Welfare State* não foram sinônimos de maior igualdade, nem foi esse o objetivo de várias das instituições do *Welfare State* criadas. Os sistemas redistributivos da França e da Alemanha, exemplos de *Welfare States* conservadores, oferecem proteção social de acordo com a posição de cada um no mercado de trabalho. Um aumento na desigualdade salarial, por conseguinte, tendeu a aumentar a desigualdade social. É um sistema em que a aposentadoria dependia diretamente do salário, na medida em que esses salários tornavam-se mais desiguais, a desigualdade de benefícios tendia a se acentuar.

O cientista social francês Rosanvallon sustenta que esse modelo tende, a longo prazo, a se desestabilizar. Rosanvallon (1998) afirma que as contribuições previdenciárias deveriam ser abolidas e transformadas em impostos como nos países nórdicos e no Reino Unido. O autor argumenta que no modelo francês as aposentadorias tornaram-se um tipo de assistência, enquanto em outros modelos reforça-se a solidariedade, pois o ônus é melhor distribuído pela sociedade. Embora os sistemas do Reino Unido e dos países nórdicos sejam distintos, estes

tem uma sustentação maior nos impostos do que nas contribuições, como é o caso do modelo francês.

Para Rosanvallon (1998), o sistema francês é menos estável, pois quando ocorre uma diminuição de contribuintes e um aumento de aposentados, estes não estão dispostos a financiar o gasto crescente. Enquanto existiu um crescimento acelerado, desemprego baixo e aumento de produtividade – como ocorreu do pós-guerra ao início da década de 1970 – esse sistema centralizado, baseado em contribuições, foi estável (BARBIER, 2003).

A partir da década de 1970, o aumento do desemprego trouxe maiores restrições orçamentárias aos governos na Europa. O aumento generalizado do desemprego na Europa Ocidental foi também acompanhado do aumento da inflação (vide Anexos A, Q e U). Os modelos conservadores/corporativistas sofreram um impacto muito grande, e seu gasto com aposentadorias tornou-se crescente, atingindo 13% do Produto Interno Bruto (PIB) em 1998 (OECD, 2012).

No modelo corporativista, como no caso alemão e francês, o Estado era menos equipado para compensar como empregador um aumento do desemprego. Em função das restrições fiscais e monetárias, o Estado no modelo conservador corporativista utilizou a estratégia de diminuir a oferta de trabalho. Isso onerou ainda mais os cofres públicos. Para sustentar um maior número de trabalhadores inativos, existia a necessidade de um aumento da produtividade. Na década de 1980, esse aumento da produtividade já era muito menor (EUROPEAN COMMISSION, 2011b). Quando o aumento da produtividade não é tão alto, o Estado começa a ter que cortar ou diminuir os benefícios sociais.

A partir de 1980, estava claro que as condições socioeconômicas tinham mudado. Mitterrand, em 1981, venceu as eleições e tentou implementar o que Feathersome (1988) denomina de o último experimento keynesiano. O governo Mitterrand, ao tentar atacar o problema do crescente desemprego, adotou políticas monetárias e fiscais expansionistas. No entanto, essa tentativa de gerenciamento da demanda em um contexto de maior inflação, menor crescimento e maior mobilidade de capitais não foi bem sucedido (BARBIER, 2003; ESPING-ANDERSEN, 1990; CAMERON, 1991; SCHWARTZ, 2001).

Após dois anos, a França sofria com uma crise orçamentária, altos níveis de inflação e a incapacidade para diminuir o desemprego. Mitterrand tentou a expansão da demanda via gasto público e aumento de liquidez em uma economia onde a Curva de Philips já não se sustentava no longo prazo. O desemprego onerava ainda mais o *Welfare State* francês, com uma despesa com seguro-desemprego que subia, valor que atingiu 2,3% do PIB em 1985 (OECD, 2012).

A partir de 1983, Mitterrand volta a adotar políticas mais contracionistas. Mesmo com o agravamento da situação fiscal francesa, o país continuou a ser generoso em seu sistema de aposentadorias, sobretudo entre os que ganhavam mais. Diferentemente de outros países, a França manteve a idade para aposentadoria em 60 anos até a década de 2000.

Marier (2005) sustenta que os eleitores tendem a punir governantes que cortem gastos. Além disso, o corporativismo é um traço marcante do *Welfare State* francês. Essa tendência explica a resiliência de um *Welfare State*, mesmo mais custoso e oneroso como na França. Para Marier (2005) a grande tendência ao corporativismo no *Welfare State* francês faz com que as mudanças, em qualquer das direções sejam mais difíceis de serem levadas a cabo em comparação a outros países. Mesmo com mudanças socioeconômicas profundas o *Welfare State* francês é menos equipado para lidar com as mudanças. Isso fez com que em um contexto de agravamento de desemprego, o Estado francês tivesse sua situação fiscal piorada.

Como citado acima, nos modelos conservadores/corporativistas houve incentivos para a diminuição da oferta de trabalho na tentativa de se diminuir a taxa de desemprego. Isso se acentuou a partir da década de 1980. Na França, a porcentagem de trabalhadores de 55-64 anos, que estavam empregados em porcentagem da população de 55-64 anos, caiu de 50,7% em 1980 para 37,2% em 1985 e, posteriormente, para 35,6% em 1990 (EUROPEAN COMMISSION, 2011b).

Com a crise do petróleo, o fim de *Bretton Woods* e o aumento do desemprego, também ocorreram na Europa, a partir da década de 1970, um processo de diminuição da participação da indústria no total de empregos e um aumento no setor de serviços. Para Esping-Andersen (1990), a situação favorece um aumento dos trabalhos *part-time*. Em países como a Suécia, a proporção de *part-time* em relação ao total aumentou significativamente, porém nem tanto quanto na França ou na Alemanha. O autor sustenta que a maior quantidade de *part-time jobs* teve a ver com uma maior afluência feminina no mercado de trabalho, sobretudo nos países corporativistas. Percebe-se que o mercado de trabalho em toda a Europa passou por uma aguda crise. Nos países conservadores/corporativistas, essa mudança foi mais profunda.

Para Castel (2000), a partir de meados do século XIX, até a década de 1970 do século XX, as sociedades, sobretudo as europeias, passaram a ser, cada vez mais, sociedades salariais. Para ele, uma sociedade salarial é, sobretudo, uma “sociedade na qual a maioria dos sujeitos sociais tem sua inserção social relacionada ao lugar que ocupam no salariado, ou seja, não somente sua renda, mas, também, seu status, sua proteção, sua identidade”. A partir do início da década de 1970, essa sociedade salarial entrou em crise. O pleno-emprego vigente na

maior parte da Europa Ocidental durante um quarto de século passou a não existir. O estado que garantia uma renda mínima em caso de desemprego ficava cada vez mais sobrecarregado.

Com uma taxa de crescimento acelerada, foi possível aumentar os benefícios sociais sem aumentar os impostos. Com a queda na taxa de crescimento e de produtividade, isso se tornava impeditivo. A partir de 1973, nenhum sistema parecia conseguir prover ambos ao mesmo tempo: pleno emprego e crescimento sustentável. Além disso, quando o *Welfare State* foi desenhado, o compromisso de pleno emprego restringia-se à parte masculina da população. Gradualmente, esse compromisso precisou estender-se, também, à parte feminina também, aumentando a pressão sobre o *Welfare State*. Somado a isso, houve um acréscimo da expectativa de vida que gerou uma demanda maior sobre o *Welfare State*.

Países com modelos conservadores/corporativistas sofreram mais com as mudanças. Mesmo com um *Welfare State* resiliente, a França entrou na década de 1990, com uma taxa de desemprego alta, o que punha maior pressão sobre seu modelo de proteção social. O Tratado de Maastricht, a criação do Euro, a maior abertura econômica impuseram novos desafios a seu *Welfare State*.

### 2.4.3 Suécia

Antes da SGM, a Suécia já era um país industrializado e apresentava uma alta renda *per capita* e distribuição de renda mais equânime em relação à maioria dos demais países europeus (MILNER, 1990; ROJAS, 2005; TILTON, 1990). O país destacava-se também pelo fato de já, nos anos 1930, ter no poder político o Partido Social Democrata (SAP – *Sveriges socialdemokratiska arbetareparti* – *Swedish Social Democratic Workers' Party*).

Foi nesse período, pré-SGM, que o *Welfare State* social-democrata ganhou impulso. Uma importante contribuição intelectual para o início do sistema de proteção social sueco foi dada pelo economista Gunnar Myrdal, que percebeu que por ter uma pequena e homogênea população com alto grau de confiança mútua e no governo, a Suécia poderia tornar-se um baluarte de um generoso *Welfare State* (NORBERG, 2006). O economista sueco, Prêmio Nobel de Economia em 1974, trouxe diversas contribuições intelectuais para a consolidação das instituições que permitiram à Suécia criar seu modelo de *Welfare State* social-democrata.

Para Myrdal (1986), as condições eram muito favoráveis. A população sueca era muito bem educada, homogênea e ativa politicamente. Nos anos 1930, houve uma reforma educacional que tornou a educação compulsória até os 16 anos e melhorou a qualidade educacional para todos (MILNER, 1990). Ao mesmo tempo, o país tinha um forte setor

exportador. Uma economia aberta sempre foi uma característica da economia sueca. Desde sua industrialização, tanto os industriais, quanto os sindicatos e o SAP eram favoráveis às inovações trazidas pelo capitalismo, desde que criassem novos empregos (NORBERG, 2006). Historicamente, a indústria sueca esteve focada em poucas empresas altamente produtivas e voltadas à exportação. Antes da SGM já tinham sido fundadas as seguintes empresas: Volvo Atlas Copco, Ericsson, Alfa-Laval, *Allmänna Svenska Elektriska Aktiebolaget*– ASEA, *Aktiebolaget Gasaccumulator*– AGA, e *Svenska Kullagerfabriken*– SKF.

Algumas políticas sociais de caráter universal tiveram a Suécia como país pioneiro (ESPING-ANDERSEN 1990). A junção de um SAP, que contava com o apoio de uma massa de trabalhadores sindicalizados unidos em um só sindicato, e a adoção de políticas públicas expansionistas propiciou à Suécia um crescimento e um processo de industrialização que permitiu a implementação de um modelo de *Welfare State* Social que, mais tarde, serviu de inspiração a outros países. Em 1936, Marquis Childs escreveu o livro *Sweden: The Middle Way* no qual ele defendia a ideia de que a Suécia havia encontrado o caminho entre o crescimento econômico e a justiça social num cenário de grande liberdade política.

Após a SGM, essa trajetória de expansão do *Welfare State* acentuou-se. As contribuições intelectuais pró-*Welfare State* e um ambiente institucional interno e externo favorável colocaram a Suécia em uma rota de crescimento combinado com uma melhora na distribuição de renda e universalização dos benefícios sociais. Myrdal (1986), Rehn (1951) e Meidner (1951) são alguns dos economistas que se destacaram por sua contribuição em diversos aspectos do *Welfare State* sueco.

Em 1951, Rehn e Meidner, dois economistas ligados à central sindical sueca (LO – *Landsorganisationen i Sverige*), apresentaram ao sindicato dos trabalhadores suecos um relatório denominado “*Trade Unions and Full Employment*”. Nesse relatório, foi delineado o modelo Rehn-Meidner que forneceu a base para a ampliação e consolidação do “modelo sueco”. Esse modelo aproveitou as instituições suecas e as condições socioeconômicas do pós-SGM e criou um sistema onde o pleno-emprego conseguia conviver com uma baixa inflação e constante aumento de produtividade (vide Anexos A, L e O).

Por ser a Suécia um país com um sindicato centralizado e extremamente forte, os economistas sugeriram uma política de equalização salarial que previa salários iguais para empregos iguais. Esta política independeria da taxa de lucro das empresas. Isso fez com que, para as empresas menos competitivas, os salários se tornassem um custo muito alto e terminassem as retirando do mercado, o que não gerava aumento do desemprego, pois as grandes empresas exportadoras, extremamente competitivas, absorviam essa mão de obra.

Para as empresas competitivas o salário não abarcava grande parte dos custos e, portanto, podiam continuar contratando. Este círculo virtuoso estimulava o crescimento da economia, o aumento de produtividade e permitia a manutenção do crescimento, pleno emprego e inflação em baixa (MILNER, 1990; NORBERG, 2006).

O objetivo principal do modelo era o pleno emprego. Os trabalhadores aceitavam abrir mão de demandas de aumento de salário, e o governo assumia o compromisso da manutenção do emprego por meio do gerenciamento da demanda. Esse gerenciamento macroeconômico mantinha a economia sueca com níveis de desemprego baixíssimos e inflação controlada. Tais ideias foram de encontro à concepção subjacente à Curva de Phillips, permitindo que uma diminuição do desemprego não causasse um aumento da inflação da década de 1950 até a década de 1980 (vide Anexos A, O, Q e U).

O sindicato era forte e centralizado fazendo com que o sindicato patronal (SAF – *Svenska Arbetsgivareföreningen*), aceitasse negociar coletivamente com a LO. Pode-se perceber, a partir da década de 1940, um grande aumento no número de trabalhadores e o crescimento da sindicalização dos mesmos.

A partir da década de 1960, o “modelo sueco” se aprofundou (ROJAS, 2005). A estratégia da política salarial solidária, na qual os trabalhadores concordavam em equalizar os salários, abrir mão de aumentos salariais e negociar coletivamente, funcionava, pois as negociações eram unificadas. Enquanto para Rojas (2005) esse modelo começou a plantar as sementes da crise da década de 1990, os defensores desse modelo sustentavam (RENH; MEIDNER, 1951) que este passava uma ideia de solidariedade entre os trabalhadores e também reforçava a ideia de maior igualdade. Para os defensores do modelo ele fazia com que, por meio de alocações mais eficientes, as indústrias menos eficientes acabavam tendo que sair do mercado ou se fundir com indústrias mais eficientes o que mantinha a competitividade da indústria sueca e suas exportações em alta (MILNER, 1990; TILTON, 1990).

Durante as décadas de 1960 e 1970, houve outro fator institucional que facilitou a implementação desse modelo. Existia uma grande proximidade entre o LO e o SAP, que ficou interruptamente no poder até 1976. O LO dava historicamente apoio financeiro e de pessoal ao SAP. Existia uma forte relação entre o aumento dos filiados do SAP e do LO.

As políticas ativas de emprego nasceram na Suécia, e foram imitadas em diversos graus por uma grande parte dos países europeus (BARBIER, 1996, 2003). As negociações unificadas entre a LO e o SAF permitiram que, durante os períodos de desvalorização *dokrona*, os salários nominais não subissem tanto.

A tributação focava na renda e não na produção, o que incentivava ainda mais a criação de empregos. A tributação da renda, fortemente progressiva – defendida pelos sindicatos – permitia o financiamento dos serviços do *Welfare State* e não onerava a produção.

Os contribuintes de classe média, embora muitas vezes fossem contra esses altos impostos, acabavam utilizando os serviços de Welfare oferecidos pelo Estado. Grande parte dos serviços de saúde, educação, transporte, pensões além do seguro desemprego, seguro contra doença e outros benefícios criados e ampliados eram amplamente utilizados pela classe média (TILTON 1990; MILNER, 1990). Na Suécia, a inclusão no *Welfare State* daqueles que tinham uma renda mais alta foi um ponto importante na constituição do modelo. Já nos anos 1970, houve outra reforma educacional que permitiu maior acessibilidade à educação universitária (MILNER, 1990). Educação de qualidade e empresas exportadoras e competitivas eram a base da economia sueca, notadamente até 1980. A agenda social para o sindicato não deveria interferir no progresso econômico (NORBERG, 2006).

Até à crise do início da década de 1990, a manutenção de um alto crescimento, conjugado com o pleno emprego, permitiu à Suécia ampliar o seu *Welfare State* de maneira constante e gradual. Na Suécia, a presença do SAP no governo parece explicar parte do desempenho em relação ao pleno emprego. Esping-Andersen (1990) e Huber e Stephens (2001) analisam como o longo período na Escandinávia em que os gabinetes eram comandados pelos social-democratas, e concluem que esse período foi importante para ampliação e consolidação do *Welfare State*.

Os autores citados tentam mostrar que há uma relação direta entre o período de um gabinete Social Democrata e o tamanho do *Welfare State*. Tentam demonstrar também que a Suécia foi o melhor exemplo de país que teve um gabinete Social Democrata por um longo tempo e que tem o Welfare mais descomodificado e com benefícios sociais mais amplos (HUBER; STEPHENS, 2001). Huber e Stephens (2001) aprofundam sua análise e mostram como a estrutura do *Welfare State* dependeu do tempo de permanência de cada partido no poder e sua orientação ideológica. Huber e Stephens (2001) tentam demonstrar que a distribuição de influência entre partidos os políticos e os movimentos trabalhistas forjaram o arcabouço institucional dos *Welfare States* (HUBER; STEPHENS, 2001). Patterson e Campbell (1974) tentam mostrar que, em 1974, Suécia, Noruega e Grã-Bretanha, que tinham até aquele momento partidos trabalhistas ou social democratas com o maior tempo no poder, tinham as maiores porcentagens de filhos de pais da classe trabalhadora, na universidade, do que outros países europeus. No entanto, verifica-se que, nas décadas de 1950 e 1960, existia

um consenso, na maioria dos países da Europa e, mais notadamente, na Suécia, que o pleno emprego era fator importante para o crescimento econômico. Esse consenso estava presente, em diferentes graus, em grande parte dos partidos europeus (HOBSBAWM, 1994).

Como visto, a crise dos anos 1970 criou uma maior pressão sobre o *Welfare State* europeu. Nos países de modelo social-democrata, o Estado manteve as principais instituições e por meio de políticas de emprego ativas, manteve o desemprego em níveis baixos, permitindo que se pudessem manter os benefícios nos patamares anteriores. Portanto, o *Welfare State* e a estrutura de emprego coincidiram e tiveram uma relação causa-efeito.<sup>13</sup>

A partir dos anos 1970, o desempenho na questão do emprego na Suécia sobressaía-se a outros países europeus. Como afirma Wood (2001, p. 399):

Sweden's employment performance in the 1970s and 1980s appeared to be nothing short of miraculous in international comparison. Between 1971 and 1989 unemployment oscillated around a 2 per cent trend figure, while the OECD average soared to over 10 per cent.

Por meio da negociação salarial e da política salarial ativa que tinha sido proposta e criada nos anos 1960 por Gösta Rehn e Rudolf Meidner, tentando minimizar a diferença salarial entre as diversas categorias, a Suécia conseguiu manter o desemprego em níveis baixos e manter a produtividade. “*Minimizing wage differential within skill categories served to penalize low productivity firms, and thus direct labour towards more efficient companies*” (WOOD, 2001, p. 399).

Conforme pode ser notado, isso foi possível graças à alta centralização das negociações salariais na Suécia. Ademais, a Suécia não se focava só no seguro-desemprego, mas também em políticas trabalhistas aos desempregados como: (i) o governamental *Employment Service* ajudar os desempregados a encontrar trabalho, (ii) fundos para treinamento de adultos e (iii) programas públicos de emprego pelo *National Labour Market Board* (WOOD, 2001, p. 399-400).

O mercado de trabalho, portanto, afetou positivamente a trajetória do *Welfare State*. Para Esping-Andersen (1990), a linha que separa o *Welfare State* e o mercado de trabalho passou a não existir de forma clara.<sup>14</sup> As questões institucionais são fundamentais para se

---

<sup>13</sup> “*Welfare-state and employment regime not only coincide, but that welfare states indeed have a direct causal impact on how employment structures and, as a result, new axes of social conflict evolve*”. (ESPING-ANDERSEN, 1990, p. 221).

<sup>14</sup> Muitas vezes o Estado passou a condição de empregador direto, pois percebia que talvez fosse mais efetivo para o Estado empregar pessoas do que as subsidiar para não trabalhar. Até o fim dos anos 1980, nos países

entender como o mercado de trabalho opera. O *Welfare State* passa a ser uma variável endógena no estudo da economia política do pós-SGM e do mercado de trabalho. No período da Era de Ouro, o *Welfare State* e o mercado de trabalho estavam intimamente interligados.

Antes de 1973, as políticas fiscais, monetárias, comerciais eram intimamente integradas com as políticas sociais e com o *Welfare State*. A partir da crise, o Estado Nacional passa a ter menos espaço para políticas macroeconômicas e a coordenação das políticas públicas torna-se mais complexa. Essa coordenação mais estreita das políticas econômicas e sociais passa ter de ser muito mais eficiente para alcançar um gerenciamento eficaz da demanda efetiva, aumento da renda e tentativa da diminuição da pobreza e da exclusão. Na Suécia, em grande medida isso foi alcançado até o início da década de 1990. Entre 1980 e 1990, a efetividade das transferências de renda (a capacidade para tirar as pessoas abaixo da linha da pobreza) aumentou mais de 80% no país (NOLAN; HAUSER; ZOYEM, 2000).

No entanto, a manutenção do *Welfare State* relativamente intacto nos anos 1970 e 1980 na Suécia, não foi mantida sem conflitos. Em diversos momentos, os empresários tentaram cortar benefícios e dismantelar a barganha centralizada. Preocupavam cada vez mais em reduzir custos, manter os salários em nível com a produtividade, e aumentar as exportações. Como notam Huber e Stephens (2001, p. 251), a partir da década de 1970:

Swedish business became markedly less interested in a compromise with domestic labor which entailed an increase or just maintenance of domestic consumption, more interested in lowering wage costs, more concerned about competition for labor with the growing public sector, and more concerned about access to foreign markets.

Nesse período, os sindicatos, muito poderosos e influentes no SAP, conseguiram manter os benefícios e a orientação econômica desejada pela LO.

A partir da perspectiva adotada, pode-se sustentar que o período da década de 1970 até 1990, talvez seja o de mais importância para explicar a maior resiliência do *Welfare State* sueco. A *path-dependence* explica como as escolhas que a Suécia fez neste momento, diferenciam a trajetória traçada por esse país até o momento. A resposta à crise, na década de 1970, foi distinta de outros países. O país concebeu uma trajetória que focou a manutenção de baixas taxas de desemprego, estimulando e incentivando a permanência no mercado de trabalho (ESPING-ANDERSEN, 1990).

---

Nórdicos o governo é responsável por aproximadamente 25% da mão de obra (ESPING-ANDERSEN, 1990, p. 149, 157-158, 160).

Em 1976, enquanto vários países da Europa sentiam fortemente os efeitos do choque do petróleo, restringiam os direitos trabalhistas e tentavam cortar gastos, a Suécia passava o *Co-Determination at Work Act* (MBL). Esse ato era um antigo desejo do LO. Este ato determinava que ambos, empresários e trabalhadores, deveriam ter direitos iguais à informação (sindicatos estariam aptos a obter toda a informação relevante disponível pela companhia). A administração deveria consultar o sindicato antes de decidir mudanças substanciais na companhia (por exemplo, introdução de novas tecnologias). O SAF foi contra, mas a lei acabou sendo aceita e continuou em vigor mesmo durante os anos de 1976 a 1982, quando o SAP estava fora do poder.

Stryker (1998) sustenta que ao chegar ao poder:

[...] Swedish conservative coalition governments enacted relatively 'small programmatic reforms' changing social security indexing schemes, reducing benefit levels for part time pensioners, tightening eligibility levels for housing services and raising fees for hospital services. When the Swedish Social Democrats returned to power, they lengthened the work qualification required for unemployment insurance eligibility and introduced a number of other, ultimately rejected changes, including substituting means-tested benefits for widow's pensions.

O capítulo 4 fornece elementos para aprofundar a análise de como os valores de uma sociedade são enraizados, como mudam lentamente e como afetam as políticas públicas. Embora a ênfase entre os conservadores e social-democratas fosse distinta, os valores enraizados na sociedade sueca faziam com que as políticas de diferentes partidos não se alterassem muito.

O SAP retornou ao poder em 1982, colocou em prática a idéia do *Wage-earner-funds* ou o chamado Plano Meidner. Cinco *wage-earner funds* (fundos de pensão dos trabalhadores) regionais foram estabelecidos para operar de forma similar às companhias de seguro e fundos pensão. Os fundos foram usados para pesquisa e como incentivos a poupança. O SAF sempre foi contra o *wage-earner-funds*. Afirmava ser um passo para o socialismo e o controle coletivo dos meios de produção. O governo conservador-liberal, que assumiu, em 1991, aboliu o fundo e mesmo depois da volta do governo social-democrata, este assunto não foi colocado novamente na agenda pela LO. Nota-se que, na década de 1980, enquanto os direitos trabalhistas e a proteção social sofriam uma retração em toda a Europa, os trabalhadores suecos obtiveram o direito a ter participação na decisão de algumas empresas, por meio dos fundos.

Como citado anteriormente, as políticas de emprego sempre foram historicamente importantes na Suécia, sobretudo no período da década de 1930, até o início da década de 1980. O modelo Rehn-Meidner (1951) buscava retirar as empresas menos eficientes e fortalecer as mais competitivas, permitindo que o país se mantivesse produtivo, facilitando o crescimento, o que ajudaria a financiar as crescentes políticas do *Welfare State*. Os altos níveis de emprego também desoneravam o seguro-desemprego e o sistema de aposentadorias. As políticas de emprego sempre foram importantes na Suécia, sendo fundamentais também para a criação e manutenção do modelo sueco.

Para Therborn (1991), observando a economia sueca em fins da década de 1980, a mesma seria um paradoxo. A carga tributária atingiria mais de 50% do PIB, o Estado atuava em uma área bastante estendida, os custos trabalhistas eram altíssimos, porém, era um país extremamente aberto comercialmente e suas empresas eram muito competitivas. O autor considera que o sucesso sueco estava calcado em quatro pilares: (i) uma tradição de direito sociais amplos e universais, (ii) uma baixa tributação corporativa e uma alta taxação pessoal, (iii) um gerenciamento governamental prudente e competente e (iv) e uma estreita cooperação entre sindicatos e empregadores. Para Rojas (2005, p. 50) os elementos que permitiram o crescimento da economia sueca crescer com tamanha intervenção governamental foram distintos: “[...] *four decisive historical preconditions which together endowed the project with its characteristic stability and strength, namely an ethnically homogeneous population, a strong national state, an expanding industrial economy, and a technological and an organisational development of the kind epitomised by the term Fordism*”.

O modelo sueco, portanto, apresentou diversas características institucionais peculiares que fizeram com que a trajetória de seu *Welfare State* fosse distinta de outros países continentais. O *Welfare State* que tinha passado pela crise de 1973, sem grandes abalos e continuou crescendo durante a década de 1980. No entanto, esse modelo que tinha funcionado muito bem até fins da década de 1980, no início dos anos 1990, entra em uma séria crise (NORBERG, 2006).

A Suécia teve uma crise econômica no início na década de 1990, que se iniciou no setor financeiro e contagiou toda a economia. Como resultado, o governo mudou a direção da política fiscal que se tornou mais contracionista. Em conjunto com isso o câmbio desvalorizou-se acentuadamente em 1992-1993 (JACOBSSON, 2003). Em 1993, a dívida pública alcançou 84% do PIB e o governo iniciou uma forte redução dos gastos e diminuição do déficit – a relação dívida/PIB caiu para 74,1% em 1997 e atingiu 46,8% em 2002 (OECD, 2012). Gould (1999) defende que essa redução do déficit objetivava alcançar o critério de

convergência do bloco, do qual a Suécia começou a fazer parte a partir de 1992. Pode-se sustentar, nesse sentido, que os cortes já teriam sido necessários, mesmo com a Suécia fora da UE, visto que o país passava por uma forte crise de confiança. Coronel (2002) vê a crise sueca do início da década de 1990, como o encontro entre causas exógenas e endógenas. As causas endógenas seriam fim da barganha coletiva e a desregulação do mercado de capitais. A isso, se somou a internacionalização dos mercados financeiros e a entrada da Suécia na UE. Para Rojas (2005, p. 8), o modelo sueco se esvaiu na década de 1990: “[...] *immigration, globalisation, prolonged economic stagnation and the information revolution have undermined them*”.

Em resumo, no modelo social-democrata, as aposentadorias foram baseadas em impostos, tinham o princípio da universalidade e eram majoritariamente pagas pelo Estado. As contribuições previdenciárias dos trabalhadores eram baixas e o governo entrava com grande parte da seguridade social. A seguridade social é baseada em altos impostos. Nos modelos social-democratas os benefícios entre o topo e a base da pirâmide social form, historicamente menores. Os serviços públicos eram amplamente utilizados pela classe-média. Isso tornava a classe-média uma defensora do *Welfare State*, contra medidas que o diminuíssem. Para Esping-Andersen (1990, p. 69): “[...] *for the Welfare State, the result was the consolidation of a vast popular majority wedded to its defence ‘Middle-class’ universalism has protected the welfare against backlash sentiments*”.

No modelo social-democrata, e no sueco como melhor exemplo, formavam o tripé do modelo: (i) a expansão e melhoramento dos serviços sociais, de educação, e de saúde, (ii) uma estratégia onde havia participação grande para o trabalho e (iii) um pleno emprego sustentado por um longo período (ESPING-ANDERSEN, 1990; MILNER, 1990). As sociedades nórdicas em geral, e os suecos, em particular, constituem um grupo extremamente homogêneo de pessoas com uma tendência à organização e uma tradição social-democrata, com uma grande na equidade, assim como o Reino Unido tem uma tradição mais liberal, menos intervencionista e mais individualista (MILNER, 1990; TILTON, 1990). Na Suécia, o liberalismo reflete-se no campo político dessas sociedades. As sociedades nórdicas tendem a ser sociedades pluralistas, democráticas e inclusivas. A tradição social-democrata, mesclada com o liberalismo político, ajudará a entender a trajetória da década de 1990, com uma grave crise financeira e com a posterior entrada da Suécia na UE.

## 2.5 CARACTERÍSTICAS INSTITUCIONAIS DOS MODELOS: CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS

Os modelos de *Welfare State* descritos até aqui tem características que os fazem se assemelhar e outras que os diferenciam. Até o início da década de 1970, houve uma expansão do *Welfare State* na maioria dos países da Europa Ocidental. Embora os modelos tenham sido criados de maneira distinta, de forma geral, o *Welfare State* floresceu baseado em um acordo entre o empresariado, Estado e trabalhadores. O acordo ocorreu em um período de alto crescimento e baixa inflação, quando a distribuição da renda e a criação de benefícios que seguravam os cidadãos contra as intempéries, eram permitidos pelos recursos e desejados pela população. Nos momentos em que o crescimento diminuía, o governo nacional realizava políticas fiscais e monetárias expansionistas. A macroeconomia keynesiana era *mainstream* e, por meio da gestão de curto prazo do *trade-off* entre inflação e desemprego, a política econômica procura manter o pleno emprego em condições de relativa estabilidade macroeconômica (SNOWDON; VANE, 2005). Isso ocorreu, em maior ou menor grau para quase todos os países da Europa incluindo os três analisados neste trabalho: Reino Unido, França e Suécia. Com o fim de *Bretton Woods*, no início da década de 1970 e, posteriormente, com o Tratado de Maastricht (1992) e o Pacto de Estabilidade e Crescimento (1997) ocorreu uma restrição a esse tipo de política fiscal e monetária. O capital passou a fluir com maior velocidade entre os países, a inflação aumentou e não mais se observou o *trade-off* entre inflação e desemprego. Políticas fiscais e monetárias expansionistas acabavam gerando mais inflação sem a contrapartida desejada, qual seja, o aumento da produção e da renda.

A esse novo panorama seguiram-se respostas distintas. Já a partir da década de 1970, os países responderam distintamente aos choques do petróleo, à flutuação das moedas frente ao dólar e ao aumento do desemprego. Os países de modelo social-democrata criaram políticas pró-emprego, incentivando a permanência de trabalhadores mais velhos no mercado de trabalho. Isso criou pressões menos severas no sistema de previdência social e no seguro desemprego.

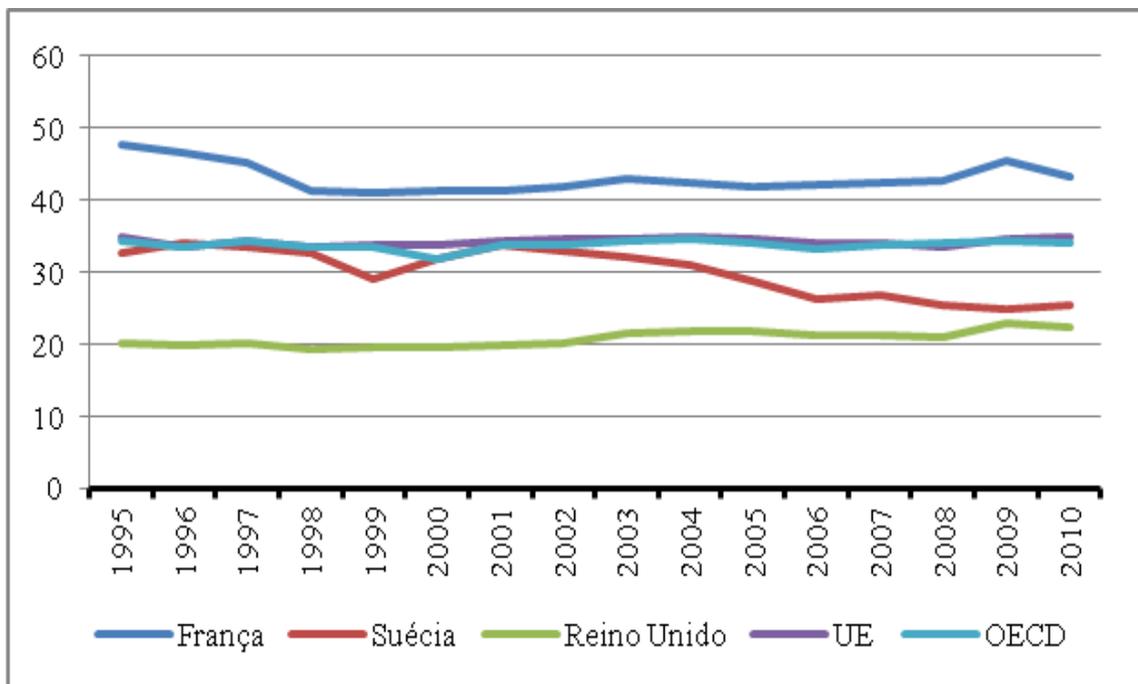
Nos países continentais tentou-se o contrário, estimulando a aposentadoria precoce. Eles procuravam diminuir a oferta de trabalhadores e, com isso, diminuir o desemprego (ESPING-ANDERSEN, 1990). Isso acabou onerando sobremaneira o sistema de previdência em um contexto de menor crescimento e alta inflação. O Reino Unido liberalizou e começou um gradual processo de privatização de seu sistema de previdência que se acelerou na década de 1980. Os países que mantiveram seus *Welfare States* menos modificados, a partir de 1970,

foram aqueles em que, como na Suécia, a ideia de igualdade e a ideia de proteção social são embebidas na sociedade. Nesses países, os impostos progressivos e pagos pela população em geral sustentaram o *Welfare State* (MILNER, 1990).

Nesse modelo, um aumento do desemprego onera o *Welfare State*, mas não o faz mudar seus padrões de forma significativa. A Suécia é o caso mais emblemático desse modelo. Na França, em contraste, o sistema de proteção social depende em maior grau das contribuições dos trabalhadores ativos.

Um aumento do desemprego traz um peso ainda maior sobre o modelo conservador/corporativista (PESTIEAU, 2006). Na França, historicamente, os benefícios foram, em grande parte, financiados pelas contribuições patronais ou dos empregados. Na Suécia, essa porcentagem foi mais baixa e os benefícios foram financiados, em uma porcentagem maior, por impostos. O Gráfico 1 mostra a trajetória da porcentagem das contribuições sociais em relação ao PIB. As contribuições sociais incluem contribuições para fins de seguridade social de empregadores, empregados e profissionais liberais.

**Gráfico 1 – Contribuições sociais em economias selecionadas, 1995-2011 (% do PIB)**



Fonte: World Bank (2013).

Wood (2001, p. 371) destaca como, ao se iniciar determinado caminho em termos de políticas sociais, torna-se mais difícil desviar-se dele, afirma: “*Initial decisions and*

*institutions can prejudice some future outcomes over others by providing strong incentives and constraints for actors to act in certain ways”.*

Certamente, ao destacar-se a presença e existência do *path-dependence* dentro dos regimes de *Welfare State* nos países da Europa Ocidental não está implícito um determinismo socioeconômico. Ou seja, países que fizeram determinadas escolhas em seu passado não necessariamente estarão fadados a permanecer em tal situação. Só se deve ter em conta que os fatores históricos e sociais que fizeram com que determinada sociedade recorresse a certas escolhas no passado, fazem com que, face aos choques exógenos, elas tenham escolhas mais atraentes em relação a outras sociedades que fizeram escolhas distintas.

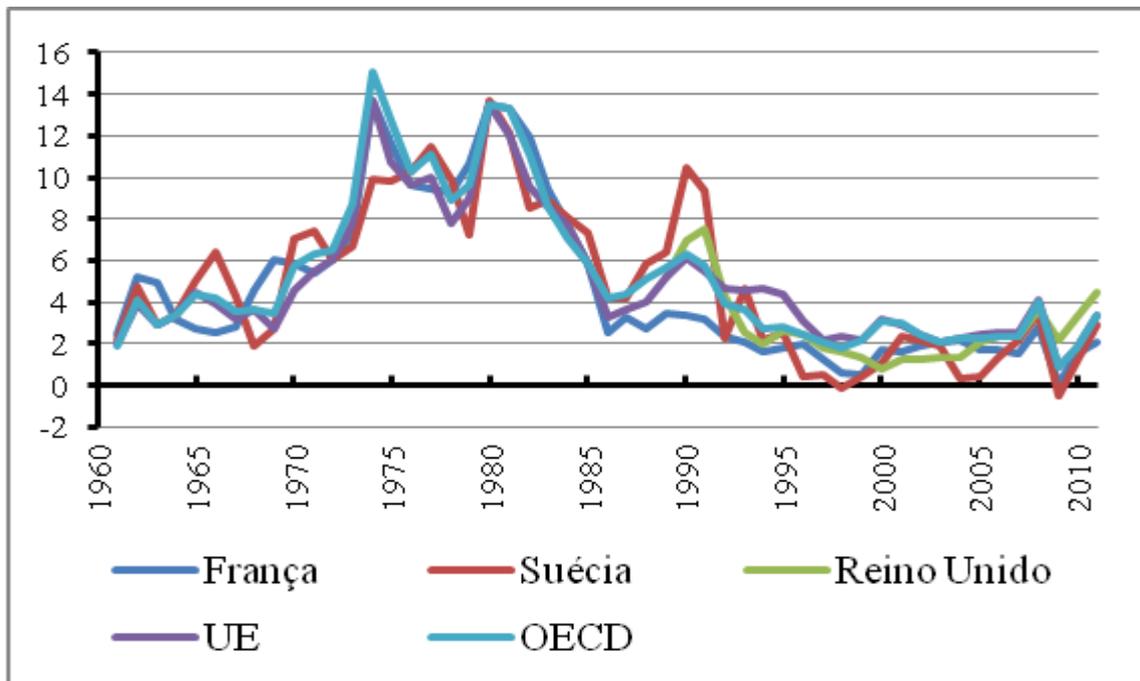
Com o Tratado de Maastricht – que colocou um teto na relação dívida/PIB (Produto Interno Bruto) e no déficit fiscal – as tendências nas trajetórias dos sistemas de proteção social acentuaram-se. Mesmo com o limite sendo desrespeitado, diversas vezes, a política monetária dos países se tornou cada vez mais coordenada. A Suécia, que entra na UE em 1995, foi um dos primeiros países a adotar o sistema de metas de inflação. No país, o *Welfare State* se manteve mais estruturado e mais bem financiado que os demais da Europa continental, embora tenha passado por diversos ajustes. Na Suécia, o *Welfare State* tem raízes históricas antigas e é bastante insitucionalizado na sociedade. O conceito de proteção social universal está embebido na sociedade sueca e, portanto, nesse aspecto, as melhorias ou cortes não são profundos. Como destacado por Pierson (2001, p. 415): “[...] *change in well-institutionalized polities is typically incremental*”. A trajetória sueca é permeada com a visão de um *Welfare State* universalista. Desse modo, essa trajetória fez com que a população sueca tendesse a se posicionar mais favoravelmente à manutenção de seu nível de proteção social, com ajustes demandados pelas novas condições sócio-econômicas. Novamente, Pierson (2001, p. 416) afirma que: “*Contemporary welfare-states, and the politics that surround them, strongly reflect these path dependent effects*”.

Até aqui, observou-se as distintas trajetórias dos três distintos tipos de *Welfare State* até fins da década de 1980. Em resumo, para fins de síntese, pode-se sustentar que em diversos aspectos esses modelos tinham características similares, quais sejam:

- (i) Sistemas de previdência que eram majoritariamente baseados no modelo de repartição. Esse modelo de transferência eram fortemente intergeracionais. Os trabalhadores entrantes financiavam aqueles que se aposentavam;
- (ii) Esquemas de seguro-desemprego que garantiam uma renda mínima caso o trabalhador não conseguisse emprego por um determinado período de tempo;

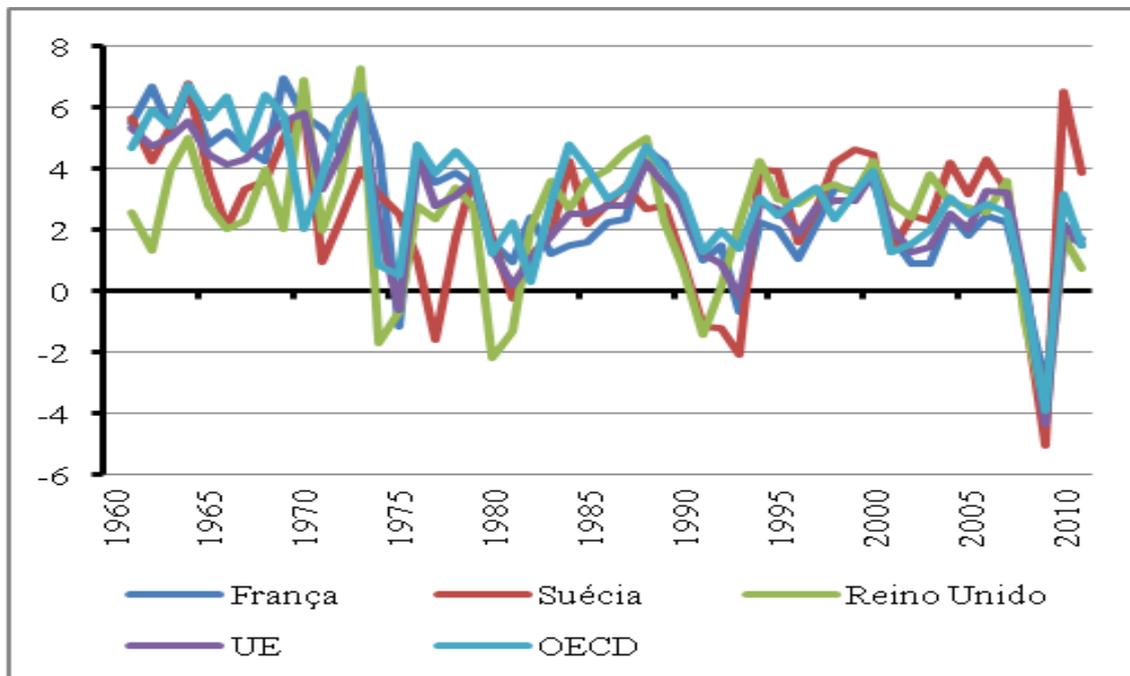
- (iii) Um sistema tributário que tinha taxas marginais progressivas;
- (iv) Transferências de renda e de alívio de pobreza;
- (v) Sistemas educacionais (não considerados na análise aqui) e um sistema de saúde (também não analisados aqui), ao menos parcialmente públicos;
- (vi) Taxas de inflação, até o início da década de 1970, quando elas se elevaram fortemente, relativamente baixas. O Gráfico 2 mostra a taxa de inflação nos três países selecionados, nos países da OECD e na EU;
- (vii) Até a o início da década de 1970, esses modelos tinham uma alta taxa de crescimento do PIB. O Gráfico 3 mostra a taxa de crescimento do PIB nos três países selecionados, nos países da OECD e na EU.

**Gráfico 2 – Taxa de inflação em economias selecionadas, 1960-2011 (% ao ano)**



Fonte: World Bank (2013).

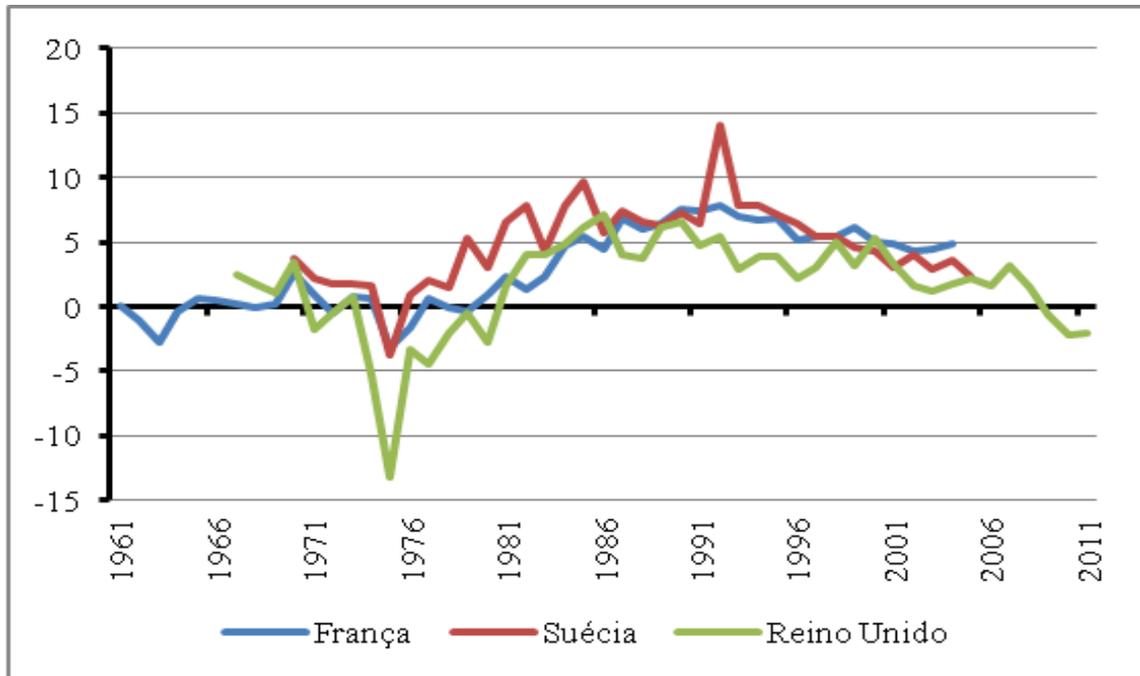
Gráfico 3 – Crescimento do PIB em economias selecionadas, 1960-2011 (% em relação ao ano anterior)



Fonte: World Bank (2013).

(viii) Até a década de 1980 as taxas de juros reais também eram baixas como percebido pela análise do Gráfico 4;

**Gráfico 4 – Taxa de juros real em economias selecionadas, 1961-2011 (em % ao ano)**



Fonte: World Bank (2013).

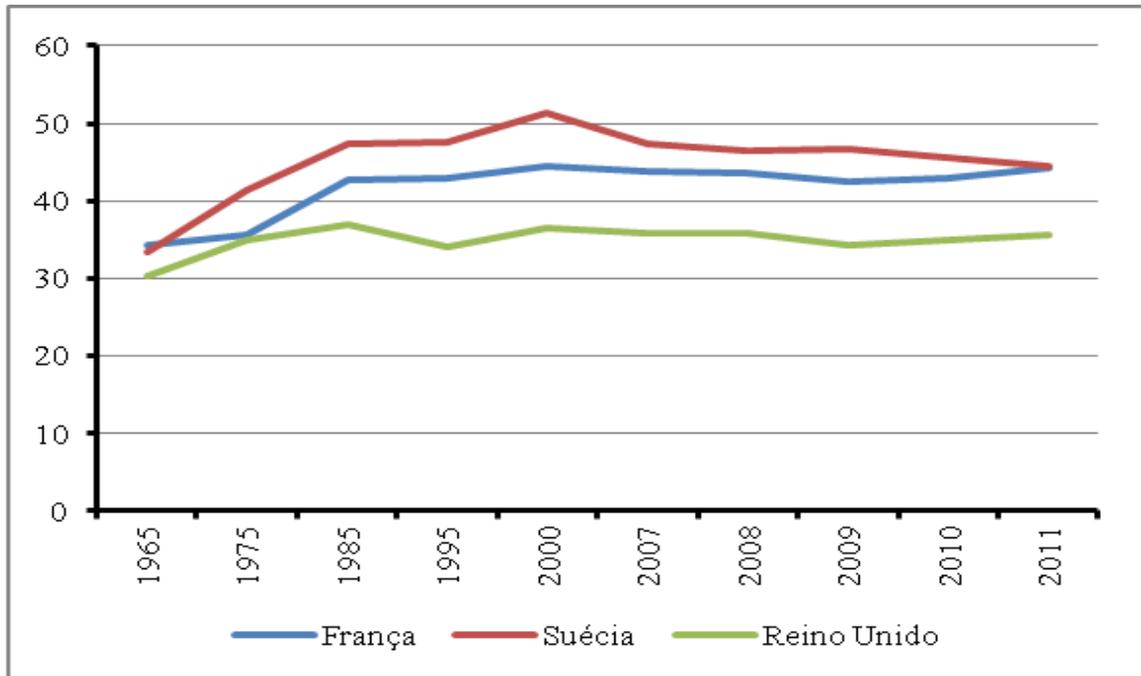
No entanto ao analisar as características institucionais desses modelos, até a década de 1990, pode-se também destacar as diferenças dentro desses modelos a partir das trajetórias dos países selecionados analisadas até aqui e partir da tipologia de Esping-Andersen.

As principais divergências nos modelos até a década de 1990:

- (ix) O modelo social democrata tinha menores taxas de desemprego, seguidas pelos liberais e depois pelo modelo conservador corporativista;
- (x) No modelo social-democrata a taxa de emprego da população de 55-64 anos era a maior, seguida pelo modelo liberal e por último o modelo conservador/corporativista (ver Tabela 1);

- (xi) O peso dos impostos em relação ao PIB era maior no modelo social-democrata, seguidas pelo de conservador/corporativista e por último pelo modelo liberal (Gráfico 5);

**Gráfico 5 – Total da receita de impostos em relação ao PIB em economias selecionadas, 1965-2011 (em %)**

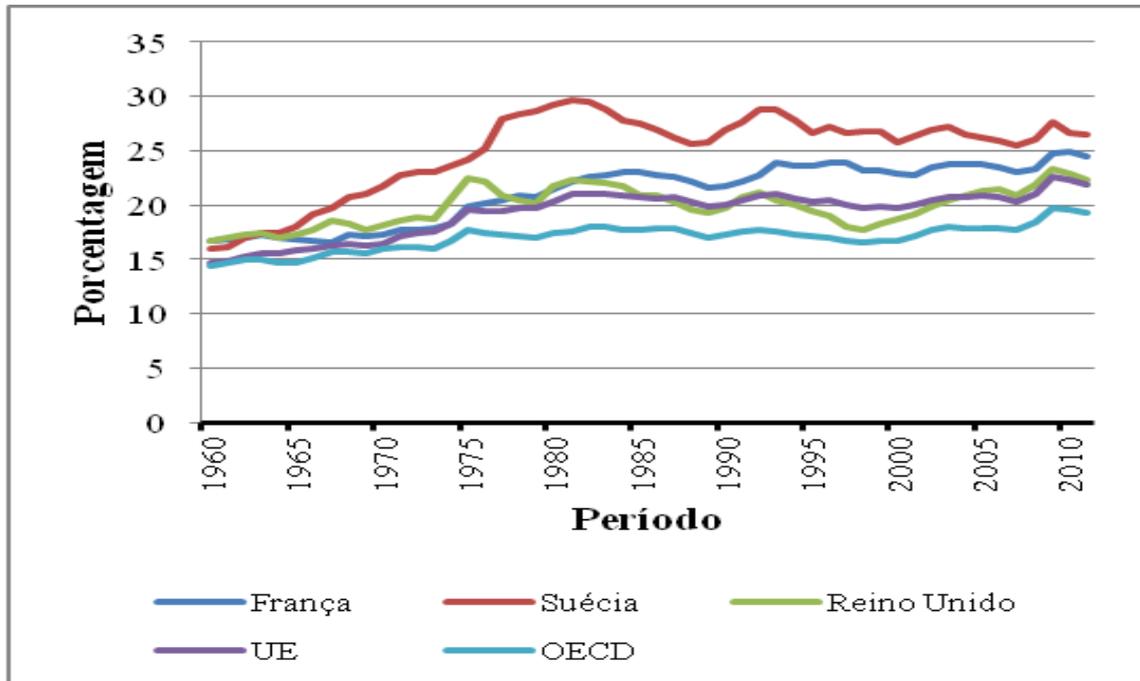


Fonte: World Bank (2013).

- (xii) A desigualdade de renda era maior no modelo liberal, seguida pelos conservadores/corporativistas e depois pelo modelo social-democrata o menos desigual de todos;
- (xiii) O modelo previdenciário já era parcialmente privatizado no modelo liberal (ver Seção 2.4.1) em contraste com o modelo social-democrata e conservador/corporativista;
- (xiv) No modelo conservador/corporativista o peso das contribuições sociais era maior, seguido pelo modelo social-democrata e pelo modelo liberal;

- (xv) Em relação ao consumo final do governo os países social-democratas eram aqueles que tinham o maior gasto, seguidos pelo modelo conservador/corporativista e posteriormente pelo liberal (Gráfico 6).

**Gráfico 6 – Consumo final do governo central em economias selecionadas, 1960-2011 (% do PIB)**



Fonte: World Bank (2013).

Esses modelos que se comportavam de maneira similar às descritas no livro de Esping-Andersen (1990) iniciaram trajetórias distintas a partir da década de 1990. Nas Seções seguintes são analisadas essas transformações a partir de tópicos sobre o desemprego, previdência, comércio internacional e relações trabalhistas.

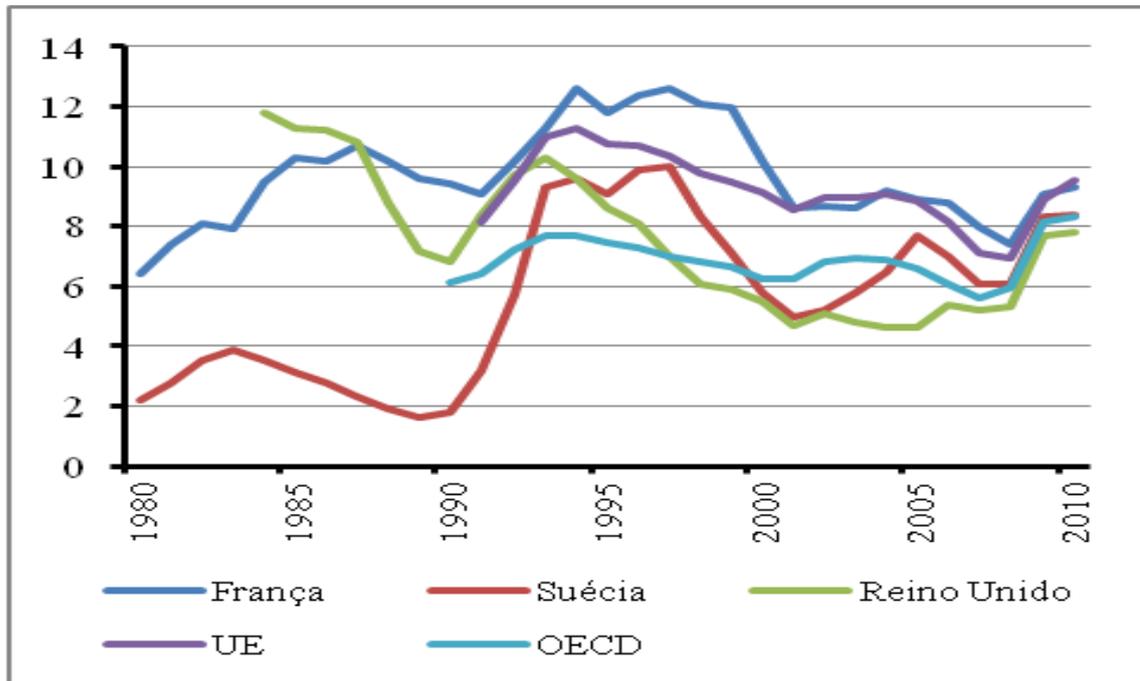
## 2.6 DESEMPREGO, PREVIDÊNCIA E COMÉRCIO INTERNACIONAL: O *WELFARE STATE* NA EUROPA NAS DÉCADAS DE 1990 E 2000

### 2.6.1 Desemprego e previdência

A década de 1990 trouxe importantes mudanças institucionais para os países da Europa Ocidental. Dentre essas mudanças se destacam a questão demográfica (envelhecimento da população), o aumento da imigração, a crescente interdependência econômica e o aumento do desemprego. Muitas desses câmbios foram simultâneas à consolidação da integração europeia, que se deu com o Tratado de Maastricht (analisado com mais detalhes na seção seguinte), da criação da UE e do Euro. Pode-se sustentar que essas tendências já estavam em curso e se consolidariam sem o aprofundamento da integração econômica europeia. Dada a dimensão das mudanças ocasionadas pela UE, é difícil afirmar que a UE, ao menos, não intensificou alguns traços dessas mudanças (SCHMITT; STARKE, 2011). Tendências sócioeconômicas que já estavam em curso, desde a década 1970, acentuaram-se na década de 1990, e como sustenta Vandenbroucke (2001), a transição de uma economia industrial para uma economia de serviços acarretou também mudanças profundas no emprego, nas relações trabalhistas e, por conseguinte, nas instituições do *Welfare State*.

No início da década de 1990, o desemprego, que já havia aumentado na década de 1970, chegou a novos patamares e, embora a Europa, em geral, não estivesse em estagflação, os níveis de desemprego, na média, estavam muito maiores do que nas cinco décadas anteriores (EUROPEAN COMMISSION, 2011b). O Gráfico 7 ilustra a trajetória do desemprego dos três países selecionados a partir de 1980:

Gráfico 7 – Taxa de Desemprego em economias selecionadas, 1980 – 2010 (em %)



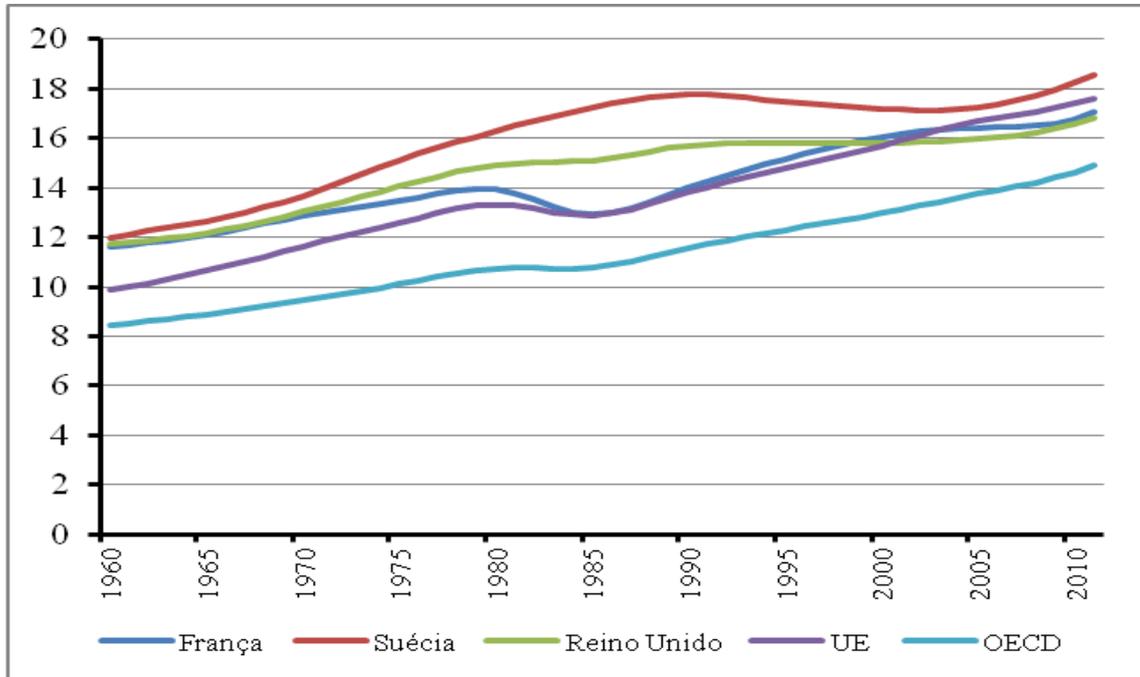
Fonte: World Bank (2013).

Os novos níveis de desemprego transformaram e oneraram os diferentes modelos de proteção social adotados na Europa, pois a base de contribuição diminuía enquanto os número de recipientes aumentava. O *Welfare State* expandiu-se e consolidou-se em um contexto de altas taxas de emprego. Os modelos não estavam preparados para serem financiados num contexto de economias com taxa de desemprego de 8% mantidos por períodos prolongados, além do ambiente demográfico que já não era favorável (MEIER; WERDING, 2010).<sup>15</sup> Para Vandenbroucke (2001), não foi apenas o aumento do desemprego que modificou o escopo do *Welfare State*. Para o autor outros importantes fatores foram: (i) o envelhecimento da população, (ii) a feminilização do mercado de trabalho, (iii) o crescente individualismo e (iv) a transição de uma economia industrial para uma economia de serviços. Vilroix e Schampheleire (2000) sustentam que a transição para uma sociedade pós-industrial fez com que pessoas de baixa qualificação tivessem mais dificuldade em participar do mercado de trabalho. Isso aumentou ainda mais a taxa de desemprego que, combinada com mudanças demográficas e a diminuição do crescimento econômico (EUROPEAN COMMISSION, 2011b), acabaram culminando em mudanças nas instituições do *Welfare State* e em suas formas de financiamento.

<sup>15</sup>As mudanças demográficas serão discutidas na Seção 4.

O Gráfico 8 mostra o envelhecimento da população nos três países selecionados na UE e na OECD.

**Gráfico 8 – População com mais de 65 anos em economias selecionadas, 1960-2010 (% da população total)**



Fonte: World Bank (2013).

A maior dificuldade de financiamento dos sistemas de aposentadorias, principal mecanismo de transferência de renda do *Welfare State*, passou a ser uma variável importante nas novas políticas dos Estados nacionais. Na Europa, na década de 1970, em média, para cada trabalhador inativo havia dois trabalhadores a sustentá-lo. Na década de 2000, essa proporção passou a ser de aproximadamente um para um (MEIER; WERDING, 2010; VILROKX; SCHAMPHELEIRE, 2000). Esses impactos, entretanto, foram distintos nos diferentes modelos previdenciários. De forma geral, pode-se dividir os sistemas de aposentadoria na Europa em dois modelos: o Bismarckiano e o Beveridgiano. No primeiro, a aposentadoria é relacionada a quanto o cidadão recebeu durante o período em que esteve trabalhando. No segundo, as aposentadorias são financiadas por meio dos recursos captados como impostos e não há uma relação direta entre o valor da aposentadoria e o valor da contribuição.

Na UE, conforme aponta Haverland (2001), encaixam-se no sistema de aposentadorias Beveridgiano, a Suíça, a Suécia, o Reino Unido, a Holanda e a Dinamarca. Para o autor, Itália, França e Áustria podem ser considerados países que adotaram o sistema Bismarckiano. Este

último modelo tem sofrido mais com os problemas de financiamento, uma vez que com o aumento do desemprego as contribuições diminuíram e, portanto, os recursos alocados para as aposentadorias também (HAVERLAND, 2001). No modelo Bismarckiano, os benefícios são pagos a pessoas que trabalharam ou trabalham no país. Já nos países nórdicos, que usam o modelo de Beveridge, os benefícios são pagos às pessoas que residem no país (CARPORASO, 2000). Esses dois modelos, no entanto, estão em constante transformação e a distinção entre os dois é cada vez mais difusa (BRADY, 2003, 2005).

Dentro desses dos sistemas previdenciários, pode-se, grosso modo, encontrar três formas de financiamento: (i) por meio de fundos de pensão; (ii) um sistema *pay-as you-go* (PAYG); ou, ainda (iii) uma combinação de ambos. Na primeira modalidade, por meio da contribuição social dos trabalhadores são formados fundos de pensão que são financiados por parte do salário ou através da contribuição do empregador. Esses fundos são investidos e, ao final do período, o trabalhador recebe a aposentadoria referente ao montante investido mais juros. Na segunda modalidade, PAYG, os trabalhadores da ativa financiam, por meio de impostos ou contribuições, os trabalhadores já aposentados. Os contribuintes contam com os futuros trabalhadores entrantes para financiar sua aposentadoria futura. A partir de fins do século XX, o grande problema para o *Welfare State* passou a ser o modelo de financiamento (POWELL, 1999).

Até a década de 1970, com a economia em crescimento acelerado (vide Anexo B, C e L) e com a constante chegada de novos trabalhadores, os benefícios previdenciários puderam ser gradualmente ampliados. Com a entrada de cada vez menos contribuintes no mercado de trabalho (LEE; REHER, 2011; MEIER; WERDING, 2010), os países que adotavam o sistema de Beveridge, como a Suécia e o Reino Unido, começaram a criar fundos de pensão para que estes financiassem ao menos parte da aposentadoria dos trabalhadores.

Na década de 1990, esses mesmos países começaram a diferenciar as aposentadorias de quem contribuía, daquelas dos que não contribuía. Dadas as novas circunstâncias, as aposentadorias passaram a ser vistas como *insurance*, que seriam financiadas pelos fundos de pensão ou como assistência e, nesse caso, seriam financiadas pelos impostos em geral (BARBIER, 2003). As primeiras continuariam a ser financiadas pelo trabalhador ou por seu empregador, com a diferença de que o montante não iria diretamente para o gasto geral com previdência, mas, sim, para os fundos. A assistência àqueles que contribuía pouco ou não contribuía continuou sendo financiada pelos impostos em geral. A França foi um dos últimos países a canalizar os recursos dos trabalhadores para fundos de pensão com o objetivo

de financiar a aposentadoria futura (BARBIER, 2003; HAVERLAND, 2001). A Suécia e o Reino Unido já haviam iniciado essa trajetória na década de 1980.

A cobertura na França dos ativos de fundos de pensão era de 6% do PIB, em 1998. Enquanto isso, no período, no Reino Unido, a cobertura era de 70% do PIB e a Suécia de 16% (HAVERLAND, 2001).

A Tabela 2 mostra os valores patrimoniais dos fundos de pensão em relação ao PIB no ano de 2009:

**Tabela 2 – Valores patrimoniais dos fundos de pensão em economias selecionadas, 2009 (%PIB)**

<b>Países</b>	<b>Fundos de pensão (%)</b>	<b>Fundo de pensão de reservas públicas (%)</b>
França	0,8	4,3
Suécia	7,4	27,2
Reino Unido	73,0	3,8

Fonte: OECD (2011b)

A França, desde o início, era o país com as menores porcentagens de fundos de pensão em relação ao PIB. Seu sistema previdenciário é o que mais se assemelha a um sistema PAYG. A Suécia e o Reino Unido, em contraste, vêm aumentando essa proporção e cada vez mais tem seus sistemas capitalizados, os quais, não dependem tanto da contribuição dos trabalhadores entrantes.

Além do modelo previdenciário os países já tinham trajetórias de taxas de desemprego distintas. Como visto, após 1973, quando a economia mundial já não crescia tanto, países como Suécia e Noruega, por meio da criação de instituições e políticas de estímulo ao emprego, conseguiram manter taxas de desemprego mais baixas do que na maioria dos países da Europa Ocidental (ESPING-ANDERSEN, 1990, p 163). No *Welfare State* social-democrata, o Estado passou a fornecer subsídios para promover o pleno emprego e também atuou como empregador de última instância (BARBIER, 2003; ESPING-ANDESEN, 1990). Desde a década de 1980, nos países de modelo social-democrata, a saída do mercado de trabalho entre os trabalhadores, entre 55-64 anos, era baixa e nos países conservadores/corporativistas era alta. Para Esping-Andersen (1990) em países onde os benefícios são altos, as pessoas poderiam continuar no mercado se as chances no mercado fossem altas. Nos modelos social-democratas, políticas ativas de emprego e políticas contra-

cíclicas davam o fomento ao pleno emprego e não à diminuição da oferta de mão de obra como nos países conservadores/corporativistas (HUBER; STEPHENS, 1991; ESPING-ANDERSEN, 1990).

Essa tendência se manteve até fins da década de 2000. A Tabela 3 mostra as trajetórias nos três países do emprego da população mais velha.

**Tabela 3 – Taxa de emprego da população de 55-64 anos em economias selecionadas, 1990-2010 (%)**

Ano	França (%)	Suécia (%)	Reino Unido (%)
1990	30,7	69,5	49,2
2000	29,3	65,1	50,4
2005	38,5	69,6	56,7
2010	39,7	70,6	56,7

Fonte: OECD (2011, p. 157).

Os dados mostram que as trajetórias dos três países em relação à taxa de emprego da população acima de 55 anos se mantêm relativamente estáveis. A Suécia ainda é o país que tem as maiores taxas de emprego nessa faixa etária. Ela é seguida pelo Reino Unido e a França ainda é o país que tem as menores taxas de emprego entre essa faixa etária. A tendência à saída do mercado de trabalho dos mais velhos se mantém em contraste ao modelo social-democrata. Na Suécia, além de existir uma taxa de desemprego menor, as pessoas trabalhavam mais anos, não sobrecarregando o sistema previdenciário como no caso dos modelos corporativistas.

O *Welfare State* conservador/corporativista, principalmente o modelo francês, parece ser o mais resistente a mudanças. Essa percepção é compartilhada mesmo por autores que sustentam que os modelos estão convergindo rapidamente (SCHMITT; STARKE, 2011). Dado que na França o emprego da população entre 55-64 anos é baixo e o sistema é menos capitalizado em comparação aos outros modelos seu sistema previdenciário é o mais vulnerável financeiramente. A trajetória francesa, para um sistema previdenciário mais sólido, iniciou mais tardiamente que nos outros países europeus. A idade de aposentadoria era menor do que na maioria dos demais países (60 anos) e os fundos de pensão ainda tem um peso pequeno no sistema previdenciário.

A resiliência e as mudanças adaptativas do *Welfare State* dependeram dos arranjos institucionais que, por sua vez, estavam condicionados aos valores embebidos na sociedade. Ou seja, a trajetória de formação das instituições moldaram as características das mudanças que ocorreram no contexto de adversidade. Como afirma Bahle (2006, p. 5), “[...] *Variations between countries are explained partly by variations in their institutional heritage and partly by country-specific sociopolitical constellations and institutional innovations*”.

A Comissão Europeia (EUROPEAN COMMISSION, 2011a) considera proteção social:

- (i) aposentadorias,
- (ii) auxílio doença e
- (iii) seguro desemprego.

Dos três itens citados, as aposentadorias e o seguro desemprego foram as instituições que mais sofreram com as mudanças que ocorreram na década de 1970 e que se acentuaram na década de 1990. Gradualmente, a base que financiava esses benefícios nos distintos modelos passou a ser cada vez menor e os demandantes cada vez mais numerosos.

Apoiado nessa análise, nos anos 1990, o Partido Trabalhista no Reino Unido começou a desenhar uma terceira via ou um *Welfare State* ativo (GIDDENS, 1999; POWELL, 1999). Essa terceira via seria definida em seus objetivos como uma igualdade de oportunidades em lugar de uma igualdade de resultados. (POWELL, 1999). As condições *ex-ante* seriam mais importantes que as condições *ex-post*. Esse novo modo de pensar o *Welfare State* foi ao encontro do que o filósofo John Rawls (1972) chamou de “véu da ignorância”, no qual com base em uma “posição original” as pessoas deveriam ter as mesmas oportunidades; as desigualdades só poderiam refletir o que acontecesse baseando-se nessa “posição original”.

Para Rawls (1972), dessa concepção de justiça surgem dois princípios: (i) qualquer pessoa tem um direito igual ao conjunto mais extenso das liberdades fundamentais que seja compatível com um conjunto similar de liberdade para todos; e (ii) as desigualdades sociais e econômicas devem satisfazer duas condições: devem ser (a) para o maior benefício dos membros menos favorecidos da sociedade e (b) ligadas a cargos e posições abertos a todos em condições de igualdade de oportunidades.

As ideias de Rawls (1972), denominadas de liberalismo igualitário (van PARIJS, 1997), influenciaram os formuladores de políticas públicas no Reino Unido no afã de encontrar uma forma de combinar uma maior eficiência econômica, herdada de um

individualismo da era Thatcher, com uma igualdade de oportunidades para a população. Isso precisou ser combinado com a criação de instituições que pudessem ser financiadas em um ambiente de menor crescimento, maior longevidade da população e aumento do desemprego.

O Reino Unido, durante as décadas de 1990 e 2000, continuou flexibilizando o mercado de trabalho, privatizando grande parte das aposentadorias, enquanto criou estímulos para a empregabilidade (PESTIEAU 2006), reduzindo a taxa de desemprego que se manteve como uma das mais baixas da Europa de meados da década de 1990 até fins da década de 2000 (vide Anexos Q e U).

A França, nas duas últimas duas décadas, manteve seu modelo centralizado, estratificado e corporativista, com instituições mais resistentes a mudanças. Para a *The Economist* (2009) “*a strong beneficent state, with heavy taxation, regulation and protection is common to many continental European countries. But nowhere is it more pronounced or entrenched than in France*”.

Nos países escandinavos, em especial, a Suécia, as mudanças foram mais graduais e, embora tenham ocorrido mudanças nos sistemas de aposentadorias, o sistema ainda manteve benefícios maiores que em outros países da Europa (NORBERG, 2006; PIERSON, 2001). Na Suécia, grande parte da população aprova esse modelo diferenciado (EUROPEAN COMMISSION, 2011b). Em sua maioria, os suecos não se importaram em pagar altos impostos, desde que recebam, em troca, serviços públicos de qualidade, além de proteção social (EUROPEAN COMMISSION, 2011b). Historicamente, os suecos tem um *Welfare State* enraizado e aprovado pela maioria da população e uma aguda sensibilidade ao desemprego (PADGETT; PATTERSON, 1991). No entanto, essa percepção da sustentabilidade do modelo também tem mudado no país (ROJAS, 2005).

Na Suécia, e nos países nórdicos, existe uma tradição de maior cooperação entre empregadores e empregados que, embora tenha se enfraquecido nos últimos 20 anos, continua mais forte que nos países conservadores/corporativistas. Essa tradição de cooperação entre empregados e empregadores é contrastada com o modelo conservador, fortemente hierarquizado (NORBERG, 2006).

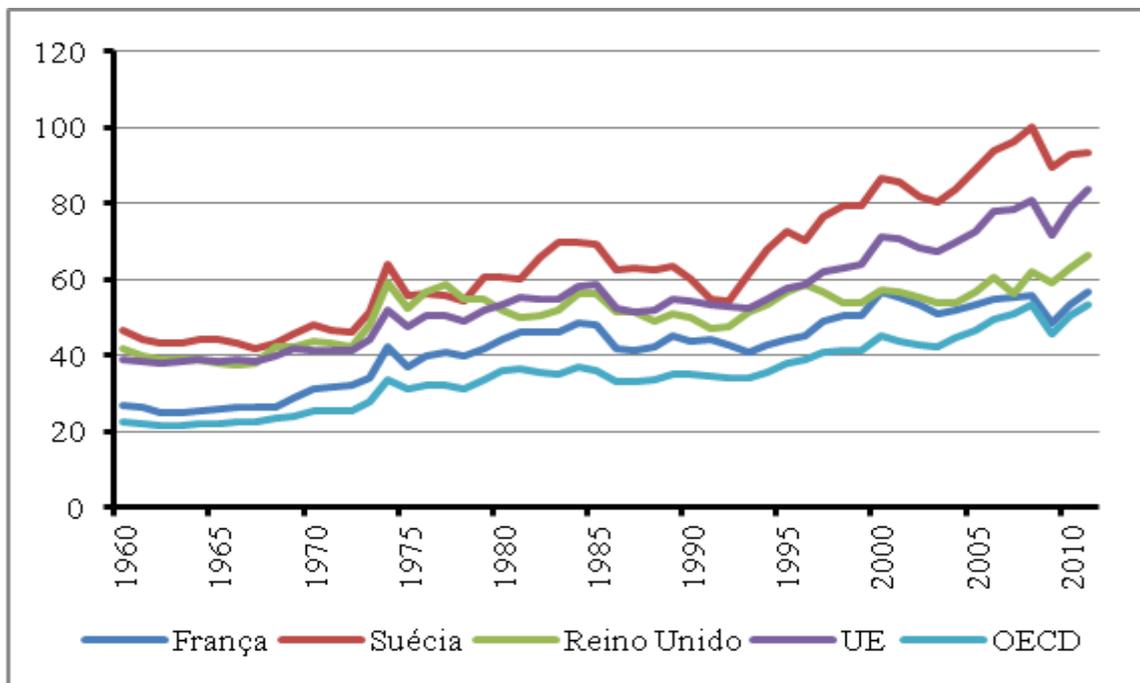
Os três modelos tiveram de se adaptar às mudanças socioeconômicas das décadas de 1990 e 2000. Percebe-se que a combinação de aumento do desemprego, diminuição das contribuições e aumento no número de aposentados influenciou nas instituições previdenciárias, moldando, conseqüentemente, as trajetórias do *Welfare State*. Concomitante a essas mudanças, a UE trouxe uma grande abertura comercial e o impacto dessa abertura é analisado na seção seguinte.

## 2.6.2 Abertura comercial, globalização e o *Welfare State*

A relação entre a abertura comercial de um país e o tamanho de seu *Welfare State* é difusa e de difícil mensuração, em função da gama de fatores que influenciam a mesma. Rodrik (1998), Iversen e Cusack (2000), Rhodes (2000), Iversen (2001) e Swank (2002), dentre outros, sustentam que nações que tem uma economia mais aberta tendem a ter um maior *Welfare State*, apesar dos canais por onde se dá essa relação não serem tão claros, pois correlação não significa necessariamente causa. Iversen (2001) sustenta, que o aumento da abertura comercial, ao ampliar a exposição do país a uma maior competição internacional, induziria os governos a aumentar gastos com o *Welfare State* como forma de compensação para a maior volatilidade de renda que normalmente acompanha a abertura (KRUGMAN; OBSTFELD, 1999). Em alguns países, como a Suécia, isso é corroborado, já em outros países como a França essa relação não é tão clara.

O Gráfico 9 mostra a trajetória da abertura econômica dos países selecionados para efeito de comparação. O grau de abertura comercial se dá somando-se as importações e as exportações e dividindo o resultado pelo PIB.

**Gráfico 9 – Abertura Comercial (Importação + Exportação/PIB) em economias selecionadas (%)**



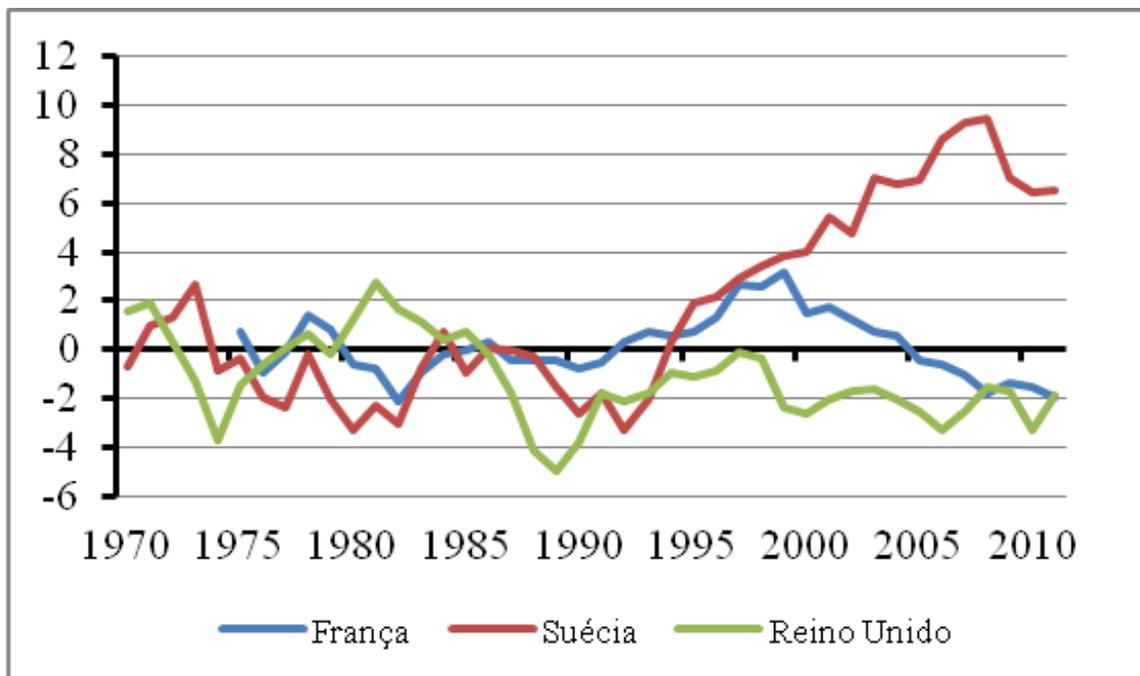
Fonte: World Bank (2013).

Os dados a mostram que a França, dentre os países selecionados, é o menos aberto comercialmente, seguido pelo Reino Unido e pela Suécia, país com uma grande abertura

comercial. Esses dados mais recentes refletem tendências que já existiam desde o início da década de 1990. Dos três países a França foi, historicamente, a mais protecionista. O comércio internacional do país teve um aumento considerável a partir de meados da década de 1990, principalmente intrabloco (EUROPEAN COMMISSION, 2011b), mas isso ocorreu com quase todos os países da Europa (EUROPEAN COMMISSION, 2011b).

A Suécia, além de ter sido a economia mais aberta também foi aquela que conseguiu aproveitar melhor a entrada na UE, em termos de conta corrente, pois desde o início da década de 1990, a Suécia apresentou sucessivos superávits, como mostra o Gráfico 10, com as trajetórias dos três países e o resultado das respectivas conta-correntes em relação ao PIB.

**Gráfico 10 – Resultado Conta Corrente em economias selecionadas, 1970-2010 (% do PIB)**

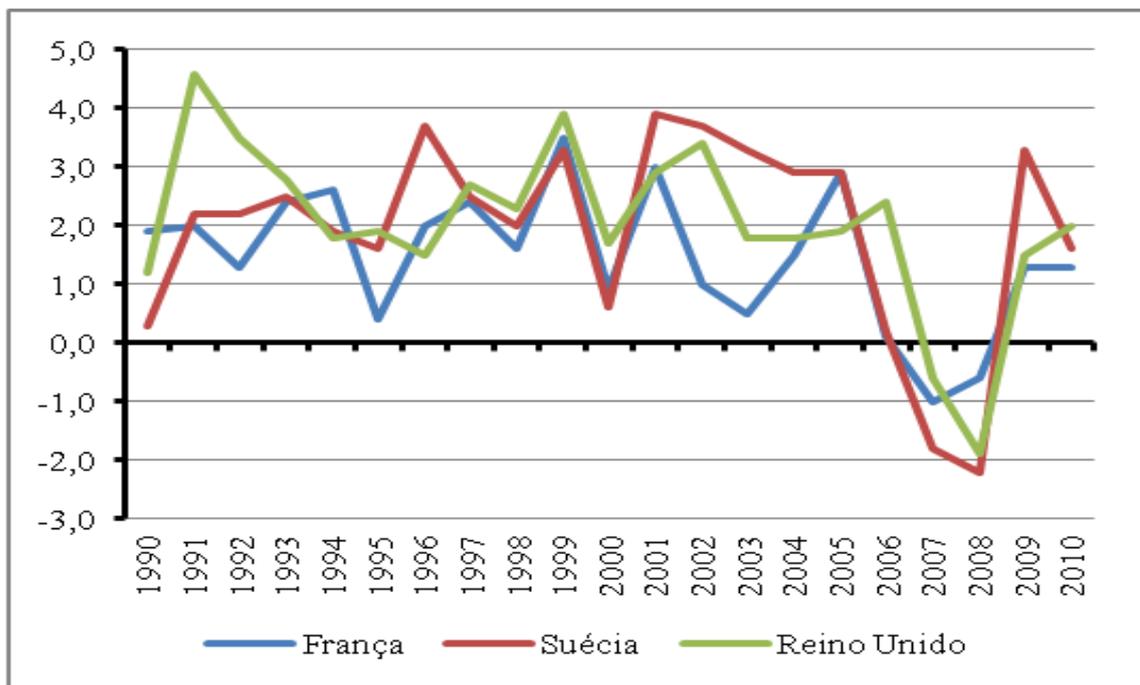


Fonte: World Bank (2013).

O comércio internacional da Suécia e as instituições ligadas a ele – como as grandes firmas exportadoras – se beneficiaram do aumento do comércio internacional. A França abriu seu mercado interno para a competição mais tarde e, embora tivesse empresas competitivas, não conseguiu se manter superávitário comercialmente (MANOW, 2001). Os trabalhadores da França estão entre os mais produtivos da Europa.

A França desde a década de 1980 até o início do século XXI era o país, dentre os três, onde os trabalhadores tinham a maior produtividade. No entanto, desde a década de 1990, observa-se um aumento da produtividade da Suécia e no Reino Unido, que se tornaram tão produtivos quanto a França. O Gráfico 11 mostra o aumento de produtividade do trabalho dos três países a partir de 1990.

**Gráfico 11 – Taxa de variação anual da produtividade do trabalho em economias selecionadas, 1990-2010 (em %)**



Fonte: OECD (2012).

Embora não se possa falar de causalidade a partir da análise dos dados percebe-se que o tamanho *Welfare State* não prejudicou a competitividade das empresas do país. Manow (2001, p. 147) sustenta justamente o contrário. Para ele “[...] *generous Welfare State programmes may enhance and not diminish international competitiveness and can be part of the comparative institutional advantage of an economy rather than solely contributing to its comparative cost disadvantage*”. O autor defende, ainda, que o *Welfare State* contribuiu para

a competitividade, proporcionando um ambiente no qual trabalhadores, empresários e governo conseguiram desenvolver seus trabalhos de maneira mais sincronizada.

Para North (1991) existem importantes instituições para capturar os ganhos do comércio: (i) os contratos e sua aplicação; (ii) os direitos de propriedade; (iii) um sistema judicial e político para reduzir o problema de agência; e (iv) uma adequada coordenação da atividade econômica. Quanto mais adaptadas forem as instituições de um país em relação ao comércio Internacional, quanto maior for o número de transações, quanto menores forem os custos de transação e os problemas de cooperação, mais o país conseguirá captar os benefícios de uma maior abertura. Esse parece ser o caso da Suécia.

Rodrik (1997), Pierson (2001) e Iversen (2001) defendem que a globalização e a maior integração econômica não são a causa do aumento do desemprego e das diminuições dos benefícios sociais, e que a exposição a maiores riscos numa economia mais aberta ajudou a expansão do *Welfare State* como forma de compensação. Para Martin e Swank (2004), *ceteris paribus*, países mais abertos comercialmente tendem a ter benefícios sociais maiores. Os autores usam a Suécia como o exemplo que corroborar a hipótese. Para Manow (2001, p. 147): “[...] *social democratic corporatism turned out to be just one way to combine an open economy with a generous Welfare State*”. A análise sugere que a abertura comercial não foi o fator preponderante nas mudanças institucionais que se deram nos diferentes modelos de *Welfare State*. O aumento do desemprego, as mudanças demográficas, o aumento da imigração, maior integração econômica e o impacto das instituições supranacionais são os principais fatores a alterar esses modelos. O impacto da UE é detalhado no Capítulo 3.

## 2.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente capítulo delineou as origens e definições do *Welfare State*, contextualizando as mesmas em um período de alto crescimento, altas taxas de produtividade, baixas taxas de desemprego, demografia favorável e aumento do comércio. Essas características permitiram que a redistribuição de recursos se desse de forma relativamente harmônica, pois a economia crescia como um todo e a maioria da população colhia os frutos desse crescimento. Com a pujança econômica, as demandas dos trabalhadores aumentavam, e, desse modo, o moderno *Welfare State* ia tomando forma.

A análise histórica institucional desses países demonstrou que, embora as trajetórias de criação desses *Welfare States* tenha diversas características similares, os valores enraizados de cada país criaram diferentes modelos. No início da década de 1990, para fins de análise, esses

modelos foram agrupados em três tipos ideais. Esse agrupamento, embora imperfeito, capta as diferenças nos sistemas dentro da Europa Ocidental. Esses distintos arranjos institucionais foram tomando diferentes trajetórias com as mudanças ocorridas desde a década de 1970.

Na década de 1990, com a formação da UE e o Tratado de Maastricht, tendências já em curso acentuaram-se. A taxa de desemprego, que já era alta nesse momento, aumentou ainda mais seu patamar. Isso refletiu nos sistemas de previdência, no pagamento do seguro-desemprego e no manejo da política econômica dos países. Esse importante ponto de inflexão, criou algumas convergências em termos de política macroeconômica, mas em termos de sistemas previdenciários (principal mecanismo de transferência de renda do *Welfare State*) houve divergências, notadamente entre os três países selecionados.

A Suécia e o Reino Unido, percebendo a necessidade de reformar seus sistemas previdenciários, capitalizaram seus sistemas que passaram a depender cada vez menos de contribuições futuras. Com esse objetivo se criaram diversos fundos de pensão, públicos e privados. Em contraste, o sistema francês se manteve muito próximo de um sistema PAYG que depende da contribuição de gerações futuras.

O Tratado de Maastricht estabeleceu limites para o déficit e para o endividamento e trouxe diversas restrições econômicas aos países membros. Alguns países adiaram as reformas demandadas por esse novo ambiente, e outros, como a Suécia, incentivaram a criação das ofertas de emprego, caminho que já tinha sido trilhado na década de 1970. Essa combinação de aumento da oferta de emprego com um sistema capitalizado permitiu menores mudanças no escopo do *Welfare State*. O Reino Unido diminuiu o escopo dos benefícios e privatizou parte dos serviços do *Welfare State*. Na França, houve maior dificuldade na mudança e embora o país seja um dos artífices da UE, há uma menor disposição para mudar o modelo francês de proteção social. No entanto, essas mudanças já estão em curso e a UE é uma das forças propulsoras. A UE implicou novos desafios ao *Welfare State*, os quais serão delineados no Capítulo seguinte.

### 3 A UNIÃO EUROPEIA E AS POLÍTICAS SOCIAIS

We do not fear that the operations of time may never bring a united Europe, with a reunited Germany at its centre. We do not know how it will happen, how this unnaturally divided Germany is to become once again. It is obscure to us, and we must take refuge in the belief that history will find ways and means of overcoming the unnatural and restoring the natural: a Germany as a consciously serving member of a Europe united in self-awareness – not as its lord and master. . . . Let us not delude ourselves over the fact that among the difficulties delaying the unification of Europe is a mistrust of the purity of German intentions, a fear by other peoples of Germany and of hegemonic plans that its vital energy may install into it, which in their view it does not conceal very well... It is for the rising German generation, for German youth, to dispel the mistrust, this fear, by rejecting what has long been rejected and clearly and unanimously announcing their desire: not for a German Europe, but for a European Germany.

Thomas Mann, in a lecture at the University of Hamburg, 1953.

#### 3.1 INTRODUÇÃO

O presente capítulo faz uma discussão sobre as origens da UE, as principais teorias que deram os contornos a ela e como a integração regional afetou as políticas sociais. Na primeira seção, será apresentado o histórico do processo de integração europeia e como as teorias de integração foram dando forma e influenciando a criação de diferentes instituições supranacionais, que, gradualmente, foram retirando atribuições do Estado Nacional e passando-as para instâncias supranacionais.

Na segunda seção, é analisado, sobretudo, o Tratado de Maastricht, que criou a UE e moldou as instituições que culminaram com a moeda única, o Euro. O Euro foi a coroação de um processo que iniciou na década de 1970 e intentou coordenar, da forma mais eficiente, as políticas macroeconômicas dos países do bloco. As políticas sociais do *Welfare State* foram relegadas a um segundo plano nesse primeiro momento, pois não havia consenso sobre o modelo de políticas públicas a ser adotado. A partir de fins da década de 1990, houve uma preocupação cada vez maior, ao menos na retórica, por parte das instituições supranacionais

da UE, em manter o “modelo social europeu”. Começa a emergir um consenso dentro da UE, no qual os únicos modos de manter esse modelo seriam: a diminuição da taxa de desemprego e a mudança no sistema de aposentadorias.

A partir dessa constatação, a UE passou a adotar estratégias que poderia, de alguma forma, padronizar as políticas públicas e incentivar a criação de empregos na Europa. Em 1997, foi criada a *European Employment Strategy* (EES) e, a partir de 2001, começou a ser discutido o Tratado de Lisboa, que criou o *Open Method of Coordination* (OMC), no qual a UE buscou criar metas e alvos a serem atingidos pelos países, com o intuito de retomar o crescimento que, supostamente, seria capaz de manter o *Welfare State* nos países. Essas questões são analisadas nas duas últimas seções deste Capítulo.

### 3.2 ORIGENS DA UE E AS TEORIAS DE INTEGRAÇÃO

A Primeira Guerra Mundial trouxe a percepção de que o frágil balanço de poder entre os diversos Estados Europeus não poderia ser mantido em um ambiente de pouca cooperação. A escola realista de Relações Internacionais (MORGENTHAU, 1973; WALTZ, 1979) defendia que os Estados eram atores sempre em busca de seu próprio interesse em um ambiente hostil; um “estado da natureza” hobbesiano, na arena internacional.

Para evitar que um novo conflito culminasse em outra guerra, novas instituições de cooperação começaram a ser pensadas. Após a Primeira Guerra, Woodrow Wilson, presidente dos EUA (1912-1921), ajudou a idealizar a Liga das Nações, organismo supranacional que tentava estabelecer regras de convivência entre as principais potências coloniais. Essa era uma instituição de caráter intergovernamentalista; não havia instituições supranacionais nem perda de soberania por parte dos Estados membros.

A Liga das Nações era uma organização dentro de uma tradição idealista/liberal, kantiana; estava fundada na ideia de que um organismo internacional seria capaz de organizar o anárquico ambiente interestatal (CARR, 2001). No período, a geopolítica era eurocêntrica, com as diversas potências europeias disputando influência ao redor do mundo. As condições sociais, materiais, ideológicas e institucionais para uma maior integração não estavam dadas, as disputas territoriais, dentro e fora da Europa, eram a regra e a busca por mercados era agressiva. Essa disputa inviabilizava os acordos comerciais e a cooperação técnica entre os Estados. A partir de fins da década de 1920 a depressão econômica inviabilizava ainda mais a integração e em lugar de aumentar a cooperação econômica, o que cresceu nesse período, foi o protecionismo (ROSAMOND, 2001).

Já, com o fim da SGM, as condições para uma integração pacífica e consensual emergiram, pois havia o medo do rearmamento da Alemanha e a necessidade de se manter o continente pacificado (ARMSTRONG; LLOYD; REDMOND, 1996). Havia, também, a necessidade de retomada do crescimento econômico e, nesse sentido, uma maior integração comercial parecia ser o caminho a ser seguido. O debate teórico a respeito da forma sobre qual se daria essa integração começou a ganhar corpo.

Desde o período entre guerras, existiam três principais correntes que disputavam a hegemonia no ambiente acadêmico e político na Europa:

- (i) federalismo (que pensava a Europa unida no modelo federalista dos EUA);
- (ii) transnacionalismo (que deveria criar organizações que operassem de maneira transnacional); e
- (iii) funcionalismo (que imaginava que os Estados deveriam aumentar a cooperação em áreas como o comércio e transporte).

Estas eram abordagens que tentavam pensar um processo de integração europeia para além dos cânones da tradição do realismo nas relações internacionais (BURGESS, 2000; MONKS 2008; ROSAMOND, 2001).

Em meados de 1940, após o término da SGM, acentua-se o movimento em direção a uma maior integração econômica no continente (ARMSTRONG; LLOYD; REDMOND, 1996). No ano de 1946, durante um discurso na Universidade de Zurich, Wiston Churchill clama por um “*kind of United States of Europe*” (CHURCHILL, 1946). No esteio das palavras de Churchill, o *United Europe Movement* foi criado. Esse órgão, embora pregasse uma integração europeia, era refratário a órgãos supranacionais, recaindo a preferência sobre uma cooperação intergovernamental, que sempre foi preferida pelos britânicos.

Em 1947, aconteceu o Congresso da *European Union Federalists* na Suíça. Os federalistas envolvidos defendiam uma Europa federativa nos moldes adotados pelos EUA desde 1776 (BURGESS, 2000; ROSAMOND, 2001). O modelo americano foi um projeto político que esteve presente na mente de diversos atores no cenário europeu, desde o entre guerras (BURGESS, 2000). O Estado federalista na Europa seria o objetivo final a ser construído. No entanto, embora Burgess (2000) sustente que a Europa de hoje guarde algumas similaridades com uma federação, a ideia da perda de soberania sempre encontrou fortes resistências na Europa continental e, sobretudo, no Reino Unido.

No início de 1947, uma grande crise foi iniciada na Europa Ocidental, destacando situações de colapsos no setor de energia e escassez de dólares no mercado. Como forma de contornar esse cenário e manter uma Europa Ocidental mais unificada, longe da influência soviética e reconstruir o mercado europeu (com grande potencial consumidor), os EUA lançam o plano Marshall. Em 1949, é assinado o Tratado do Atlântico Norte (OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte), que estabeleceu uma aliança entre os países capitalistas do Norte. A OTAN, criada para conter o avanço soviético, também foi o um esforço conjunto de cooperação entre os países europeus e americanos, depois da SGM. Estes eventos possibilitaram uma maior integração entre os países da Europa Ocidental. Em 1948, Bélgica, Luxemburgo e Holanda (Benelux) estabeleceram um tratado de livre comércio e, já, no ano de 1951, Alemanha Ocidental, Itália e França juntam-se ao Benelux, assinando, o que se chamou de Tratado de Carvão e Aço (EUROPEAN COMMISSION, 2010).

Naquele momento, o carvão e o aço eram matérias-primas essenciais ao crescimento econômico e uma interdependência entre os países era fundamental para evitar um novo conflito. Quarenta e um anos depois, a UE é criada estabelecendo uma área de livre comércio, livre circulação de pessoas e, posteriormente, uma área de moeda única. A história desse impressionante empreendimento é a história da superação de divergências econômicas, políticas e sociais. O Reino Unido, embora tivesse interesse de se associar ao bloco na década de 1950, acabou não participando do início, pois a abordagem supranacionalista da integração ia de encontro a uma visão mais intergovernamentalista do Reino Unido. Para o governo britânico, essa integração deveria traduzir apenas uma maior abertura econômica entre os países, e não a cessão de parte da soberania; a Comunidade deveria ser apenas uma seara onde os diferentes Estados pudessem decidir e discutir sobre a integração comercial e econômica (CARPORASO, 2000).

Com o Reino Unido inicialmente fora, a Alemanha e a França foram os dois principais pilares do início do processo de integração. Konrad Adenauer<sup>16</sup>, pelo lado alemão, e Jean Monnet<sup>17</sup>, pelo lado francês (além do ministro de Relações Exteriores Francês, Robert Schuman), foram os artífices dessa primeira construção Europeia. O processo de integração iniciou-se por meio do Tratado de Paris assinado em 1951, que instituiu a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, com o objetivo de criar um ambiente pacífico e de cooperação entre os países europeus recém-saídos do trauma da SGM. Em 1954, a Corte Europeia de

---

<sup>16</sup> Chanceler alemão de 1949 até 1963.

<sup>17</sup> Diplomata francês.

Justiça (CEJ), importante órgão supranacional, realizou seu primeiro julgamento (EUROPEAN COMMISSION, 2010).

Nesse momento inicial, existia um grande debate acadêmico e político sobre a forma em que se daria essa integração europeia. A França tentava harmonizar as regulações sociais e a carga fiscal das indústrias para evitar o que os franceses acreditavam ser um *dumping* social. No entanto, com a dificuldade dessa harmonização, a França aceitou apenas o compromisso dos países de melhorar a proteção social, pois o governo francês tinha o intuito de expandir os mercados para a agricultura francesa (SCHARPF, 2002).

Em 1957, os seis países supramencionados juntaram-se e formaram a Comunidade Econômica Europeia (CEE) e a Comunidade Europeia de Energia Atômica. Para a UE: “*The Treaties establishing the European Economic Community (EEC) and the European Atomic Energy Community (Euratom) are signed by Belgium, France, Germany, Italy, Luxembourg and the Netherlands in Rome. As of today, they will be referred to as the “Treaties of Rome”.*” (EUROPEAN UNION, 2010). O Tratado de Roma marca, portanto, o início da formação de um bloco europeu supranacional.

A partir de então, os países em questão passaram a transferir parte de sua soberania para um ente supranacional europeu, e as escolas de pensamento que se opunham ao realismo nas relações internacionais, floresceram, participando ativamente do debate sobre a integração europeia. Karl W. Deutsch (1982), proponente do transnacionalismo, começa a pensar a integração não só entre Estados, mas, entre sociedades e pessoas. Deutsch (1982) tentava estudar separadamente (i) o Estado legal constituído e (ii) a nação que deveria ser analisada de uma forma sociológica distinta.

Nessa tradição, que ia de encontro ao realismo, outro importante autor foi David Mitrany (1975), que desenvolveu a abordagem funcionalista, que foi a principal mola mestra nos estágios iniciais do processo de integração. O autor desenvolveu a ideia de *spillover*, em que a integração de um setor tenderia a transbordar para setores correlatos, acelerando o processo de integração total. Um câmbio institucional levaria a mudanças em outras áreas em uma espiral que aprofundaria a integração.

Do funcionalismo vai surgir a teoria neofuncionalista, principal arcabouço teórico da integração europeia. Dando prosseguimento às ideias de Mitrany (1975) e Deutsch (1982) e Mitrany (1975), Ernst B. Haas, em 1958, escreve *The Uniting of Europe*, e funda as bases do que vai ser chamado de neofuncionalismo. Para Haas (1970), a integração econômica de diferentes países era “[...] *the voluntary creation of larger political units involving the self conscious eschewal of force in relations between participating institutions*”. Para Rosamond

(2001) durante as décadas de 1960 e 1970, neofuncionalismo e integração europeia foram praticamente sinônimos. Para o autor, os arquitetos da construção europeia, como Monnet e Schuman basearam suas propostas e sua retórica no arcabouço teórico neofuncionalista (ROSAMOND, 2001; RUGGIE et al., 2005). Em 1964, Haas lança *Beyond the Nation State*. Nessa obra, o autor tentou escapar a dicotomia existente entre o idealismo kantiano e o realismo nas relações internacionais. Nesse período, os pesquisadores ainda guardavam uma visão hobbesiana das relações internacionais, cujo poderio militar e econômico eram os fatores levados em conta na análise das relações entre os diferentes Estados-Nação. Para Haas (1970), o processo de integração teria de se basear no balanço dos objetivos das elites e dos grupos-chave dentro da Europa. As decisões técnicas e o poder de convencimento, tanto econômico quanto cultural passaram a ter um importante caráter nas relações internacionais. Ruggie et al. (2005, p. 271) vão afirmar que a tradição de Haas é essencialmente, Weberiana. Para os autores:

[...] for half a century, Ernst B. Haas was an extraordinarily prolific contributor to theoretical debates in international relations. His work focused on the question of continuity and transformation in the system of states. Haas [...] helped invent the study of European integration and devised a novel theoretical framework, termed neofunctionalism, for understanding its dynamics and consequences.

Haas (1964) definiu o neofuncionalismo como: “*a theoretical tool to get us beyond the blind alley and to break away from the clichés of realist analysis*”. Na análise de Haas e dos neofuncionalistas que o seguiram (NYE, 1971; SCHMITTER, 1997, 2005), as mudanças das lealdades do Estado-Nação para outras organizações internacionais deveriam ser levadas em conta nas teorizações e observações. No neofuncionalismo, não apenas os atores nacionais seriam objetos de análise, mas, também, os atores supranacionais que passaram a desempenhar papel cada vez mais importante com o aprofundamento da integração. A abordagem de Haas (1964) trouxe uma ênfase maior para os processos nos quais os grupos supranacionais organizavam-se para influenciar questões que afetariam os Estados-Nação.

Haas (1970) foi, no campo das relações internacionais, pioneiro nos estudos que se afastavam da análise do *hard power* (que estuda, sobretudo, temas militares e de guerra e paz) e aproximava-se do que, posteriormente, se convencionou chamar de *soft power* (comércio, finanças, cultura, ideologia, inovação). Nos anos 1970, Nye (1971) dá prosseguimento aos estudos de Haas (1970) e consolida os estudos do *soft power* nas relações internacionais e no modelo neofuncionalista. Nesse modelo “[...] quanto mais forte o sentido de permanência e maior o apelo de identidade, menos provável os grupos de oposição atacarem o esquema de

integração frontalmente” (NYE, 1971). Para Nye (1971), o comércio, a cultura e o poder econômico passam a serem armas que os países utilizam para se relacionar com os outros na arena internacional. No modelo de Nye (1971), começam a ganhar proeminência os atores internacionais como as transnacionais, os organismos internacionais e os atores da sociedade civil.

Outro nome de destaque que deu prosseguimento aos estudos de Haas (1964, 1970) foi Philippe C. Schmitter (1992, 2005), que utilizou o conceito de *spill over* do modelo neofuncionalista e expandiu-o criando diversos conceitos da integração, como *‘spillaround’*, *‘build up’* e *‘spillback’*, para analisar os diversos processos que ocorriam na Europa. (SCHMITTER, 1997, 2005; ROSAMOND, 2001).

A partir do Tratado de Roma em 1957, constituiu-se um debate cada vez maior sobre a função e as responsabilidades do Estado, que gradativamente perdiam parte de sua soberania. Nesse momento, Charles de Gaulle, que retornara a presidência na França, defende uma Comunidade Europeia mais intergovernamentalista, na qual os Estados nacionais seriam os sustentáculos básicos da organização (ROSAMOND, 2001).

A tensão permanente entre o intergovernamentalismo e o supranacionalismo esteve presente durante todo o processo de integração. A ideia de que os Estados eram as unidades básicas de análise na política mundial tem sido a visão dos autores intergovernamentalistas que tem pesquisado a integração europeia (HALLIDAY, 1999; MORAVCSIK, 1993). A partir dos anos 1960, ressurgiu o pensamento realista e o intergovernamentalismo dentro da Comunidade Europeia e nas proposições sobre a integração. Como notam Armstrong, Lloyd e Redmond (1996, p. 154): “[...] *the 1960s were dominated by three factors: the mainly unspectacular but continuous efforts to begin the creation of the policies laid down in the Treaty of Rome; the attempts by de Gaulle to push the Community away from the model of integration set out in the Treaty; and the repeated efforts of Britain and others to join the Community*”. Enquanto a maior integração europeia provocava novas necessidades supranacionais, parte dos governantes e estudiosos proponentes defendia a primazia do estado nacional e do intergovernamentalismo, como a melhor forma de se pensar a integração europeia.

Embora a supranacionalidade tivesse aumentado, o Estado mantinha o monopólio da força e, portanto, conservava a soberania, como descrita na abordagem clássica da Ciência Política. Como afirmam Marks *et al.* (1997, p. 4):

If a member state decided to break its treaty commitments and pull out of the EU, the EU itself has no armed forces with which to contest that decision. Nor does it seem conceivable that the constituent units of the EU would be prepared to mobilize their forces in order to bring the recalcitrant member in line. Here the contrast between the European Union and a federal system, such as the United States, seems perfectly clear. In the last analysis, states retain ultimate coercive control of their populations.

No entanto, embora o intergovernamentalismo se mantivesse como importante ideia, a CEE continuou sua expansão e criou cada vez mais instituições supranacionais. Em 1962, a CEE cria sua *Common Agricultural Policy* que dava aos países controle conjunto sobre a produção de alimentos (EUROPEAN UNION, 2010). Essa foi uma exigência da França, que superavitária na produção de alimentos, exigia essa contrapartida pela abertura de seus mercados. Com a consolidação das instituições, iniciou-se o processo de alargamento e aprofundamento da integração europeia (CARPORASO, 2000; ROSAMOND 2001).<sup>18</sup> O Reino Unido passou a integrar a CEE, a partir de 1973 e, na década de 1980, a Grécia e os países ibéricos também se integraram.

Os representantes do Parlamento europeu, instituição supranacional por excelência, começaram a ser eleitos a partir de 1979. Os partidos que disputaram vagas nesse Parlamento foram pan-europeus e refletiram as diferentes correntes ideológicas presentes nos países-membros.<sup>19</sup> O parlamento que nasce com pouco poder decisório gradualmente foi expandindo suas funções, embora estas ainda estivessem limitadas. A principal função do Parlamento Europeu é deliberar sobre as principais propostas da Comissão Europeia. Essa limitada abrangência reflete a desconfiança de parte dos europeus em delegar funções parlamentares tradicionais a um órgão supranacional.

A aceleração do processo de integração criou a necessidade de formação de instituições capazes de solucionar as disputas entre os diferentes países. A instituição supranacional que se fortaleceu frente às demais foi a CEJ. A CEJ é a instituição que acaba

---

<sup>18</sup> Em 1973, Dinamarca, Irlanda e Reino Unido. Em 1981, Grécia. Em 1986, Portugal e Espanha. Em 1995, Áustria, Finlândia e Suécia. Em 2004, República Checa, Chipre, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Malta e Polônia. Em 2007, Bulgária e Romênia. Além disso, em duas oportunidades, 1972 e 1994, a Noruega assinou os tratados de adesão à União Europeia, mas em ambos os casos, a população norueguesa rejeitou, por meio de referendos, a adesão do país. Croácia, Macedônia e Turquia são candidatos à adesão. As negociações se iniciaram em 2005, mas não há previsão de término do processo. A UE, estabelecida em 1992, por meio do Tratado de Maastricht, é atualmente composta por 27 Estados-membros, dos quais apenas 13 adotam a moeda comum, o Euro.

<sup>19</sup> *EU citizens directly elect the members of the European Parliament for the first time. Previously they were delegated by national parliaments. Members sit in pan-European political groups (Socialist, Conservative, Liberal, Greens, etc) and not in national delegations. The influence of the Parliament is constantly increasing* (EUROPEAN UNION, 2011).

sobrepondo-se ao Parlamento Europeu e muitas vezes até à Comissão Europeia, órgão executivo da UE (SCHARPF, 2002).

A CEJ é uma instituição que alimentou o fortalecimento do supranacionalismo, pois suas regras prevalecem sobre todo o território da UE, no caso de disputas entre dois países sobre atribuições de benefícios sociais, decide de acordo com a lei Europeia, supranacional, mesmo em detrimento da lei nacional (EUROPEAN COMMISSION, 2008). A partir da década de 1980, o novo arcabouço institucional da CEE reavivou a conversação teórica entre os neofuncionalistas e os intergovernamentalistas. Os neofuncionalistas são mais afeitos às instituições supranacionais que substituem funções, antes realizadas pelos Estados Nacionais. Em contraste, os intergovernamentalistas tendem a defender órgãos, como a Comissão Europeia, onde todos os países tem sua representação e as decisões devem ser tomadas por consenso.

Fred Halliday (1999), teórico intergovernamentalista, sustenta que a UE foi, desde sua origem, uma instituição cuja autoridade final compete aos Estados (POLLACK, 2000). Para Halliday (1999), as políticas públicas, características marcantes dos países europeus, sempre estiveram nas mãos dos Estados Nacionais. Para Moravcsik (1998), cuja escola de pensamento é conhecida como intergovernamentalismo liberal (MORAVSČIK, 1998; POLLACK, 2000), os Estados são centrais na tomada de decisão dentro da UE. A integração europeia seria um jogo de duas etapas. Na primeira, os agentes – representantes dos Estados Nacionais – formam suas preferências. Na segunda etapa, eles partem para a barganha, cujo resultado vai depender do poder individual de cada Estado-membro. A grande falha nesse tipo de análise é considerar os Estados Nacionais, como unidades cujos interesses convergem. Diferentes agentes dentro de cada Estado tem distintos interesses. Como mostra Bueno de Mesquita (2009) não se pode considerar os Estados como unidades uniformes, nem afirmar que a política externa é resultado de uma visão “nacional” única. Uma decisão a respeito de política externa é o resultado da soma dos vetores de interesse de diversos atores nacionais. Na Europa, esses atores como associações patronais, sindicatos, empresas multinacionais e partidos políticos exercem pressão nas instituições nacionais e supranacionais.

Dentro da UE, os atores mais importantes continuaram sendo os Estados, porém as instituições supranacionais foram assumindo responsabilidades antes exclusivas dos Estados Nacionais. Schmitter (1997; 2005) sustenta que, gradualmente, houve um entrelaçamento maior nas funções entre Estados e UE. No início da integração europeia as visões neofuncionalistas e intergovernamentalistas foram as principais correntes que tentavam explicar e influenciar os diversos aspectos da integração.

Para Pollack (2000) essas correntes começaram a encontrar pontos de convergência e caminharam para uma análise que o autor chama de racionalista. Necessita-se levar em conta que a UE é uma realidade complexa onde as instituições supranacionais tem atuação que afeta profundamente os Estados nacionais. Para Matlli (1999), a UE é muito bem sucedida, pois estabeleceu uma série de “regras” que são hierarquicamente superiores às leis domésticas e diretamente aplicáveis aos Estados membros da União. D’Arcy (2002, p. 39) vai além e afirma que “os tratados europeus instituíram uma ordem jurídica própria que se superpõe às ordens jurídicas nacionais, o que, do ponto de vista jurídico, os aproxima mais de uma federação do que de uma organização internacional”.

A integração europeia foi, e segue sendo, a principal tentativa de superação dos Estados Nacionais como forma de organização política. Gradativamente, diferentes Estados Nacionais, com trajetórias e instituições totalmente distintas, transferiram parte de sua soberania para um ente supranacional. Essa integração iniciou-se porque havia a percepção da necessidade de se estabelecer laços comerciais que aumentassem a eficiência econômica e diminuíssem drasticamente os prospectos de uma nova guerra. Os Estados que formaram essa nova instituição evoluíram e modificaram-se com ela. Como define Wallace (1990, p. 9), integração é “[...] *the creation and maintenance of intense and diversified patterns of interaction among previously units*”.

As mudanças gradativas no processo de integração culminaram com o Tratado de Maastricht, de 1992, que substituiu a CEE pela UE. A UE solidificou o processo de integração e atribuiu às diversas instituições seus papéis no processo decisório europeu. Para os objetivos propostos na pesquisa, podem ser destacadas cinco importantes instituições da UE: (i) a Comissão Europeia, (ii) a CEJ, (iii) o Conselho da União Europeia, (iv) o Parlamento Europeu e (v) o Banco Central Europeu (BCE). Com a exceção do Conselho da UE, as outras quatro instituições tem caráter majoritariamente supranacional. O Conselho da UE reúne os representantes dos países membros e ratifica as decisões tomadas pelo Parlamento Europeu. A Comissão Europeia é o órgão executivo da UE e órgão supranacional, em que a vontade da instituição supranacional sobrepõe-se aos Estados. O BCE foi a última instituição a ser criada, e é responsável pela moeda dos países que adotam o Euro, nos moldes de um Banco Central de um país.

O Parlamento Europeu cria as leis que serão válidas em todos os países da UE, o Conselho as valida e o CEJ julga se elas são válidas. Para Vauchez (2008), a UE tem o chamado triângulo mágico: efeito direto, supremacia e *ruling* preliminar. Esse triângulo permitiria que a heterogênea UE conseguisse fazer com que os Tratados Europeus

sobrepusessem-se às leis nacionais. Em alguns aspectos a UE em alguns aspectos distancia-se de uma federação, mas tem algumas características que se assemelham a ela, como moeda comum (embora alguns países não a utilizem), um Parlamento (com poderes limitados), uma Constituição e livre circulação de bens e pessoas.

Analisando as instituições europeias, a partir de 1992, o arcabouço institucional europeu, pode ser dividido, para fins de ilustração, em três pilares: (i) um pilar que contemplaria a união econômica e monetária, que se acelerou cada vez mais, e é em essência supranacional; (ii) uma política externa comum incipiente em que o caráter intergovernamental ainda é dominante e (iii) um terceiro pilar que seriam as normas e procedimentos comuns.

A política econômica e monetária que foi desenvolvida a partir do *Growth and Stability Pact* (assinado em 1997 e que estabeleceu limites para os déficits e para o endividamento) desenvolveu-se em um contexto de crescente interdependência econômica (comercial e financeira) no mundo todo. Gilpin (2004) sustenta que só se pode entender o aprofundamento da integração europeia como parte desse fenômeno que foi denominado globalização. Para o autor, a UE foi a tentativa de criação de um importante ator global que, integrado, tem maiores capacidades para disputar e conquistar mercados, no comércio internacional com disputas cada vez mais acirradas (GILPIN, 2004).

Na área comercial e financeira, o processo de integração foi gradual, porém, progressivo. Quando se analisa a área de política externa e diplomacia, Vauchez (2008) defende que, embora tenha ocorrido algum tipo de cooperação, os Estados Nacionais não cederam grande parte da soberania. Nessa seara, os acordos sempre foram intergovernamentais com decisões baseadas em consenso, embora a UE tenha representantes em diversos organismos internacionais. Em termos de política externa, os assuntos deveriam ser discutidos entre os Estados que teriam uma ação conjunta, quando encontrassem um objetivo comum. Embora no Tratado de Maastricht estivesse posto como objetivo futuro uma política externa comum, o que ocorreu foi apenas um aumento de cooperação entre os países (VENNESSON, 2007).

Na área de políticas públicas e regulações, na qual as políticas sociais estão inseridas, a linha que separa as atribuições supranacionais e a atuação dos Estados Nacionais não é firmemente demarcada. Como sugerido nesta tese, as divergentes trajetórias fizeram com que a convergência e padronização das políticas públicas fossem problemáticas. A harmonização das questões financeiras e comerciais foi focada em detrimento da harmonização e padronização das políticas sociais. Como nota Barbier (2003, p. 2): “[...] *the European policy*

*process itself provides strong incentives to focus primarily on what is common to all member states, and to disregard what is not”.*

Durante o período de consolidação da UE, não havia consenso sobre a padronização de políticas públicas, e, portanto, focou-se na abertura comercial, na política monetária e na tentativa de harmonização das políticas fiscais. As questões sociais ou a manutenção ou mudança do paradigma do *Welfare State* na Europa foi abordada de forma tangencial. Manteve-se um discurso amplo de uma suposta manutenção da Europa Social (EUROPEAN UNION, 2008), mas o Estado Nacional perdia parte da soberania e a UE não criava instituições que as substituíssem.

Até o Tratado de Maastricht (1992) muitas decisões relativas à integração europeia, como: a padronização das políticas públicas, e das políticas externa, fiscal e monetária eram extremamente barganha-intensiva em relação aos Estados. Esse viés intergovernamentalista foi substituído nas áreas econômica e financeira por instituições supranacionais que tinham grande autonomia em relação aos Estados nacionais. As decisões passaram a depender menos dos Estados Nacionais, notadamente, em relação à política econômica. Assim, a tentativa de sincronização das políticas comerciais, fiscais, monetárias e cambiais começou a afetar a atuação do Estado em relação às políticas públicas. Essa relação entre a área social e a econômica, que era relegada no debate, começou a ganhar importância e as instituições começaram a ser desenhadas (VAUCHEZ, 2008). Este será o assunto a ser tratado mais profundamente na próxima Seção.

### 3.3 A INTEGRAÇÃO ECONÔMICA E MONETÁRIA E O *WELFARE STATE*

O Tratado de Maastricht, assinado em 1992, deu os principais contornos do novo arcabouço institucional da Europa com a criação da UE. A adoção de uma moeda única foi o principal objetivo posto aos países participantes, sendo a convergência macroeconômica condição fundamental para a implementação dessa medida. O Tratado de Maastricht e o *Growth and Stability Pact* (1997) estabeleceram critérios básicos de convergência foram, portanto, estabelecidos:

- (i) a porcentagem do déficit governamental não poderia ser superior a 3% do PIB,
- (ii) a dívida pública não poderia exceder 60% do PIB e
- (iii) a inflação não poderia ser mais de 1,5% acima da média dos três países de melhor performance nesse quesito (EUROPEAN UNION, 2013).

A criação do Euro, que passou a ser a moeda escritural em 1999, foi o coroamento de um processo de integração monetária iniciado em 1958. Nesse ano, a CEE firmou um Acordo Monetário que esteve em vigor até o início da década de 1970. Com o fim da paridade ouro-dólar, as moedas europeias começaram a flutuar coordenadamente. A essa flutuação coordenada deu-se o nome de “serpente europeia”. O Sistema Monetário Europeu, que tinha uma forte preponderância do marco alemão, passou a adotar, então, a Unidade Monetária Europeia, uma cesta de moedas que se tornou a unidade de conta dos governos da CEE.

Em 1992, todos os países (com a exceção da Grécia) aderiram ao Sistema Monetário Europeu. O fato somado à abertura da conta capital dos países criou, gradualmente, uma convergência cambial e de juros. A inflação já havia caído consideravelmente na década de 1990 e, em 1996, só restava o problema da dissociação entre a política fiscal e monetária. Essa dissociação era algo inédito, e, em resposta a esse problema, foi assinado o *Growth and Stability Pact*, que estabelecia os padrões para a entrada de novas economias na Zona do Euro, limitando os déficits e o endividamento. Suécia, Dinamarca e Reino Unido ficaram de fora do Euro por decisões de seus respectivos governos, que eram mais céticos em relação à UE e mais afeitos a uma integração comercial de caráter intergovernamentalista (CARPORASO, 2000; ROSAMOND, 2001; RADAELLI, 2002). Com a chegada do Euro, o BCE começou a determinar as metas monetárias e de inflação de todos os países que adotaram a moeda da UE. Em um primeiro momento, o BCE teve como objetivo da política monetária na Zona do Euro somente a estabilidade de preços (SCHELLER, 2006), adotando uma Curva de Phillips vertical com a taxa de juros servindo apenas para controlar a inflação.

A partir da década de 1980, o processo para a criação da moeda única tomou um grande impulso. Iniciou-se a abertura da conta capital dos países, coordenação do câmbio (a serpente europeia), que culminou com a criação do BCE. Isso resultou na perda da capacidade dos Estados de realizarem política cambial. As políticas fiscais mantiveram-se independentes, pois, embora houvesse limites para o déficit e para o estoque de dívida, não havia punições claras para o descumprimento das metas.

Palier (2003), Kumlin (2004), Hansen e Triantafyllou (2011) e Schmitt e Starke (2011) delineiam os impactos causados pela UE sobre o *Welfare State*. Embora existam divergências sobre os canais por onde se dão esses impactos, pode-se sumarizar esses em quatro principais. São eles:

(i) restrições fiscais e monetárias, originadas do Tratado de Maastricht, que criam maiores pressões sobre o financiamento;

(ii) a livre mobilidade de capital e trabalho, que cria uma competição que pode pressionar para baixo, tanto os salários como os impostos, já que o investimento pode buscar lugares com taxações menores;

(iii) a CEJ que pode começar a criar legislação que ponha o monopólio de serviços públicos de proteção social em risco e

(iv) a possibilidade de haver diretrizes da Comissão Europeia que mudem as relações trabalhistas. As políticas fiscais e monetárias que eram realizadas em conjunto com as políticas sociais e de emprego passaram cada vez mais a pertencer a esferas separadas.

A expansão do comércio internacional e, sobretudo, o aumento do comércio intrabloco, permitiu que as reformas monetárias fossem aceleradas e que as mudanças gerassem spill overs para outras áreas. O gradual aumento da complementaridade entre as economias europeias permitiu que o mercado comum e as instituições supranacionais, sobretudo as relacionadas às políticas macroeconômicas, se tornassem mais coordenadas. O pilar econômico/financeiro da UE conseguiu um alto grau de sucesso, pois os países europeus, em conjunto, atingiram uma união aduaneira, um mercado comum, livre circulação de bens e pessoas, livre mobilidade de capitais e câmbio coordenado, mesmo entre países que não adotavam o Euro. No entanto, o desrespeito aos limites fiscais impostos pelo Tratado de Maastricht mostra que essa supremacia às vezes foi posta em xeque pelos interesses nacionais mais imediatos.

Para Radaelli (2002) o processo de europeização pode gerar resultados bem distintos:

- (i) um aumento do poder nacional frente às mudanças na integração europeia,
- (ii) transformações profundas no nível nacional causadas por mudanças no âmbito supranacional,
- (iii) uma espécie de padronização no nível nacional e
- (iv) uma situação de inércia, na qual as mudanças no plano europeu não causam alterações no nível nacional.

A partir do Tratado de Maastricht, as instituições supranacionais sobrepuseram-se aos Estados Nacionais em áreas como a fiscal, imigração, cambial e trabalhista. Essa sobreposição afetou, em diversos graus, as políticas econômicas dos países. A padronização se deu nos campos de política macroeconômica, excetuando-se a política fiscal. No entanto, a padronização das relações trabalhistas, do escopo dos benefícios e do grau de proteção social,

mostrou-se uma tarefa mais difícil, pois os padrões de proteção social e os modelos de financiamento eram distintos, como visto nas Seções 2.5 e 2.6.

Sapir (1996) afirma que, do Tratado de Roma até os anos 1970 – antes do Reino Unido e dos demais países fazerem parte da CEE – o grau de homogeneidade entre os países integrantes do bloco era maior. A forma do *Welfare State* era similar nos países e um aumento do comércio e da integração não afetou, de início, as políticas sociais dessas nações. Sapir (1996) sugere que quando há homogeneidade nos fatores de produção entre os países, tanto o capital, quanto o trabalho podem se beneficiar de uma maior integração econômica. Para o autor, quando há um aumento de comércio entre países mais heterogêneos, um com abundância de capital e escassez de trabalho e outro com o inverso, os trabalhadores pouco qualificados dos países com capital abundante são prejudicados.

Com o alargamento e o aprofundamento da integração, sobretudo após o Tratado de Maastricht, a padronização das políticas sociais foi deixada para possível debate no futuro. Embora houvesse a retórica da importância do *Welfare State* e das políticas sociais (EUROPEAN UNION, 2008), essa era a área mais contestada para mudanças. Como os modelos de *Welfare State* analisados até aqui tinham trajetórias divergentes, e não havia consenso sobre o modelo a se adotar, o Tratado de Maastricht não delegou poderes coercitivos da UE para mudanças nessa seara (CARPORASO, 2000; MATTLI, 1999; NEVIN, 1994). Jovanovic (1997, p. 31) afirma que os programas da UE para a área social “[...] *reflected the fact that was absolutely no consensus among, industry, unions or members about the requirements of the EU social policy*”. Assim, quando foi criada a CEE, o principal objetivo era aumentar a eficiência econômica e evitar uma nova corrida armamentista. O Tratado de Roma de 1957 foi uma construção preponderantemente de integração econômica. Havia um consenso de que a Europa necessitava de uma maior abertura comercial, maior integração financeira e relativa coordenação das políticas macroeconômicas, sobretudo as referentes ao câmbio. Esse consenso não existia em relação ao *Welfare State* e as políticas sociais. A partir de 1973, a entrada de outros países acentuou ainda mais essa divergência. Mattli (1999) afirma que como as questões políticas e sociais não eram convergentes focou-se nas econômicas e financeiras.

As mudanças socioeconômicas mundiais combinadas com a crescente integração europeia reduziram fortemente a possibilidade de utilização dos instrumentos de política macroeconômica para estimular o crescimento. A crise do petróleo e a padronização e o alargamento da UE reduziram drasticamente a possibilidade de políticas macroeconômicas

expansionistas. Com isso, as questões econômicas e financeiras relativas a uma maior integração passaram a afetar o financiamento das políticas sociais dos Estados Nacionais.

A UE ao implementar uma padronização das políticas macroeconômicas afetou a forma como se financiavam as políticas sociais, além disso, a definição do público para o qual os benefícios seriam destinados tornou-se mais confusa com a situação de livre circulação de pessoas entre os países. Dado que os *Welfare States*, em suas trajetórias, foram financiados de forma distinta, e os efeitos dessas mudanças causadas pela UE deram-se de maneira distinta.

Scharpf (2002) defende que a padronização de política macroeconômica tende a afetar e tornar os *Welfare States* marginais e similares. O autor destaca que os *Welfare States* na Europa tem características institucionais próprias e níveis de desenvolvimento econômico e capacidade financeira de arcar com esses custos. Mas, o autor, ao tentar analisar de maneira uniforme os *Welfare States*, e os efeitos das tentativas de se aumentar a eficiência na UE, não analisa o impacto distinto em cada modelo. Scharpf (1996, 2002, 2008) e Gould (1999) defendem que a agenda da Europa “econômica” está se sobrepondo a agenda da Europa “social”. Para ambos, os *Welfare States* estão deteriorando-se pelos limites causados pelas restrições econômicas. Para Gould (1999, p. 165) “[...] *EU’s economic imperative [...] continues to overshadow and dominate the social*”. Scharpf (1999) e Gould (1999) deixam de notar que não existe uma clara separação entre o econômico e a política social.

Até a década de 1970, o financiamento do *Welfare State* era mantido por uma economia em crescimento, muitas vezes, via política macroeconômica expansionista. A partir do momento que a coordenação macroeconômica é feita supranacionalmente os países precisam contar com um desemprego baixo e um sistema de financiamento sólido para manter o *Welfare State*, mesmo com mudanças. Para Gizelis (2010), não se pode falar de encolhimento do *Welfare State* frente a uma maior integração econômica, e sim de uma reestruturação do *Welfare State* na Europa. As transformações estão inseridas nas mudanças sócio-econômicas e institucionais causadas pela UE.

O Tratado de Maastricht e a adoção do Euro, por grande parte dos países da EU, foi o coroamento de um processo que se iniciou nos anos 1970, em resposta ao fim da paridade ouro-dólar e do desmoronamento do Sistema de *Bretton Woods*. Os benefícios de uma moeda única, percebidos pelos atores europeus no momento de sua implementação, seriam a maior estabilidade, que favorecia o aumento da taxa de investimento e a simplificação do comércio, que o aumentaria e a redução dos custos de transação (CÁRDENAS; FLORES, 1999; HANSEN; TRIANTAFILLOU, 2011).

A união monetária retira de seus membros a possibilidade de ajuste das taxas cambiais frente a uma crise. Mas, como visto no Capítulo 2, os países da Europa Ocidental já não utilizavam a política monetária, nem a política cambial para expansão da demanda desde a década de 1990. Reino Unido e Suécia foram os primeiros países da Europa a adotarem o sistema de metas de inflação. A Suécia, embora nos anos 1980 tenha utilizado a desvalorização cambial a fim de estimular as exportações, não o fazia desde a crise econômica em 1991, contando apenas com o aumento de competitividade para tal fim (DRUCKER, 1994; MILNER, 1990; NORBERG, 2006). Para Artis e Ehrmann (2000), na Europa, os choques nominais afetam a taxa de câmbio e não a curva de oferta. Com a união monetária, os países precisam contar com o aumento de produtividade para crescerem seus mercados via aumento da exportação.

Com uma mobilidade de capitais livre, sem ter como mexer nas taxas de câmbio nem terem como fazer uma política fiscal e monetária independente, os Estados na área econômica tem muito pouca margem de manobra para o gerenciamento da demanda. Em termos de política macroeconômica, as políticas fiscais, comerciais, monetárias (na Zona do Euro) e cambiais e tem sido transferidos para a esfera supranacional. As políticas de emprego e de proteção social mantêm-se, sobretudo na responsabilidade dos Estados Nacionais. A UE tem mais responsabilidades de coordenação, pois não possui os recursos necessários para o financiamento dos *Welfare States* dos países. Na retórica, a Comissão Europeia reconhece o *Welfare State* e a coesão social como instituições fundadoras do modelo de desenvolvimento europeu e da UE (EUROPEAN UNION, 2008).

As instituições europeias não substituem as nacionais no que tange às políticas sociais. Como mostra Burgoon (2007), nos países com maior nível de proteção social, os cidadãos tendem a considerar serviços de bem estar nacionais e serviços de bem estar supranacionais, substitutos imperfeitos. Quanto mais generoso for o nível de proteção social menor será o apoio à transferência desses serviços do nível nacional para o supranacional (BURGOON, 2007).

A instituição da UE que trata das questões sociais é o Comitê Econômico e Social Europeu. Este representa diversos atores econômicos e sociais dentro da UE, como consumidores e sindicatos. Para Lessa (2003, p. 147), o Comitê é “a um só tempo um fórum de diálogo e a plataforma institucional que permite o debate e a expressão da sociedade civil organizada da União Europeia”. A partir do Tratado de Maastricht ele goza do mesmo status das outras instituições europeias. Em 1997, no Tratado de Amsterdã, o Comitê teve seu

direito de iniciativa ampliado, segundo a Comissão Europeia com o intuito de garantir uma UE mais democrática e participativa (EUROPEAN COMMISSION, 2011a).

Já na década de 1970, a CEE declarava a importância de combinar a preocupação do crescimento econômico com proteção social no desenho das instituições supranacionais europeias. A partir de 1972, a CEE começou a implantar as primeiras medidas supranacionais no que tange às políticas sociais e trabalhistas. As primeiras formam a equalização dos tratamentos nos locais de trabalho e aviso prévio no caso de dispensa sem justa causa (FALKNER, 2004). Nesse momento, começaram a se desenvolver instituições supranacionais da sociedade civil, entre elas, a *European Trade Union Confederation* (ETUC). Para Monks (2008), a ETUC não defende um modelo de proteção social, nem a harmonização dos padrões da legislação trabalhista dos diferentes países. O importante para a ETUC seria que a UE e suas instituições supranacionais respeitassem os modelos de proteção social de cada país.

Essas instituições supranacionais, como a ETUC, não conseguiram afetar as principais políticas da UE que, como visto, estão em outras instâncias supranacionais, tais como: a Comissão Europeia, o BCE e a CEJ. A Comissão Europeia e a CEJ realizam políticas reguladoras e ajudam a determinar as principais políticas redistributivas dentro da UE, e a CEJ atua em casos de disputas sobre o local de pagamento das aposentadorias. Essa é a área em que a integração europeia tem afetado de modo substancial os modelos de *Welfare State*.

Como analisado no Capítulo 2, na maioria dos modelos da Europa continental, as pensões são pagas às pessoas que trabalham no país, já no modelo de Beveridge, presente nos países nórdicos e Reino Unido, as aposentadorias são pagas aos residentes do país. Na UE, o país não pode diferenciar cidadãos do país ou de outro país membro. Isso atrai trabalhadores para países onde o sistema previdenciário é mais generoso, mesmo que esses tenham trabalhado parte de sua vida em outro país. Nesse sentido, a Corte Europeia de Justiça julgou ilegal qualquer tipo de discriminação e determinou que os cidadãos europeus tem direito aos benefícios previdenciários nos países onde estejam residindo (VAUCHEZ, 2008). O direito à mobilidade dos trabalhadores acaba sobrepondo-se às leis nacionais sobre benefícios. Os países passaram, então, a não poder dar benefícios somente a seus cidadãos.

Haverland (2001) sustenta que a mudança nas aposentadorias que vêm ocorrendo na Europa, desde a década de 1990, pode ser creditada, ao menos parcialmente, à integração europeia. Para o autor, essa tendência de mudanças tende a se acentuar com o aprofundamento do processo de integração. Como visto na Seção 2, os sistemas de aposentadoria tem passado de modelos *pay-as-you-go* para sistemas de fundos de pensão. Os países do modelo Beveridge que associavam as aposentadorias à cidadania tem migrado para

um modelo que combine os benefícios à contribuição (HAVERLAND, 2001). Para Alesina, Angeloni e Schuknecht (2002), esses impactos fazem com que a atuação da UE no que tange às políticas sociais, esteja demasiadamente expandida. Embora os Estados mantenham-se como os atores mais importantes e preponderantes em termos de questões nacionais, a coordenação de alguns aspectos das políticas sociais e da legislação trabalhista passou a ser supranacional. Isso afetou, sobretudo, a questão previdenciária.

A CEJ, portanto, atua de forma significativa sobre as políticas sociais. Mesmo sem recursos financeiros para realizar políticas sociais, a CEJ pode limitar (ou em alguns casos expandir) diversos aspectos das políticas sociais dos países europeus, que são desarmonizadas com diferentes graus de proteção social. Dado que a discriminação dos trabalhadores do espaço europeu é ilegal, de acordo com a CEJ, um risco que os países nórdicos que adotam benefícios sociais mais amplos correm é de uma grande migração de trabalhadores oriundos de países da UE com benefícios sociais mais restritos. Como alertam Hennessy e Warin (2004, p. 4):

Depending on the organization of the Welfare State, one-way migration traffic may occur in Europe, from states with poorly organized social systems to well-organized Welfare States. Different welfare structures will cause migrations toward beneficial systems.

A integração e a tentativa de harmonização de certos padrões de políticas públicas faz com que haja analistas que vejam a UE como um modelo de integração que acaba minando e privatizando setores que antes eram ocupados pelos Estados Nacionais. Davies (2006) argumenta que a tendência da Europa em relação aos serviços do *Welfare State* como: saúde, educação e assistência social tendem a se espalhar e transformar a Europa num amplo mercado para serviços do *Welfare State*. Para Davies (2006, p. 5):

Membership of the European Union affects welfare national states. It is the contention here that it tends to result in (often monopolistic) national welfare-providing being replaced by a diversity of private providers in an increasingly European market for welfare services; education, health care, and the different forms of social insurance.

Esse mercado ainda não existe, sendo a UE uma instituição onde existe um entrelaçamento entre legislação e responsabilidades nacionais e supranacionais. Esse entrelaçamento afeta o *Welfare State*, sobretudo via financiamento e mobilidade de pessoas.

Pela análise retórica dos diversos programas da Comissão Europeia (2006, 2008, 2011), percebe-se que a manutenção do modelo social Europeu é uma prioridade para a UE. Isso se deve ao forte *embeddedness* (enraizamento) que existe na sociedade europeia em relação ao *Welfare State*. No entanto, como percebido pelas pesquisas entre os europeus (EUROPEAN COMMISSION, 2011a), os cidadãos ainda vêem a UE com um grande déficit democrático, pois carecem de maior acesso às informações e tomada de decisões na UE. As instituições da UE no afã de tentar representar os Estados da forma mais equitativa possível acabaram delegando pouco poder às instituições que são eleitas ou que representam diretamente os cidadãos, como o parlamento europeu. E mesmo esse parlamento tem pouco poder decisório em comparação ao Conselho de Ministros, à Comissão Europeia e, sobretudo, à CEJ.

A partir do Tratado de Maastricht, houve mais dois Tratados importantes, o de Nice em 1997 e o de Lisboa em 2007. Nesses dois tratados, tentou-se expandir os poderes do Parlamento Europeu na tentativa de se diminuir o déficit democrático. Ademais, foi percebido nesses dois tratados que a manutenção do desemprego em níveis mais baixos e o financiamento mais sólido das aposentadorias poderiam manter o *Welfare State* dos países, dentro de um contexto de coordenação macroeconômica nas mãos da UE.

A Comissão Europeia começa então, a buscar formas de manutenção desse modelo. Isso desemboca no início da discussão do Tratado de Lisboa, em 2001, assinado em 2007. A partir do Tratado de Lisboa, põe-se a manutenção do emprego em primeiro plano novamente. Por meio de diretivas, a UE tentou regular o mercado de trabalho e os padrões das políticas. Com isso, no entanto, esbarrou na resistência dos Estados Nacionais. A partir desse momento, tentou-se padronizar as políticas sociais por meio do OMC. O OMC permitiu aos diversos atores participarem da aplicação das políticas sociais no âmbito Europeu. Em lugar das regulações e diretivas impostas de cima, o OMC tentou coordenar diferentes políticas nacionais pelas *policy guidelines*. Esta nova estratégia mostra como é difícil uniformizar diferentes padrões de política social dentro da UE, mas também mostra como se percebeu que, sem um foco na questão do emprego e na proteção social, seria difícil aprofundar a integração. Este é o tema que será tratado com mais profundidade na próxima Seção.

### 3.4 O TRATADO DE LISBOA: EMPREGO, APOSENTADORIA E O OMC

#### 3.4.1 O OMC e a questão do emprego

No início da década de 1990, concomitantemente ao Tratado de Maastricht, houve um grande aumento do desemprego na UE (vide Anexos Q e U), seguido por problemas em relação ao financiamento das aposentadorias. A diminuição desse desemprego estrutural foi visto pelas instituições da UE como o principal obstáculo para a retomada do crescimento e melhora nas contas públicas (EUROPEAN COMMISSION, 2006). O Processo de Luxemburgo, iniciado em 1997 pela Comissão Europeia, foi uma tentativa de se criar estratégias supranacionais com o intuito de reduzir o desemprego estrutural e criar políticas ativas de empregabilidade pelo treinamento e melhora da estrutura de realocação dos trabalhadores no mercado de trabalho.

Na Tabela 4, pode-se observar que na França e no Reino Unido, a taxa de desemprego estrutural<sup>20</sup> atingiu seu ápice em meados da década de 1990. Ao final da década de 1990, entretanto, o emprego começa a retomar o crescimento, com a taxa de desemprego estrutural declinando (com exceção da Suécia) até fins da década de 2000, quando a crise atinge a Europa.

**Tabela 4 – Taxa Nairu<sup>21</sup> nos países selecionados e na área do Euro, 1998-2011 (%)**

Período/Ano	França (%)	Suécia (%)	Reino Unido (%)	Área do Euro (%)
1988-1997	9,2	6,4	8,5	8,9
1998-2007	8,9	7,5	5,9	8,6
2008	8,4	7,3	6,2	8,5
2009	8,8	7,3	6,6	8,8
2010	8,9	7,2	6,7	9,0
2011	9,0	7,0	6,9	9,1

Fonte: OECD (2012).

<sup>20</sup> Taxa de desemprego estrutural é a taxa que reflete a situação no longo prazo e que só muda com transformações tecnológicas e sociais em importantes setores da economia.

<sup>21</sup> *Non accelerating rate of unemployment*. Taxa de desemprego na qual não há pressões inflacionárias.

A partir do Tratado de Lisboa, que começou a ser debatido em 2001, houve uma clara percepção da Comissão Europeia e da maioria dos governantes (EUROPEAN UNION, 2008) de que as estratégias econômicas e a política social, sobretudo as aposentadorias e o emprego, deveriam ser conectadas. A inexistência da conexão entre as estratégias ditas econômicas e comerciais e o sistema de proteção social começou a ser percebida como ruínosa pelos Estados. A UE passou a buscar, dentro da EES, homogeneizar e aprimorar as políticas sociais, tentando criar estratégias ativas de empregabilidade, como treinamento, educação e redução da carga tributária do empregador.

Desse modo, o principal mecanismo surgido neste contexto foi o OMC, que surgiu durante a discussão do Tratado de Lisboa, na tentativa de reduzir o desemprego estrutural, que havia se tornado o tema predominante. Nesse sentido, o OMC foi uma tentativa de, gradualmente, harmonizar as políticas de proteção social e de empregabilidade, por meio de diretivas que estabeleciam padrões para emulação dos países. As tentativas anteriores de padronização esbarravam na resistência dos Estados Nacionais. O OMC permitiria aos diversos atores participarem da aplicação das políticas sociais no âmbito europeu, visto que em lugar de regulações e diretivas impostas pelas instituições supranacionais, o OMC tentou coordenar diferentes políticas nacionais por meio das *policy guidelines*, sem caráter normativo.

Nas palavras de Vandembroucke (2002), Ministro de Assuntos Sociais e Aposentadorias do governo belga (1999-2003): “[...] *open co-ordination is a mutual feedback process of planning, examination, comparison, and adjustment of the social policies of Member States, all of this on the basis of common objectives*”. O OMC foi uma estratégia da UE para reativar o debate sobre harmonização das políticas públicas e regulações, sem que a supranacionalidade envolvesse perda da soberania dos Estados Nacionais.

Para a Comissão Europeia, a harmonização e diminuição do desemprego precisam estar ancoradas em uma economia estável na qual os salários não subam acima da produtividade. No *Economic Policy Guidelines* para 2005-2008, a Comissão Europeia afirma que “[...] *to ensure that wage developments contribute to macroeconomic stability and growth and to increase adaptability, Member States should promote nominal wage increases and labour costs consistent with price stability and the trend in productivity over the medium term*”(EUROPEAN UNION, 2008).

Além do emprego outras importantes bases do *Luxembourg Process* e das *Policy Guidelines* foram: o (i) empreendedorismo, no intuito de se criar uma economia mais dinâmica; (ii) a empregabilidade, pela melhora das habilidades dos trabalhadores e (iii) a adaptabilidade,

com o fim de flexibilizar o mercado de trabalho para maior mobilidade e contratação dos trabalhadores (EUROPEAN UNION, 2008). Assim, o Tratado de Lisboa aprofundou essas temáticas e baseou seus objetivos em modernizar o Modelo Social Europeu. As *guidelines* também buscam modernizar o modelo de proteção social pela proposta de um sistema de aposentadorias com um financiamento sólido. Esse novo modelo buscado pelas instituições supranacionais tenta conciliar políticas de proteção social com competitividade e estabilidade macroeconômica, sem impor padrões muito rígidos aos Estados membros.

A Comissão Europeia fez uma análise de políticas pró-emprego aplicadas em países membros para servirem como modelo para os demais países. Nessa análise se sobressaíram Dinamarca, Finlândia, Suécia e Holanda como países com uma estratégia ativa para combater o desemprego, em vigor desde os anos 1990. Esses países foram usados como exemplos de estratégias bem-sucedidas, pois focaram a prevenção de desemprego no longo prazo para grupos específicos. A UE passou a utilizar esses países como modelos para criar os pilares a serem seguidos para aumentar a empregabilidade (EUROPEAN COMMISSION, 2007).

A UE e suas instituições pretendiam aumentar a empregabilidade e melhorar as instituições supranacionais de forma gradual, criando modelos e tentando estabelecer padrões supranacionais de proteção social e relações de emprego. Para Palier (2003, p. 17):

[...] the European contribution to the transformation of Welfare State will be more visible if we analyse reforms less in terms of adjustments or adaptations to external shocks (such as globalisation or population ageing) and more in terms of public policies constructed through social interaction involving more and more European institutions.

A UE, pelas regulações e diretivas, tende a afetar cada vez mais, a tomada de decisão dos Estados Nacionais. Para os autores supracitados, o OMC deveria manter essa tentativa de uma regulação supranacional nas áreas mais sensíveis e controversas da UE, como empregos e aposentadorias.

Por ser uma área onde existe livre circulação de pessoas, a UE é fundamentalmente distinta de outras uniões aduaneiras. Os locais onde se recolhem os impostos de renda e onde se recebem as aposentadorias passam a ser mais móveis. Essa dissociação entre o local de pagamento das contribuições e impostos e o recebimento de benefícios faz com que a questão do emprego e das aposentadorias passe a precisar ser arranjada dentro de uma estratégia que congregue os países e as instituições supranacionais da UE. A estratégia social da UE – que no Tratado de Maastricht era quase que puramente retórica, pois o foco era a questão financeira e econômica – passa, a partir do Tratado de Lisboa, ser um tema central dos

debates. Hennessy e Warin (2004) afirmam que o Tratado de Lisboa pode um dia significar o “Maastricht” do *Welfare State*, ou seja, o ponto de inflexão, a partir do qual a questão social foi colocada no centro do debate. Embora a eficácia desses novos mecanismos ainda não tenha sido comprovada, percebe-se que a discussão do Tratado de Lisboa colocou o emprego e o *Welfare State* no centro do debate.

As estratégias da UE, a partir do Processo de Luxemburgo, foram mostrar que o *Welfare State* só poderia ser mantido com os empregos em níveis mais altos. Cada vez mais o binômio competitividade/proteção social parecia tornar-se indissociável. As diversas diretivas tentavam acelerar o crescimento, aumentar a competitividade, gerar mais empregos e com isso manter a coesão social, vista como característica fundamental do modelo social europeu. O Processo de Luxemburgo e o Tratado de Lisboa tentaram atingir esses objetivos por meio da flexibilização das leis trabalhistas, do aumento do salário no mesmo patamar do aumento de produtividade e um foco na maior capacitação do trabalhador europeu. Após o primeiro encontro de discussão do Tratado de Lisboa, a Comissão Europeia (2000) recomendou as reformas necessárias para um maior nível de emprego:

[...] reducing the tax burden on low-wage labor, encouraging real wages to increase in line with labor productivity, facilitating access to training, reforming tax and benefit systems to ensure appropriate incentives and rewards for participation in active working life and negotiating a modernization of labor markets including flexible working hours and a review of tight job protection legislation and high severance payments.

As *Employment Guidelines* propiciam uma estrutura que fornece um guia para a tomada de decisões e delinea objetivos gerais aos países membros e à UE. Os Estados membros podem focar nas suas necessidades específicas e mudar a ênfase dependendo do ciclo econômico. Na proposta da European Commission (2008), as prioridades das *guidelines* da Comissão mantinham-se similares às daquelas do início da década de 2000, que eram: (i) atrair e reter os trabalhadores em seu local de trabalho, aumentar a oferta de trabalho e modernizar os sistemas de proteção social; (ii) melhorar a adaptabilidade de trabalhadores e empreendimentos; e (iii) aumentar o investimento em capital humano pela melhoria da educação e de novas habilidades.

Os termos e objetivos colocados pela Comissão Europeia são muitas vezes vagos e podem gerar leituras distintas pelos países. Para Palier (2003) o termo *activation* (política ativa de emprego) pode ser utilizado com diferentes significados. Para o autor o termo *activation* foi utilizado primeiramente na Suécia para enfatizar programas de treinamento

fornecidos pelo Estado, como objetivo de aumentar a produtividade e reciclar as qualificações dos trabalhadores.

A partir do Processo de Luxemburgo, iniciam-se, portanto, vários programas supranacionais: (i) o Programa Sócrates (1995-1999) – programa de aprendizado constante que desenvolve a educação em uma dimensão europeia; (ii) Programa Leonardo Da Vinci (1995-1999) – cooperação entre ensino superior e empresas, inovação e aprendizagem contínua frente às inovações tecnológicas, intercâmbio entre os Estados-membros; (iii) Serviço Voluntário Europeu para Jovens (1998-2002) – que oferece intercâmbio entre jovens de diversos países europeus, possibilidade de adquirir experiência de trabalho e estimular intercâmbio entre associações locais; e (iv) Rede Eures (*European Public Employment Services*) – euroconselheiros assessoram os estudantes sobre postos de trabalho e condições de vida nos países participantes (EUROPEAN UNION, 2008).

Como essas medidas ainda são incipientes, não se pode afirmar que o OMC e as medidas para educação e treinamento sejam suficientes para dar um caráter mais pró-ativo e mais supranacional à política social dentro da UE. Para Scharpf (2002) a consolidação de regras cada vez mais rígidas para os gastos enfraquece o *Welfare State*. O autor afirma, ainda, que as estratégias adotadas pela UE seriam um aprimoramento do lado da oferta, sem medidas efetivas para ampliar a demanda. Scharpf (2002) sustenta que:

[...] in principle, the only national options which under European law remain freely available are supply-side strategies involving lower tax burdens, further deregulation and flexibilization of employment conditions, increasing wage differentiation and welfare cutbacks to reduce reservation wages. At the same time, governments face strong economic incentives to resort to just such strategies of competitive deregulation and tax cuts in order to attract or retain mobile firms and investments that might otherwise seek locations with lower production costs and higher post-tax incomes from capital.

Scharpf (1999, 2002) parece ter-se baseado no modelo econômico que vigorou até os anos 1970, no qual o gerenciamento da demanda permitia um crescimento, aumento de produtividade, ampliação dos benefícios e salários em contínua ascensão. O modelo econômico dentro da Europa, entretanto, sofria constante mutação e o Tratado de Maastricht aprofundou essas mudanças. A partir desse momento, os Tratados seguintes e o OMC tentaram encontrar modelos que conjugassem a questão do emprego com a manutenção da soberania dos Estados Nacionais e a necessidade de coordenação dentro das diversas instâncias da UE. Emergiu, então, um relativo consenso na UE e os governantes e *policy makers* europeus passaram, cada vez mais, a apostar na eficiência de políticas ativas de

promoção do emprego como uma resposta à pressão dos gastos nas políticas sociais. A inclusão ativa, ou seja, políticas voltadas para que os menos favorecidos tenham acesso ao mercado de trabalho, acabou se tornando uma meta para a maioria dos países europeus.

No *Joint Report on Social Protection and Social Inclusion 2007*, a Comissão Europeia afirma que: “*Active inclusion emerges as a powerful means of promoting the social and labour market integration of the most disadvantaged. Increased conditionality in accessing benefits is a major component, but this must not push those unable to work further into social exclusion*” (EUROPEAN COMMISSION, 2007).

O Comitê de Emprego da Comissão Europeia estabeleceu como principais objetivos da estratégia de emprego:

- (i) o pleno emprego;
- (ii) a melhora da qualidade e produtividade no trabalho e
- (iii) a melhora da coesão e inclusão social para atingir as metas do tratado de Lisboa (EUROPEAN UNION, 2008). Esses objetivos, embora amplos e inespecíficos, colocaram o emprego e a melhoria da produtividade como principais objetivos a serem alcançados pelas *policy guidelines*.

As diretivas da Comissão Europeia são gerais e não tem poder normativo. No entanto observa-se dentro das diversas *policy guidelines* uma percepção de que a legislação trabalhista da maioria dos países da UE se mostrou rígida, trazendo poucos incentivos a empregabilidade. A *policy guidelines* tentou, através da utilização de casos bem sucedidos, mostrar que uma maior flexibilidade dos contratos trabalhistas poderia deixá-los mais dinâmicos, contribuindo para a diminuição do desemprego. Essa diminuição do desemprego é, na concepção da Comissão Europeia, o fator responsável por reativar o crescimento e diminuir as pressões sobre os sistemas previdenciários existentes nos países do bloco, principal obstáculo para o financiamento do *Welfare State*.

### 3.4.2 O OMC e as reformas nas aposentadorias

A expectativa de vida na Europa vem aumentando consideravelmente, passando de 68,6 anos (homens) e 75,0 anos (mulheres) anos em 1972 para 75,6 anos (homens) e 81,7 anos (mulheres) em 2004 (EUROPEAN UNION, 2011). Esse é um dos principais fatores do aumento da pressão sobre os sistemas previdenciários dos países europeus (LEE; REHER, 2011). Os anos de contribuição para a previdência foram diminuindo e os anos de recebimento foram aumentando, o que tornou o sistema previdenciário cada vez mais oneroso. A essas mudanças e desafios somou-se a mobilidade dos trabalhadores dentro da UE. Como muitas vezes o local de arrecadação e do recolhimento dos benefícios é distinto, a capacidade de distribuir renda dos Estados Nacionais foi afetada. As questões previdenciárias não dizem respeito somente aos países, mas também às instituições da UE como a CEJ, o Parlamento Europeu e a Comissão Europeia.

Concomitantemente ao Tratado de Maastricht, durante a década de 1990, vários países membros da UE tentaram reformar seus sistemas previdenciários. O corte de gastos e a mudanças nas regras dos benefícios foram geralmente acompanhada por fortes resistências de parte da população (D'ARCY, 2002), já que o sistema previdenciário europeu tal qual foi desenvolvido e ampliado durante o período de alto crescimento, está enraizado nas instituições europeias. Durante os debates do Tratado de Maastrich, assinado em 1992, e do *Growth Stability Pact*, houve uma desconfiança da população em relação aos desdobramentos de possíveis mudanças no modelo de financiamento do *Welfare State*. Ocorreram greves e paralisações em diversos países da Europa em resposta às tentativas de se reformar o sistema previdenciário.

O *Mutual Information System on Social Protection/Social Security* (MISSOC) fornece informações e auxilia no planejamento de políticas de harmonização e padronização social na UE. Desde os fins da década de 1990, o MISSOC incentiva os países a adotarem estratégias que motivem os trabalhadores a permanecerem por mais tempo no mercado de trabalho, postergando a aposentadoria e, assim, criando menores pressões sobre o financiamento do sistema previdenciário. Junto a essa postergação, também existe a necessidade de incentivar as contribuições para fundos que irão especificamente financiar as aposentadorias.

Para Arza (2006), os países da UE começam a encontrar denominadores comuns no que tange ao pagamento de aposentadorias, e as divergências entre os países começam a diminuir. Arza (2006) sustenta que as aposentadorias, de maneira gradativa, refletem cada vez mais o valor das contribuições. Os países de modelo Social Democrata, como a Suécia, e os

de modelo Liberal como o Reino Unido, iniciaram essa transição antes da maioria dos demais países do bloco. A Comissão Europeia, por meio das diretivas apontadas, tenta promover os exemplos desses países como casos de sucesso a serem aplicados nos demais.

No relatório sobre aposentadorias na UE em 2006 (EUROPEAN COMMISSION, 2006, p. 5), o MISSOC, da *European Commission on Employment, Social Affairs & Inclusion*, sustenta que:

[...] since 2003, there has been substantial progress in reforming pension systems. Some Member States are still in the early stages of the reform process, but others have strengthened their reform efforts and several have made comprehensive reforms. Recent reforms include automatic or semi-automatic review mechanisms which ensure the periodic monitoring of sources of pressure on pensions and, together with efforts to inform citizens about their pension rights, build public confidence. Other positive developments are the reduction of disincentives to work longer coupled with the strengthening of incentives to remain active. Links between contributions and benefits have been tightened and life expectancy is now more commonly taken into account when calculating pension formulae. Some Member States are increasing the level of guaranteed minimum pensions and many recognise care work when calculating pension entitlements. In addition, the provision of supplementary pensions has been further developed and the relevant legislative framework strengthened. In many Member States, the contribution of privately-managed pensions to pensioners' living standards in retirement is expected to grow over the coming decades, even though public pay-as-you-go schemes will remain the main pension source.

As diretivas tentam criar um financiamento que dê conta da maior longevidade e da maior mobilidade dos cidadãos entre os países da UE. Ao tentar criar mecanismos mais sólidos de financiamento, o MISSOC procurou evitar que os trabalhadores fossem atraídos para países com exigência de contribuições menores e depois se aposentassem em países com benefícios maiores. A Suécia, de modelo Beveridge, por exemplo, cujos benefícios baseavam-se na cidadania, passou, a exigir contribuição para complementos nas aposentadorias (EUROPEAN COMMISSION, 2006).

No mesmo relatório de 2006, o MISSOC procurou estabelecer estratégias para compatibilizar os problemas orçamentários causados pelo envelhecimento da população e a supranacionalidade. Conforme o MISSOC os países-membros deveriam: (i) reduzir o déficit público em uma velocidade maior; (ii) fazer reformas do mercado de trabalho para atingir maiores taxas de emprego (sobretudo entre homens mais idosos e mulheres) e (iii) reformar seu sistema de aposentadoria e deixá-lo em uma situação financeira mais adequada em um ambiente intergeracional justo.

O relatório afirma que, como na maioria dos Estados membros o sistema de pensões está majoritariamente localizado na esfera governamental, este afeta as finanças públicas de

forma muito significativa. Essas reformas, portanto, devem promover uma sustentabilidade do sistema e abrir espaço para manobra frente às pressões cada vez maiores do envelhecimento da população. Esta seria uma tentativa de coordenação dos sistemas de aposentadoria dentro da estratégia do Tratado de Lisboa.

O *path dependence* presente nas políticas públicas dos países da Europa faz com que as transferências das aposentadorias públicas para o setor privado seja de difícil implementação. As aposentadorias públicas são uma instituição *embedded* para a maioria dos cidadãos da UE, sobretudo na Europa Ocidental. O financiamento ainda se dá fortemente por meio de transferências intergeracionais via governo. Pierson (2001, p. 416) sustenta que:

[...] most countries operate pensions on a pay-as-you-go basis: current workers pay 'contributions' that finance the previous generation's retirement. Once they have been in place for a long time, pay-as-you-go systems may face incremental cutbacks and adjustments, but they are highly resistant to radical reform. Shifting to private, funded arrangements would place an untenable burden on current workers, requiring them to finance the previous generation's retirement while simultaneously saving for their own. Even partial privatization has generally proven possible only in the relative few countries lacking extensive and mature pay-as-you-go systems.

Os países têm modelos de aposentadorias diferentes que se financiam por uma combinação de impostos, contribuições e fundos de pensão (privados e públicos). Alguns tem um financiamento mais sólido e menos dependente das contribuições de trabalhadores da ativa. Este é o modelo que as diretivas da UE baseadas nas discussões do Tratado de Nice e de Lisboa, tentam usar como referência para outros países que sofrem mais com as mudanças demográficas e econômicas. Os modelos de *Welfare State* estão em diferentes estágios no que tange a mudança de paradigma dos sistemas de aposentadoria. As tentativas de convergência apresentam resultados difusos e o sistema de diretivas ainda é muito incipiente para se possa analisar conclusivamente os resultados.

### 3.5 DIVERGÊNCIAS E CONVERGÊNCIAS DAS TRAJETÓRIAS NO ÂMBITO DA UE

As mudanças do *Welfare State* tem sido *path dependents* e os dois principais aspectos dessas trajetórias aqui analisados, aposentadorias e desemprego, tem claros sinais de divergência entre os países. Essas divergências acentuaram-se quando as instituições de *Welfare State* foram confrontadas com mudanças socioeconômicas e o aumento da supranacionalidade. A introdução do Euro e do alargamento para o leste criou tentativas de padronização que encontraram resistências dentro dos Estados Nacionais. A heterogeneidade da UE aumentou e foram introduzidos novos modelos para harmonização das políticas públicas dentro do bloco, como o OMC, que escolheu os três países com os melhores indicadores em uma área e, por meio do *best practice model*, tentou harmonizar as políticas públicas. Essa tentativa segue os preceitos preconizados por North (1993) segundo os quais quando as regras não são impostas, mas sim utilizadas como exemplos a serem emulados, os ganhos do comércio podem aumentar, dadas as instituições apropriadas.

A Comissão Europeia (2007) colocou como principais objetivos da EES e do Tratado de Lisboa a redução da taxa de desemprego e o um financiamento mais sólido das aposentadorias. No período de 1993 até 2001, França, Alemanha, Luxemburgo e Bélgica não alcançaram alguns dos objetivos traçados, como aumentar a taxa de pessoas empregadas. O Reino Unido, Suécia, Dinamarca e Holanda, por sua vez não só conseguiram atingir os objetivos como foram capazes de ultrapassar as metas estabelecidas. Os dados no Anexo Q e U mostram como as taxas de desemprego na UE ainda são muito diversificadas.

As taxas de emprego dos países selecionados não mostram sinais de convergência. Em contraste, Schmitt e Starke (2011) encontram sinais de convergência na maioria dos dados para os países da UE. Para Kuhnle (1998), embora cada *Welfare State* tenha características peculiares, a UE coloca desafios comuns a essas instituições. Segundo o autor: “[...] *some challenges appear to be general, especially those related to ‘Europeanization’ and internationalization of trade, economic transactions and competition, to the changing composition of the population, to persistent levels of high unemployment, to changes in family structure and to high popular expectations from the Welfare State*”.

Embora os desafios colocados aos *Welfare States* tenham sido similares, as trajetórias e as possibilidades de escolha dadas aos Estados Nacionais são distintas. Uma taxa de desemprego mais baixa, por exemplo, favorece a manutenção de benefícios mais amplos e não onera tanto o erário, pois a base de contribuição é maior e o dispêndio com seguro-desemprego menor. Como sustenta Esping-Andersen (1990, p. 28): “[...] *the enormous costs*

*of maintaining a solidaristic, universalistic, and de-commodifying welfare system means that it must minimize social problems and maximize revenue income. This is obviously best done with most people working, and the fewest possible living of social transfers”.*

Para Pestieau (2006), a variedade de proteções trabalhistas e a vasta rede de proteção social na Europa Ocidental até a década de 1980 geravam ênfase nos benefícios dessas instituições:

- (i) redução da pobreza e desigualdade de renda;
- (ii) proteção por perda de renda;
- (iii) qualidade nas relações empregado-empregador e
- (iv) preenchimento eficiente de vagas ociosas.

No entanto, com a diminuição do crescimento econômico e o aumento do desemprego, os efeitos negativos desse mercado menos flexível começaram a sobressair:

- (i) redução da demanda por mão de obra pouco qualificada;
- (ii) desincentivo ao trabalho;
- (iii) aumento do custo do empreendedorismo e
- (iv) mercado de trabalho menos dinâmico e mais rígido.

Nesse período, foi criado um círculo vicioso em que o Estado pagava o seguro-desemprego e os benefícios para um número cada vez maior de pessoas. Para evitar uma maior saída do mercado de trabalho, criavam-se novas restrições às demissões, e isso fazia com que houvesse desincentivos à contratação de novos trabalhadores (diminuindo, assim a arrecadação), ao empreendedorismo e à inovação.

Os países com o modelo de *Welfare State* social-democrata tinham, historicamente, taxas mais baixas de desemprego. Durante o início da década de 1990, embora essas taxas estivessem em patamares mais elevados, ainda assim se mantiveram mais baixas do que a média da UE, permitindo que o financiamento do *Welfare State* não fosse tão afetado mesmo após a entrada da Suécia no bloco. Além da taxa de desemprego, o modelo sueco também dependeu do apoio da classe média que financiava (por meio, majoritariamente, de impostos) e também utilizava o *Welfare State*.

Para Benner e Bundgaard Vad (2000), a manutenção de grande parte do sistema de proteção social vigente dependeu da classe média e de seu suporte. A partir do EES, em 1997,

a Suécia foi usada como exemplo a ser seguido em diversos aspectos da política de emprego para a UE. De acordo com a Comissão Europeia (2007), a partir de fins da década de 1990, as políticas propostas pela *Active Labour Market Policies* já estavam em prática na Suécia. Jovens abaixo de 25 anos e empregadores recebiam incentivos para o primeiro emprego. Outra medida adotada foi a implementação de um programa de capacitação com cursos oferecidos àqueles que se encontravam desempregados como forma de capacitá-los e promover colocações no mercado de trabalho (EUROPEAN COMMISSION, 2007). Esses incentivos fizeram com que a taxa de desemprego ficasse abaixo da média da EU. O que também se deu entre o estrato da população mais velha, que era incentivado a se aposentar mais tarde.

A Suécia que desde a crise da década de 1970, tinha uma taxa de desemprego entre as pessoas com mais de 65 anos menor do que no resto da Europa Ocidental manteve essa trajetória até a década 2000. Na Tabela 5 percebe-se que a porcentagem de idosos trabalhando, mantem-se alta na Suécia, se comparada a outros países como a França e o Reino Unido:

**Tabela 5 – Taxa de emprego da população de 55-64 anos em economias selecionadas, 1990-2010 (%)**

Ano	França (%)	Suécia (%)	Reino Unido (%)
1990	30,7	69,5	49,2
2000	29,3	65,1	50,4
2005	38,5	69,6	56,7
2010	39,7	70,6	56,7

Fonte: OECD (2011).

O *Welfare State* na Suécia tem uma trajetória caracterizada por baixas taxas de desemprego, impostos mais altos e sistema previdenciário capitalizado (Seção 2). A utilização dos benefícios é alta, mas também é alta a porcentagem as pessoas que contribuem.

O modelo social-democrata vem sofrendo diversas modificações que se acentuaram na década de 1990. Essas mudanças deram-se, concomitantemente, à entrada da Suécia na UE. Essa integração foi vista por parte da população como uma ameaça ao modelo social-democrata (NORBERG, 2006; SITTER, 2001) e tal ceticismo pode ser apontado como a causa da não adoção do Euro pela Suécia (SITTER, 2001), embora a Suécia, como visto, já

adotasse o Sistema de Metas de Inflação na década de 1990 e já não utilizasse a política monetária nem cambial para fins de gerenciamento da demanda.

A Suécia passou por uma severa recessão no início dos anos 1990. Para Norberg (2006), com a recessão várias medidas expansionistas que tinham sido adotadas nas décadas anteriores tiveram de serem revistas. Os impostos que tinham subido foram cortados na margem, o sistema de aposentadorias foi parcialmente privatizado e na saúde partes dos serviços também passaram para mãos privadas. A negociação coletiva centralizada, um dos pilares do modelo sueco também começou a ruir a partir da década de 1990. Muitos dos sindicatos patronais que debatiam as políticas salariais junto aos sindicatos dos trabalhadores e governo retiraram-se dos conselhos (WOOD, 2001). A entrada na UE coincidiu com um acordo entre sindicatos dos trabalhadores e sindicatos patronais para a criação de um fórum para discussão de estratégias econômicas (WOOD, 2001), indicando que os sindicatos embora tenham se enfraquecido, ainda possuíam poder de barganha.

No entanto, a Suécia, tendeu a ser menos afetada pelas *guidelines*, pois as mudanças no seu modelo foram, primordialmente, as que estão sendo adotadas pela UE (EUROPEAN COMMISSION, 2007). O país tem sido o exemplo a ser seguido em termos do sistema de aposentadorias adotado e no que se refere aos mecanismos de incentivos à geração de empregos. Além disso, entre os países selecionados, a Suécia foi aquele que obteve o maior crescimento, seguido pelo Reino Unido. Este último, por sua vez, iniciou além da privatização de parte de sua seguridade social também uma trajetória de diminuição do desemprego, a partir de meados da década de 1990. O *UK National Report on Strategies for Social Protection and Social Inclusion 2008-2010* (EUROPEAN COMMISSION, 2008) sustenta que o Reino Unido teve, desde 1997, a melhor combinação de baixo desemprego e baixa inflação do G7.

No *UK national report on strategies for social protection and social inclusion 2008-2010* se afirma que: “*Policy since 1997 has to a large extent developed along the same lines as those set out in the annual Employment Guidelines*” (EUROPEAN COMMISSION, 2008). Com a diminuição do desemprego, o gasto com seguro desemprego caiu drasticamente. As mudanças de regras também diminuiriam consideravelmente o gasto com *family allowances*, para lares com pais solteiros (EUROPEAN COMMISSION, 2008).

Conforme a European Commission (2008), desde 1997 até 2003, o Reino Unido adotou a estratégia da EES de *welfare to work*, conseguindo com que mais de 250.000 jovens parassem de receber benefícios e entrassem no mercado de trabalho. Reformas tributárias mudaram os incentivos e melhoraram as oportunidades de acesso ao emprego. O governo

também incentivou práticas de trabalho flexíveis, permitindo que mães trabalhassem fora, diminuindo, assim, os benefícios pagos às famílias com uma só fonte de renda.

O Reino Unido que tinha privatizado parte de suas aposentadorias e liberalizado o mercado de trabalho, acabou tornando-se cada vez mais um modelo de *Welfare State* Liberal, com maior proeminência do mercado. O *Welfare State* do país passou cada vez mais a ligar benefícios ao trabalho, o que levou a uma queda na taxa de desemprego. O Reino Unido teve, historicamente, uma abordagem mais intergovernamentalista frente à UE (CARPORASO, 2000). Margaret Thatcher foi contra a entrada do Reino Unido na Zona do Euro, pois a soberania monetária era considerada fundamental para ser passada para um ente supranacional. A grande pressão que a UE tem feito no *Welfare State* no Reino Unido é via imigração intrabloco. Dado os níveis mais baixos de desemprego, o Reino Unido atrai mais imigrantes, o que pode aumentar os custos de seu *Welfare State* (CARPORASO, 2000; PESTIEAU, 2006).

Dado que seu sistema previdenciário, assim como o sueco, é mais capitalizado (ver Tabela 1), as diretivas da Comissão Europeia tendem a não afetar demasiado o Reino Unido, que embora não coloquem em prática algumas *guidelines*, alcançam a meta da UE em indicadores de emprego e previdência.

A França, em contraste, seguiu uma trajetória distinta. As reformas de seu sistema previdenciário, mais oneroso, começaram mais tarde do que as do Reino Unido e da Suécia. Barbier (1996, 2003) cita que o país tentou, gradualmente, reduzir cada vez mais os proventos previdenciários financiados pelo Estado. O que parece ser um denominador comum da UE, muitos países tentam transferir, pelo menos, parte do sistema previdenciário para o privado. Entretanto, a França iniciou esse processo mais tardiamente que os países de modelos social-democratas e liberal, como visto no Capítulo 2.

Com o alargamento e aprofundamento da EU e a adoção do Euro, o governo francês vem diminuindo os custos de cada trabalhador. Para Barbier (2003, p. 432): “*one of the most important measures in the French ‘activation strategy’, i. e. the reduction of employers’ social contributions, funded by the state budget, has appeared as structural and permanent, with the aim of decreasing labour costs for low wages, but also for medium wages*”. Assim, a tentativa de flexibilizar o mercado de trabalho e aumentar os incentivos à geração de empregos vai ao encontro da estratégia de emprego da EES. No entanto, a taxa de desemprego francês se manteve mais alta em relação à média dos países da UE (EUROPEAN COMMISSION, 2011b; OECD, 2012).

Para a European Commission (2008), a França tem um mercado de trabalho ainda pouco flexível. As mudanças no mercado de trabalho são *path dependents* e, portanto, difíceis de serem realizadas. Um direito trabalhista, uma vez posto em prática, tende mais a se manter do que a ser modificado. Como sustenta Wood (2001):

[...] Trade unions, for example, will usually support the introduction of employment legislation and fight for its retention once in place. Their opposition to its reform or abolition is often crucial. Yet their interest in the policy is not engendered by any aspect of the policy itself and would exist whether statutory employment protection was high, low or absent.

A European Commission (2008) sustenta que embora a França ainda esteja longe de diversas metas propostas, o país vem tomando medidas que vão ao encontro das *guidelines*. Em acordo com as *guidelines* da EES, a França fortaleceu a cooperação interministerial entre os departamentos responsáveis pelo emprego, programas sociais, finanças e educação na avaliação de políticas como reforma tributária e inclusão social. Desde 1997, algumas políticas vêm sendo ajustadas em paralelo a introdução do EES. A criação do “*nouveau depart*”, em 1998, trouxe a ênfase para o tratamento curativo do desemprego no longo prazo. As políticas de emprego vêm se tornando ativas e a abordagem vem se tornando mais personalizada, incluindo a integração entre elementos de dedução de impostos para empresas que oferecem o primeiro emprego a jovens. A política de combate a exclusão social foi ligada ao emprego (Programa Trace de 1998). O lado da demanda foi abordado pela redução do imposto *Value Added Tax* em 1999 (EUROPEAN COMMISSION, 2008).

No modelo francês, existe um generoso seguro-desemprego e pagamentos diretos às famílias. A França também tem um sistema de saúde que mistura público e privado e que oferece assistência universal. Em momentos de crise, esse modelo serviu como um amortecedor de choques. Para Hemerijck (2003), atingindo quase 30% do PIB, o *Welfare State* também é uma força econômica estabilizadora, sustentando a demanda em momentos de crise.

No entanto, com o desemprego em alta, o modelo francês, sobretudo após a década de 1990, vem se mostrando mais difícil de ser sustentado. Os trabalhadores dentro do mercado de trabalho tem estabilidade no emprego, e os que estão fora tem maior dificuldade de recolocação. A isso se combina um sistema previdenciário, que é pouco capitalizado.

A França como tipo ideal de um *Welfare State* conservador/corporativista embora tenha iniciado mudanças, ainda está mais distante dos padrões que a UE está tentando colocar para políticas públicas e de emprego. O sistema previdenciário ainda mantém grande parte de

seus benefícios ligados a contribuições patronais e dos trabalhadores da ativa e estão baseados em um esquema PAYG. A França iniciou sua mudança para um financiamento por meio de fundos mais tardiamente. A Suécia já pratica um *best practice model* que o OMC tenta fazer com que os outros países emulem. O modelo social-democrata serviu de exemplo para muitas práticas e para o debate que surgiu no esteio do EES e do Tratado de Lisboa. O Reino Unido tem um sistema no qual os benefícios são mais reduzidos, no entanto, com o sistema de financiamento mais viável. De maneira geral, a Suécia e o Reino Unido estão melhores equipados para a harmonização das políticas públicas dentro da UE. Esta que trouxe impactos maiores para países, como a França, que adotam o modelo bismarckiano (os *Welfare* conservadores/corporativistas).

### 3.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A UE foi uma instituição que teve sua origem em um processo de maior integração entre os países, visando evitar novos conflitos armados e estabelecer uma cooperação comercial e econômica, que acelerasse o crescimento econômico. Essa integração expandiu-se e criou instituições supranacionais cada vez mais poderosas. Estas instituições supranacionais foram afetando de forma cada vez mais profunda as instituições nacionais, incluindo o *Welfare State*.

No entanto, dada a falta de poder normativo da UE sobre diversas áreas, a tensão entre as atribuições nacionais e supranacionais é uma constante no processo de integração. O cidadão europeu vê a UE, como uma instituição pouco democrática e, em sua maioria, não gostaria de ver muitos dos seus direitos delegados à UE. Sem o poder normativo e com uma grande diferença entre os modelos de proteção social, percebeu-se a necessidade de se criar um mecanismo de coordenação das políticas sociais. O OMC ainda é muito incipiente e, portanto, fica difícil mensurar se este está sendo efetivo em sua tarefa de harmonizar e convergir diversos benefícios, regulações e legislações que fazem parte dos *Welfare States* Nacionais.

O OMC foi criado em um contexto, onde a questão do emprego e das políticas sociais eram as principais questões a serem debatidas. Percebe-se, porém, que essa é a seara onde existe maior dificuldade de consenso. Mesmo com a dificuldade desse consenso, conseguiu-se estabelecer algumas linhas mestras com o objetivo de dinamizar a economia e manter um *Welfare State* reformado nos países da Europa. A diminuição do desemprego, uma maior harmonização das políticas públicas (na tentativa de aumentar a livre mobilidade de trabalho)

e a melhora na capacitação dos trabalhadores foram colocadas como os principais objetivos a serem alcançados pela UE.

A UE é uma instituição poderosíssima que influi nas políticas dos países em diversas áreas. Mas, o substrato de valores em cada país guarda características peculiares, o que torna a tarefa de harmonização extremamente complexa. No próximo Capítulo, essa relação entre valores e políticas públicas será analisada e são delineados os principais efeitos nos três países selecionados.

## 4 A UNIÃO EUROPEIA E OS MODELOS DE *WELFARE STATE*: TRAJETÓRIAS E IMPACTOS

The western nations of Europe, who now so immeasurably surpass their former savage progenitors, and stand at the summit of civilization, owe little or none of their superiority to direct inheritance from the old Greeks, though they owe much to the written works of that wonderful people. . . With highly civilised nations continued progress depends in a subordinate degree on natural selection; for such nations do not supplant and exterminate one another as do savage tribes.

Charles Darwin, *The Descent of Man*, 1871

### 4.1 INTRODUÇÃO

O Capítulo 4 explora a relação entre os valores de uma sociedade, suas instituições formais e as trajetórias do *Welfare State*. São abordadas as questões previdenciárias, a desigualdade de renda e a pobreza, a questão do emprego e o gasto com as políticas sociais dos três países. Neste capítulo, são apresentados os questionários referentes aos valores enraizados nos países selecionados, que ajudam a corroborar as hipóteses aventadas durante a pesquisa. Observam-se quais são os impactos da UE nas trajetórias e as influências das diretivas e políticas adotadas na tentativa de harmonização das instituições dos diferentes países do bloco. Para entender a relação não determinística entre instituições informais e formais, utiliza-se a *European Values Survey*, que está inserida na pesquisa da *World Values Survey*<sup>22</sup> como sugerido por Jo (2011). A *World Values Survey* realizou três ondas de pesquisa, mas diversas perguntas não foram repetidas, nas três ondas. Portanto, muitas perguntas foram feitas em apenas uma vez. Isso pode fazer com que algumas respostas reflitam, além dos valores daquela sociedade, questões conjunturais do momento. Embora os questionários não apresentem dados em uma série mais longa, na ausência de indicadores mais precisos esse questionários são utilizados como *proxies* para capturar os valores enraizados de determinada sociedade. Como sustentam van Oorschot (2000, 2006) e van Oorschot et al. (2012) os aspectos culturais e os valores de cada sociedade são o principal fator a moldar o *Welfare State*. Como o autor afirma, dado que a cultura e os valores são difíceis de serem mensurados, questionários em que os cidadãos respondam a perguntas são a melhor forma para se quantificar como a sociedade, em sua maioria, valoriza distintos aspectos do

---

<sup>22</sup>Nesta pesquisa realiza em intervalos de 5 anos são feitas perguntas aos moradores de diversos países sobre sua percepção sobre temas como segurança, educação, política, economia e cultura em geral.

*Welfare State*. O *World Values Survey* é a mais abrangente pesquisa sobre os valores das sociedades, ainda mais aprofundada que o Eurobarometer da Comissão Europeia (JO, 2011). Ao considerar que as respostas desses questionários refletem, de maneira geral, uma tendência de longo prazo, a pesquisa vai ao encontro da abordagem de North (1990, 1991, 1993) que defende que os valores informais são mais enraizados e mudam lentamente. A literatura da Nova Economia Institucional (NORTH, 1990, 1991, 1993; WILLIAMSON, 2000) trabalha de forma aprofundada essa questão, demonstrando como certos valores permanecem constantes, mesmo quando as condições socioeconômicas se alteram. Esses valores enraizados vão fornecer distintos incentivos na formulação de políticas públicas, através dos canais políticos (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012).

Para atingir o objetivo proposto, este capítulo foi dividido em três seções. Como o *Welfare State* está enraizado nos valores das sociedades dos países estudados, entender esses valores permitirá compreender melhor a relação entre esses e a trajetória das políticas públicas das três nações. Na primeira Seção, busca-se trabalhar o conceito de *embeddedness* e como se dá a relação entre os valores e as instituições formais, como inicialmente apresentado no Capítulo 2. Também são apresentadas as principais mudanças institucionais que a Comissão Europeia vem tentando atingir; além disso, apresenta-se a percepção dos cidadãos europeus frente à UE e as mudanças que as diretivas e regras do bloco trazem ao *Welfare State*. Nesta seção, são discutidas as mais recentes pesquisas sobre a percepção dos europeus a respeito do *Welfare State*, da UE e da inter-relação entre ambos.

Analisa-se como esse *embeddedness* afeta o sistema de aposentadorias e como cada país respondeu às mudanças, ao aumento da supranacionalidade e às diretivas da UE. Também são discutidos os motivos das divergentes trajetórias e a causa da resiliência de diversas características do *Welfare State*. As divergências são causadas não apenas pelas instituições formais, mas também pelas diferenças de percepção de cada cidadão frente à UE e ao *Welfare State*, como a pesquisa vem tentando demonstrar. Essas percepções, que não são imutáveis, alteram-se de forma gradativa em um prazo mais longo que as mudanças nas instituições formais. Ao apresentar as diretivas e percepções mais fundamentais dos principais órgãos supranacionais europeus, sobretudo a Comissão Europeia, percebe-se uma preocupação em combinar a diminuição da taxa de desemprego com um financiamento do *Welfare State* mais sólido e a convergência dos diferentes modelos adotados.

Na Seção seguinte, busca-se entender a relação entre desigualdade de renda, proteção social e os impactos da UE nos países selecionados. Procura-se captar melhor a relação entre o *Welfare State*, sua forma de financiamento e as trajetórias de desigualdade de renda; são

exploradas melhor, também, as relações entre eficiência e equidade e como a percepção do cidadão frente à desigualdade ajuda a moldar as políticas econômicas e sociais dos Estados Nacionais.

Na terceira Seção, são debatidas as chamadas políticas ativas de emprego e outras que vem sendo implementadas na UE desde a década de 1990. Tais políticas iniciam com a EES, com o OMC e o Tratado de Lisboa. Na primeira subseção, é observado como cada país reagiu a essas tentativas de políticas ativas de emprego e como as trajetórias impuseram diferentes arranjos institucionais em relação ao emprego e ao *Welfare State*. Posteriormente, a análise é focada na relação entre política econômica, desemprego e gasto do governo com o *Welfare State*. A partir do Tratado de Maastricht, percebe-se uma tentativa de convergência das políticas monetárias, fiscais e cambiais. Dado que essas políticas foram utilizadas no momento de expansão do *Welfare State*, observa-se agora que supranacionalidade impõe diferentes arranjos nas combinações de política econômica. A trajetória da dívida em relação ao PIB mostra que cada país utiliza a política fiscal de forma distinta, assim como as políticas sociais. Nas considerações finais, são debatidas as principais conclusões do capítulo.

## 4.2 PERCEPÇÕES, VALORES E AS TRAJETÓRIAS DO *WELFARE STATE*

### 4.2.1 Valores, demografia e a trajetória das aposentadorias na UE

Em “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo”, Weber (2008) observou que as normas, os valores e, de maneira geral, a cultura de uma sociedade, afetam de forma importante o tipo de desenvolvimento econômico que ocorre na sociedade. Essa tradição foi posteriormente explorada por Douglass C. North (1991, 1993) que analisou o desenvolvimento econômico do Ocidente em uma leitura institucionalista a respeito do nascimento e desenvolvimento do capitalismo. Partindo dessa visão institucionalista, que observa os valores de uma sociedade e como estes afetam as instituições formais, a presente pesquisa busca capturar os valores enraizados, nas sociedades europeias e avaliar, como tais valores foram moldando e direcionando as trajetórias de seus respectivos *Welfare States*. Embora a Europa Ocidental compartilhe alguns valores que são comuns a todos os países, alguns desses valores diferem de país para país e a intensidade nos quais eles estão embebidos na sociedade afetam, de forma cumulativa, as trajetórias das políticas públicas implementadas nos países. Para Jo (2011), o contexto cultural não apenas explica parcialmente a forma do *Welfare State*, como também fornece as causas das mudanças ocorridas ao longo do tempo. A

análise de Jo tenta entender o impacto da cultura na formação e nas características do *Welfare State*. Nesta pesquisa busca-se entender o impacto desses valores nas trajetórias.

Como o objetivo de investigar as hipóteses aqui aventadas foram usados dados a respeito dos valores das sociedades fornecidos pela *World Values Survey*, pesquisa que é realizada em conjunto com o *European Values Survey*. Adicionalmente a essa base de dados, há o *Eurobarometer* que também foi utilizado como fonte de informações, fornecendo dados sobre a percepção dos europeus quanto a valores como igualdade, segurança e aposentadoria, e posicionamento frente ao Estado Nacional e a UE. A cultura e os valores de uma sociedade são aspectos difíceis de serem captados em todas as suas nuances por pesquisas de opinião. Os dados fornecidos por essas pesquisas, contudo, representam importantes *proxies* para um melhor entendimento de algumas questões relacionadas ao *Welfare State*.

Para Jo (2011) podem ser usados os valores e sua correlação com o *Welfare State*, pois aqueles são mais estáveis. Como sustentam North (1990, 1991, 1993) e Williamson (2000) os valores de uma sociedade tendem a mudar de forma mais lenta do que as mudanças nas instituições formais. Os *Welfare States* e suas instituições formais, como os sistemas de aposentadoria, seguro-desemprego e outras transferências de renda sofreram importantes mudanças cumulativas, tanto em seu período de expansão, como no período de readequação, sobretudo a partir da década de 1990. As percepções e os valores embora também tenham mudado e também sejam cumulativos, não representam mudanças perceptíveis em um curto espaço de tempo. Cabe lembrar que essas mudanças se afetam mutuamente, pois transformações nas instituições formais resultam, se bem-sucedidas ou aceitas, em alterações da percepção da sociedade em relação às novas políticas.

Como observado por Kitschelt et al. (1999) e Pierson (2001) existe uma forte ligação dos cidadãos ao *Welfare State*. A geração que tinha passado por escassez e privações até o final da SGM, por exemplo, decidiu criar um sistema de proteção social que atendesse a todos, sobretudo em momentos de crise. Esses valores tornaram-se embebidos na sociedade e embora tenham sofrido importantes mudanças nas últimas décadas, não foram eliminados na Europa Ocidental. Ocorreram diversas mudanças institucionais importantes, mas não rupturas que fossem capazes de alterar completamente o modo de se organizar a sociedade.

Para Schmidt (2008, p. 2), a análise das trajetórias institucionais feita até aqui:

[...] elucidates the institutional structures and practices of national political economies according to a logic of historically-based path dependence and evolution... porém para a autora [...] Although this analytic framework has yielded great insights into historical regularities and path dependencies, it has done much

better at explaining institutional continuity or describing institutional evolution rather than at explaining institutional change.

A autora afirma que a análise institucional só é eficiente para se captar as continuidades e não as mudanças. Entretanto, busca-se argumentar aqui que a análise institucional fornece a melhor forma de se entender as causas das mudanças (CARPORASO, 2000).

Primeiramente, procura-se discutir a forma como se dá a relação entre valores e trajetórias dos *Welfare States*. Contudo, a visão dos valores influenciando as trajetórias e as instituições não é determinística. Para Bueno de Mesquita (2009), os valores de determinada sociedade são moldados de acordo: (i) com incentivos que guiam as decisões dos participantes; e (ii) com a forma como se dá o acesso aos recursos materiais daquele país.

Como observado nos capítulos 2 e 3, a percepção nas primeiras décadas posteriores ao pós-guerra SGM era de que o Estado deveria ser mais atuante na economia e, conseqüentemente, foi proposto e construído o sistema de *Welfare State*, refletindo os valores da sociedade na época. Nesse momento da história existia a percepção de que era necessário auxiliar aqueles que não podiam mais cuidar de si mesmos. Estes eram principalmente os que não podiam trabalhar e que, em sua maioria, já apresentavam uma idade avançada. Para Mankiw (2009) e Pestieau (2006), o *Welfare State* nasceu para resolver problemas de falhas de mercado, como riscos sociais, risco moral e seleção adversa.

Mesmo na fase de expansão do *Welfare State*, como observado na Seção 2.2, esses valores não eram uniformes na sociedade europeia. A própria ideia de uma Europa unificada não existia para a maioria da população. Os países distinguiam-se em aspectos como a visão sobre a ação do Estado, das famílias e do mercado dentro de uma economia. Hall e Soskice (2001) dividem as economias europeias em economias de mercado liberais e economias de mercado coordenadas. Nas segundas, o Estado seria mais presente e haveria uma maior disposição dos cidadãos para a ação coletiva; o Estado seria responsável por diversas áreas da economia tal como saúde, educação previdência e relações trabalhistas. Nas primeiras, essa disposição seria relativamente menor e se daria maior proeminência ao mercado. Ao Estado caberia o fornecimento de segurança jurídica e garantia dos direitos de propriedade e regulamentação das atividades de bem estar.

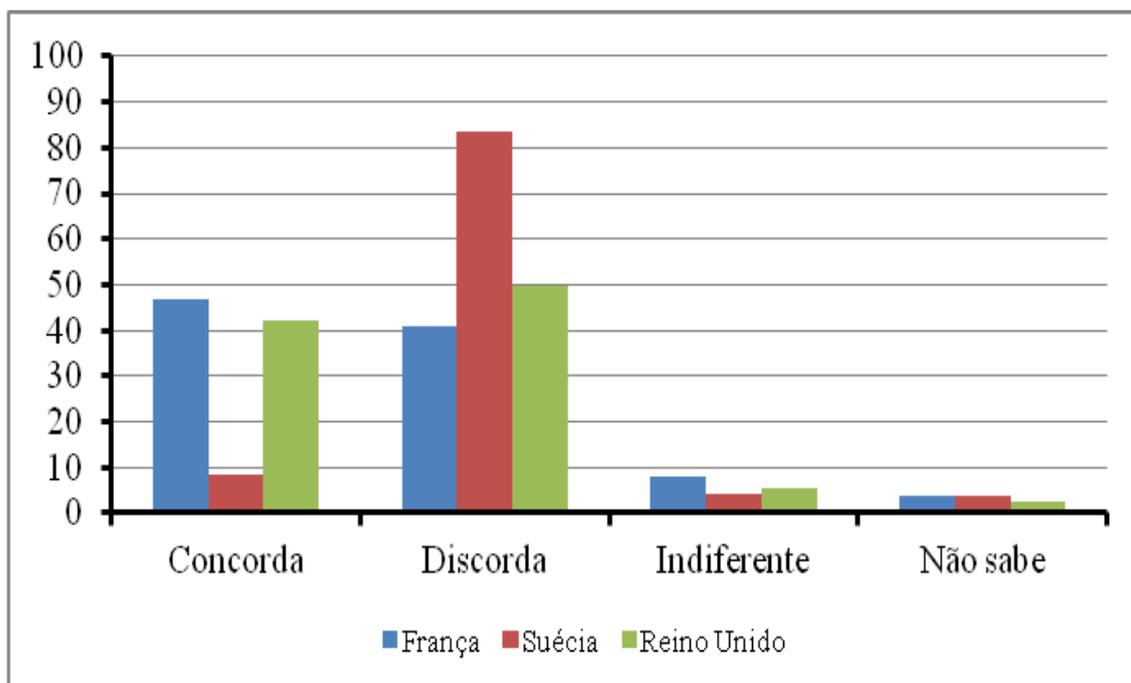
Nas economias de mercado coordenadas, o Estado estaria moldando as interações entre os diversos agentes econômicos e tentando dirimir as diversas falhas de mercado. Os valores nessas sociedades estariam voltados mais para a garantia da estabilidade, da segurança

e da ação coletiva. As economias de mercado liberais tenderiam, nessa visão, a valorizar mais a liberdade econômica, o empreendedorismo e a igualdade perante a lei.

O principal mecanismo do *Welfare State*, que reflete em grande parte os valores embebidos é o sistema previdenciário. O *Welfare State*, de forma implícita, por meio de impostos, faz o cidadão, compulsoriamente, adquirir um “seguro” contra possíveis intempéries. A velhice seria a principal intempérie e pelas contribuições ou impostos o *Welfare State* é colocado como uma espécie de socializador de riscos em que a possibilidade de ficar sem a capacidade de remuneração com uma idade mais avançada seria compartilhada por toda a sociedade. Isso criou um contraste com períodos anteriores nos quais a família era o principal mecanismo de segurança (Flora e Heidenheimer 1981). Os valores presentes naquele momento ajudaram a dar forma ao sistema previdenciário e a decidir quem deveria receber o montante dos recursos e quando deveriam ocorrer as aposentadorias.

Dentre os diferentes países analisados aqui, existe uma percepção distinta a respeito da necessidade de pessoas mais velhas trabalharem ou não. Enquanto em 1990, na França 48,9% das pessoas acreditavam que pessoas mais velhas deveriam ser compulsoriamente aposentadas, no Reino Unido esse percentual era de 43,2% e de apenas 8,9% na Suécia, como pode ser observado no Gráfico 12:

**Gráfico 12 – Escassez de trabalho: pessoas mais velhas devem ser forçadas a se aposentar – respostas dos países selecionados em 1990 (%)**



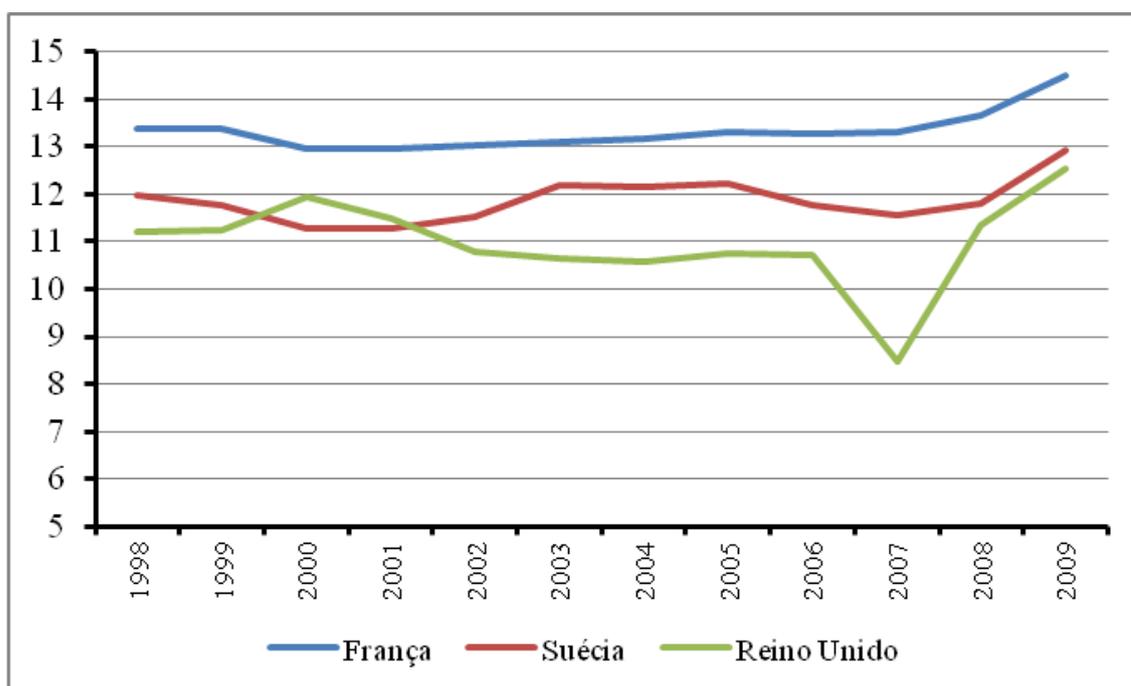
Fonte: World Values Survey (2012).

Na França, observa-se que a percepção que existia, desde a década de 1970, que levou o país a adotar a política de diminuição da oferta de mão de obra (ESPING-ANDERSEN, 1990), para tentar conter a elevação do desemprego. Existia um valor enraizado com relação à aposentadoria de pessoas mais velhas mesmo contra vontade. Isso forneceu incentivos para a criação de um modelo previdenciário, no qual as pessoas tinham incentivo a aposentar-se mais cedo, mesmo não tendo poupado dinheiro para esse fim.

Com o aumento do desemprego na década de 1990, que ocorreu concomitante ao Tratado de Maastricht, a arrecadação diminuiu e os gastos com aposentadorias cresceram de forma generalizada na Europa Ocidental (EUROPEAN COMMISSION, 2006). Os gastos com idosos foram os que mais aumentaram. A Suécia gastava 8,4% de PIB com idosos, em 1980, passou para 9,8% em 2001. No Reino Unido esse percentual era de 7,3%, passou para 8,7% em 2001. Na França, o percentual era de 9,6% em 1980, e passou para 12,1 em 2001 (EUROPEAN COMMISSION, 2011b).

O Gráfico 13 mostra a trajetória dos gastos com aposentadorias em relação ao PIB desde o fim da década de 1990 nos países citados.

Gráfico 13 – Gastos com aposentadoria em economias selecionadas, 1998-2009 (% PIB)



Fonte: OECD (2012).

A França tem o gasto com aposentadorias mais elevado, proporcionalmente ao PIB, entre os três países. A partir de 1998, a Suécia tem a trajetória mais estável em relação ao gasto com aposentadorias. No Reino Unido, gradualmente, os gastos com aposentadoria em relação ao PIB, vinham diminuindo desde o início da década de 2000, quando a crise sobreveio.

O *Welfare State* francês é um modelo com uma grande transferência intergeracional. Para Pestieau (2006) e Burgoon (2007, 2012), esses modelos com alta transferência intergeracional são menos estáveis, pois uma parcela da população entrante no mercado de trabalho tende a ter menos incentivos para poupar e tende a contar com as gerações futuras para pagar por suas aposentadorias.

As mudanças nos gastos com aposentadorias refletem, também as mudanças demográficas pelas quais a Europa (e o mundo) vem passando. Meier e Werding (2010) defendem que as mudanças na área demográfica afetam negativamente os sistemas de *Welfare State*, sobretudo via aposentadorias. Com o envelhecimento da população, os anos em que as aposentadorias são pagas estendem-se. Uma parcela da população que vive um período cada vez maior em um sistema PAYG, é sustentada por uma parcela cada vez menor da população.

Para Meier e Werding (2010) ao analisar a transição demográfica o principal índice é a razão entre a população de pessoas com mais de 65 anos em relação à população entre 15-64 anos que, em tese, estaria em uma faixa etária para ser empregada. Obviamente, esse índice

não é perfeito, pois não leva em conta que parte dessa população não trabalha, podendo ser constituída de estudantes, estar desempregados, serem trabalhadores domésticos ou já estarem aposentados precocemente.

Para Lee e Reher (2011, p. 1): “*The term ‘demographic transition’ refers to the secular shift in fertility and mortality from high and sharply fluctuating levels to low and relatively stable ones. This historical process ranks as one of the most important changes affecting human society in the past half millennium*”.

A tabela 6 mostra o *old age dependency ratios* dos três países selecionados para o ano 2000 e as previsões para 2025 e 2050:

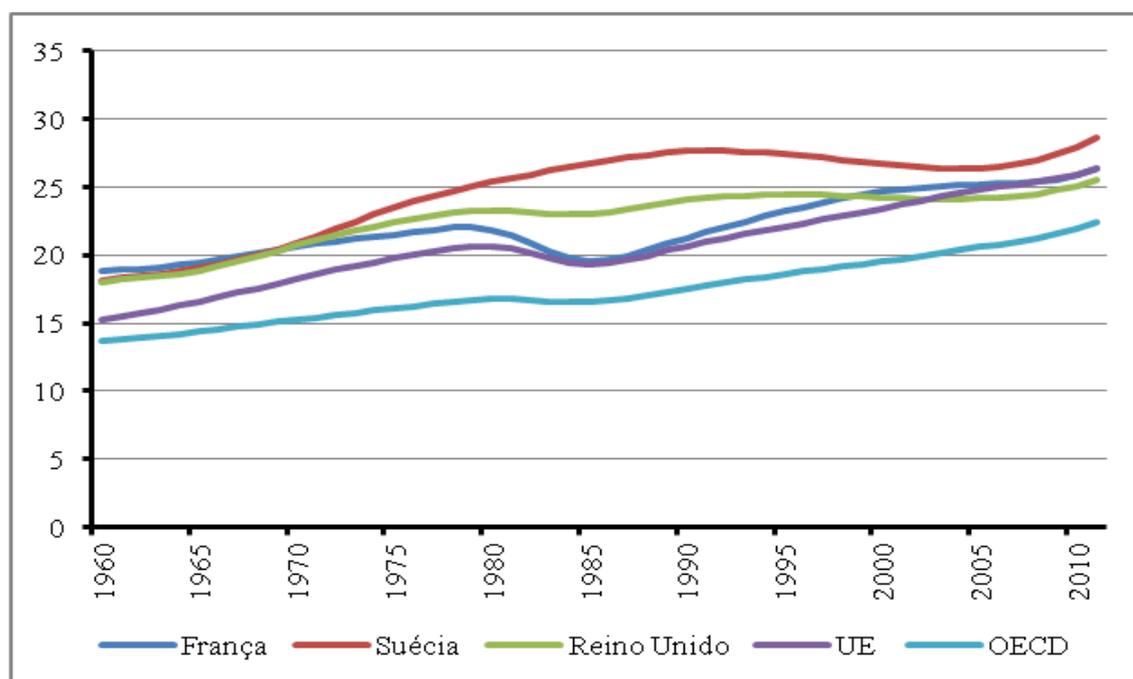
**Tabela 6 – Proporções de pessoas com mais de 64 anos em relação aos de 15-64 anos em economias selecionadas, 2000-2050\* (em %)**

	2000	2025	2050
França	25	37	47
Reino Unido	24	31	38
Suécia	27	36	40

Fonte: European Union (2011). (\*) Projeções da fonte.

O Gráfico 14 mostra como foi a trajetória desse indicador desde para os três países, para a UE e para os países da OECD.

**Gráfico 14 – Proporção de pessoas com mais de 64 anos em relação aos de 15-64 anos em economias selecionadas, 1960-2010 (%)**



Fonte: World Bank (2013).

A França é o país com as piores perspectivas dentre os países selecionados. A razão entre idosos e jovens é crescente e *ceteris paribus*, isso acarretará maiores dificuldades com o sistema previdenciário. Os países que tendem a ter uma população mais velha são os que deveriam, em tese, estar em um sistema mais capitalizado, o que, no entanto, parece não acontecer. O país com as piores previsões demográficas dentre os analisados é aquele com o sistema previdenciário menos capitalizado e com maior aproximação com um sistema PAYG (ver Tabela 1).

Na Suécia, o sistema é capitalizado, opera com taxas de desemprego baixas e as pessoas tendem a se aposentar mais tarde. No Reino Unido, o sistema é parcialmente capitalizado, sendo uma parcela do financiamento privado, e as taxas de desemprego, embora mais altas que na Suécia, não são tão altas, como na Europa Continental. Na França, como visto no Capítulo 2, o sistema previdenciário ainda depende em grande parte de contribuições dos empregadores, baseado nos rendimentos dos empregados da ativa (ver Gráfico 1).

van Oorschot et al. (2012) sustentam que a percepção dos indivíduos sobre o efeito do *Welfare State* depende mais de seus valores culturais que de sua posição econômica. Na França, por exemplo, a partir da análise do Gráfico 9, percebe-se que a sociedade acha, em sua maioria, que os idosos devem se aposentar mais cedo, e o Estado deve fornecer os recursos adequados para tanto. As raízes do *Welfare State* francês remontam ao modelo bismarckiano, no qual o sistema de aposentadorias depende da contribuição dos trabalhadores da ativa.

Para Jo (2011), embora o impacto do contexto cultural, na opinião e nas políticas públicas, seja substancial, não é exclusivamente determinante, nem é totalmente refletido nas políticas. A França, embora se diferencie da Suécia e do Reino Unido, está adotando medidas no sentido de alinhar melhor seu sistema previdenciário com suas necessidades fiscais, como aumentar a idade da aposentadoria e alterar parcialmente o sistema de benefícios.

A França, além da Áustria e da Itália, já utiliza uma média dos anos de contribuição em lugar de considerar apenas os anos de maiores salários (FENGE; von WEIZSACKER, 2008). O sistema previdenciário foi reformado de forma mais forte na Suécia e no Reino Unido. As medidas adotadas tornaram o sistema mais capitalizado gerando, conseqüentemente, maior confiança em relação ao pagamento das aposentadorias futuras. Em um sistema PAYG, o contribuinte mais jovem precisa contar que a geração posterior continuará financiando o sistema. van Oorschot et al. (2012, p. 183) sustentam que “[...]”

*general trust in the country's political institutions spills over into positive evaluations of Welfare State outcomes*".

O motivo pelo qual, a análise feita até aqui mostra mais evolução gradual do que rupturas é o ambiente institucional mais maduro da Europa Ocidental, no qual mudanças bruscas e rupturas são menos frequentes do que em países em estágios de desenvolvimento distintos (PIERSON, 2001). No entanto, a constante evolução faz com que as mudanças sejam percebidas, quando se analisa as tendências em contexto e em períodos mais longos. Obviamente, existem momentos em que a mudança torna-se mais abrupta e, na Europa, percebe-se que esses momentos se dão em graves crises econômicas com aumento do desemprego. As mudanças realizadas se acumularam ao longo do tempo, e as transformações no *Welfare State* que se iniciaram na década de 1980, se tornaram o principal campo de debate da UE.

#### **4. 2. 2 Percepções sobre a UE e as trajetórias da Suécia, França e Reino Unido**

O sistema previdenciário é a parte do *Welfare State* mais afetada pela UE. O bloco afeta não apenas o financiamento, mas também a forma como são selecionados aqueles que irão receber os benefícios. A mobilidade de capital e trabalho dentro da UE faz com que as políticas públicas se modifiquem. O aumento da migração, sobretudo intrabloco, afeta como os trabalhadores se organizam, suas reivindicações e, portanto, conseqüentemente, a forma como ocorrerão as transferências de recursos não apenas dentro daquele país, mas também supranacionalmente.

Até a década de 1990, era ao Estado Nacional que o cidadão devia seus impostos e de onde vinham os benefícios. Com o Tratado de Maastricht e a criação da UE, concomitante ao aumento do desemprego e com regras mais rígidas para o endividamento, o financiamento dos pagamentos previdenciários mudou. Isso se dá tanto pela mobilidade dos trabalhadores na idade ativa como pela mobilidade dos aposentados. Existe uma pressão, por parte da UE (EUROPEAN COMMISSION, 2008) para que os países criem um modelo menos PAYG e mais financiados por fundos de pensão. Essa transição permitiria a emergência de um sistema de aposentadorias com menores pressões de financiamento e maior portabilidade (EUROPEAN COMMISSION, 2008).

Para Anderson e Kurzer (2008, p. 2) embora a UE não financie diretamente os sistemas de aposentadorias “[...] *EU legislation and ECJ judgments increasingly create constraints on national systems and opportunities for EU institutions to steer a course of*

*action and influence national legislation and policy in directions that are potentially at odds with the core principles of these national arrangements”.*

Os autores ressaltam que as instituições da UE podem afetar e se chocar com as estratégias adotadas nacionalmente. No entanto, as diretivas da Comissão Europeia podem ir ao encontro de estratégias já adotadas pelos países. Esse é o caso dos países que adotam o *best practice model* do OMC, como discutido no Capítulo 3. Nesse caso, as estratégias vão acentuar políticas já em curso pelos Estados Nacionais, como é o caso da Suécia e, em menor grau, do Reino Unido (ANDERSON; KUZER, 2008).

O objetivo final da UE e da Comissão Europeia na área previdenciária parece ser a portabilidade (EUROPEAN COMMISSION, 2007, 2008), no qual o cidadão poderia trabalhar em um país e aposentar-se em outro sem prejuízos para seus benefícios. Esse tipo de transferência parece não estar madura em um futuro próximo. As regras de elegibilidade e de financiamento ainda são muito distintas. O que existe é a tentativa de se criar um modelo multilinear (diversos tipos de aposentadoria) na UE (EUROPEAN COMMISSION, 2006), em que benefícios estejam mais ligados aos salários e cada vez mais financiados por fundos de pensão. No primeiro pilar, existiriam as aposentadorias ligadas ao sistema previdenciário nacional e, no segundo pilar, as aposentadorias ligadas às empresas ou a setores específicos, nos quais os fundos de pensão poderiam ser transferidos transnacionalmente dentro da UE (FENGE; von WEIZSACKER, 2008).

Para Fenge e von Weizsacker (2008), a pouca mobilidade do trabalho dentro da UE deve-se à diferença entre os modelos de *Welfare State* e seus benefícios. A Comissão Europeia, que busca aumentar a mobilidade dos fatores dentro da UE, tenta promover uma maior harmonização entre os países da EU (que são muito distintos entre si), com o intuito de aumentar a competitividade e dinamizar a economia, retomando o crescimento (EUROPEAN COMMISSION, 2006).

Para isso, a UE, através das diretivas tentou, por meio dos diversos tratados, criar instituições formais que auxiliassem essa tarefa de harmonização. Estas mudanças supranacionais, que ocorreram em apenas duas décadas (os Tratados de Maastricht, Nice, Amsterdã, Lisboa) afetaram não só as instituições formais e o *Welfare State*, como também a percepção que os cidadãos dos países tinham frente à UE e suas instituições.

O *Welfare State*, que até a década de 1990, era moldado, majoritariamente, pela percepção nacional e dos valores dentro daquela sociedade, tornou-se cada vez mais afetado pelos valores nos quais a UE estava sendo construída, expandida e consolidada. A percepção que a população dos diferentes países europeus tem frente a UE, é multifacetada e afeta a

percepção de como as instituições formais da UE agem sobre as políticas públicas de cada país.

A UE afetou a forma como o cidadão europeu observava seu país, na forma como se sente europeu e de onde vêm seus benefícios e para onde vai sua contribuição (JO, 2011). Essa mudança de percepção foi acompanhada de mudanças nos sistemas previdenciários, nas relações de emprego, nos gastos do governo e nas tecnologias. O encontro dessas mudanças está criando transformações que se alteram as formas de financiamento, contribuição, distribuição de recursos e organização dos diferentes modelos de *Welfare State*.

As disputas políticas dão forma ao embate entre as ideias e as opções presentes naquele momento para a sociedade (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012). As políticas públicas na UE estão inseridas em um contexto de disputas de ideias. As disputas políticas são um mercado de ideias e de ações onde os consumidores são eleitores, ou como nota Bobbio (2009, p. 138):

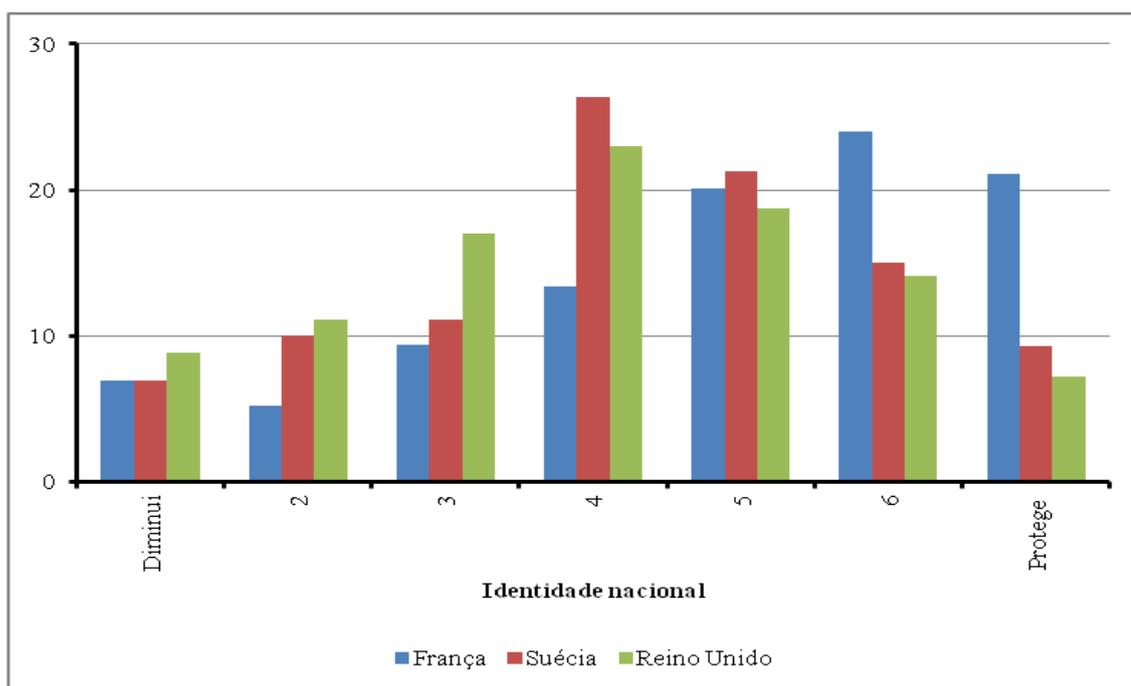
*Ao interesse do cidadão eleitor de obter favores do Estado corresponde o interesse do político eleito ou a ser eleito de concedê-los. Entre um e outro estabelecimento uma perfeita relação de do ut des: um através do consentimento confere poder, o outro, através do poder recebido, distribui vantagens ou elimina desvantagens.*

A grande mudança que a UE traz é que esse mercado de ideias e opções de trajetórias, em lugar de ser apenas nacional, passa a ser supranacional. A própria integração é um tipo de política que está nesse mercado de ideias; embora os cidadãos europeus vejam esse aumento de supranacionalidade como algo incontrollável, além das possibilidades de ação política democrática (CARPORASO, 2000).

A UE é vista como algo que afeta a identidade nacional. Os habitantes do Reino Unido são os mais céticos em relação à UE, seguidos pelos suecos e, posteriormente pelos franceses. O Reino Unido sempre foi historicamente mais avesso a uma grande integração favorecendo uma integração apenas comercial (CARPORASO, 2000).

O Gráfico 15 mostra o grau de ceticismo em relação a UE dos países selecionados. O grau de ceticismo varia de 1 (no qual a UE diminui a identidade nacional) até 7 (no qual a EU protege a identidade nacional). As barras mostram a porcentagem da população em cada grau de ceticismo.

**Gráfico 15 – Grau de ceticismo em relação a UE em países selecionados, ano (% da população)**



Fonte: World Values Survey (2012).

Além dos britânicos, os suecos também tem um alto grau de ceticismo em relação à UE. Para Tragardh (2012):

[...] While Sweden thus was imagined in terms of democracy, equality and social solidarity, "Europe" was pictured in terms of the so-called "four Ks": konservativa europa, kapitalets europa, kartellernas europa och det klerikala katolska europa (Conservative Europe, the Europe of Capital(ism), the Europe of the Cartels, and the Clerical, Catholic Europe).

Na Suécia, na década de 1990, a UE era vista por uma parcela da população, como uma ameaça ao modelo sueco mais igualitário e liberal politicamente. A entrada da Suécia era discutida, desde a década de 1960, com a maior parte da população sendo contrária à ideia (TRAGARDH, 2012). A Suécia via-se como um país neutro na Guerra Fria e com o fim da URSS, os partidos políticos da Suécia, de forma majoritária, acabaram convergindo e aceitando a entrada do país na UE, embora com uma parcela considerável da população contrária a entrada (KYTE, 2006).

Aquilo que a população percebe como consequências benéficas e maléficas da UE varia conforme o país. Isso reflete o quanto cada país está disposto a ceder em sua soberania. Em alguns aspectos a UE, é vista como benéfica, pois amplia o mercado de trabalho aos

trabalhadores da UE e aumenta o mercado consumidor para os empresários da UE. A área social é aonde esse entrelaçamento entre o nacional e o supranacional é mais turvo.

Para Copeland e Daly (2012), os Estados Membros da UE tem muito mais autonomia em relação à política social do que em relação às outras áreas de atuação da UE. Cabe perceber que as áreas econômicas e comerciais e as políticas de emprego e de previdência são políticas conjuntas que se afetam mutuamente. Desde 1992, um dos grandes debates na Comissão Europeia é qual a forma de se diminuir os déficits fiscais e manter os benefícios com os quais os europeus se acostumaram. A Comissão Europeia busca a manutenção do “modelo social europeu” em um mercado mais competitivo, mais dinâmico e mais flexível (EUROPEAN COMMISSION, 2007).

Com os debates dentro das instituições formais da UE sobre esse novo modelo que combina proteção com empreendedorismo, vários pesquisadores iniciaram novos campos de análise. Wilthagen (1998) trabalhou a ideia de *flexicurity* que foi sendo incorporada às diretivas da Comissão Europeia. *Flexicurity* é a ideia de que é necessária uma combinação de medidas que continuem protegendo as pessoas, mas criando um mercado de trabalho mais flexível que possa criar incentivos para a geração de empregos. Mais recentemente, Esping-Andersen et al. (2002) desenvolveram o conceito de participação no mercado de trabalho ligado ao ciclo de vida.

No entanto, cada vez mais os cidadãos perceberam que a UE está mudando a relação do *Welfare State* com o Estado-Nação e a economia. A UE é vista como algo positivo em alguns aspectos e influenciando negativamente em outros. Em setembro de 2011, o *Eurobarometer* (2011) pesquisou as posições dos cidadãos europeus frente à UE e no que ela facilitava a vida das pessoas. O principal aspecto positivo citado pelos entrevistados foi a possibilidade de se trabalhar em diferentes países membros (70%), seguido pela melhora no acesso à educação e treinamento (67%). Para 59% dos entrevistados, a UE facilita a criação de novos negócios. Para 56% dos cidadãos a UE espalha as melhores práticas em termos de políticas de emprego. No entanto, menos da metade acha que o impacto da UE é positivo no que concerne à coordenação dos sistemas nacionais de proteção social (EUROPEAN COMMISSION, 2011).

Para Scharpf (1999, 2002, 2009) e Leibfried (2005), a UE e suas instituições supranacionais defendem e aplicam políticas de caráter “neoliberal” que diminuem o escopo do *Welfare State* e atendem aos interesses do capital que se torna cada vez mais transnacional e quer reduzir os direitos nos países onde atua. Essa visão simplista pode ser contraposta com

uma análise mais detalhada das políticas nacionais em cada país e as trajetórias que elas vêm realizando mesmo antes do advento da UE.

Pestieau (2006) analisa o *Welfare State* em termos de princípios, principais fontes de financiamento, universalidade dos benefícios, redistribuição intergeracional e intrageracional, organização e eficiência dos programas. Essas características podem se localizar de um extremo a outro e existe uma grande dificuldade de se caracterizar esses sistemas de forma absoluta, pois uma análise mais detalhada traz nuances que vão dificultar uma análise dicotômica.

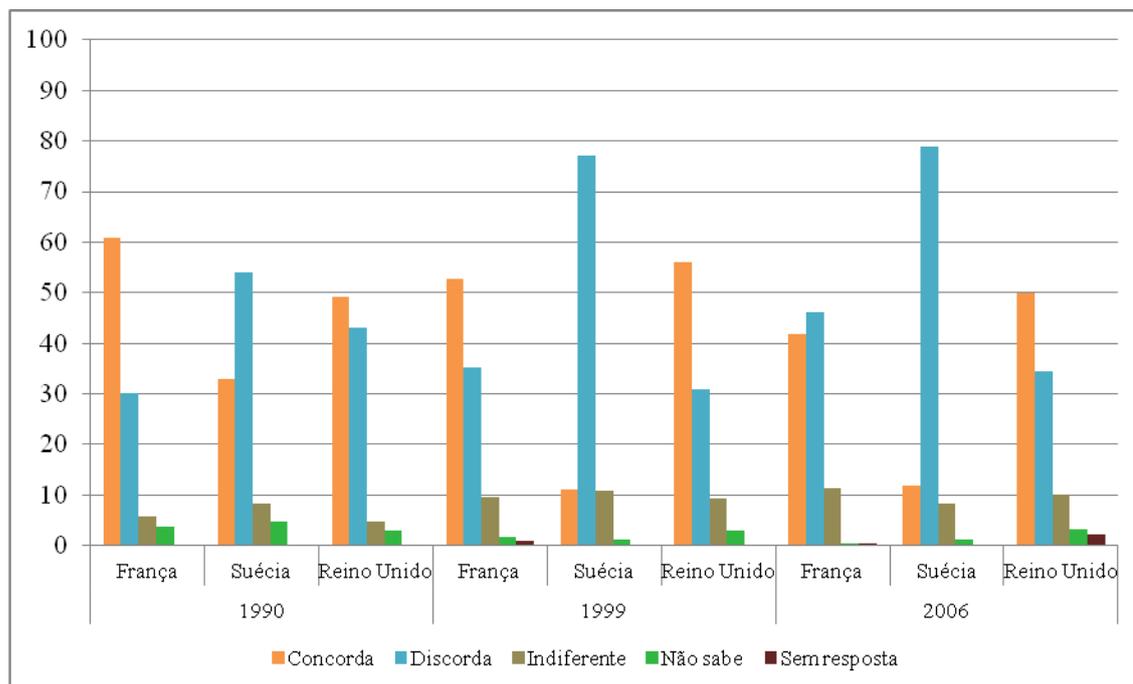
Com respeito à questão previdenciária percebe-se: (i) o aumento nos gastos com três países aqui enfatizados (ver o Gráfico 14); e (ii) tendência de substituição do financiamento PAYG, na qual os contribuintes atuais financiam as contribuições dos aposentados e daqueles que estão fora do mercado de trabalho. Tal processo é mais evidente na Suécia e no Reino Unido, nos quais, os modelos passam a ser cada vez menos PAYG e cada vez mais financiado via fundo de pensão. Essa transferência é cada vez mais incentivada pela UE por meio de suas diretivas.

Anderson e Kuzer (2008) sustentam que a estratégia adotada pela UE e que favorece as aposentadorias é mais compatível com o modelo social democrata, mas também com o modelo liberal. O modelo conservador sofreria mais pressões nesse novo tipo de abordagem. Para os autores: “[...] *it is in the conservative welfare regimes where EU policies cause the most friction*” (ANDERSON; KUZER, 2008, p. 7). Para Anderson e Kurzer (2008), o OMC e o novo formato das aposentadorias, que vem se desenhando desde a década de 1990, faz com que a ligação entre trabalho e benefícios aumente, e o fator solidariedade (seja entre gerações, seja entre aqueles com diferenças de renda) esvaia-se.

Um dos principais fatores que mudou o sistema de aposentarias foi a chegada de diversos imigrantes que vieram de países de dentro do bloco, quando houve a liberalização do trabalho. O mercado de trabalho com a chegada de imigrantes (não só intrabloco) alterou-se profundamente. A percepção do “outro” pode diminuir a coesão social e criar menos incentivo para um *Welfare State* mais amplo. Na França, a maioria da população tende a achar que os residentes daquele país devem ter uma preferência maior em relação a imigrantes; no Reino Unido, essa porcentagem é de 50,8% e na Suécia, de 34,6%.

O Gráfico 16 mostra a percepção dos cidadãos dos três países selecionados em relação aos imigrantes e ao emprego. O gráfico apresenta qual a parcela da população que acha que os nativos daquele país devem ter prioridade no momento de conseguir um emprego.

**Gráfico 16 – Escassez de trabalho: os empregadores devem dar prioridade às pessoas da (nação) com respeito aos imigrantes (%)**



Fonte: World Values Survey (2012).

A França acaba sendo um paradoxo, pois embora o país majoritariamente seja a favor da UE, os habitantes acham que os imigrantes devem ser preteridos no mercado de trabalho. Isso pode ser o reflexo dos trabalhadores franceses dependerem mais das contribuições de seus pares na hora da aposentadoria em comparação aos demais. Na Suécia e no Reino Unido, com o sistema mais capitalizado, a entrada de trabalhadores tanto como beneficiários como contribuintes não afeta os trabalhadores, cujo sistema previdenciário está mais capitalizado.

A chegada de novos trabalhadores faz com que o sistema previdenciário se ajustasse, pois a ideia de que somos todos iguais e um precisa cuidar do outro, passa a se enfraquecer (PESTIEAU, 2006). Além disso, a taxa de imigrantes na França e no Reino Unido é maior do que na Suécia (EUROPEAN COMMISSION, 2011b).

Para Fenge e von Weizsacker (2008), o peso da imigração em um sistema de aposentadorias PAYG não pode ser diretamente calculado. As contribuições e os benefícios dependem dos tamanhos relativos de cada geração, que é fortemente influenciada pela imigração. Burgoon, Koster e van Egmond (2012) defendem que a globalização tende a aumentar a elasticidade da oferta e da demanda de trabalho. Também *ceteris paribus*, para Burgoon, Koster e van Egmond (2012), a globalização e a maior integração econômica aumenta as vulnerabilidades dos trabalhadores e um dos canais pelos quais isso acontece é a

imigração. Os autores embora não explicitem, utilizam a imigração como um das explicações para a convergência dos modelos.

Schmitt e Starke (2011) ao fazerem uma análise econométrica dos dados agregados dos gastos governamentais com o *Welfare State*, sustentam que os sinais são de convergência. No entanto, na análise de dados agregados perde-se parte das nuances institucionais de cada modelo de proteção social. A deficiência em se adotar apenas os dados de gasto agregados já tinha sido apontado por Esping-Andersen (1990). Blyth e Hopkin (2004) corroboram a análise de Pierson (2001), e vêem restrições institucionais, de distintos países como os maiores determinantes para o nível de cortes e da adequação dos *Welfare States* frente aos desafios da globalização. Isso vai de encontro à hipótese de convergência.

Em contraste, van Kersbergen (2012) sustenta que as mudanças nos *Welfare States* foram mais aceleradas do que os institucionalistas previam com a análise *path dependent*. Para o autor, enquanto se debatia o motivo das permanências de diversas características dos modelos de proteção social, diversas mudanças ocorreram, muitas de forma radical, nos modelos de *Welfare State*. O autor supracitado utiliza o exemplo alemão como caso emblemático, de profundas mudanças que ocorreram, no qual os valores não foram tão importantes. Como sustentado aqui, essas mudanças ocorreram e algumas foram profundas, mas foram *path dependents* e cumulativas. Não houve rupturas, mas mudanças dadas por novos condicionantes, demográficos (envelhecimento da população), de percepção (maior crença no individualismo), econômicos (ineficácia das políticas fiscais e monetárias expansionistas) e, finalmente, a crescente integração econômica, financeira e política trazida pela UE. Mesmos autores que defendem uma maior convergência, como Hansen e Triantafyllou (2011), vão adicionar que a velocidade dessa convergência vai depender do tipo de *Welfare State*. Na presente pesquisa, vem se buscando demonstrar que não apenas os tipos ou modelos de *Welfare State* estão mudando, mas também a percepção sobre esses modelos.

van Oorschot *et al.* (2012) sustentam que, dos 26 países europeus analisados, o *Welfare State* é visto pela maioria da população como algo que traz mais efeitos negativos do que positivos em apenas três países: Hungria, Eslováquia e Grã-Bretanha. Na Suécia, a maioria da população ainda apoia o *Welfare State* (EUROPEAN COMMISSION, 2007, 2011b) e esse valor enraizado reflete-se não apenas na população como na maioria dos partidos políticos, que ao realizarem reformas não o fazem com rupturas. Gingrich (2011) sustenta que na Suécia existe ainda um grande apoio ao *Welfare State*, e os partidos liberais e conservadores em lugar de liberalizar os mercados adotam uma agenda moderada de reforma para mercados universais, que estão sob controle do Estado.

Burgoon (2012) contesta essa tese e afirma que dependendo da orientação ideológica do partido no poder vai existir uma tendência maior ou menor a compensar os efeitos da globalização, criando maiores incertezas aos cidadãos. No entanto, as trajetórias parecem demonstrar que mais importante que a ideologia do partido parece existir mais força nos valores dentro daquele país do que o partido político.

Na Suécia, as taxas marginais são maiores, e a tendência da taxação é mais progressiva, isso reflete uma visão que a renda deve ser mais igualmente transferida (as pesquisas serão apresentadas na próxima seção). No entanto, esses valores enraizados são combinados com um mercado com uma alta mobilidade de capital e trabalho. A UE faz com que os impostos não possam ser tão altos, senão poderia haver uma transferência de recursos (capital e trabalho) para outros países da UE.

O Reino Unido pratica uma taxação menor que a maioria dos outros países da Europa Ocidental (Pestieau 2006), buscando atrair recursos financeiros. Como afirma Pestieau (2006) os incentivos parecem estar dados para que exista um *race to the bottom*, onde os benefícios sociais vão diminuindo na tentativa de atrair um capital que é cada vez mais móvel. No entanto, como observado pelo autor, esse *race to the bottom* não está acontecendo. Os gastos em diversos programas tem se mantido em um patamar relativamente estável; o que existe é uma readequação dos programas e uma maior flexibilização dos mercados.

Essa readequação vai depender da percepção naquele país sobre o *Welfare State*, sobre a UE e sobre o efeito do último sobre o primeiro. No Reino Unido, apenas 44% da população tem uma visão que a UE afeta positivamente as políticas de emprego (auxilia as pessoas a encontrarem mais facilmente emprego) contra 52% em média na Europa (27 países da UE). Em relação à política social, 41% dos habitantes do Reino Unido acham que a UE tem um impacto positivo em termos de política social comparado com 51% do resto da Europa (EUROPEAN COMMISSION, 2011a). No Reino Unido, a visão dos cidadãos frente à UE é mais negativa se comparada à dos 27 países da UE.

Dadas as disparidades de percepções, de trajetórias e de modelos de *Welfare State* a missão de harmonização da Comissão Europeia é hercúlea. Dos três países selecionados, apenas a Suécia tem fundos de pensão para trabalhadores que cobrem mais da 90% da força de trabalho (os únicos países da UE que tem um percentual similar são Dinamarca e Países Baixos). O Reino Unido tem aumentado fortemente essa proporção (EUROPEAN COMMISSION, 2006).

Nesse caso, percebe-se que a Suécia é o *best practice model* utilizado pela Comissão Europeia que busca convergir o modelo de aposentadorias, por meio do OMC, para um

modelo multilinear mais bem financiado e mais preparado às mudanças demográficas pelas quais os países estão passando.

No relatório sobre aposentadorias da European Commission (2006, p. 254), a Suécia é utilizada como modelo a ser seguido:

As for modernisation, the universal Swedish pension system ensures a great degree of flexibility, for instance, as regards different work patterns and flexible retirement possibilities, while providing effective incentives to work and equality between genders. The Swedish reform builds on a broad political consensus and is accompanied by a will to improve the information for future recipients, who receive a statement of their pension capital and several forecasts of their future pension on the basis of certain assumptions (on the growth rate, the yield, the retirement age, etc.) each year. Within this framework, a broad pension Internet portal was set up in 2004, with the objective of making it possible for individuals to make a forecast of their future pensions (not only statutory, but also occupational and in the future also individual).

Em oposição à Suécia, na França as aposentadorias ainda são em sua maioria ligadas aos pagamentos públicos. Dadas às características de seu sistema previdenciário, a França gasta mais com aposentadorias do que a maioria dos países europeus (EUROPEAN COMMISSION, 2011b), incluindo os países social-democratas, onde as pessoas se aposentam mais velhas, e no Reino Unido onde as aposentadorias privadas tornaram-se importantes, sobretudo após a década de 1980.

Na França, a maioria das aposentadorias é menos propensas a se tornar portátil. Nos países onde elas já são importantes, elas estão ligadas a profissões específicas e seus fundos de pensão já começam através de diretivas do EES a serem transferidas de um país para outro (EUROPEAN COMMISSION, 2007).

Para Anderson e Kurzer (2008), a estratégia do OMC, na maioria das vezes, vai de encontro às noções de solidariedade embebidas nos sistemas nacionais de aposentadorias. Entretanto, embora muitas vezes uma transferência intergeracional ainda esteja embebida em parte da sociedade, as mudanças demográficas, sociais e econômicas afetam o financiamento e aceleraram as mudanças. A essas mudanças causadas por fatores endógenos somaram-se as pressões causadas pela UE. O OMC utiliza os países que já tem um sistema de aposentadorias mais adaptado às novas condições e utiliza-os como exemplos a serem emulados.

Para Hansen e Triantafyllou (2011), o Tratado de Lisboa está deixando de lado o antagonismo entre proteção social e crescimento econômico e está sendo substituído pelo

pensamento inspirado em Rawls (1972), no qual o direito ao desenvolvimento e emprego é visto como fundamental, mas este deve estar em conjunto com a inovação econômica e a competitividade. Cada vez mais, percebe-se que as instituições supranacionais e as instituições nacionais refletem a necessidade de se melhorar a acessibilidade aos empregos e às oportunidades.

Para Pestieau (2006), os países da UE começam a cada vez mais a fornecer benefícios de acordo com a renda. O *Welfare State* está cada vez mais ligado ao mercado ou na taxonomia de Esping-Andersen (1990), comoditizado. Os benefícios são cada vez menos universais e mais focalizados. Para Pestieau (2006) esse tipo de benefício tem a vantagem de um custo menor e de modo geral afeta de maneira positiva a diminuição da desigualdade de renda.

A partir da década de 2000, as políticas públicas nacionais influenciam e são influenciadas pelas diretivas da Comissão Europeia. Os exemplos bem-sucedidos são emulados e acabam tornando-se o *best practice model*. Esses modelos parecem sustentar que existe cada vez mais um conceito *embedded*, que o que vai diminuir a desigualdade e a pobreza é a geração de empregos e não a redistribuição de recursos. As relações sobre valores, igualdade e pobreza e as instituições supranacionais são discutidas na seção seguinte.

#### 4.3 DESIGUALDADE E TRANSFERÊNCIA DE RENDA

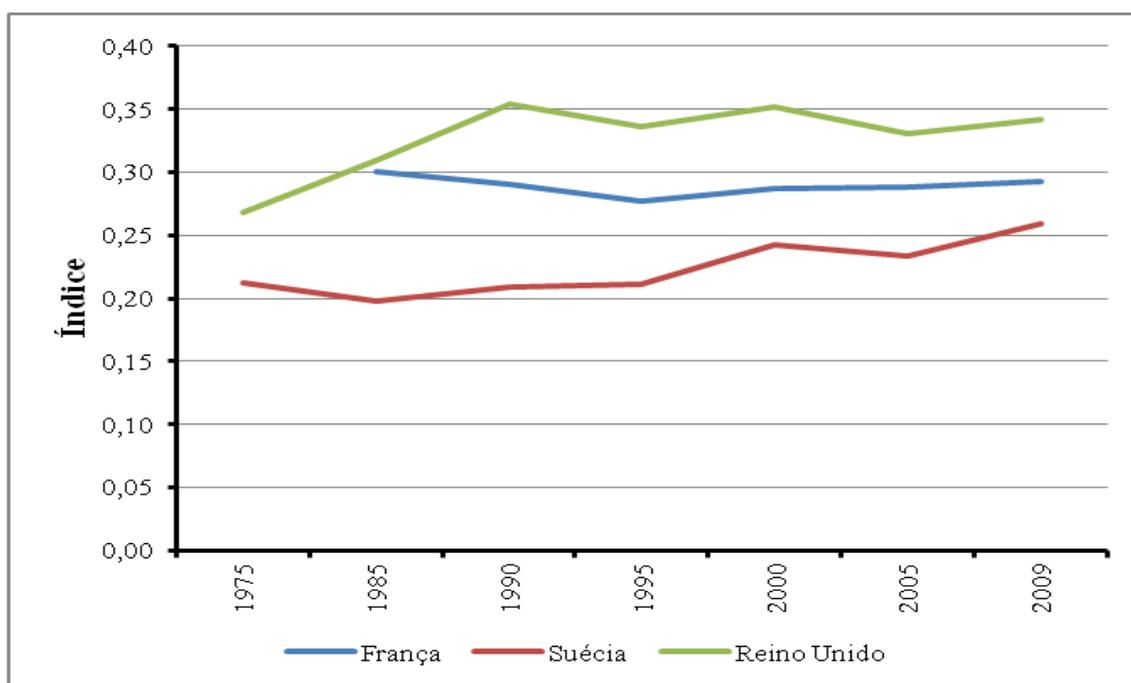
No período posterior à SGM, os chamados socialistas fabianos sustentavam que a expansão do *Welfare State* traria como consequência a diminuição da desigualdade (MARSHALL, 1975; TITMUSS, 1958). Como visto no capítulo 2, entretanto, a relação entre desigualdade de renda e o tamanho do *Welfare State* não é tão clara como desejado por alguns pesquisadores, por exemplo, Scharpf (1999, 2002) e Gough (2001).

Embora a desigualdade de renda tenha diminuído consideravelmente no período de expansão do *Welfare State*, cabe lembrar que esse mesmo período também foi marcado por uma conjuntura de pleno emprego, baixa inflação e aumento de produtividade que possibilitou a contínua expansão dos salários reais (vide Anexo A, Q e U). O cenário de baixa inflação protegia os salários reais dos trabalhadores e, como consequência, evitava aumento das distorções na distribuição de renda da população (PESTIEAU, 2006). Na década de 1980, contudo, em muitos países, o *Welfare State* continuou o processo de expansão, embora em um ritmo menor, o que não significou uma melhora na distribuição de renda. Ao contrário, em grande parte desses países, observou-se um aumento da desigualdade de renda. Aumento este

que pode ser parcialmente explicado pelo aumento da inflação e aumento da taxa de desemprego no período.

O Gráfico 17 mostra a evolução da desigualdade de renda nos países selecionados:

**Gráfico 17 – Índice Gini depois de impostos e transferências em economias selecionadas, 1975-2009**



Fonte: OECD (2012).

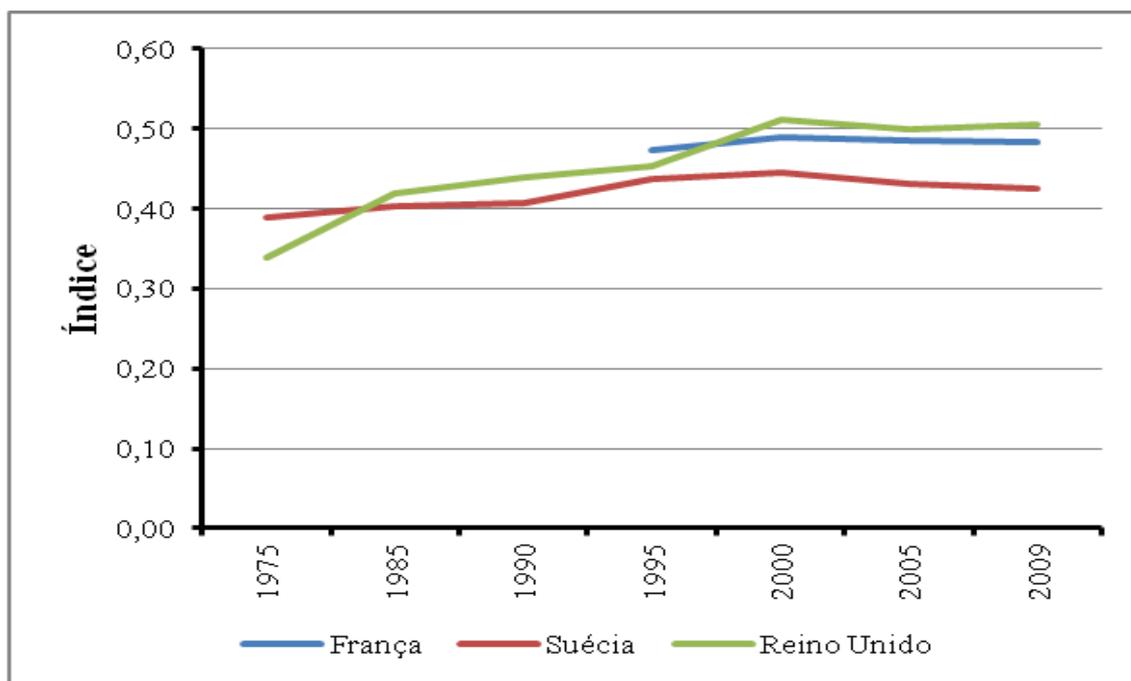
O Gráfico 17 mostra que a desigualdade não se elevou de modo uniforme entre os países considerados. Na França, por exemplo, desde a década de 1980 a desigualdade tem sido relativamente estável, com o índice Gini flutuando por volta de 0,29. Já no Reino Unido, houve um considerável aumento da desigualdade no período que vai de 1975 até o início da década de 1990, tendo o índice Gini flutuado desde então em torno de 0,34. Na Suécia, que, historicamente, foi um dos países mais igualitários do mundo, a desigualdade que era extremamente baixa, elevou-se a partir de meados da década de 1990, alcançando 0,25 em 2009. Esse aumento da desigualdade na Suécia foi concomitante à entrada da Suécia na UE e, posterior à crise bancária do início da década de 1990. Contudo, a Suécia ainda permanece um país igualitário em relação aos demais.

Observa-se, assim, que a análise do índice de Gini nos três países considerados sustenta a análise inicial de Esping-Andersen (1990) que divide os casos em três modelos característicos: (i) o modelo liberal com modestas transferências de renda e altas

desigualdades; (ii) o modelo sueco com baixa desigualdade e (iii) o modelo corporativista em uma posição intermediária de distribuição de renda.

No Gráfico 18, observa-se o Índice Gini antes de impostos e transferências.

**Gráfico 18 – Índice Gini antes de impostos e transferências em países selecionados, 1975-2009**



Fonte: OECD (2012).

Primeiramente, nota-se que as trajetórias dos países antes dos impostos e transferências guardam semelhanças com suas trajetórias, após as transferências. A comparação entre os Gráficos 17 e 18 ajuda a captar quão eficiente é a redistribuição de renda e dos recursos nos países. O Gráfico 18 mostra que na Suécia a capacidade de diminuição da desigualdade em meados dos anos de 1970 era de 83%. O índice de Gini antes das transferências e impostos era de 0,38 e passava a 0,21, após as transferências.

Na França, onde até meados da década de 1990, não há dados de índice de desigualdade antes de impostos e transferências, o índice Gini era, em 1995, de 0,47 antes das transferências e passa a 0,27, após as transferências. Essa redução de 70% manteve-se razoavelmente estável até 2009, ano no qual a redução da desigualdade, após as transferências foi de 64%.

No Reino Unido, em 1975, o índice Gini era de 0,33 antes das transferências e após estas passa para 0,26, ou seja, uma redução de 26%. Em fins da década de 2000, a redução

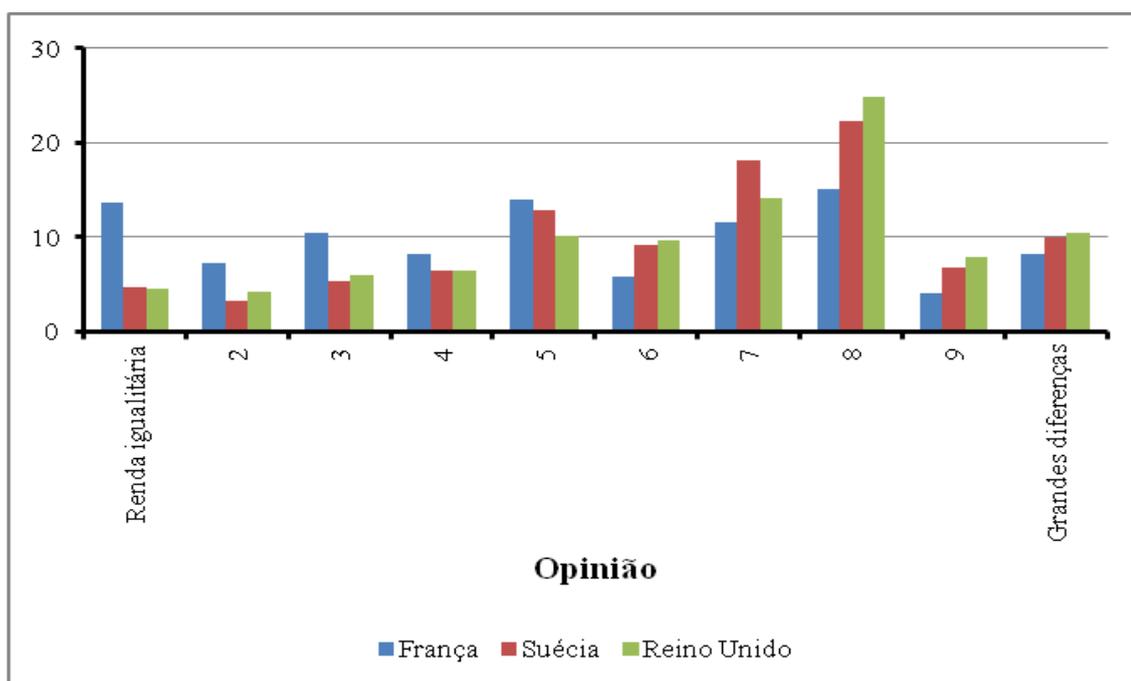
tem um percentual de 47%. A capacidade de redução da desigualdade, por meio das transferências e dos impostos, embora menor que nos outros dois países, tem aumentado nos últimos 20 anos, mostrando que a capacidade do *Welfare State* liberal em promover a diminuição da desigualdade de renda, embora limitada, vem aumentando.

Os gastos do governo, incluindo aqueles com o bem estar, tem certo efeito redistributivo, mas podem melhorar ou piorar a distribuição de renda. Todo o dinheiro que é transferido, não vai diretamente para a renda dos beneficiários dos programas. Existe um custo administrativo na transferência de recursos que faz com que parte dos recursos captados e distribuídos possivelmente sejam desperdiçados. Para Okun (1975, p. 91) “*The money must be carried from the rich to the poor in a leaky bucket. Some of it will simply disappear in the transit, so the poor will not receive all the money that is taken from the rich*”. Este desperdício pode variar de acordo com o grau de eficiência na transferência de renda, se estes recursos são ou não focalizados ou se o grau de corrupção é alto.

Pestieau (2006, p. 80) sustenta que, por ter melhores conexões e conhecimento, as pessoas com uma renda mais alta conseguem apropriar-se de uma parte maior da renda transferida. Boa parte das pessoas com baixa renda e com medo de serem estigmatizadas não buscam os benefícios. Essa apropriação pela camada mais rica é mais forte em áreas como educação, saúde, transporte e habitação de maior qualidade.

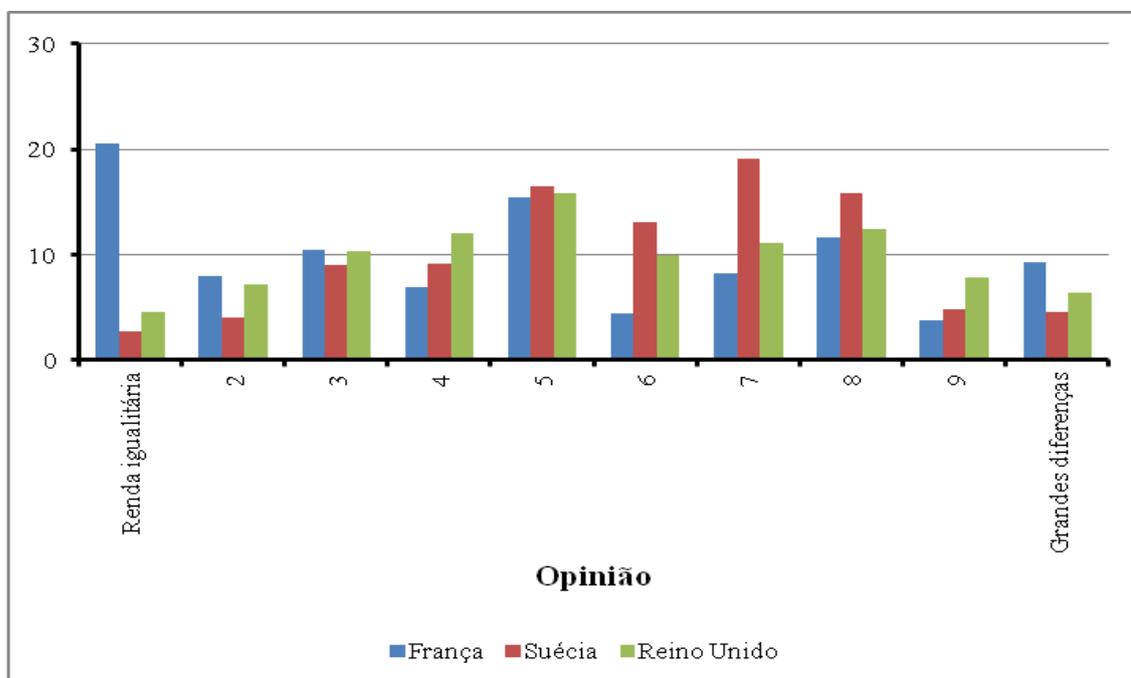
O *Welfare State* distribui renda, mas também pode criar distorções. Para van Oorschot, Reeskens e Meuleman (2012), pessoas e países que tem valores mais igualitários tendem a observar os valores mais positivos do *Welfare State*. Sociedades mais igualitárias são menos críticas com relação às consequências econômicas do *Welfare State* e até aceitam um menor dinamismo econômico se houver uma maior igualdade na distribuição da renda (van OORSCHT; REESKENS; MEULEMAN, 2012). O grande problema que as instituições europeias encontram para a harmonização é que o valor que cada sociedade dá a uma maior igualdade, varia e molda as instituições de transferência e redistribuição de renda e riqueza. Os três gráficos a seguir (Gráfico 19, Gráfico 20 e Gráfico 21), mostram a trajetória da relação entre a valorização da igualdade e da desigualdade nos três países selecionados nos anos de 1990, 1996/1999 e 2006:

Gráfico 19 – A renda deve ser mais igualitária? (1990) (%)



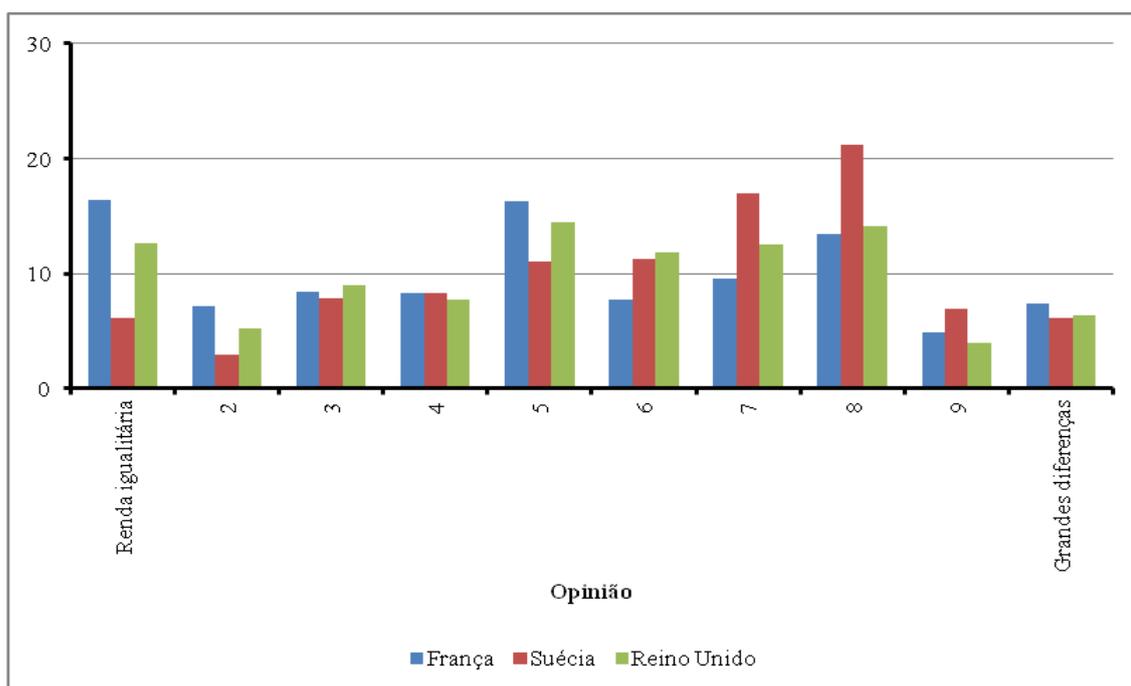
Fonte: World Values Survey (2012).

Gráfico 20 – A renda deve ser mais igualitária? (1996/1999) (%)



Fonte: World Values Survey (2012)

Gráfico 21 – A renda deve ser mais igualitária? (2006) (%)



Fonte: World Values Survey (2012)

Dentre os três países analisados, a França é aquele onde os habitantes, na média, acreditam que a igualdade de renda é um valor mais importante que a meritocracia (a renda variaria, de acordo com a produtividade de cada um). Já no Reino Unido, a proporção de pessoas que acha que a renda deve ser mais igualitária é menor. Isso reflete o que foi debatido na Seção 2, em relação aos valores embudados em cada uma dessas nações.

Como o *Welfare State* é intrinsecamente ligado à transferência de renda – seja ela intergeracional, entre ricos e pobres, entre empregados e desempregados, entre empresários e trabalhadores – essa valoração da igualdade muda não apenas o *Welfare State*, mas também como este é visto (JO, 2011).

A percepção de que o *Welfare State* é algo que protege a todos na sociedade não é tão consensual, como era na década de 1960 e 1970 (EUROPEAN COMMISSION, 2012). Shapiro (2010) sustenta que o motivo dessa mudança é que as pessoas, com mais informações, conseguem conhecer com maior precisão as possibilidades materiais de seu futuro. Para o autor, isso fez com que parte da população, sobretudo a classe média, que apoiava e parcialmente financiava o *Welfare State*, perdesse, parcialmente, o interesse em sustentá-lo.

Até a década de 1990, a Suécia mantinha altas taxas de crescimento e baixa desigualdade de renda. No entanto, esse modelo sueco sustentava-se em uma série de fatores

que, gradualmente, estão desaparecendo, como a concentração em poucas companhias, trabalhadores altamente sindicalizados, uma economia exportadora extremamente competitiva e a barganha centralizada que fazia com que os aumentos de salários sejam negociados conjuntamente entre trabalhadores e empresários.

Na Suécia, onde a união que havia se forjado entre os *blue collar workers* e os *white collar workers* (trabalhadores manuais e trabalhadores gerenciais) acabou se desfazendo no início da década de 1990 (MILNER, 1990; NORBERG, 2006; WOOD 2001). A classe média ao não utilizar tanto os benefícios do *Welfare State* passou a não querer financiá-lo. As trajetórias de outros países são distintas.

Durante a década de 1980, no Reino Unido, houve um aumento da taxa de desemprego e, posteriormente, um aumento na desigualdade de renda. No período subsequente, existiu uma queda na taxa de desemprego que não foi acompanhada pela diminuição na desigualdade de renda. Nesse período, o desemprego parece descolar-se da distribuição de renda. Scharpf (1999, 2002, 2009) e sustenta que esse aumento da desigualdade de renda foi o reflexo dos anos Thatcher, marcados por corte dos gastos sociais e diminuição do gasto público.

No entanto, após meados da década de 1980, o crescimento econômico do Reino Unido passou a ser, na média, maior que outros países da Europa Ocidental (vide Anexo C). Para Pestieau (2006) parece existir, a partir da década de 1990, um *trade-off* entre eficiência e equidade, ou seja, uma maior flexibilidade trabalhista conjugada com maior crescimento, estaria inversamente relacionada a uma maior desigualdade de renda. Para Hansen e Triantafillou (2011), essa dicotomia foi muito presente nos debates, sobretudo após o Tratado de Maastricht, quando a “euroesclerose” (os altos custos trabalhistas que limitavam a competitividade dos países) era apontada como grande obstáculo para o crescimento.

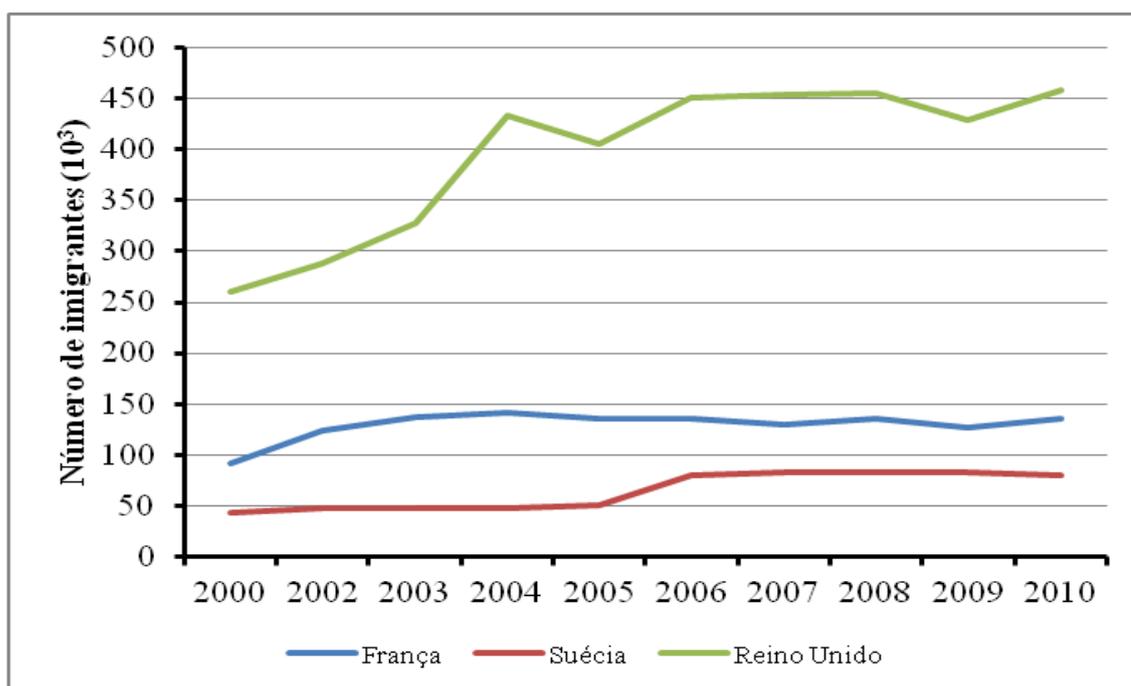
Na França, a capacidade de se transferir renda manteve-se relativamente estável nos meados da década de 1990 até fins de 2000. Isso sugere que o *Welfare State* francês, além de ser mais estável, também manteve a capacidade de transferência de recursos dos mais abastados para os mais necessitados. A França conseguiu com o advento da UE manter um patamar de desigualdade relativamente estável, o que vai na contramão ao observado na maioria dos países, onde, a partir do aprofundamento da UE, existe uma tendência de aumento da desigualdade de renda e das taxas de pobreza.

A relação causal entre desigualdade de renda, eficiência econômica e percepção sobre o *Welfare State* é complexa e difícil de ser mensurada. A diminuição do escopo do *Welfare State* pode ter aumentado a desigualdade de renda. No entanto, é também possível que dado um aumento da desigualdade de renda a população tenha se virado contra o *Welfare State* e

diminuído o nível de apoio em relação a ele. Na Suécia, o apoio do *Welfare State* continua alto entre a população, e no Reino Unido esse apoio é menor (EUROPEAN COMMISSION, 2011a). Como sugerido na seção anterior, isso pode ter alguma ligação com a crescente imigração que aumentou de modo heterogêneo nos países. Para Burgoon, Koster e van Egmond (2012), o aumento da imigração causou uma queda no apoio das populações ao *Welfare State*. Pessoas que são vista como “de fora” e que não contribuíram para a construção do país ao chegarem a uma sociedade mais homogênea tendem a provocar um sentimento de recusa por parte da população local em apoiar o financiamento de transferências de recursos para tais (BURGOON; KOSTER; van EGMOND, 2012).

O Gráfico 22 mostra o tamanho do contingente de imigrantes que chegou aos três países selecionados.

Gráfico 22 – Chegada de imigrantes por ano, 2000-2010 (número de imigrantes – 10<sup>3</sup>)



Fonte: OECD (2012).

Observa-se que, em números absolutos, a chegada de imigrantes foi muito maior no Reino Unido do que na França e na Suécia, mesmo estes tendo um *Welfare State* mais amplo que o primeiro. Nos três países a imigração que aumentou foi, sobretudo, a imigração intrabloco (EUROPEAN COMMISSION, 2011a). Proporcionalmente, a imigração no Reino Unido foi maior, seguida pela Suécia e posteriormente pela França. Os imigrantes, ao chegarem, tendem inicialmente a melhorar o financiamento da previdência, pois a maioria

chega em idade ativa. No entanto, com o aumento do desemprego, podem existir maiores demandas em relação ao seguro-desemprego (BURGOON; KOSTER; van EGMOND, 2012). Ademais quando esses imigrantes começam a se aposentar, os trabalhadores nativos os vêem mais como um peso do que um benefício para o aumento da produtividade.

A European Commission (2006) como resposta a esse desafio busca criar diretivas, cujo intuito parece ser o de aumentar a mobilidade de trabalho dentro da UE. Essas diretivas da European Commission (2006, 2007) tendem a favorecer as políticas que tornem os mercados de trabalho mais flexíveis, de modo a gerar incentivos à empregabilidade e aumentar a mobilidade. Esse parece ser um consenso que emerge nas instituições supranacionais. A tendência nos países, com o aval da UE, é a criação de regras cada vez mais rígidas para os benefícios, tais como, idades mais avançadas, impostos marginais menores e principalmente políticas sociais cada vez mais focalizadas. A European Commission (2006, 2007, 2008) busca cada vez mais políticas sociais focalizadas com menores desperdícios possíveis. A igualdade continua sendo um objetivo, ao menos retórico, mas a tendência do *Welfare State* de ser universal parece estar se esvaindo.

Como discutido no Capítulo 2, a partir da década de 1990, o debate na UE e nos países membros passa a ser majoritariamente não mais sobre a igualdade *ex post*, mas sobre a igualdade *ex ante*, ou seja, como se dá a igualdade de oportunidades. Essa pode ser uma consequência de um enraizamento de ideias de economistas como Amartya Sen (2008) que em seu livro “Desenvolvimento como Liberdade”, sustenta que o desenvolvimento econômico está associado à ampliação da liberdade dos cidadãos em ter escolhas. Em um ambiente de liberdade econômica, os agentes devem ao menos ter um grande leque de opções para se desenvolver econômica e socialmente.

Essa análise vai ao encontro do argumento de Rawls (1992), que aceita que exista certa desigualdade, desde que todos tenham acesso às mesmas condições, e que essa desigualdade gere recursos que façam com que a sociedade como um todo se beneficie. Esse pensamento tornou-se influente na Europa a partir da década de 1990, inicialmente no Reino Unido (GIDDENS, 1999; POWELL, 1999). Com essa inspiração os trabalhistas britânicos tentaram criar a propalada terceira via. A partir desse momento, no Reino Unido, foi cada vez mais observado o aumento das condicionantes para o recebimento dos benefícios. Para os detratores desse modelo (GOUGH, 1999; SCHARPF 2001, 2009; OORSCHT, 2006), ele seria uma volta à era vitoriana, na qual existia a diferenciação entre aqueles que mereciam e os que não mereciam auxílio. O que se percebe, nas intenções e na prática, é que a ligação entre benefícios e trabalho tornou-se mais forte. Essa é a posição da maioria das diretivas e

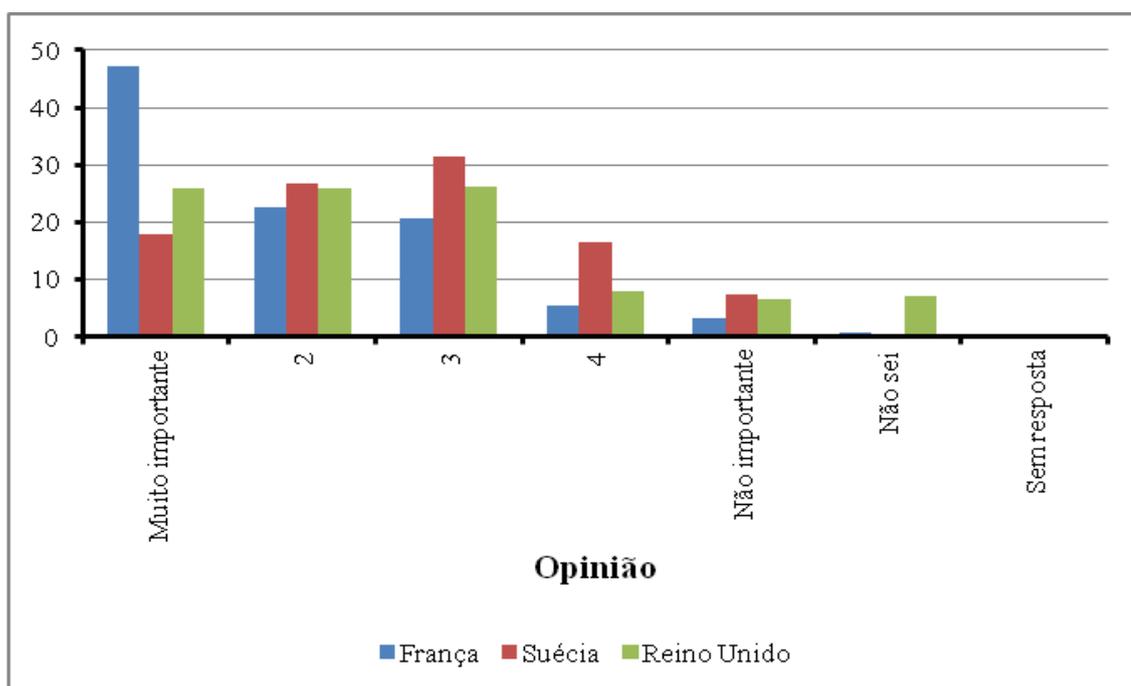
políticas que a Comissão Europeia tenta implantar e coordenar (EUROPEAN COMMISSION, 2006, 2008).

A grande dúvida é se esse movimento aumenta ou diminui a desigualdade. Os dados sugerem que existe uma relação mais forte entre emprego e desigualdade de renda (EUROPEAN COMMISSION, 2011b). Quando essa relação não existe, como no caso da França, quando houve aumento do desemprego e manutenção dos níveis de desigualdade, o país expandiu seus gastos com transferências em um modelo cada vez menos financeiramente viável.

Existe grande dificuldade em se determinar se a reformulação do *Welfare State* tem correlação com o aumento da desigualdade de renda. A análise das trajetórias pode sugerir que em momentos de grande crescimento, altas taxas de emprego e aumento de produtividade, existe uma tendência ao fortalecimento dos sindicatos, aumento das transferências de renda e diminuição da desigualdade. A partir da década de 1980, essas trajetórias começam a divergir, e a direção dessas mudanças ainda não é muito clara. A UE, por meio de suas instituições, vem tentando harmonizar essas tendências.

Não obstante, mesmo com as diretivas da UE as alterações socioeconômicas na Europa Ocidental não se deram de modo uniforme, pois a forma como o cidadão de cada país percebe o *Welfare State*, e os valores igualitários diferem entre as nações. Nos países da Europa Ocidental, existe um conceito enraizado de que o Estado deve fornecer mecanismo para a distribuição de renda. A intensidade e o escopo dessa distribuição, entretanto, diferem. O Gráfico 23 mostra o quanto as pessoas valorizam a queda nas distorções de distribuição em 1999, data da última pesquisa contendo esta questão:

**Gráfico 23 – Importância de se eliminar grandes diferenças de renda (1999) (%)**



Fonte: World Values Survey (2012).

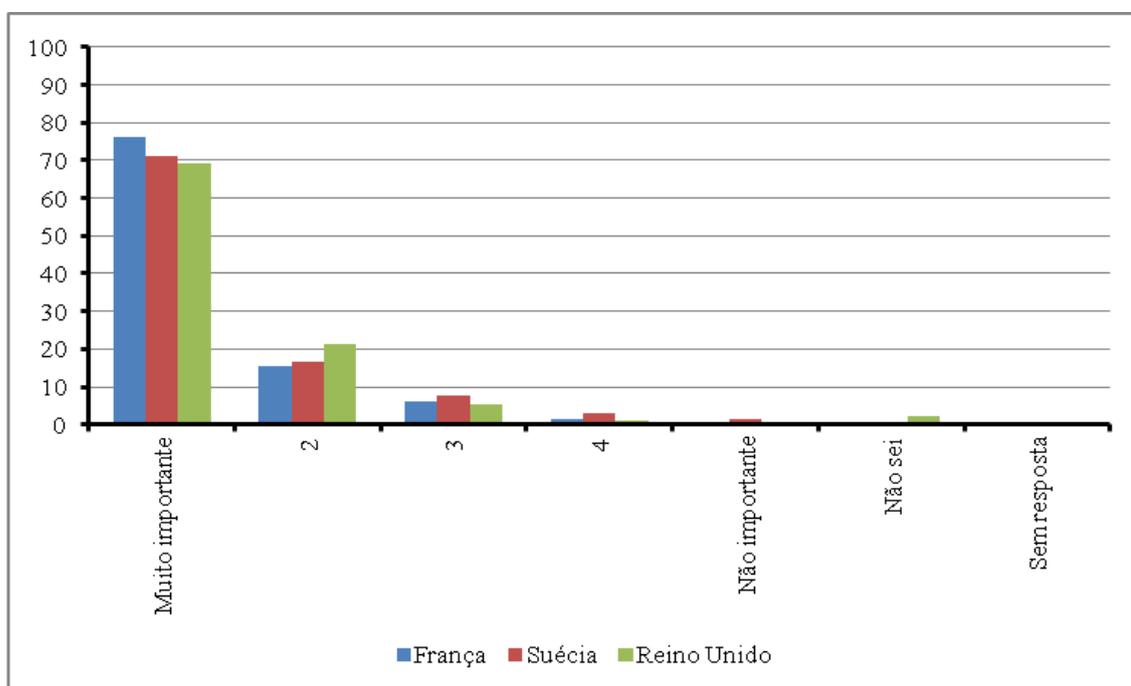
Percebe-se que embora a França seja mais desigual que a Suécia, os franceses, em média, tendem a achar que as grandes diferenças de renda são negativas e o governo, nesse sentido, deve atuar para diminuir tais diferenças. Como visto na seção anterior, essa visão de que o governo deve interferir na distribuição de renda e evitar grandes diferenças de renda está embebida na sociedade francesa, e é refletida no sistema de aposentadorias, nas taxas de impostos e nos demais modelos de transferência de renda.

Na Suécia, esse valor também está enraizado, mas não tão fortemente como na França. O modelo universal, com a participação da classe média, mudou e com isso houve um aumento na desigualdade de renda. No entanto, o modelo tornou-se mais estável financeiramente e mais de acordo com o modelo proposto pela UE. No Reino Unido, em contraste, a desigualdade é aceita e vista por uma parcela da população, como um importante incentivo à valorização da meritocracia. Mesmo com esses valores enraizados, a taxa de desigualdade estabilizou-se a partir da década de 1990, quando os programas de bem estar começaram a ser mais focalizados e mais ligados ao emprego, como proposto pela UE. Na próxima subseção, aborda-se a questão da pobreza dentro da UE e dos países selecionados.

### 4. 3. 1 Pobreza relativa e pobreza absoluta: percepções na UE

A partir da década de 1980, observa-se a emergência de dois fenômenos: (i) o aumento da pobreza relativa (desigualdade de renda); e (ii) o aumento da pobreza absoluta (taxa de pobreza). A taxa de pobreza é definida pela porcentagem da população abaixo de um percentual da renda média corrente (EUROPEAN COMMISSION, 2011b). Os esforços na redução da pobreza estão relacionados à ideia de que ninguém pode ser deixado sem uma renda mínima que garanta uma subsistência básica. O modo como esses esforços devem ser aplicados, entretanto, é percebido de forma distinta nos países em questão. Existe, entre os liberais igualitários, a ideia de que não importa a capacidade de produção, todo o cidadão tem o direito a algum tipo de renda de sobrevivência (van PARIJS, 2001). Essa ideia está enraizada em diferentes graus nos três países. O Gráfico 24 mostra a percepção nos três países selecionados a respeito da importância de se garantir as necessidades básicas a todos os cidadãos:

**Gráfico 24 – Importância de garantir necessidades básicas para todos (1999) (%)**

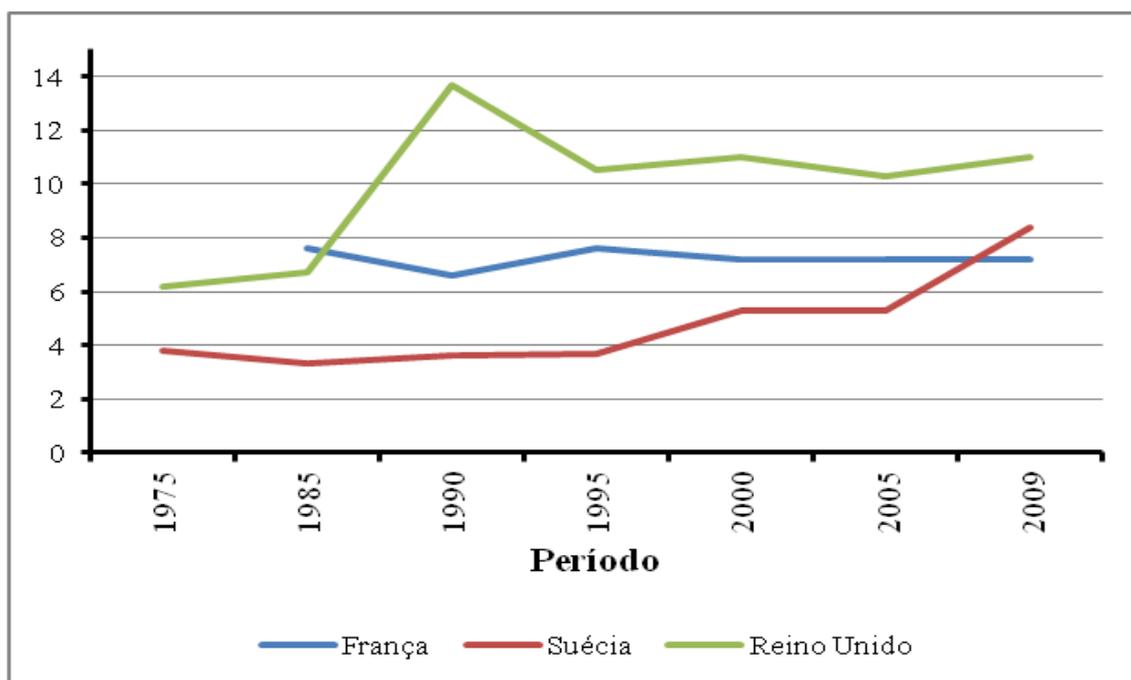


Fonte: World Values Survey (2012).

Pode-se observar que os franceses, entre a população dos três países, são os que apresentam maior tendência a achar que uma renda básica a todos deve ser garantida. No entanto, nos três países, a porcentagem da população que acha importante, ou muito

importante, garantir uma renda básica é superior a 80%. Isso pode ser traduzido como um apoio, de modo geral, à necessidade de se criar não somente transferências, a fim de evitar grandes diferenças de renda, como, também, objetivando evitar que uma parcela da população fique sem renda. Impostos de renda negativo, uma renda básica de cidadania e serviços gratuitos de saúde, moradia e educação são estratégias comumente adotadas para diminuir a desigualdade de renda e a redução da pobreza relativa (van PARIJS, 2001). A pobreza absoluta refere-se a uma linha arbitrária que considera ou 50% ou 60% da renda média, e todo lar abaixo dessa linha é considerado abaixo da linha de pobreza (OECD, 2011). Na OECD (2011), são apresentadas as taxas de pobreza com as porcentagens abaixo de 40%, 50% e 60% da renda média. O Gráfico 25 mostra a taxa de pobreza na França, no Reino Unido e na Suécia, a partir de 1975:

**Gráfico 25 – Taxa de Pobreza em economias selecionadas, 1975-2009 (% da população com renda menor que 50% da renda média corrente)**



Fonte: OECD (2012).

As taxas de pobreza na Suécia e na França parecem estar convergindo a partir do ano 2000. Percebe-se que existe um considerável aumento na taxa de pobreza na Suécia, onde antes era ao redor de 4%. O aumento da taxa de pobreza nesse país foi combinado com o aumento da taxa de desigualdade. Estas duas características não necessariamente precisam estar juntas. No entanto, observando os três países e os gráficos 18, 19 e 26 de desigualdade de renda e de taxa de pobreza, todos possuem características similares.

Uma forma de medir o impacto da proteção social é avaliar a proporção da população abaixo da linha da pobreza, antes das transferências governamentais e após. A eficiência de cada tipo e de cada escopo de proteção social em diferentes países pode ser medida dessa maneira. Olhando dessa forma, a redução da pobreza nesse sentido é máxima na Suécia e mínima na Grã-Bretanha (Pestieau 2006).

A taxa de pobreza no Reino Unido é uma das maiores da Europa Ocidental. Isso pode indicar que, em países onde o *Welfare State* é menor, existe uma tendência a uma prevalência de taxas de desigualdade maiores e taxas de pobreza menores. Como analisado na Seção 4.1, em economias menos reguladas, grande parcela da população está disposta a aceitar um maior grau de desigualdade, se isso se refletir em maiores oportunidades.

Embora a análise da taxa de pobreza apresente números agregados, a pobreza não é distribuída igualmente na sociedade. Para Pestieau (2006, p. 10):

*[...] one would observe the types of individual who are particularly subject to poverty: young households and females headed households in which no husbands is present. Poor educational level and persistent unemployment are also factors of poverty. The size of family, particularly when no economies of scale are accounted for, also leads to poverty.*

van Oorscht (2000, 2006) e Jo (2011) defendem que existe uma forte ligação entre desemprego e pobreza e sustentam que o desenho institucional da distribuição dos recursos está associado à questão de quem os recebe. Jo (2011) sustenta que dentro da UE os desempregados são vistos como menos merecedores de recursos do que aqueles doentes ou incapazes (JO 2011; van OORSCHT, 2000, 2006). A UE também tem estimulado o fluxo de recursos para alívio da pobreza em setores da sociedade que não podem conseguir renda por si só. A Comissão Europeia (2006, 2008) entende que a geração de empregos, a diminuição da desigualdade e a diminuição da taxa de pobreza estão intimamente ligadas.

No entanto, como observado na seção anterior, a UE é vista como uma instituição com um déficit democrático que, no geral, não aperfeiçoa as instituições de proteção social (PIERSON, 2001). Ao contrário, em sua maioria os cidadãos europeus vêem a UE como uma limitadora dos direitos sociais. Para Pfau-Effinger (2005) e OORSCHT (2006), a opinião pública influencia a agenda, limita as escolhas e legitima as decisões. Jo (2011, p. 7) vai além e sustenta que:

*The cultural system and the social system interrelate and interplay mainly through social actors, whose ideas and interests are shaped by each of these, respectively. Social policy is the outcome of this interplay – that is, negotiation and compromises*

between ideas and interests made by political actors under the varying conditions of societal context.

Dados os valores enraizados e as instituições formais – nacionais e supranacionais- parece existir um modelo europeu de proteção social que a UE gostaria de implantar. Esse modelo estaria mais focado no emprego e em políticas públicas de combate à exclusão. No entanto, como observado, as instituições da UE são vistas como pouco representativas (CARPORASO, 2000; van OORSCHT, 2006). A UE é tida como a responsável parcial pelas mudanças que o *Welfare State* tem sofrido. Os diversos benefícios que eram considerados direitos passaram a ser questionados.

Ao se comparar os modelos, percebe-se que as mudanças em alguns países foram muito mais profundas do que em outros. O modelo sueco, por exemplo, teve grandes mudanças, sobretudo durante a década de 1990, mas manteve diversas características que lhe eram inerentes. O foco em manter uma baixa taxa de desemprego e um *Welfare State* com um caráter mais universalista manteve-se, se diferenciando tanto do modelo francês, como do Reino Unido. Para Wood (2001, p. 402):

To many observers these trends [no início dos anos 1990] appeared to mark the end of the Swedish model, and to herald the onset of British-style industrial relations and labour market structures. A closer look, however, reveals an overall picture of resilience rather than collapse and continuity rather than change.

Mas, o aumento da taxa de pobreza é uma característica que se sobressai na análise da trajetória do *Welfare State* sueco. Para Beckfield (2004), existe uma tendência à convergênciados modelos nos países maduros, pois, quanto mais integrados estes países estão mais os formuladores de políticas estão expostos a modelos comuns do *Welfare State*. Embora se possa sustentar que esses formuladores possam estar com objetivos similares, o substrato socioeconômico no qual estão operando é distinto e, mesmo propostas similares, podem chegar a resultados distintos, como os dados sugerem.

Para Copeland e Daly (2012), os objetivos colocados no Tratado de Lisboa e no projeto “Europa 2020”, realizado em 2010, foram uma medida tomada por alguns atores supranacionais presentes em diversas instituições, como o Parlamento Europeu e a Comissão Europeia com o intuito de se colocar metas para reduzir a pobreza e tentar colocar prioridades na Comissão Europeia. No entanto, pode perceber-se, que muitas vezes, esses objetivos acabam se tornando apenas cartas de intenções, pois a UE tem poucos mecanismos de atuação

para diminuição da desigualdade de renda ou redução de pobreza. Existem fundos, mas estes são distribuídos para os Estados Nacionais que federal ou localmente os distribui.

Os países respondem de modos diferentes a esses incentivos. Para Drake (2006), a França está perdendo terreno cultural e economicamente dentro da UE. Conforme o autor, a língua, a cultura e a economia francesa são cada vez menos importantes na Europa. Talvez em resposta a isso a valorização da igualdade ainda é uma das características marcantes da França. O modelo francês tenta manter algumas características peculiares que permitem a obtenção de níveis de desigualdade e pobreza relativamente estáveis. Isso foi alcançado mesmo em um contexto de maior desemprego e menor crescimento. Esse contexto, de fortes mudanças nas relações de trabalho e na política econômica, serão analisadas na próxima seção.

## 4.4 POLÍTICAS DE EMPREGO, POLÍTICA ECONÔMICA E A UE

### 4.4.1 Políticas ativas de emprego na UE

Como visto durante a pesquisa, o principal objetivo da UE para manter e harmonizar o *Welfare State* é diminuir o desemprego e retomar o crescimento. O crescimento das taxas de emprego e o aumento do dinamismo são vistos como as soluções que permitiriam que os sistemas de proteção social, reformados, passassem a promover a coesão social (EUROPEAN COMMISSION, 2006, 2007, 2008).

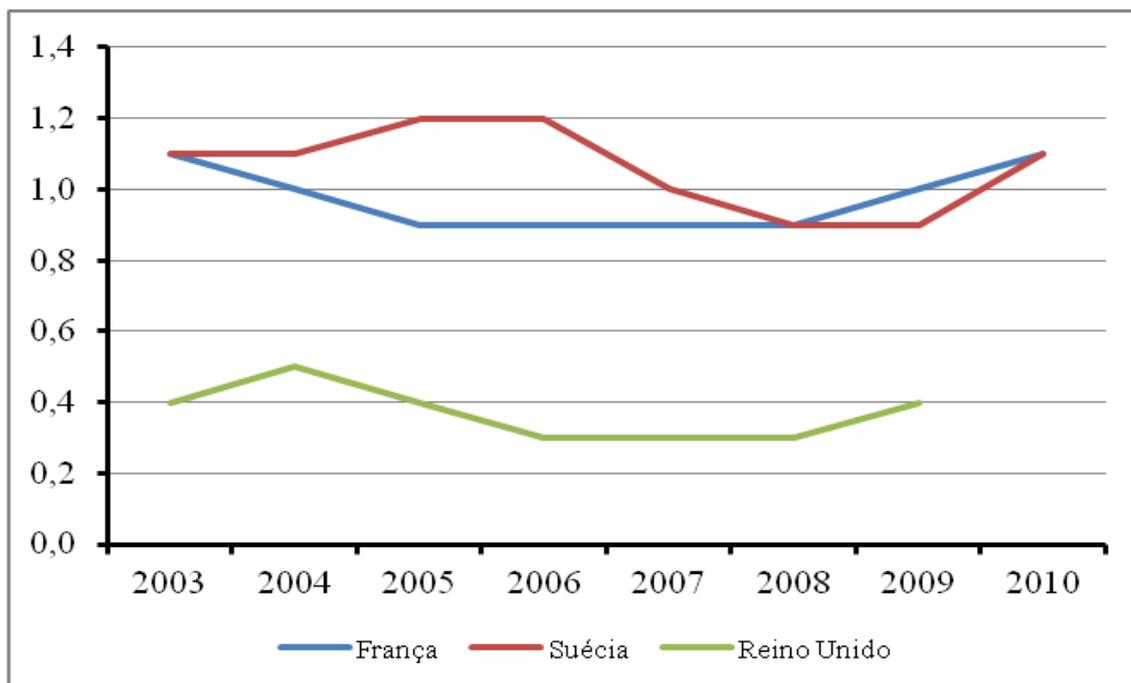
Esse aparente consenso dentro da UE não era tão claro como sugere o intenso debate que antecedeu a aprovação do Tratado de Lisboa, não veio sem muito debate. Para Hansen e Triantafyllou (2011, p. 199):

[...] up until the beginning of the 1990s, the European welfare debates were widely informed by an essentially antagonistic understanding of the relation between the economy and the social. One position criticized the EU for suffering from ‘Eurosclerosis’ and spoke in favour of trimming down the Welfare States by means of deregulation and privatization thus making way for flexibility in the market.

Essa dicotomia começou a se esvaír a partir da década de 1990, quando a UE, sobretudo a Comissão Europeia, percebeu que a retomada do crescimento seria a única saída para a manutenção do *Welfare State* e que a diminuição do desemprego teria de ser acompanhada de uma maior flexibilidade do mercado de trabalho e incentivos, para que o trabalhador se mantivesse na ativa (EUROPEAN COMMISSION, 2006).

Dentro da UE, emerge uma visão, de que a diminuição do desemprego passa a ser uma condição *sine qua non* para a manutenção do *Welfare State*. Com isso, políticas ativas de trabalho começam a ser desenhadas, tanto em nível supranacional como em nível nacional. Foram criadas políticas ativas de trabalho que tinham como objetivo dinamizar o mercado, criando incentivos, para que uma parcela da população que não estivesse no mercado fosse inserida. Na maioria dos países, desempregados passaram a receber treinamentos e foram fornecidos serviços de recolocação profissional. No entanto, em cada nação esse tipo de política ativa de mercado de trabalho é distinta. O Gráfico 26 mostra o gasto com políticas ativas de trabalho (de acordo com a OECD) nos três países:

**Gráfico 26 – Gasto público com políticas ativas de trabalho em economias selecionadas, 2003-2010 (% do PIB)**



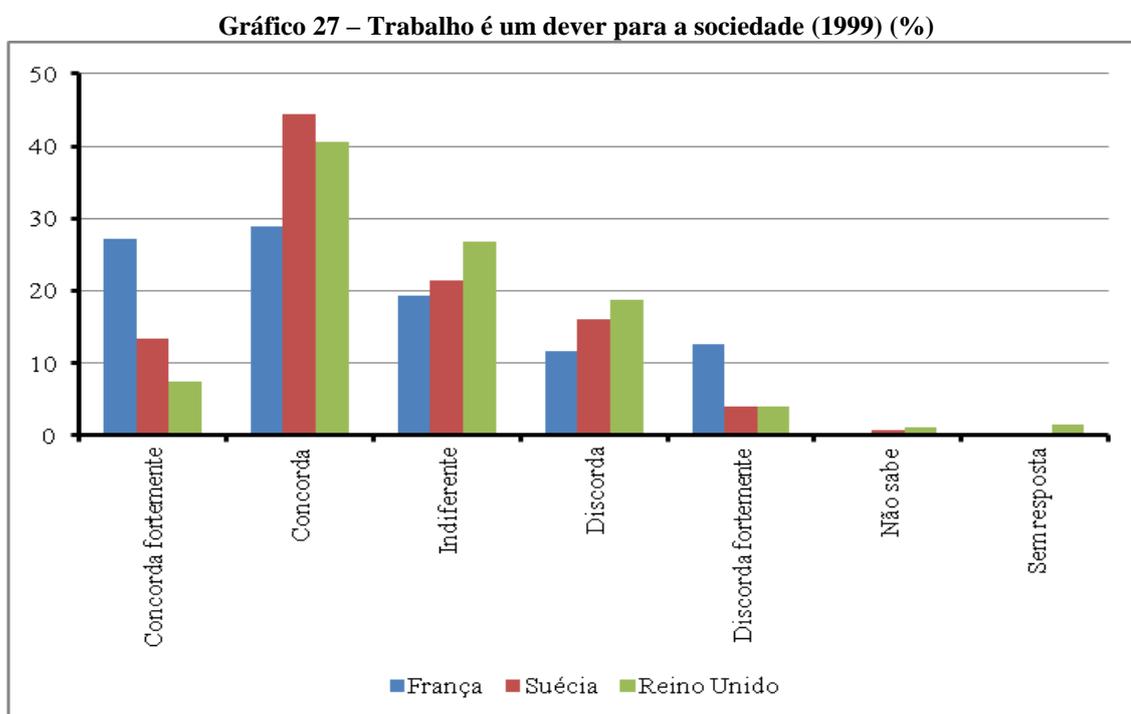
Fonte: OECD (2012).

Dingeldey (2007) e Etherington e Ingold (2012) comparam dois tipos de políticas ativas de trabalho. A primeira seria a dos *Welfare States* social-democratas (universais segundo os autores), exemplificadas pela Dinamarca e pela Suécia, que investem em treinamento vocacional e fornecem complexos serviços a todos os cidadãos em busca de emprego. Dingeldey (2007) e Etherington e Ingold (2012) contrastam essas políticas com as do Reino Unido, que foca na ajuda pela procura por trabalho e em incentivos financeiros por permanecer no emprego. Para os autores, existem duas estratégias que não são mutuamente exclusivas: (i) a primeira seria a criação de condições cada vez mais estritas para o acesso aos benefícios, o que incentivaria a permanência no mercado de trabalho. A outra estratégia seria a criação de (ii) medidas que facilitam a participação no mercado de trabalho como recolocação profissional e treinamento. Etherington e Ingold (2012) usam o termo *'workfarist'* de forma pejorativa ao contrastar essa ligação dos benefícios ao trabalho com o *welfarism* que dominava a Europa Ocidental até a década de 1990. Conforme os autores, esse *workfarism* passou a ser dominante no Reino Unido e vem substituindo o *Welfare State*.

Copeland e Daly (2012) consideram que o discurso que se seguiu ao Tratado de Lisboa e que está colocado nos objetivos para a Europa em 2020, é o mesmo discurso anterior ao Tratado. Para os autores, esse discurso dá pouca causa para otimismo entre os que defendem um aprofundamento da Europa Social. Contudo, as variadas definições de uma Europa Social, dadas tanto pela Comissão Europeia (2008), como por Scharpf (2009), são

vagas e acabam não definindo que tipo de políticas sociais estaria presente em uma Europa Social. Além disso, a UE não é um corpo único e suas diversas instituições e membros tem opiniões, muitas vezes, distintas a respeito dos modelos de *Welfare State*. As diversas diretivas e estudos da Comissão Europeia apontam para um objetivo comum que é a diminuição do desemprego e a manutenção da coesão social definida em termos amplos.

Para Copeland e Daly (2012), as mudanças causadas pela UE modificam o mercado de trabalho, fazem os trabalhadores terem menos segurança e enfraquecem o *Welfare State*. No entanto, as mudanças no mercado de trabalho, nos benefícios e nas instituições não foram, na maioria das vezes, causadas pelas políticas da UE. A UE ainda não conseguiu implementar muitas das medidas de harmonização dos modelos de proteção social a que se propõe. As mudanças, na maioria das vezes, ainda vêm por meio dos Estados nacionais, causadas por outras políticas supranacionais e também pelas mudanças socioeconômicas. Cada país por meio de suas instituições formais e informais vai moldar essas trajetórias de forma distinta. As políticas ativas de emprego, peculiares em cada país, irão refletir a visão que as sociedades tem em relação ao trabalho. O Gráfico 27 mostra o quão importante é o trabalho dentro de cada sociedade. Em 1999, foi perguntado às pessoas na Europa se o trabalho é ou não um dever para a sociedade. O Gráfico 27 a seguir mostra as porcentagens nos três países.

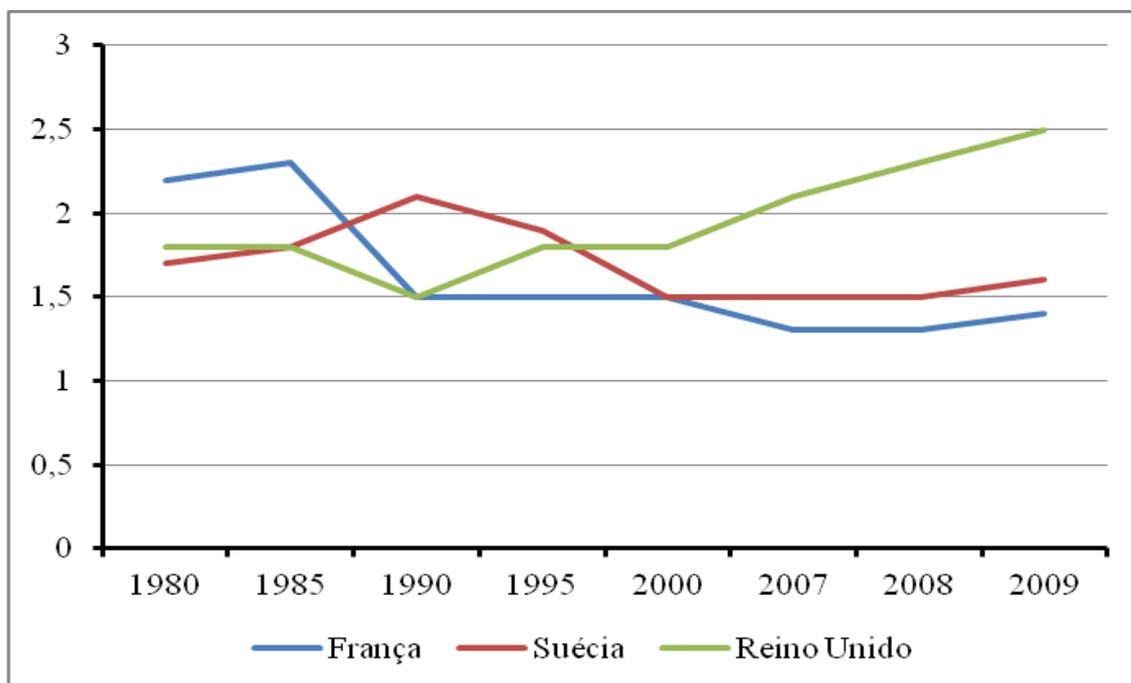


Fonte: World Values Survey (2012).

Na Suécia, a percepção de que o trabalho é um dever para a sociedade é maior do que em relação aos outros dois. Em seguida, vem o Reino Unido com 49%. A França, dos três países, é aquele onde a percepção de que o trabalho é um dever para a sociedade é a menor. Nesse país, para uma considerável parcela da população, os que não querem ou não podem trabalhar devem ter direito a uma renda da mesma forma. Isso coaduna com as pesquisas observadas nas Seções 4.1 e 4.2.

Uma baixa taxa de desemprego permite o pagamento de um seguro desemprego com maior valor e por mais tempo. Com o aumento do desemprego, o ônus para aqueles que trabalham passa a ser maior. Para van Oorschot (2006) e Lepianka, van Oorschot e Gelissen (2009), a taxa de desemprego afeta a percepção popular em torno da questão de se os desempregados são ou não merecedores de benefícios. Existe uma tendência na Europa, desde o início da década de 1990, de aumentar as condicionantes para o recebimento do seguro desemprego. O Gráfico 28 mostra a trajetória dos países e seu gasto com tal seguro:

**Gráfico 28 – Gasto com seguro desemprego em relação ao PIB em economias selecionadas, 1980-2009(em %)**



Fonte: OECD (2012).

Enquanto na Suécia e na França esses gastos vêm caindo, no Reino Unido, a partir de 2000, esse percentual vem aumentando. Ao fazer a comparação entre o Reino Unido e a França, percebe-se um paradoxo. Enquanto no Reino Unido o desemprego é baixo em relação aos países continentais, o gasto com seguro desemprego vem aumentando; já na França, que

tem uma taxa de desemprego alta, o gasto com seguro desemprego em relação ao PIB vem caindo.

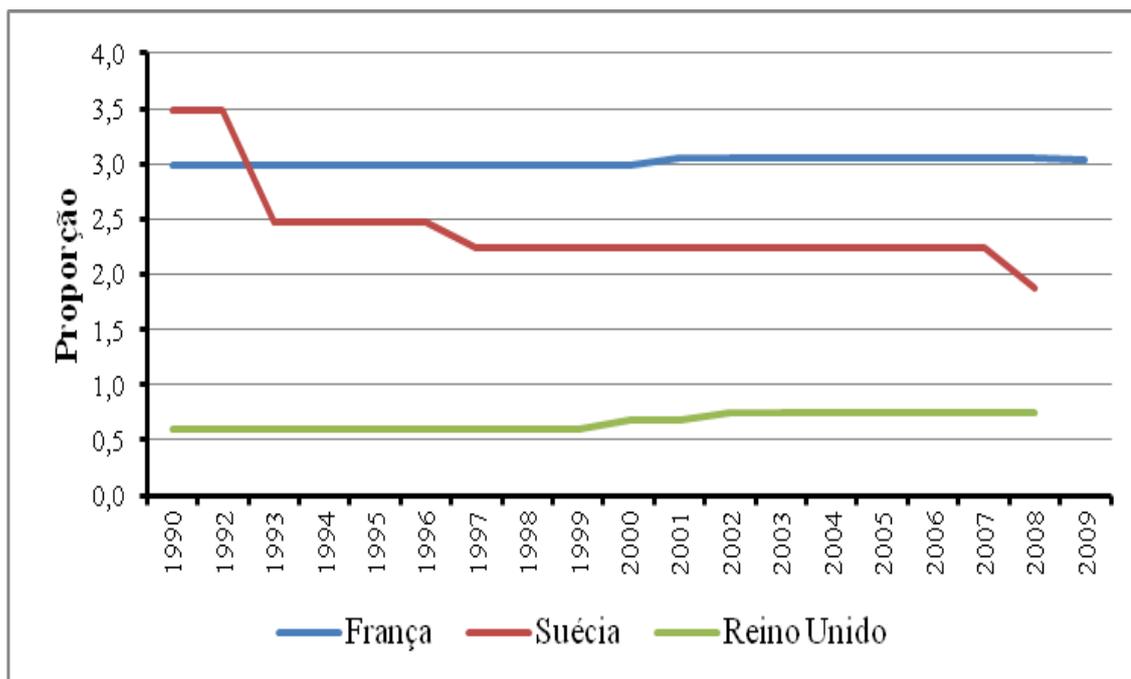
No Reino Unido, como o gasto com aposentadorias públicas vem caindo, o aumento com o seguro desemprego pode ser uma forma de compensação. De qualquer modo, no Reino Unido o seguro desemprego está cada vez mais relacionado ao fato de os trabalhadores estarem buscando emprego (ETHERINGTON; INGOLD, 2012). A Suécia, em contraste, tem uma política de emprego que mantém a taxa de desemprego baixa. Ao entrar na UE, em 1995, a Suécia já tinha uma taxa de desemprego que flutuava ao redor de 2%, percentual que perdurara durante grande parte da década de 1960 e 1970. Além disso, a negociação salarial centralizada tinha se esvaído e começava a se distanciar do modelo que tinha sido criado, desde os anos 1960 (HUBER; STEPHENS, 2001).

Durante a década de 1990, embora o foco no emprego continuasse importante e os sindicatos mantivessem uma participação política significativa, a negociação coletiva tinha sido enfraquecida (HUBER; STEPHENS, 2001). Para Huber e Stephens (2001), a especialização dos trabalhadores dificultou cada vez mais a negociação coletiva centralizada. A partir de meados da década de 1990, entretanto, os sindicatos patronais conseguiram que as negociações fossem descentralizadas, embora a LO tentasse mantê-las unificadas. Para os autores: “*Today LO dominance has declined, and so has, within the LO, the weight of private sectors workers relative to public sectors workers*” (HUBER; STEPHENS, 2001, p. 251). A LO ainda era forte, mas não tinha a dominância que tinha até os anos 1980. A partir da década de 1980, existe uma diferença cada vez maior entre os *blue-collar workers* e os *white-collar workers*, na Suécia. Essa liberalização do mercado de trabalho acentuou-se na década de 1990 (NORBERG, 2006), mas o modelo sueco não mudou completamente e ainda apresenta alta proteção social e baixo desemprego.

Como afirma Wood (2001, p. 404): “*The Swedish labour market model has neither remained static nor collapsed*”. Para Wood, o modelo de mercado de trabalho sueco apenas mudou sua forma, se adaptando à crise. É percebido, porém, que com a crise da década de 1990, muda-se parcialmente o arcabouço institucional sueco. Os modelos social-democratas, considerados modelos de proteção social pela UE, também tiveram que se adaptar às novas condições econômicas e maior competição no mercado de trabalho. A UE, no afã de harmonizar as políticas utilizou os modelos social-democratas, como exemplo a serem copiados, pois conseguem combinar proteção social com dinamismo econômico e baixas taxas de desemprego (EUROPEAN COMMISSION, 2007). A tentativa de harmonização dessas leis é extremamente difícil, pois as leis de cada país são muito distintas.

A OECD tem um índice que calcula o quão rígido é o mercado de trabalho em cada país. Quanto mais difícil demitir os trabalhadores e utilizar trabalhadores temporários, mais alto será o índice de rigidez trabalhista. O índice varia de 0, no qual o mercado é totalmente flexível e 4 no qual a dificuldade de demitir é máxima. O Gráfico 29 mostra a trajetória desse índice a partir de 1990:

**Gráfico 29 – Grau de Proteção do empregado da OECD – países selecionados, 1990-2009**



Fonte: OECD (2012).

Entre os três países selecionados, existe uma tendência de estabilidade na rigidez trabalhista na França e no Reino Unido. Na Suécia, a tendência é de maior flexibilização do mercado de trabalho. O Reino Unido, por uma grande margem, é o país onde as leis trabalhistas são mais flexíveis. A Suécia com a flexibilização, a partir da década de 1990, fica no meio, enquanto a França é o país com as leis trabalhistas mais rígidas.

Ao observar-se a rigidez trabalhista e a taxa de desemprego, pode-se colocar na Tabela 7, a simples comparação entre os três países, a partir da década de 1990.

**Tabela 7 – Taxa de desemprego x Flexibilidade no mercado de trabalho**

Países	França	Reino Unido	Suécia
Taxa de desemprego (em comparação à média da EU)	alta	baixa	baixa
Flexibilidade do mercado de trabalho	baixa	alta	média

Dentre os países selecionados, aqueles com um mercado de trabalho mais flexível são os com uma taxa de desemprego menor. Isso pode ter contribuído para que a UE favoreça esse tipo de política e utilize a Suécia, e em alguns aspectos o Reino Unido como modelos. Isso favoreceria uma flexibilização do mercado de trabalho que se estenderia a outros países. Com uma harmonização das leis trabalhistas e dos benefícios, como o seguro desemprego, existiria a possibilidade da portabilidade dos direitos e deveres dentro da UE. O *Joint Report on Social Protection and Social Inclusion* (2007), sustentam que a portabilidade dos direitos sociais pode contribuir para a mobilidade do trabalho e a Comissão deveria ser considerada no futuro.

Being a potential source of skills and knowledge spill-overs promoting the mobility of workers and students adds value at the European level and creates opportunities for all citizens. The portability of social rights can, in this context, contribute to labour mobility and should also be considered in the future”(EUROPEAN COMMISSION, 2007, p. 4).

A Comissão Europeia considera que a alta mobilidade que existe, poderia ser ainda maior e que caso os países seguissem os modelos social- democratas. Desse modo, os países poderiam manter seu sistema de proteção social e dinamizar suas economias.

A partir do início da discussão do Tratado de Lisboa, como já analisado, percebe-se uma maior ênfase no emprego e na ampliação do mercado de trabalho para continuar a existir a possibilidade de se manter uma rede de proteção social. Vemos, portanto, que embora os objetivos possam ser, de alguma forma, convergentes, a UE ainda não tem meios suficientes para obter uma padronização na área social. Em contraste, o Tratado de Maastricht, conseguiu de forma satisfatória a convergência em diversos aspectos da política econômica, assunto que é analisado na Seção seguinte.

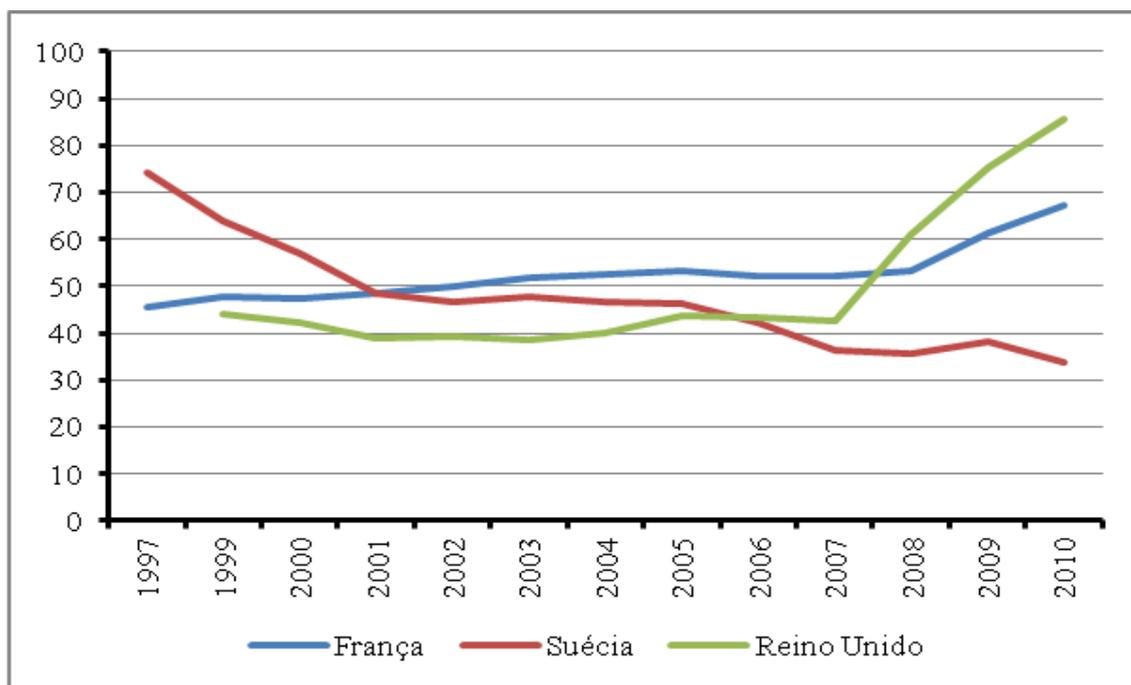
#### 4.4.2 Política fiscal e gasto social na UE

A UE foi criada com o intuito de facilitar o comércio e a integração econômica entre os países (ver o Capítulo 3). O Tratado de Maastricht solidificou as bases para as integrações monetárias e cambiais que se seguiram à crescente abertura comercial. Além disso, foi a partir desse tratado que a tentativa de convergência de política macroeconômica tornou-se o principal objetivo das UE. Observou-se em um momento posterior que o câmbio, a taxa de juros e as tarifas de importação de fato convergiram, não acontecendo o mesmo com a política fiscal na maioria dos países. Isso, porque, o governo de alguns países desrespeitaram os limites de déficit e de endividamento, o que, a partir da criação do Euro, criou um descompasso inédito entre a responsabilidade da política fiscal, a cargo dos Estados Nacionais, e da política monetária, a cargo do BCE (para os países da Zona do Euro).

Nem mesmo os principais artífices do Tratado de Maastricht respeitavam os limites fiscais impostos. Chang (2006) sustenta que os países com as maiores economias, como a França, tendem a ser menos cumpridores das metas fiscais que os países menores como os Países Baixos. Para Feldmann (2003), a França não cumpriu as metas fiscais, pois não diminuiu os investimentos públicos de maneira consistente. Para ele, outros países europeus fizeram-no, arcando com um custo de um menor crescimento.

Como já visto, o Tratado de Maastricht determina como limite para o endividamento do setor público o parâmetro de 60% do PIB, e que esse teto não era imposto apenas aos países da Zona do Euro, mas, também, aos demais países, como Reino Unido e Suécia. O Gráfico 30 mostra da dívida do governo em relação ao PIB de cada país.

**Gráfico 30 – Dívida Líquida do Governo nas economias selecionadas (1997-2010) (% do PIB)**



Fonte: OECD (2012).

A relação dívida pública/PIB não apresenta fortes sinais de convergência. A partir de fins da década de 1990, a proporção da dívida em relação ao PIB diminuiu na Suécia, quando houve uma grave crise bancária no país. A dívida do Reino Unido, que era a menor dos três países até o início da década de 2000, aumentou muito, após 2008, efeito da grave crise financeira. A França, que tinha uma dívida que crescia gradualmente desde a década de 1990, também viu a dívida saltar fortemente após 2008 (impacto da grande crise que se seguiu ao estouro da bolha imobiliária americana). Dos países selecionados, apenas a Suécia tem um relação dívida/ PIB dentro dos padrões do Tratado de Maastricht.

Checherita-Westphal e Rother (2012) defendem que existe um impacto não linear do débito público em relação ao crescimento econômico na Zona do Euro. Para os autores, a partir de 90% do PIB (para alguns países esse percentual está por volta dos 70%), o aumento do endividamento começa a ter impactos negativos no crescimento. Checherita-Westphal e Rother (2012) sustentam que o aumento do endividamento público na Europa tem afetado negativamente o crescimento na Europa. Para os autores, isso se dá através de três canais: (i) poupança privada; (ii) investimento público; e (iii) produtividade total dos fatores. Estes três fatores diminuem com o aumento do endividamento e, também se influenciam mutuamente.

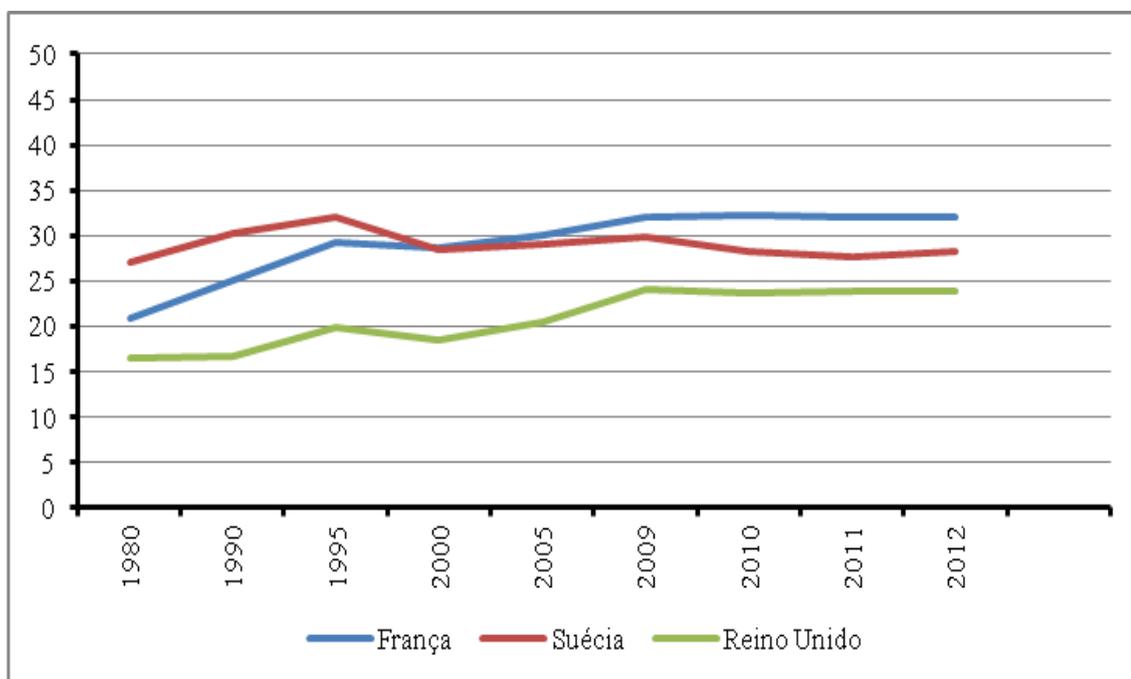
Em um contexto de crescente integração econômica, o aumento do gasto público tem significado maior endividamento e não maior crescimento econômico. Os governos nacionais que tinham perdido a autonomia cambial, comercial e monetária (para os que entraram na

zona do euro), também não conseguem fazer crescer a economia por meio de estímulos fiscais em um ambiente macroeconômico de grande mobilidade de capitais, trabalho, bens e serviços. No entanto, os cidadãos ainda acham que o governo é responsável por gerar crescimento econômico. Conforme o *World Values Survey* (2012), em 1999, nos três países selecionados, para o cidadão, o principal objetivo do governo deve ser alcançar o maior crescimento econômico possível. Na França, esse percentual é de 52,1%; na Suécia, de 51,1% e no Reino Unido, de 42,9%.

O início da década de 1990 foi um momento de mudanças importantes na economia sueca e esse período coincidiu com a entrada do país no bloco. Na França, o período marca a manutenção dos déficits públicos e o aumento da taxa de desemprego (vide Anexo B, Q e U).

Conforme a narrativa de Scharpf (1999, 2001, 2002, 2008), o gasto do governo em política social foi afetado pelo Tratado de Maastricht, pela crescente integração econômica e pela liberalização do mercado de capitais. Para o autor, os limites fiscais impostos pela UE engessam o gasto com política social e diminuem o escopo do *Welfare State*. Ao se observar os gastos com política social (de acordo com a caracterização da OECD), o quadro é apresentado pelo Gráfico 31:

**Gráfico 31 – Gasto total em Política Social nas economias selecionadas (1980-2012) (% do PIB)**



Fonte: OECD (2012).

A OECD (2012) considera gasto social aqueles com educação, saúde, previdência, seguro desemprego e licença remunerada motivada por doença. A partir desse prisma, o gasto

com política social em relação ao PIB não diminuiu. Ao contrário, nos três países analisados, aumentou. Esse aumento foi mais acentuado na França que, a partir de 2000, tem a maior taxa de gasto social em relação ao PIB. Como observado nas Seções anteriores, a percepção da maioria dos franceses é que o Estado deve garantir uma renda mínima e promover a igualdade com transferências de renda de modo mais acentuado em relação às percepções em outros países. Essa percepção francesa acentuou-se nos últimos 20 anos e o gasto com política social parece seguir tal tendência.

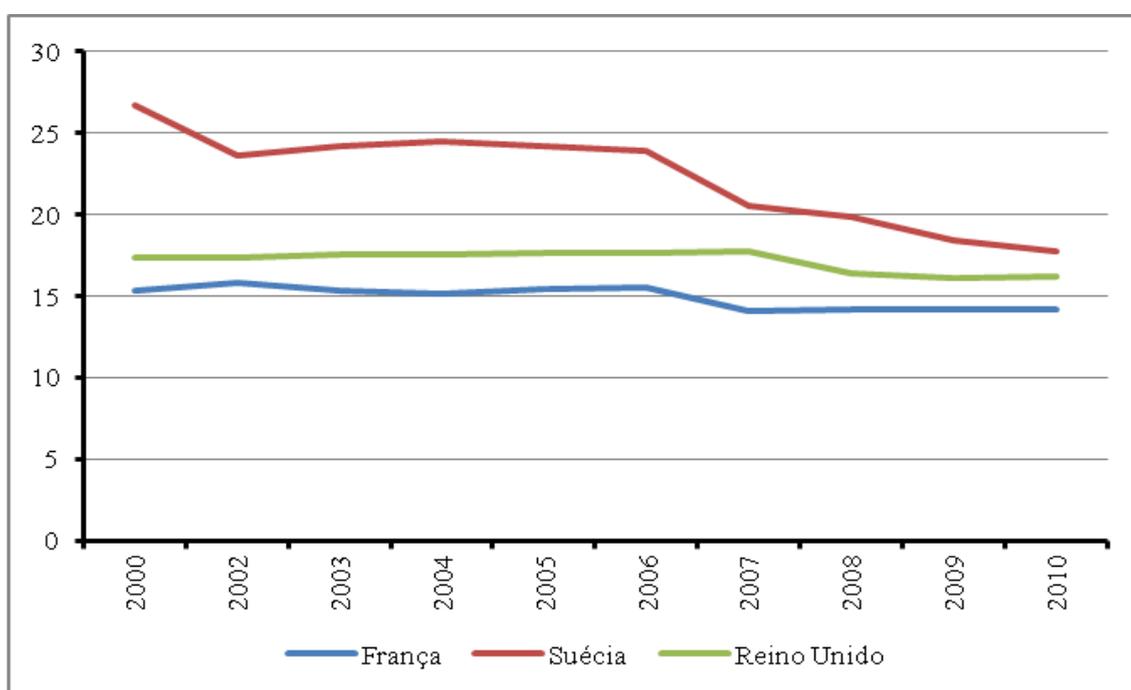
A crise do keynesianismo (SNOWDON, 2001) fez com que os governos europeus, em sua maioria, não vissem mais o aumento do gasto como resposta frente a um aumento do desemprego ou um baixo crescimento. O que se observa é que com a perda da política monetária e cambial por grande parte dos países que adotaram o Euro e com grande parte dos países com alto nível de endividamento (que faz com que a política fiscal seja contraproducente), os países foram obrigados a deixar de lado o gerenciamento da demanda e voltarem-se às políticas ativas de emprego como analisado na seção 4.4.1.

Para Scharpf (2002; 2008), a integração europeia criou uma assimetria entre as políticas que promovem a eficiência de mercado e as políticas que promovem proteção social. Brady (2003, 2005) sustenta que o que vai promover a proteção social é uma economia que cresça em um ambiente em que o mercado eficiente gere riquezas que poderão ser distribuídas. Scharpf (1999; 2002; 2008) parece retomar os debates de Hayek e Keynes na década de 1940, tomando o gerenciamento da demanda como o remédio que retomaria o crescimento e a prosperidade da Europa e iria permitir a manutenção do *Welfare State*. Para Norberg (2006) e Brady (2003, 2005), os estímulos fiscais que falharam em expandir a economia na década de 1980 (como o Mitterrand na França), se mostraram menos efetivos em um contexto de maior integração comercial, financeira e com países ainda mais endividados.

Embora a integração comercial, monetária e cambial tenham sido razoavelmente bem sucedidas, quando se analisa as políticas fiscais, entretanto, percebe-se que a harmonização da UE a partir desse prisma falhou. Para Pierson (2001, 2004) e Chalmers e Lodge (2003), as peculiaridades institucionais de cada país geram uma grande dificuldade para a transferência de políticas de um país ou região para outro. A convergência de política macroeconômica deu-se de modo imperfeito. Na França, o gasto governamental em relação ao PIB vem aumentando, desde o início da década de 1990, passando de 27,4% em 1990 para 31,2% em 2004. No Reino Unido, esse número era 22,9%, aumentando para 26,3%; e na Suécia, tal cifra passou de 33,1% para 32,9% (EUROPEAN COMMISSION, 2006).

O aumento de impostos, em um contexto de crescente integração, parece também já não ser o modo viável de se aumentar os gastos sociais (PESTIEAU, 2006). Ao contrário, existe uma tendência à diminuição dos impostos, tanto de renda como, sobretudo, o das contribuições patronais na folha de pagamento (BRADY, 2003, 2005). As taxas marginais de impostos de renda também diminuíram na maioria dos países, mais acentuadamente na Suécia. O Gráfico 32 mostra as trajetórias das taxas médias de imposto de renda nos países selecionados:

**Gráfico 32 – Alíquota média do imposto de renda nas economias selecionadas (2000-2010) (% da renda)**



Fonte: OECD (2012).

A França é o país onde as taxas médias de imposto de renda são mais baixas e mais estáveis desde 2000, flutuando ao redor de 15%. No Reino Unido, essa taxa é maior. No entanto, ao que parece as taxas marginais de impostos estão convergindo. Para Scharpf (1999) até o fim da década de 1990, os países continentais coletam uma parcela menor do PIB com o imposto de renda do que os países escandinavos ou os anglo-saxões. Como analisado na Seção 2 e na Seção 4.1, as contribuições patronais na França ainda são as mais altas.

Com os impostos diminuindo e os gastos aumentando, com perspectivas previdenciárias cada vez piores, os países da UE estão em uma situação fiscal que deve ser remediada de algum modo. Um aumento de impostos, em uma união econômica, causa uma

fuga de capitais e trabalho, o que diminui ainda mais o crescimento, pois os investidores irão buscar lugares com uma menor taxação (KUMLIN, 2004; PALIER 2000; PESTIEAU, 2006).

O exemplo da Suécia, considerado pela UE como modelo bem sucedido a ser emulado por outros países, fornece evidências do modelo de *Welfare State* (e de seu financiamento) que a UE planeja ver posto em prática. A Suécia não utiliza políticas macroeconômicas expansionistas, como forma de manter o Welfare e criar empregos. Políticas de emprego e de inclusão, além, do aumento de competitividade foram os caminhos que a Suécia foi tomando para manter o crescimento, seu *Welfare* universal e menor desigualdade. São as chamadas políticas de ativação e fortalecimentos das capacidades individuais como sustenta Esping-Andersen (2003) que vai defender que o partido trabalhista e sua terceira via são uma extensão desse novo modelo social-democrata.

A França parece seguir outro caminho, porém indo de encontro ao que a UE vem propondo. A França mantém baixos níveis de desigualdade, mas com gastos cada vez maiores, em uma economia na qual o governo já está altamente endividado. Embora o *Welfare State* mantenha-se popular, existe a percepção da população, dos Estados nacionais e das instituições supranacionais, que para a manutenção do Welfare State, esse precisa passar por importantes ajustes (PESTIEAU, 2006). Para Schmitt e Starke (2011) a taxa de convergência é menor nos modelos de *Welfare States* conservadores/corporativistas como na França. A convergência que é fraca para a maioria dos aspectos analisados, é ainda mais fraca para países de modelo conservador/corporativistas.

A política fiscal dos países parece não convergir. Além disso, como visto nas seções anteriores, os cortes de cada país nos gastos são em áreas distintas. O que vai diferenciar as trajetórias do *Welfare State* são os setores que serão mais afetados pelos cortes de gastos. O governo francês continua gastando mais com previdência, mas diminuiu o gasto com seguro desemprego. A Suécia passou a gastar menos com uma política ativa de emprego que mantém baixos níveis de desemprego. O Reino Unido, embora tenha um desemprego menor que a maioria dos países, gasta mais com seguro-desemprego. A crise que se iniciou no setor imobiliário americano, em 2008, teve fortes repercussões na Europa. Após tentativas de retomada do crescimento via estímulos fiscais os países acabaram aumentando sobremaneira o endividamento. A UE busca agora um modelo que possa fazer com que se mantenha o *Welfare State*, sem que o governo não inviabilize suas finanças.

#### 4.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As trajetórias dos modelos de *Welfare State* estão intimamente ligadas a seus valores enraizados. Os valores influenciam e são influenciados pelas políticas públicas dos diferentes países da UE. Esses distintos valores podem ser captados, desde a formação dos *Welfare States* e das mudanças que eles vêm sofrendo, desde então. Não existe uma separação clara entre a percepção dos cidadãos, a história institucional (as trajetórias) e as instituições formais dos países. Essa hipótese que permeia a pesquisa mostra que as instituições e as trajetórias foram se formando e fortalecendo as instituições formais de forma cumulativa.

Com o aprofundamento da integração e as mudanças socioeconômicas (incluindo as demográficas e de imigração), os países tiveram de mudar a forma de financiamento e os benefícios de seus modelos de proteção social, que se pode observar fortemente nos sistemas previdenciários dos países selecionados. As reformas do sistema PAYG, que vigoravam até início da década de 1990, e que na maioria dos países já vinham se transformando, tomaram novos impulsos com o Tratado de Maastricht e posteriormente, com o OMC e o Tratado de Lisboa. Os *Welfare States* alteraram o tipo de financiamento das aposentadorias, que passaram a ser mais capitalizadas, e em muitos casos, privadas. Segundo a UE, o Reino Unido e a Suécia tem um sistema previdenciário que está melhor preparado para as mudanças demográficas que vem ocorrendo. Com isso, a UE busca harmonizar os sistemas previdenciários com o intuito de aumentar a mobilidade de trabalho.

A UE ainda não tem instrumentos para impor essas alterações nos sistemas de *Welfare State*. Os sistemas de aposentadoria embora tenham como objetivo um financiamento mais sólido, tem trajetórias que foram iniciadas em momentos distintos. A percepção do papel do Estado, da taxa ótima e do modelo previdenciário, varia de país para país.

Para compensar uma maior competição por mercados, as leis trabalhistas tem se tornado mais flexíveis, em contraste com o período anterior. Isso é mais evidente na Suécia e no Reino Unido, que foi o primeiro dos três países a flexibilizar o mercado de trabalho. Essas mudanças foram estimuladas pela UE, que a partir de fins da década de 1990, com a EES, vem criando diretivas na tentativa de espalhar as políticas de ativação de emprego. Com isso, a UE tenta diminuir as taxas de desemprego e aumentar a mobilidade de trabalho.

O que vai diferenciar como isso afetará os *Welfare States* e os modelos de proteção social é o arcabouço institucional. Esse arcabouço institucional é composto das regras formais e dos valores que a maior parte da sociedade tem. A percepção dos cidadãos sobre o trabalho,

assistência social, previdência e imigração – fatores que influenciam o *Welfare State* – são distintas nos países selecionados.

A França, a partir da pesquisa realizada, é o *Welfare State* mais resiliente dentre os modelos analisados aqui. No entanto, é o país onde os níveis de desigualdade e de pobreza tem se mantido estáveis. O Reino Unido tende a caminhar para um modelo que se aproxima ainda mais do *Welfare State* liberal, descrito por Esping-Andersen (1990). Embora mais sustentável financeiramente e com uma menor taxa de desemprego, tem taxas de desigualdade e pobreza maiores. A Suécia, em contraste com os dois países, realizou mudanças importantes no seu *Welfare State*. A partir das evidências aqui levantadas, pode-se assumir que, embora ainda seja uma economia com altos impostos e uma legislação trabalhista não tão flexível, conseguiu criar um sistema que é financeiramente viável e consegue manter taxas de pobreza e de desigualdade relativamente baixas.

## 5 CONCLUSÃO

O *Welfare State* foi a instituição mais importante para o desenvolvimento socioeconômico da Europa Ocidental durante os 30 anos após a SGM. A partir da década de 1980, essa instituição que combina aspectos formais (sistemas previdenciários, seguro desemprego, auxílio-doença, educação e saúde) e informais (valores, cultura, ideologia) interdependentes entre si começou um processo cumulativo de mudanças.

A trajetória da instituição mostra como as mudanças cumulativas acabaram transformando as instituições, mesmo com o substrato ideológico relativamente estável. Embora na Europa Ocidental os valores tenham mudado lentamente, o *Welfare State* acabou se transformando de forma significativa. Observa-se, que, em alguns países, as mudanças foram mais profundas que em outros. Utilizando-se a tipologia de Esping-Andersen (1990), percebe-se que os modelos mais resilientes são os conservadores/corporativistas, exemplificados pela França. Nesses países, as mudanças no *Welfare State* foram menores, mas as pressões, sobretudo de financiamento e de adequação às instituições da UE, foram maiores. Como enunciado na Introdução, os impactos da UE e suas instituições foram distintos em cada país, e o modelo francês foi aquele em que as instituições supranacionais foram mais de encontro ao modelo enraizado.

As mudanças nos *Welfare States* tem causas endógenas e exógenas, e a UE foi um importante fator para que tais mudanças ocorressem. Isto porque a UE é a principal instituição supranacional que emerge na tentativa de superação de organização da sociedade no Estado-Nação, e afeta o modo como as sociedades europeias se organizam. A integração europeia foi um esforço gigantesco que trouxe diversas consequências, cujas valorizações subjetivas não são analisadas neste estudo. Hobbes (1991) sustenta que sem o Leviatã a vida do homem seria “[...] solitária, pobre, sórdida, brutal e curta”. Os Estados Nacionais vieram para dar segurança aos cidadãos em um determinado território. Com a chegada da democracia, além da segurança, os cidadãos passaram a exigir do Leviatã educação, saúde, previdência e seguro-desemprego, gerando demandas sobre a ação coletiva cada vez maiores. A partir da década de 1970, a integração europeia acelerou-se e um novo tipo de soberano passou a emergir. Gradualmente, a UE tentou e tenta substituir o Estado Nacional como forma organizadora da sociedade. No entanto, enquanto os dois entes coexistem, as atribuições de cada um se sobrepõem e se misturam. A EU busca uma maior padronização dos modelos de proteção social, e os Estados Nacionais tem valores enraizados, que vão de encontro a essas tentativas de padronização.

A UE afeta o *Welfare State* por meio de diversos canais, como regulações, diretivas, legislações, mobilidade de capital e trabalho, fluxo de imigrantes e por meio de instituições como o BCE e o *Growth and Stability Pact*. Isso implica não apenas transformações na estrutura do *Welfare State*, mas, também, nas diversas características que o acompanharam durante sua fase de expansão, como uma baixa taxa de desemprego, taxação progressiva e baixos níveis de desigualdade e pobreza.

Nos sistemas tributários nacionais, a mudança causada pela UE é perceptível. Embora na maioria dos países os impostos ainda sejam fortemente progressivos, esses impostos tendem a diminuir, pois impostos muito altos tendem a causar fuga de investimentos e de trabalho para países com menor tributação. Países como a Suécia, que tinha as maiores taxas de impostos da Europa, estão diminuindo as taxas marginais. Em contraste, aqueles como a França tem mantido as mesmas taxas marginais de impostos e mantido uma relativa estabilidade da desigualdade de renda. No entanto, a partir da década de 1990, a taxa de desemprego tem se mantido alta e as de crescimento do PIB baixas.

As mudanças cumulativas e o aprofundamento do processo de integração não estão fazendo o *Welfare State* desaparecer, em contraste com o que muitos estudiosos vêm sustentando. Na Europa Ocidental, existe um sistema previdenciário que atende à maior parcela da população (parcialmente privatizado), a taxação continua progressiva, existem mecanismos de alívio para a pobreza absoluta, o seguro desemprego ainda é uma realidade e o sistema educacional é acessível à população, em geral. A integração econômica na Europa não acabou com esses benefícios, mas criou pressões adicionais em um *Welfare State* em constante transformação. O *Welfare State* passou a ser mais diminuto e seu escopo de atuação; em alguns países, como o Reino Unido, ele diminuiu consideravelmente. Em outros países, contudo, as mudanças não foram tão profundas, mas mudaram o escopo das políticas sociais. Essas mudanças criaram diferentes modelos, mas não geraram uma convergência, como acreditado por alguns.

As tendências apontam que o *Welfare State* que se consolidará será algo reformado, em que o mercado participará de muitas áreas que antes eram exclusivamente estatais. O peso do mercado em relação ao Estado dependerá, no entanto, dos valores enraizados naquele país. Existe ainda um grande campo de pesquisa para estudar sobre a relação entre valores e instituições formais, e o *Welfare State* é um importante campo para se utilizar essa análise. A tradição que vem estudando essa relação remonta a Adam Smith (1983), passa por Weber (2008), Landes (1998), North (1990; 1991; 1993) e mais recentemente a Acemoglu e Robinson (2012).

A pesquisa buscou apresentar uma abordagem original, na qual, de maneira não determinística, analisa como os valores enraizados refletem nas trajetórias dos *Welfare States* de cada país. Os autores supracitados buscaram entender a influência desses valores no desenvolvimento econômico, entendido de forma mais ampla. No presente estudo, esse entendimento permitiu a utilização desse ferramental institucionalista no estudo do *Welfare State* em um contexto de crescente integração econômica. Com isso percebeu-se que, no processo evolutivo das instituições do *Welfare State*, algumas dessas instituições estão mais adaptadas para um ambiente onde capital e trabalho tem maior mobilidade e o Estado Nacional perde parte de sua soberania. O *Welfare State* conservador/corporativista tem sido o menos adaptado às novas demandas de uma economia integrada e de uma organização supranacional cada vez mais presente.

Acemoglu e Robinson (2012), em seu mais recente livro, sustentam que existem instituições inclusivas e exclusivas. Aquelas fornecem incentivos à prosperidade e ao bem-estar da maioria da população. As exclusivas concentram poder e riqueza e fazem com que a sociedade falhe em fornecer serviços e bem-estar à população. Nas primeiras décadas após a SGM, o *Welfare State* era uma instituição majoritariamente inclusiva que favoreceu o crescimento econômico, aumentou a coesão social, facilitou negociações e manteve a demanda aquecida.

A partir de fins da década de 1970, essa instituição passou cada vez mais a ser capturada por *free riders*, por partidos e por grupos de interesse. Isso somado a uma mudança no cenário socioeconômico fez com que o *Welfare State* passasse a ser, de modo geral, um fardo, aumentando a carga de impostos, diminuindo a competitividade, onerando os trabalhadores e diminuindo os incentivos para a criação de mais empregos. Os custos administrativos do *Welfare State* foram aumentando com o crescimento da complexidade daquela instituição. Com o advento da UE, o aumento desses custos forneceu incentivos para que trabalho e capital fluíssem para centros mais dinâmicos e flexíveis.

A UE modificou os incentivos que cada sociedade enfrenta. Embora, muitas vezes, não tenham poder normativo sobre as áreas da política social dos Estados Nacionais, as instituições da UE criam incentivos, para que os modelos de *Welfare States* convirjam. No entanto, os valores enraizados em cada país contrapõem-se a essa tendência e fazem com que em diversos aspectos as trajetórias divirjam.

As instituições formais da UE tem tido uma enorme dificuldade em harmonizar e fazer convergir as políticas públicas dos países. Existe uma tensão entre aqueles que querem aprofundar a integração europeia e caminhar em direção a uma federação nos moldes dos

EUA, e outros que querem manter a UE apenas como uma organização de livre comércio. A essa rejeição à UE juntam-se, desde os “defensores” do *Welfare State* até políticos nacionalistas que defendem que a UE afeta os “valores nacionais tradicionais”. Alguns defensores do *Welfare State* esperam mantê-lo, como uma instituição imóvel, que deve manter as mesmas funções e o mesmo tipo de financiamento que existia na década de 1970.

No entanto, as necessidades das populações e a forma como o Estado é percebido, modificaram-se profundamente nos últimos 30 anos. A UE veio acentuar essas tendências. Ademais, os instrumentos macroeconômicos que os países utilizaram para ampliar e consolidar os *Welfare States* da década de 1940 até 1970, já não estão mais disponíveis. A expansão do *Welfare State* foi realizada em parte com o gerenciamento da demanda. Por meio de políticas monetárias, fiscais, cambiais e salariais a demanda expandiu-se e com ele os mecanismos de ação coletiva. A isso se combinou o pleno emprego que associado ao contínuo aumento da produtividade permitiu a formidável expansão dos serviços públicos de proteção social e uma grande diminuição na desigualdade. Durante o período de expansão o predomínio da ação coletiva era embebido na sociedade e o keynesianismo era a teoria econômica dominante que permitiu ao Estado gerenciar a demanda e expandir suas funções.

A crise do início da década de 1970, entretanto, alterou esse cenário e, a partir desse momento, os países reagiram de forma distinta a esse desafio. Enquanto a maioria dos países tentou diminuir a taxa de desemprego, diminuindo a oferta de trabalhadores, incentivando a aposentadoria precoce, os países nórdicos seguiram o caminho oposto, incentivando a oferta de empregos, muitas vezes, utilizando o Estado como empregador de última instância. O Reino Unido, por outro caminho, iniciou, a partir de fins da década de 1970, uma trajetória de liberalização do mercado trabalhista, abertura da conta capital e privatização dos diversos serviços públicos.

Essas transformações foram ao encontro da progressiva perda de soberania por parte dos Estados Nacionais. Algumas atribuições, embora tenham saído da esfera nacional, não foram absorvidas pelas instituições supranacionais. A UE foi extremamente bem sucedida em criar um ambiente de livre-comércio, uma moeda única e promover a livre circulação de pessoas e serviços. Não há lugar no mundo onde existe tanta mobilidade de fatores entre países como na UE. No entanto, em termos de políticas públicas a harmonização é incipiente.

A UE embora afete as políticas sociais por meio de diferentes canais, não tem mecanismos para criar instituições supranacionais de proteção social. Apesar dos esforços empreendidos, ainda não existe uma política social ou um *Welfare State* supranacional. Os

distintos modelos de *Welfare State* são, em suas atribuições e modos de financiamento, nacionais – e assim devem manter-se na próxima década.

Existem diversas instituições normativas, quando se trata de questões macroeconômicas, mas as políticas sociais estão em uma zona de disputa entre os Estados Nacionais, que as financiam e implementam, e a UE que tenta regulá-las ou direcioná-las. A UE ao não demarcar (ou não conseguir demarcar) claramente quais são as responsabilidades supranacionais e quais são as responsabilidades estatais, acaba criando certa rejeição às suas políticas por parte da população dos países do bloco.

A UE é vista, por grande parcela da população, como uma instituição de viés pouco democrático, na qual o cidadão tem pouco acesso aos centros de tomadas de decisão. O *Welfare State*, eleitoralmente forte e ideologicamente enraizado, acaba sendo atraído para o centro do debate eleitoral. Quando se debate o *Welfare State* várias questões aparecem, tais como: o papel do Estado, a responsabilidade individual, as finanças públicas, os direitos dos cidadãos e a perda de soberania dos Estados frente a um cada vez mais poderoso ente supranacional.

Embora a UE tenha aumentado sobremaneira suas atribuições, quando se fala do *Welfare State*, os Estados Nacionais continuam sendo os atores centrais em termos de políticas sociais, pois há grande receio de perda de controle da decisão democrática dos cidadãos em instâncias, onde eles não possuem domínio eleitoral. Em diversos países, existe o receio do desmonte do *Welfare State*, que ainda é muito valorizado por grande parcela da população. Esse enraizamento faz com que o *Welfare State* seja mais resiliente que outras instituições e que as mudanças sejam *path dependents*, como sustenta Pierson (2001). No entanto, esse enraizamento, dado que ligado aos conceitos embebidos na sociedade, vai gerar trajetórias distintas.

Os países nórdicos, a Suécia, como o melhor exemplo, conseguiram manter níveis de emprego mais altos, e também reformaram os sistemas previdenciários, tornando-os mais sustentáveis no longo prazo. Por meio de políticas ativas de emprego, iniciadas já na década de 1980, os países nórdicos, a Suécia, em especial, conseguiram manter em boa parte seu sistema de seguridade social sem tantas pressões adicionais sobre o financiamento.

A França, em contraste, tem um sistema previdenciário que tende ao esgotamento. Dado o aprofundamento da integração, ele começa a se distanciar do modelo projetado pela UE e que parece estar sendo adotado pela maioria dos países, mesmo outros países continentais. Essa divergência do modelo francês em relação à maioria dos outros países, pode ajudar a criar uma multiplicidade de modelos na UE, como pode enfraquecer a

integração. Esta divergência também aumenta as pressões financeiras e de competitividade para a França.

A maioria da população e dos partidos políticos no Reino Unido vem aceitando as mudanças no sistema de proteção social que vem ocorrendo, desde a década de 1980. Embora, na década de 1990, o discurso tenha mudado, os benefícios no Reino Unido são cada vez mais *mean tested*, e o sistema previdenciário está cada vez mais em mãos privadas. No Reino Unido, o mercado trabalhista é mais flexível e a taxa de desemprego menor. O principal objetivo do *Welfare State* é a eficiência na distribuição dos recursos e seus desperdícios são menores.

Nos países da UE, cada vez mais cresce o debate se os benefícios devem ser mais universais ou focalizados. A tendência é que eles se tornem mais focalizados, pois os benefícios universais são mais difíceis de serem implementados e mantidos em um contexto de grande mobilidade de pessoas. No entanto, os defensores do modelo mais universalista sustentam que esse modelo é mais sólido politicamente, pois se grande parte da população utiliza os serviços e os benefícios, mais pessoas irão defendê-lo (van PARIJS, 2001). A UE está tentando incentivar os países a adotar um modelo em que os benefícios sejam ligados ao trabalho, ou focalizados naqueles que realmente precisam. Mesmo países como a Suécia, onde o modelo universal era a regra, há mudanças que estão ocorrendo e ligando os benefícios, sobretudo previdenciários, a posição que um ocupou no mercado de trabalho.

A análise dos três países e das diretivas da UE revela que o sistema previdenciário, além de ser a parte mais importante e redistributiva do *Welfare State* é também aquela que é afetada pela UE. Um aprofundamento da integração (ou novos tratados que forneçam mais poder para a UE) faria com que países gerassem incentivos para um aumento da portabilidade, que significaria uma maior conexão entre a aposentadoria e o salário recebido pelo cidadão no mercado de trabalho. Isso, no limite (embora altamente implausível no médio prazo), significaria que um trabalhador contribuiria para um fundo de pensão supranacional e quando aposentado, este poderia receber seu benefício em qualquer país. Os defensores do modelo antigo de *Welfare State* sustentam que esse novo modelo acaba com a noção de solidariedade que estava implícita no sistema previdenciário PAYG. Mas, mesmo sem a UE, esse modelo teria de ser mudado, já que a maior longevidade e a flexibilização do mercado de trabalho fazem com que o número de contribuinte seja cada vez menor e o de beneficiários cada vez maior, tornando esse modelo similar a um esquema Ponzi.

Países como Reino Unido e Suécia escaparam dessa armadilha através da criação de fundos de pensão ou da privatização parcial do sistema previdenciário. No modelo liberal, a

privatização foi maior e criaram-se fundos de pensão, de acordo com a profissão. Desse modo, o modelo tornou-se mais sustentável financeiramente, embora tenha havido uma grande insatisfação pela parcela da população, que é pouco atendida por esses planos. Esse é um *trade-off* que todos os países da UE terão que enfrentar: manter o modelo imóvel e caminhar para uma situação fiscal desfavorável ou reformar os sistemas e desagradar uma parcela da população. A Suécia vem de forma gradual, mas, contínua, tentando enfrentar esse *trade-off*, mudando o sistema sem diminuir sobremaneira o escopo do *Welfare State*, mantendo níveis de proteção altos e desigualdade relativamente baixos.

O modelo sueco parece apontar que a manutenção dos baixos níveis de desemprego e um financiamento previdenciário mais capitalizado, além de ser o modelo que a UE favorece, são os mais sustentáveis financeira e politicamente. Nos países nórdicos, em geral, os níveis de desemprego são menores que na França e outros países continentais. Isso possibilita aos países nórdicos manterem um seguro-desemprego por mais tempo, terem maiores receitas e, portanto, uma capacidade de redistribuição maior. Desse modo, a diminuição das taxas de desemprego é percebida – tanto pela UE como pelos Estados Nacionais – como o principal fator para a manutenção de políticas públicas de inclusão.

A presente pesquisa tentou relacionar os valores de cada país em determinados momentos, com a trajetória de seus respectivos *Welfare States*. Dado que valores, ideologias e culturas são variáveis difíceis de serem mensuradas, a pesquisa buscou utilizar os melhores indicadores disponíveis para tanto. Uma pesquisa primária que abordasse de forma mais profunda a percepção dos cidadãos europeus por um período mais longo, conseguiria aprofundar o tema aqui proposto e aclararia ainda mais os canais pelos quais os valores afetam as políticas públicas.

A Europa Ocidental tem a mais extensa rede de proteção social dos países desenvolvidos e também as maiores taxas de desemprego. Esse “modelo” europeu ainda se contrapõe a outros países desenvolvidos, notadamente, os EUA. Na maioria dos países da Europa, o Estado ainda tem uma preponderância sobre o mercado, embora esse arranjo esteja em constante mutação e tenha diversos arranjos nos diferentes países. Os países com o modelo social – democrata ainda se contrapõem aos países conservadores/corporativistas e liberais por seus modelos de *Welfare State*.

Embora alguns aspectos desses modelos caminhem para uma convergência, muitas vezes estimulados pela UE, percebe-se nos valores e nas instituições formais um forte *path dependency*. Países, como a Suécia, mais abertos comercialmente e com financiamento do *Welfare State* mais sólido sofrem menores pressões em momentos de crise e em um ambiente

de crescente integração econômica e internacionalização. Até o momento, com diversos ajustes e reacomodações esses países conseguiram manter seu alto nível de proteção social combinados, com um mercado dinâmico e em crescimento.

O modelo parece mais estável, mas a UE parece estar em um momento que suas decisões irão cada vez mais afetar as formas de proteção social existentes. Existem proposições conflitantes dentro do debate ideológico-político na UE. Há grupos que defendem um aprofundamento da integração europeia com um maior foco na liberalização das políticas trabalhistas, diminuição do escopo do *Welfare State* e o aprofundamento da integração financeiro-econômica. Em contraste com esse grupo, há os que defendem o enfraquecimento da integração, o fortalecimento das políticas nacionais e a ampliação do *Welfare State*. Por último, existem os que acham que o aprofundamento da integração deve abarcar também o *Welfare State*, que deve ser, gradualmente, transferido à esfera supranacional. No entanto, dado que as instituições democráticas da UE são pouco representativas, as políticas sociais supranacionais não teriam como força propulsora as demandas eleitorais dos cidadãos. Pela próxima década, os Estados Nacionais devem continuar sendo atores fundamentais na adoção das políticas sociais, mesmo dentro de uma UE em ampliação e consolidação.

A tendência é que a UE continue tentando buscar a convergência, mas essa só será atingida em áreas onde as instituições supranacionais já sejam preponderantes sobre as nacionais. Dada as divergentes trajetórias fiscais dos países, a questão do financiamento de demandas previdenciárias (cada vez maiores) parece ser uma questão que os países tentarão resolver internamente. As estratégias de emprego ativas, em que o governo utiliza diversos mecanismos para o aumento da oferta de trabalho e da diminuição do desemprego friccional, em conjunto com benefícios cada vez mais ligados ao trabalho, parece ser o caminho a ser trilhado pela maioria dos países da UE. Esse parece ser o discurso e, em menor grau, a prática dos países da Europa Ocidental que buscam atingir uma economia dinâmica que combine altas taxas de crescimento, baixo desemprego, menor desigualdade social e reduzidas taxas de pobreza.

Os modelos de proteção social europeus, embora venham sofrendo mudanças graduais e cumulativas, tiveram importantes pontos de inflexão. O fim da SGM foi o primeiro ponto importante, em que foram criadas as principais instituições do moderno *Welfare State*. Nesse momento, as mudanças cumulativas deram-se no sentido de forte expansão do *Welfare State* e da universalização de diversos serviços e benefícios. No início da década de 1970, com o fim de *Bretton Woods* e o aumento do desemprego houve a necessidade de readequação da política econômica e mudança na política de emprego. No entanto, a partir do início da década

de 1990, e com o Tratado de Maastricht, é que os *Welfare States* começam a mudar mais profundamente. As restrições fiscais e monetárias delineadas pelo Tratado de Maastricht tiveram impacto sobre o *Welfare State*, mas elas não foram tão fundamentais, como podem sugerir alguns autores. As políticas expansionistas sejam elas fiscais ou monetárias para gerenciamento de demanda, já não eram muito utilizadas pelos países europeus desde a década de 1980. Já a livre mobilidade de capital e trabalho, que se acentuou com a criação da UE, afetou sim de forma importante o *Welfare State*. Esses impactos estenderam-se ao mercado de trabalho, aos benefícios de seguro desemprego e, sobretudo, ao sistema previdenciário. Os países começaram a pensar seus modelos de proteção social, levando em conta que existe maior competição pelos investimentos, dada a grande facilidade da transferência de capital e trabalho.

As discussões que se iniciaram no Tratado de Nice e na EES e que culminaram no Tratado de Lisboa, foram o último ponto de inflexão para o *Welfare State* na UE. Nesse momento, a retórica Rawlsiana de equalização de oportunidades, e a tentativa de se combinar crescimento e justiça social, entraram ao menos no discurso, na pauta das diversas instituições europeias.

Através das diretivas, a Comissão Europeia começou a delinear uma estratégia de aumento da oferta de empregos, readequação dos benefícios, flexibilização do mercado de trabalho e tentativa de harmonização dos modelos de proteção social. Para a tentativa de harmonização, a Comissão Europeia atuou em linha com a Corte Europeia de Justiça que foi dando cada vez mais preponderância às leis supranacionais sobre as leis nacionais. A UE é um ambiente no qual o legislativo supranacional é fraco, e, portanto a Comissão Europeia e a CEJ acabaram tornando-se as instituições supranacionais mais importantes, criando e executando leis que afetaram cada vez mais a atuação do Estado nacional e do *Welfare State*.

O trabalho na UE parece fluir para os países que atendam três demandas: menor taxa de desemprego, maiores salários e maiores benefícios em caso de desligamento. Os três fatores são intimamente interligados, já que, como visto, a manutenção de benefícios generosos depende da diminuição da taxa de desemprego. As instituições da UE vêm tentando, por meio de promoções das políticas ativas de emprego, que os três fatores converjam e que as instituições do *Welfare State* moldem-se de acordo com o planejado.

Dado que as instituições formais não se modificam conforme o planejado - nem de modo uniforme - a análise institucional é a ferramenta fundamental no estudo das mudanças e da resiliência dos *Welfare States*. Por meio dela, consegue-se perceber a importância dos valores enraizados e suas consequências nas distintas trajetórias dos modelos. O contraponto

entre a estabilidade dos valores e as mudanças nas instituições formais fornecem indícios de onde se originam as divergências nas trajetórias.

Os modelos de proteção social na Europa que já tinham trajetórias distintas, desde sua fundação mudaram substancialmente nos últimos 30 anos. Em alguns aspectos, houve algum tipo de convergência. No entanto, se observado mais atentamente, percebe-se uma divergência, com características que eram marcantes nesses modelos acentuando-se. O substrato ideológico-cultural ou *embedded* das sociedades foi a principal causa da divergência. Esses substratos mudam muito lentamente, muitas vezes demoram-se décadas; certos valores podem demorar séculos para mudar. No entanto, mesmo com a perenidade de muitos desses valores, uma nova relação entre Estado, mercado e sociedade parece estar emergindo na Europa.

A Europa do século XXI, ainda caracteriza-se por seu modelo social, onde o Estado tem importante papel na manutenção de certo pacto social que se originou no pós-SGM. As características desse modelo social europeu variam de país para país dentro da UE. Esse modelo social do século XXI está em contraste aquele que vigorou na segunda metade do século XX. Os mecanismos de ação coletiva são menos abrangentes do que em relação ao período anterior. Ademais, as políticas sociais implementadas e modificadas, precisam considerar não apenas as demandas e os impactos dentro do país, mas também dentro do contexto da UE.

Os valores do Iluminismo europeu espalharam-se rapidamente pelo mundo em dois séculos e meio desde a revolução industrial e após o período de globalização do século XIX. De maneira similar, o *Welfare State* que nasceu na Europa Ocidental também se espalhou pelos outros continentes, onde as políticas sociais espelhavam-se naquelas nascidas no velho continente. Como a Europa vai responder aos novos desafios, e como o Estado relacionar-se-á com os cidadãos nesse novo ente supranacional, irá ajudar a definir o rumo de outras partes do mundo no século XXI.

## REFERÊNCIAS

ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. A. **Why nations fail: the origins of power, prosperity, and poverty**. 1st ed. New York: Crown Business, 2012.

ALESINA, A.; ANGELONI, I.; SCHUKNECHT, L. What does the European Union do? **Robert Schuman Center for Advanced Studies of the European University Institute Working Papers**, n. 2002/61, 2002.

AMBLER, J.S. Ideas, interests and the French welfare state. In: AMBLER, J. S. **The French welfare state: surviving social and ideological change**. New York: New York University Press, 1991.

ANDERSON, K.; KURZER, P. (Re-) Structuring Solidarity: EU involvement in pensions and health. In: Annual Meeting of the American Political Science Association. **Conference papers...** Boston, 2008.

ARMSTRONG, D.; LLOYD, L.; REDMOND, J. **From Versailles to Maastricht: international organization in the twentieth century**. Hampshire: Palgrave, 1996.

ARTS, W.; GELISSEN, J. Three worlds of welfare capitalism or more? A state-of-the-art report. **Journal of European Social Policy**, London, v. 12, n. 2, p. 137-158, May 2002.

ARTIS, M.; EHRMANN, M. The Exchange rate. A Shock Absorber or Source of Shocks? A Study of Four Open Economies". European University Institute: Robert Schuman Centre for Advanced Studies, **EUI Working Papers**, RSC 2000/n. 38, 2000.

ARZA, C. Welfare regimes and distributional principles: a conceptual and empirical evaluation of pension reform in Europe. Robert Schuman Centre for Advanced Studies, **European University Institute Working Papers**, n. 2006/30. Disponível em: <<http://cadmus.eui.eu/bitstream/handle/1814/6256/RSCAS-2006-30.pdf?sequence=1>> Acesso em: 21 jan. 2013.

BAHLE, T. Disorganized welfare mixes: voluntary agencies and new governance regimes in Western Europe. **Journal of European Social Policy**, London, v. 16, n. 4, p. 346-359, Nov. 2006.

BALDWIN, P. Can we define a European welfare state model? In: GREVE, B. (Ed.). **Comparative welfare systems: the Scandinavian model in a period of change**. New York: Saint Martin Press, 1996.

BAMBRA, C. Weathering the storm: convergence, divergence, and the robustness of the "worlds of welfare". **The Social Policy Journal**, Arlington, v. 3, n. 3, p. 3-23, 2004.

BARBIER, J.C. Comparer workfare et insertion? **Revue Française des Affaires Sociales**, Paris, n. 4, p. 7-27, Oct.-Déc., 1996.

- BARBIER, J.C. The European employment strategy, a channel for activating social protection? In: MAGNUSSON, L.; POCHE, P.; ZEITLIN, J. (Eds.). **Opening the method of coordination; the case of the EES**. 2003. Disponível em: <<https://www.parsons.edu/scepa/events/papers/workshop/barbier200404.pdf>> Acesso em: 16 jan. 2013.
- BARGAIN, O.; SPADARO, A. **Optimal taxation, social contract and the four worlds of welfare capitalism**. UCD Centre for Economic Research Working Paper Series, n WP08/16, April 2008. Disponível em: <<http://www.ucd.ie/economics/research/papers/2008/WP08.16.pdf>> Acesso em: 16 jan. 2013.
- BARR, N. **The welfare state as piggy bank. Information, risk, uncertainty and the role of the state**. New York: Oxford University Press, 2001.
- BECKFIELD, J. Regionalization and Convergence in the European Union. Working Paper 2008-0070, **Weatherhead Center for International Affairs, Harvard University**, 2004. Disponível em: <[http://www.wcfia.harvard.edu/sites/default/files/Beckfield\\_Regionalization\\_Convergence.pdf](http://www.wcfia.harvard.edu/sites/default/files/Beckfield_Regionalization_Convergence.pdf)> Acesso em: 25 jan. 2013.
- BENNER, M.; BUNDGAARD VAD, T. Sweden and Denmark: defending the welfare state. In: SCHARPF, F. W; SCHMIDT, V.A. **Welfare and work in the open economy**. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- BERNSTEIN, E. **Evolutionary Socialism**. Berlin: Independent Labour Party, 1907. Tradução Translated Edith C. Harvey Disponível em: <<http://www.marxists.org/reference/archive/bernstein/works/1899/evsoc/index.htm>> Acesso em: 16 jan. 2013.
- BEVERIDGE, W. **Social insurance and allied services**. London: HMSO, 1942. Disponível em: <<http://www.scielosp.org/pdf/bwho/v78n6/v78n6a17.pdf>> Acesso em: 15 jan. 2013.
- BOBBIO, N. **O futuro da democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 2009.
- BRADY, D. The politics of poverty: left political institutions, the welfare state, and poverty. **Social Forces**, v. 82, n. 2, p. 557-588, Dec. 2003.
- BRADY, D. The welfare state and relative poverty in rich Western democracies, 1967–1997. **Social Forces**, v. 83, n. 4, p. 1329-1364, June 2005.
- BRIGGS, A. The welfare state in historical perspective. In: PIERSON, C.; CASTLES, F. G. (Eds.). **The welfare state reader**. 2ed. Cambridge: Polity, 2006.
- BUENO DE MESQUITA, B. **Principles of international politics**. 4ed. Washington: CQ Press, 2009.
- BURCHARDT, T.; HILLS, J. Public expenditure and public/private mix. In: POWELL, M. (Ed.). **New labour, new welfare state? The ‘third way’ in British social policy**. Bristol: The Policy Press, 1999.
- BURGESS, M. **Federalism and European Union: the building of Europe, 1950-2000**. New York: Routledge, 2000.

BURGOON, B. Betwixt and between? Support for national and supranational welfare compensation in Europe. In: Annual Meeting of the American Political Science Association. **Conference papers...** Chicago, 2007. Disponível em: <[http://convention2.allacademic.com/one/apsa/apsa07/index.php?cmd=Download+Document&key=unpublished\\_manuscript&file\\_index=2&pop\\_up=true&no\\_click\\_key=true&attachment\\_style=attachment&PHPSESSID=8992dgmputc7enob8ps1su4c24](http://convention2.allacademic.com/one/apsa/apsa07/index.php?cmd=Download+Document&key=unpublished_manuscript&file_index=2&pop_up=true&no_click_key=true&attachment_style=attachment&PHPSESSID=8992dgmputc7enob8ps1su4c24)> Acesso em: 19 jan. 2013.

BURGOON, B. Partisan embedding of liberalism: how trade, investment, and immigration affect party support for the welfare state. **Comparative Political Studies**, v. 45, n. 5, p. 606-635, May 2012.

BURGOON, B.; KOSTER, F.; van EGMOND, M. Support for redistribution and the paradox of immigration. **Journal of European Social Policy**, London, v. 22, n. 3, p. 288-304, 2012.

CAMERON, D. R. Continuity and change in French social policy: the welfare state under gaullism, liberalism, and socialism. In: AMBLER, J. S. **The French welfare state: surviving social and ideological change**. New York: New York University Press, 1991. cap. 3.

CÁRDENAS, A.; FLORES, C. **Políticas de empleo e institucionalidad laboral em la Unión Europea y el Mercosur**. Santiago: Organización Internacional del Trabajo, 1999. Disponível em: <[http://www.oit.org.pe/WDMS/bib/publ/doctrab/dt\\_101.pdf](http://www.oit.org.pe/WDMS/bib/publ/doctrab/dt_101.pdf)> Acesso em: 19 jan. 2013.

CARPORASO, J.A. **The European union, dilemmas of regional integration**. Boulder: Westview Press, 2000.

CARR, E. H. **Vinte Anos de Crise 1919-1939. Uma Introdução ao Estudo das Relações Internacionais**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

CASTEL, R. As transformações da questão social. In: CASTEL, R.; WANDERLEY, L.E.W.; BELFIORE-WANDERLEY, M. **Desigualdade e a questão social**. 2ed. Tradução Mariangela Belfiore-Wanderley. São Paulo: EDUC, 2000.

CASTLES, F.G.; MITCHELL, D. Worlds of welfare and families of nations. In: CASTLES, F.G. (Ed.). **Families of nations: patterns of public policy in Western democracies**. Aldershot: Dartmouth Publishing Company, 1993.

CHALMERS, D.; LODGE, M. The open method of coordination and the European welfare state. **The London School of Economics and Political Science, Economic & Social Research Council, Centre for Analysis of Risk and Regulation**, n. 11, June 2003. Disponível em: <<http://eprints.lse.ac.uk/35993/1/Disspaper11.pdf>> Acesso em: 25 jan. 2013.

CHANG, M. Reforming the stability and growth pact: size and influence in EMU policymaking. **Journal of European Integration**, Vienna, v. 28, v. 1, p. 107-120, Mar. 2006.

CHECHERITA-WESTPHAL, C.; ROTHER, P. The impact of high and growing government debt on economic growth: an empirical investigation for the euro area. **European Economic Review**, v. 56, n. 7, p. 1392-1405, Oct. 2012.

CHURCHILL, W. **Discurso at the University of Zürich, Switzerland**. 19th September de 1946. Disponível em: <[http://europa.eu/about-eu/eu-history/founding-fathers/index\\_en.htm#](http://europa.eu/about-eu/eu-history/founding-fathers/index_en.htm#)>

box\_4> Acesso em 26 jan. 2013.

COASE, R.H. The nature of the firm. **Economica**, London, v. 4, n. 16, p. 386-405, Nov. 1937.

COMMONS, J.R. **Institutional economics: its place in political economy**. New York: Macmillan, 1934.

COPELAND, P.; DALY, M. Varieties of poverty reduction: inserting the poverty and social exclusion target into Europe 2020. **Journal of European Social Policy**, London, v. 22, n. 3, p. 273-287, July 2012.

CORONEL, J. Foundations, decline and future prospects of the Swedish welfare model: from the 1950s to the 1990s and beyond. **Student Journal of Politics**, Spring 2002. Disponível em: <<http://lilt.ilstu.edu/critique/spring2002docs/jcoronel.htm>> Acesso em: 17 jan. 2013.

COX, R.H. The social construction of an imperative: why welfare reform happened in Denmark and the Netherlands but not in Germany. **World Politics**, Princeton, v. 53, n. 3, p. 463-498, April 2001.

D'ARCY, F. **União Europeia: instituições, políticas e desafios**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2002.

DAVIES, G. The process and side-effects of harmonisation of European welfare states. **Jean Monnet Working Paper**, n. 02/06, 2006. Disponível em: <<http://centers.law.nyu.edu/jeanmonnet/papers/06/060201.pdf>> Acesso em: 19 jan. 2013.

DAWKINS, R. **The extended phenotype**. New York: W.H. Freeman, 1982.

DAWKINS, R. **The blind watchmaker**. New York: W. W. Norton & Company, Inc. , 1986.

DAWKINS, R. **The greatest show on Earth: the evidence for evolution**. London: Bantam Press, 2009.

DEUTSCH, K.W. **Análise das relações internacionais**. Tradução Maria Rosinda Ramos da Silva. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

DINGELDEY, I. Between workfare and enablement – the different paths to transformation of the welfare state: A comparative analysis of activating labour market policies. **European Journal of Political Research**, v. 46, n. 6, p. 823-851, Oct. 2007.

DRAKE, H. France: an EU founder member cut down to size? **Journal of European Integration**, Vienna, v. 28, n. 1, p. 89-105, Mar. 2006.

DRUCKER, P.F. Trade lessons from the world economy. **Foreign Affairs**, New York, v. 73, n. 1, p. 99-108, Jan. -Feb. 1994.

ESPING-ANDERSEN, G. **The three worlds of welfare capitalism**. Cambridge: Polity Press, 1990.

ESPING-ANDERSEN, G. **Welfare states in transition: national adaptations in global economies**. Geneva: UNRISD, 1996.

ESPING-ANDERSEN, G. **Social foundations of post industrial economies**. Oxford: Oxford University Press, 1999.

ESPING-ANDERSEN, G.; GALLIE, D.; HEMERIJCK, A.; MYLES, J. **Why we need a new welfare state**. Oxford: Oxford University Press, 2002.

ESPING-ANDERSEN, G. Towards the good society, once again? In: International Research Conference on Social Security, 4, **Anais eletrônicos...** Antwerp: ISSA, 2003. Disponível em: <<http://www.issa.int/pdf/anvers03/keynotes/2esping.pdf>> Acesso em: 15 jan. 2013.

ESPING-ANDERSEN, G.; MYLES, J. **The welfare state and redistribution**. 2001. Disponível em: <[http://dcpis.upf.edu/~gosta-esping-andersen/materials/welfare\\_state.pdf](http://dcpis.upf.edu/~gosta-esping-andersen/materials/welfare_state.pdf)> Acesso em: 16 jan. 2013.

ETHERINGTON, D.; INGOLD, J. Welfare to work and the inclusive labour market: a comparative study of activation policies for sickness benefit claimants in the UK and Denmark. **Journal of European Social Policy**, London, v. 22, n. 1, p. 30-44, 2012.

EUROPEAN COMMISSION. Adequate and sustainable pensions. **Synthesis Report 2006**. Brussels, Aug. 2006. Disponível em: <[http://ec.europa.eu/employment\\_social/social\\_protection/docs/2006/rapport\\_pensions\\_final\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/employment_social/social_protection/docs/2006/rapport_pensions_final_en.pdf)> Acesso em: 19 jan. 2013.

EUROPEAN COMMISSION. **Commission's Broad Economic Policy Guidelines**. 2000.

EUROPEAN COMMISSION. **Joint report on social protection and social inclusion 2007**. Brussels, Mar. 2007. Disponível em: <<http://ec.europa.eu/social/BlobServlet?docId=2014&langId=en>> Acesso em: 19 jan. 2013.

EUROPEAN COMMISSION. **UK national report on strategies for social protection and social inclusion 2008-2010**. Brussels, 2008. Disponível em: <<http://ec.europa.eu/social/BlobServlet?docId=2568&langId=en>> Acesso em: 19 jan. 2013.

EUROPEAN COMMISSION. Employment and Social Policy. **Special Eurobarometer 377**. Brussels, November 2011a. Disponível em: <[http://ec.europa.eu/public\\_opinion/archives/ebs/ebs\\_377\\_sum\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/ebs/ebs_377_sum_en.pdf)> Acesso em: 19 jan. 2013.

EUROPEAN COMMISSION. **Eurostat. Europe in figures: Eurostat yearbook 2011**. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2011b.

EUROPEAN COMMISSION. Directorate-General for Communication. **Standard Eurobarometer 78**. Brussels, Autumn 2012. Disponível em: <[http://ec.europa.eu/public\\_opinion/archives/eb/eb78/eb78\\_first\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb78/eb78_first_en.pdf)> Acesso em: 25 jan. 2013.

EUROPEAN COMMISSION. **The history of the European Union**. 2010. Disponível em: <[http://europa.eu/about-eu/eu-history/index\\_en.htm](http://europa.eu/about-eu/eu-history/index_en.htm)> Acesso em: 26 jan. 2013.

EUROPEAN UNION. **1970-1979. A growing community: 7-10 June 1979.** 2011. Disponível em: <[http://europa.eu/about-eu/eu-history/1970-1979/index\\_en.htm](http://europa.eu/about-eu/eu-history/1970-1979/index_en.htm)> Acesso em: 25 jan. 2013.

EUROPEAN UNION. **Summaries of EU legislation.** 2013 Disponível em<[http://europa.eu/legislation\\_summaries/index\\_en.htm](http://europa.eu/legislation_summaries/index_en.htm)> Acesso em: 26 jan 2013.

EUROPEAN UNION. Council Recommendation of 14 May 2008 on the broad economic policy guidelines for the Member States and the Community (2008-2010). (2008/390/EC). **Official Journal of the European Union**, May 25, 2008. Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2008:137:0013:0024:EN:PDF>> Acesso em: 26 jan. 2013.

FALKNER, G. European Social Policy: towards multi-level and multiactor governance. In: OHLER-KOCH, B.; EISING, R. **The transformation of governance in the European Union.** New York: Routledge, 2004. cap. 5.

FEATHERSOME, K. **Socialist parties and European integration.** Manchester: Manchester University Press, 1988.

FELDMANN, H. The implementation of stability and growth pact: taking stock of the first four years”. **Journal of European Integration**, Cambridge, v. 25, n. 4, p. 287-309, Dec. 2003.

FENGE, R.; von WEIZSACKER, J. Public pensions and intra-EU mobility: an unfinished agenda. **Bruegel Working Papers**, n. 2008/02, May 2008. Brussels. Disponível em: <<http://aei.pitt.edu/8402/1/Wp022008-2.pdf>> Acesso em: 25 jan. 2013.

FERRERA, M. The ‘Southern model’ of welfare in social Europe. **Journal of European Social Policy**, London, v. 6, n. 1, p. 17-37, Feb. 1996.

FERRERA, M. **The boundaries of welfare: European integration and the new spatial politics of social protection.** Oxford: Oxford University Press, 2005.

FLORA, P.; HEIDENHEIMER, A.J. The historical core and changing boundaries of the welfare state. In: FLORA, P.; HEIDENHEIMER, A.J. **The development of welfare states in Europe and America.** New Brunswick: Transaction Books, 1981.

FORGARTY, M. Social welfare. In: SELDON, A. **Agenda for a free society.** London: Hutchison, 1961.

GALBRAITH, J. K. **The affluent society.** New York: Mariner Books, 1998.

GIDDENS, A. **Para uma terceira via.** Lisboa: Editorial Presença, 1999.

*GILPIN, R. O Desafio do Capitalismo Global.* Rio de Janeiro: Record, 2004.

GINGRICH, J. R. **Making markets in the welfare state: the politics of varying market reforms.** 3ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

GIZELIS, T. I. **Globalisation, integration and the future of European welfare states (Europe in change)**. New York: Manchester University Press, 2010.

GÓMEZ, R.; FOOT, D.K. Age structure, income distribution and economic growth. **Canadian Public Policy**, Toronto, v. 29, p. 141-162, Jan. 2003. Suplemento. Disponível em: <<http://economics.ca/cgi/jab?journal=cpp&view=v29s1/CPpv29s1p141.pdf>> Acesso em: 16 jan. 2013.

GOULD, A. The erosion of the welfare state: Swedish social policy and the EU. **Journal of European Social Policy**, London, v. 9, n. 2, p. 165-174, May 1999.

GOUGH, I. Thatcherism and the welfare state. **Marxism Today**, London, v. 24, n. 7, p. 7-13, July 1980.

GOUGH, I. Globalization and regional welfare regimes: the East Asian case. **Global Social Policy**, Waterloo, v. 1, n. 1, p. 163-189, Aug. 2001.

GREGORY, J. Poverty: from workhouse to the welfare state. **History Today**, London, v. 58, n. 7, p. 44-52, July 2008.

MYRDAL, G. **Aspectos políticos da teoria econômica**. Tradução José Auto. São Paulo: Nova Cultural, 1986. (Coleção Os Economistas).

HANSEN, M. P.; TRIANTAFILLOU, P. The Lisbon strategy and the alignment of economic and social concerns. **Journal of European Social Policy**, London, v. 21, n. 3, p. 197-209, July 2011.

HAAS, E. B. **The uniting of Europe: politica, social, and economic forces, 1950-57**. Stanford: Stanford University Press, 1958.

HAAS, E.B. **Beyond the nation-state: functionalism and international organization**. Stanford: Stanford University Press, 1964.

HAAS, E.B. The study of regional integration: reflections on the joy and anguish of pretheorizing. **International Organization**, Madison, v. 24, n. 4, p. 607-646, Autumn 1970.

HALL, P.A.; SOSKICE, D. **Varieties of capitalism: the institutional foundations of comparative advantage**. New York: Oxford University Press, 2001.

HALLIDAY, F. Globalização e relações internacionais. In: PEIXOTO, J. P. M. **Globalização política e economia: aspectos comparados**. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1999. (Coleção Pensamento Social-Democrata).

HAVERLAND, M. The impact of Europe. The (once) unlikely case of old age pension. In: Biennial Conference of the European Community Studies Association, 7, 2001, Madison. **Archive of European Integration...** Disponível em: <[http://aei.pitt.edu/2097/1/002238\\_1.PDF](http://aei.pitt.edu/2097/1/002238_1.PDF)> Acesso em: 17 jan. 2013.

HAYEK, F.A. **Road to serfdom: with the intellectuals and socialism**. London: IEA, 2005.

HAYEK, F.A. **The constitution of liberty**. London: Routledge, 2006.

HEMERIJCK, A. The self transformation of the European social model(s). In: ESPING-ANDERSEN, G.; GALLIE, D.; HEMERIJCK, A.; MYLES, J. **Why we need a new welfare state**. Oxford: Oxford University Press, 2002. cap. 6.

HENNESSY, P.; WARIN, T. One welfare state for Europe: a costly utopia? **Global Economy Journal**, Athens, v. 4, n. 2, paginação irregular, Dec. 2004.

HOBBS, T. Leviathan. In: TUCK, R. (Ed.). **Hobbes: Leviathan**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

HOBBSAWM, E.J. **Nações e nacionalismo desde 1780**. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

HOBBSAWM, E.J. **Age of extremes: the short twentieth century, 1914-1991**. London: Abacus, 1994.

BLYTH, M.; HOPKIN, J. How many varieties of capitalism? Structural reform and inequality in advanced industrial democracies. In: Annual Meeting of the American Political Science Association. **Conference papers**... Chicago, 2004. Disponível em: <[http://convention2.allacademic.com/one/apsa/apsa04/index.php?cmd=Download+Document&key=unpublished\\_manuscript&file\\_index=2&pop\\_up=true&no\\_click\\_key=true&attachment\\_style=attachment&PHPSESSID=2puskk10ibecuihrhfauvf16](http://convention2.allacademic.com/one/apsa/apsa04/index.php?cmd=Download+Document&key=unpublished_manuscript&file_index=2&pop_up=true&no_click_key=true&attachment_style=attachment&PHPSESSID=2puskk10ibecuihrhfauvf16)> Acesso em: 25 jan. 2013.

HUBER, E.; STEPHENS, J. D. **Development and crisis of the welfare state: parties and policies in global markets**. Chicago: Chicago University Press, 2001.

IVAN, I.R. **Types of welfare states in the European Union**. 2009. Disponível em: <<http://suite101.com/article/types-of-welfare-states-in-the-european-union-a112254>> Acesso em: 16 jan. 2013.

IVERSEN, T. The dynamics of *Welfare State* expansion: trade openness, deindustrialization and partisan politics. In: PIERSON, P. **The new politics of the welfare state**. Oxford, 2001. Disponível em: <[http://scholar.harvard.edu/files/introdyn\\_0.pdf](http://scholar.harvard.edu/files/introdyn_0.pdf)> Acesso em: 14 jan. 2013.

IVERSEN, T.; CUSACK, T. The causes of welfare state expansion: deindustrialization or globalization? **World Politics**, v. 52, n. 3, p. 313-349, April 2000.

JACOBSSON, K. Trying to reform the 'best pupils in class'? The OMC in Sweden and Denmark?. **Workshop on Opening the Open Method of Coordination**, Florens 4-5, July 2003.

JO, N.K. Between the cultural foundations of welfare and welfare attitudes: The possibility of an in-between level conception of culture for the cultural analysis of welfare. **Journal of European Social Policy**, London, v. 5, n. 21, p. 5-19, 2011

JOVANOVIC, M.N. **European economic integration: limits and prospects**. New York: Routledge, 1997.

KEMENY, J. Theories of power in the three worlds of welfare capitalism. **Journal of European Social Policy**, London, v. 5, n. 2, p. 87-96, May 1995.

KEYNES, J.M. **The general theory of employment, interest and money**. Cambridge: Cambridge University Press, 1936.

KITSCHOLT, H.; LANGE, P.; MARKS, G.; STEPHENS, J. D. **Continuity and change in contemporary capitalism**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

KRUGMAN, P.R.; OBSTFELD, M. **Economia internacional: teoria e política**. São Paulo: Makron Books, 1999.

KUHNLE, S. Political reconstruction of the European welfare states. In: CAVANNA, H. (Ed.). **Challenges to the welfare state: internal and external dynamics for change**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 1998.

KUMLIN, S. Blaming Europe: why welfare state dissatisfaction breeds euroscepticism. In: Annual Meeting of the American Political Science Association. **Conference papers...** Chicago, 2004. Disponível em: <[http://convention2.allacademic.com/one/apsa/apsa04/index.php?cmd=Download+Document&key=unpublished\\_manuscript&file\\_index=2&pop\\_up=true&no\\_click\\_key=true&attachment\\_style=attachment&PHPSESSID=lnhl47rfakpug4debs78fviu82](http://convention2.allacademic.com/one/apsa/apsa04/index.php?cmd=Download+Document&key=unpublished_manuscript&file_index=2&pop_up=true&no_click_key=true&attachment_style=attachment&PHPSESSID=lnhl47rfakpug4debs78fviu82)> Acesso em: 22jan. 2013.

KYTE, C. The domestic background: public opinion and party attitudes towards integration in the Nordic countries. In: BAILES, A.J.K.; HEROLF, G.; SUNDELIUS, B. (Eds.). **The Nordic countries and the European security and defense policy**. Solna: Stockholm International Peace Research institute, 2006.

LANDES, D. **The wealth and poverty of nations: why some are so rich and some so poor**. New York: W.W. Norton, 1998.

LEE, R. D.; REHER, D.S. Introduction: the landscape of demographic transition and its aftermath. **Population and Development Review**, Malden, v. 37, p. 1-7, Jan. 2011. Suplemento 1.

LEIBFRIED, S. Social policy. In: WALLACE, H.; WALLACE, W. POLLACK, M. **Policy-making in the European Union**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

LEPIANKA, D.; van OORSCHOT, W.; GELISSEN, J. Popular explanations of poverty: a critical discussion of empirical research. **Journal of Social Policy**, Cambridge, v. 38, n. 3, p. 421-438, 2009. Disponível em: <<https://perswww.kuleuven.be/~u0079125/>> Acesso em: 19 jan. 2013.

LESSA, A. C. **A construção da Europa: a última utopia das relações internacionais**. Brasília: IBRI, 2003.

LOCKE, J. **Segundo tratado sobre o governo civil: ensaio sobre a origem, os limites e os fins verdadeiros do governo civil**. Tradução Magda Lopes e Marisa Lobo da Costa. 3ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

MANKIWI, N.G. **Princípios de macroeconomia**. 5ed. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

MANOW, P. Comparative institutional advantages of welfare state regimes and new coalitions in welfare state reforms. In: PIERSON, P. **The new politics of the welfare state**. Oxford: Oxford University Press, 2001.

MARKS, G.; HOOGHE, L.; BLANK, K. Integration theory, subsidiarity and the internationalisation of issues: the implication for legitimacy. Robert Schuman Centre for Advanced Studies, Florence. **European University Institute Working Papers**, n. 95/7. San Domenico. Disponível em: <[http://www.peacepalacelibrary.nl/ebooks/files/95\\_07.pdf](http://www.peacepalacelibrary.nl/ebooks/files/95_07.pdf)> Acesso em: 20 jan. 2013.

MARIER, P. Where did the bureaucrats go? Role and influence of the public bureaucracy in the Swedish and French pension reform debate. **Governance**, Montreal, v. 18, n. 4, p. 521-544, Oct. 2005.

MARSHALL, T. H. **Social policy**. 4ed. London: Hutchinson, 1975.

MARTIN, C.J.; SWANK, D. Does the organization of capital matter? **American Political Science Review**, Washington, v. 98, n. 4, p. 593-612, 2004.

MATTLI, W. **The logic of regional integration Europe and beyond**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

MEIER, V.; WERDING, M. Ageing and the welfare state: securing sustainability. **Oxford Review and Economic Policy**, Oxford, v. 26, n. 4, p. 655-673, 2010.

MILNER, H. **Sweden: social democracy in practice**. Oxford: Oxford University Press, 1990.

MITCHELL, W. C. **Lectures on types of economic theory**. Ithaca: Cornell University, 1931. 2v.

MITRANY, D. **The functional theory of politics**. London: Martin Robertson, 1975.

MONKS, J. European Court of Justice (ECJ) and social Europe: a divorce based on irreconcilable differences? **Social Europe Journal**, London, v. 4, n. 1, p. 22-26, Autumn 2008. Disponível em: <[http://socialeurope.wpengine.netdna-cdn.com/wp-content/uploads/2012/11/Social Europe-13.pdf](http://socialeurope.wpengine.netdna-cdn.com/wp-content/uploads/2012/11/Social%20Europe-13.pdf)> Acesso em: 19 jan. 2013.

MORAVCSIK, A. Preferences and power in the European community: a liberal intergovernmentalist approach. **Journal of Common Market Studies**, Oxford, v. 31, n. 4, p. 473-524, Dec. 1993.

MORGENTHAU, H. J. **Peace, security & the united nations**. Freeport: Books for Libraries Press, 1973.

MYLES, J. A new social contract for the elderly? In: ESPING-ANDERSEN, G.; GALLIE, D.; HEMERIJCK, A.; MYLES, J. **Why we need a new welfare state**. Oxford: Oxford University Press, 2002. cap. 6.

NEVIN, E. **The economics of Europe**. London: Macmillan Press, 1994.

NOLAN, B.; HAUSER, R.; ZOYEM, J. P. The changing effects of social protection on poverty. In: GALLIE, D.; PAUGAM, S. (Eds.). **Welfare regimes and the experience of unemployment in Europe**. New York: Oxford University Press, 2000.

NORBERG, J. Swedish models: the welfare state and its competitors. **The National Interest**, Washington, n. 84, p. 85-87, Summer 2006.

NORTH, D.C. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

NORTH, D.C. Institutions. **Journal of Economic Perspectives**, Pittsburgh, v. 5, n. 1, p. 97-112, 1991.

NORTH, D.C. **Autobiography: the Sveriges Riksbank prize in economic sciences in memory of Alfred Nobel 1993**. Stockholm: The Nobel Foundation, 1993. Disponível em: <[http://www.nobelprize.org/nobel\\_prizes/economics/laureates/1993/north-autobio.html](http://www.nobelprize.org/nobel_prizes/economics/laureates/1993/north-autobio.html)> Acesso em: 15 jan. 2013.

NYE, J. S. **Peace in parts: integration and conflict in regional organization**. Boston: Little Brown, 1971.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). **OECD Economic Surveys: United Kingdom 2011**. Mar. 2011a. Disponível em: <[http://www.keepeek.com/Digital-Asset-Management/oececonomics/oececonomic-surveys-united-kingdom-2011\\_eco\\_surveys-gbr-2011-en](http://www.keepeek.com/Digital-Asset-Management/oececonomics/oececonomic-surveys-united-kingdom-2011_eco_surveys-gbr-2011-en)> Acesso em: 25 jan. 2013.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). **Pensions at a glance 2011: retirement-income systems in OECD and G20 countries**. Mar. 2011b. Disponível em: <[http://www.keepeek.com/Digital-Asset-Management/oececonomics/finance-and-investment/pensions-at-a-glance-2011\\_pension\\_glance-2011-en](http://www.keepeek.com/Digital-Asset-Management/oececonomics/finance-and-investment/pensions-at-a-glance-2011_pension_glance-2011-en)> Acesso em: 25 jan. 2013.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). Employment rates by age group. In: ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). **OECD Factbook 2011-2012 Economic, Environmental and Social Statistics**. Dec. 2011c. Disponível em: <<http://www.oecd-ilibrary.org/docserver/download/3011041ec059.pdf?expires=1359152442&id=id&accname=guest&checksum=111885F965371AFAB1313F1998EE647F>> Acesso em: 25 jan. 2013.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). Annex Tables: external trade and payment. **OECD Economic Outlook**, n. 2, p. 244-245, Nov. 2012. Disponível em: <[http://www.keepeek.com/Digital-Asset-Management/oececonomics/oececonomic-outlook-volume-2012-issue-2\\_eco\\_outlook-v2012-2-en](http://www.keepeek.com/Digital-Asset-Management/oececonomics/oececonomic-outlook-volume-2012-issue-2_eco_outlook-v2012-2-en)> Acesso em: 25 jan. 2013.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). **Measuring Productivity. Measurement of Aggregate and Industry-Level Productivity Growth.** OECD Manual, 2001.

OKUN, A.M. **Equality and efficiency, the big tradeoff.** Washington DC: Brookings Institution, 1975.

PADGETT, S.; PATTERSON, W.E. **A history of social democracy in post-war Europe.** London: Longman, 1991.

PALIER, B. 'Defrosting' the French welfare state. In: FERRERA, M.; RHODES, M. (Eds.). **Recasting European welfare states.** London: Frank Cass Publishers, 2000.

PALIER, B. The Europeanisation of welfare reforms. In: **Annual The European Network for Social Policy Analysis**, 1. Copenhagen, 2003. Disponível em: <<http://www.sfi.dk/graphics/ESPAnet/papers/Palier.pdf>> Acesso em: 19 jan. 2013.

PATTERSON, W. E.; CAMPBELL, I. **Social democracy in post-war Europe.** London: Macmillan Press, 1974.

PEDERSEN, S. **Family, dependence, and the origins of the welfare state: Britain and France.** Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

PESTIEAU, P. **The welfare state in the European Union: economic and social perspectives.** Oxford: Oxford University Press, 2006.

PFAU-EFFINGER, B. Culture and welfare state policies: reflections on a complex interrelation. **Journal of Social Policy**, Cambridge, v. 34, n. 1, p. 3–20, Jan. 2005.

PIERSON, P. The new politics of the welfare state. **World Politics**, v. 48, n. 2, p. 143-179 Jan. 1996.

PIERSON, P. Coping with permanent austerity: welfare state restructuring in affluent democracies. In: PIERSON, P. **The new politics of the welfare state.** Oxford: Oxford University Press, 2001.

PIERSON, P. **The modern state.** 2ed. London: Routledge, 2004.

PIERSON, C.; CASTLES, F.G. **The welfare state reader.** 2ed. Cambridge: Polity, 2006.

POWELL, M. (Ed.). **New labour, new welfare state? The 'third way' in British social policy.** Bristol: The Policy Press, 1999.

RADAELLI, C. The domestic impact of EU public policy: notes on concepts, methods, and the challenge of empirical research. **Politique Européenne**, n. 5, p. 105-136, Nov. 2002/1. Disponível em: <[http://www.cairn.info/load\\_pdf.php?ID\\_ARTICLE=POEU\\_005\\_0105](http://www.cairn.info/load_pdf.php?ID_ARTICLE=POEU_005_0105)> Acesso em: 25 jan. 2013.

RAWLS, J. **A theory of justice.** Oxford: Clarendon Press, 1972.

RAWLS, J. Justiça como equidade: uma concepção política, não metafísica. **Lua Nova**, São Paulo, n. 25, p. 25-59, 1992.

POLLACK, D. **Politischer protest: politisch alternative gruppen in der DDR**. Opladen: Leske Budrich, 2000.

RHODES, M. Challenge to welfare: external constraints. In: PIERSON, C.; CASTLES, F. (Eds.). **The welfare state – a reader**. Oxford: Polity, 2000.

RODRIK, D. Trade, social insurance, and the limits to globalization. **National Bureau of Economic Research**, n. 5905, 1997. Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w5905.pdf>> Acesso em: 19 jan. 2013.

RODRIK, D. Globalisation, social conflict and economic growth. **The World Economy**, v. 21, n. 2, p. 143-158, Mar. 1998.

ROJAS, M. **Sweden after the Swedish Model. From Tutorial to Enabling State**. Stockholm: Timbro Publishers, 2005.

ROSAMOND, B. Discourses of globalization and European identities. In: CHRISTIANSEN, T.; JØRGENSEN, K.E.; WIENER, A. (Eds.). **The social construction of Europe**. London: Sage, 2001.

ROSANVALLON, P. **A nova questão social: repensando o estado – providência**. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998.

ROUSSEAU, J.J. **Do contrato social**. Tradução Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2002.

RUGGIE, J.; KATZENSTEIN, P.J.; KEOHANE, R.O.; SCHMITTER, P. C. Transformation in world politics: the intellectual contributions of Ernst B. Haas. **Annual Review of Political Science**, v. 8, p. 271-96, June 2005.

SAPIR, A. Trade liberalization and the harmonization of social policies: lessons from European integration. In: BHAGWATI, J.N.; HUDEC, R.E. (Eds.). **Fair trade and harmonization: prerequisites for free trade?** Cambridge: Massachusetts Institute of Technology, 1996. v. 1. cap. 15.

SAVILLE, J. The welfare state: an historical approach. **The New Reasoner**, n. 3, p. 5-25, Winter 1957-58.

SCHARPF, F.W. Economic integration, democracy and the welfare state. **Max-Planck-Institut für Gesellschaftsforschung Working Paper, Köln**, n. 96/2, July 1996. Disponível em: <<http://www.mpifg.de/pu/workpap/wp96-2/wp96-2.html>> Acesso em: 19 jan. 2013.

SCHARPF, F. W. The viability of advanced welfare states in the international economy: vulnerabilities and options. **Max-Planck-Institut für Gesellschaftsforschung Working Paper, Köln**, n. 99/9, Sept. 1999. Disponível em: <<http://www.mpifg.de/pu/workpap/wp99-9/wp99-9.html>> Acesso em: 16 jan. 2013.

SCHARPF, F.W. European governance: common concerns vs. the challenge of diversity. **Max-Planck-Institut für Gesellschaftsforschung Working Paper, Köln**, n. 01/6, Sept. 2001. Disponível em: <<http://www.mpi-fg-koeln.mpg.de/pu/workpap/wp01-6/wp01-6.html>> Acesso em: 19 jan. 2013.

SCHARPF, F.W. The European social model. **Journal of Common Market Studies**, Oxford, v. 40, n. 4, p. 645-670, Nov. 2002.

SCHARPF, F.W. The joint-decision trap revisited. **Journal of Common Market Studies**, Oxford, v. 44, n. 4, p. 845-864, Nov. 2006.

SCHARPF, F.W. The only solution is to refuse to comply with ECJ rulings. **Social Europe Journal**, London, v. 4, n. 1, p. 16-21, 2008. Disponível em: <<http://socialeurope.wpengine.netdna-cdn.com/wp-content/uploads/2012/11/SocialEurope-13.pdf>> Acesso em: 16 jan. 2013.

SHELLER, H.K. **The European Central Bank: history, role and functions**. 2ed. Frankfurt: European Central Bank, 2006. Disponível em: <<http://www.ecb.int/pub/pdf/other/ecbhistoryrolefunctions2006en.pdf>> Acesso em 26 jan. 2013.

SCHWARTZ, H. Round up the usual suspects! Globalization, domestic politics, and welfare state change. In: PIERSON, P. **The new politics of the welfare state**. Oxford: Oxford University Press, 2001.

SCHMIDT, V. From historical institutionalism to discursive institutionalism: explaining institutional change in political economy. In: Annual Meeting of the American Political Science Association. **Conference papers**... Boston, 2008. Disponível em: <[http://convention2.allacademic.com/one/apsa/apsa08/index.php?cmd=Download+Document&key=unpublished\\_manuscript&file\\_index=2&pop\\_up=true&no\\_click\\_key=true&attachment\\_style=attachment&PHPSESSID=2cc7f4ld9jc7nle8sbi4bea7m3](http://convention2.allacademic.com/one/apsa/apsa08/index.php?cmd=Download+Document&key=unpublished_manuscript&file_index=2&pop_up=true&no_click_key=true&attachment_style=attachment&PHPSESSID=2cc7f4ld9jc7nle8sbi4bea7m3)> Acesso em: 25 jan. 2013.

SCHMITT, C.; STARKE, P. Explaining convergence of OECD welfare states: a conditional approach. **Journal of European Social Policy**, London, v. 21, n. 2, p. 120-135, May 2011.

SCHMMITER, P. C. The emerging Europolity and its impact upon national systems of production. In: HOLLINGSWORTH, J.R.; BOYER, R. (Eds.). **Contemporary capitalism: the embeddedness of institutions**. New York: Cambridge University Press, 1997.

SCHMITTER, P.C. Ernst B. Haas and the legacy of neofunctionalism. **Journal of European Public Policy**, v. 12, n. 2, p. 255-272, 2005.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção Os Economistas).

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SHAPIRO, I. **Distributive justice and the welfare state**. Video: Lecture 17. Open Yale Courses, 2010. Disponível em: <<http://oyc.yale.edu/politica-science/plsc-118/lecture-17>> Acesso em: 25 jan. 2013.

SITTER, N. The politics of opposition and European integration in Scandinavia: is euro-scepticism a government-opposition dynamic? **West European Politics**, v. 24, n. 4, p. 22-39, Oct. 2001.

SMITH, A. **A riqueza das nações: investigação sobre a sua natureza e suas causas**. Tradução Luiz João Baraúna. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SNOWDON, B.; VANE, H. R. **Modern macroeconomics: its origins, development and current state**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2005.

STEINMO, S. The new institutionalism. In: CLARK, B.; FOWERAKER, J. (Eds.). **The encyclopedia of democratic thought**. London: Routledge, 2001.

STRYKER, R. Globalization and the welfare state. **International Journal of Sociology and Social Policy**, v. 18, n. 2/4, p. 1-49, 1998.

SWANK, D. **Global capital, political institutions, and policy change in developed welfare states**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

TAUBE, M. The rejection of the collectivist machine. **Modern Age**, Wilmington, v. 40, n. 2, p. 223-226, Mar. 1998.

TAWNEY, R. H. **Equality**. New South Wales: Allen & Unwin, 1964.

THE ECONOMIST. **The French model: vive la différence! Briefing, May 2009**. Disponível em: <<http://www.economist.com/node/13610197>> Acesso em: 19 jan. 2013.

THERBORN, G. Sweden. In: PFALLER, A.; GOUGH, I.; THERBORN, G. (Eds.). **Can the welfare state compete? A comparative study of five advanced capitalist countries**. Chippenham: Macmillan Press, 1991.

THUROW, L. C. **O futuro do capitalismo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

TIEMANN, A. stability of Gosta Esping-Andersen's "The three worlds of welfare capitalism". **Luxembourg Income Study Working Paper Series**, n. 449, Sept. 2006. Disponível em: <<http://www.lisproject.org/publications/liswps/449.pdf>> Acesso em: 16 jan. 2013.

TILTON, T. **The political theory of Swedish social democracy**. Oxford: Clarendon Press, 1990.

TITMUSS, R. M. **Essays on 'the welfare state'**. London: George Allen & Unwin, 1958.

TRAGARDH, L. Sweden and the specter of the European Union. In: HANSEN, L.; WAEVER, O. (Eds.). **European integration and national identity: the challenge of the Nordic states**. New York: Routledge, 2012. cap. 5.

van KERSBERGEN, K. An institutionalist explanation of welfare state reform in continental Europe? **Journal of European Social Policy**, London, v. 22, n. 1, p. 92-94, Feb. 2012.

van OORSCHOT, W. Why pay for welfare? **The Netherlands Journal of Social Sciences**, v. 36, n. 1, p. 15-36, 2000. Disponível em: <<http://arno.uvt.nl/show.cgi?fid=67145>> Acesso em: 25 jan. 2000.

van OORSCHOT, W. Making the difference in social Europe: deservingness perceptions among citizens of European welfare states. **Journal of European Social Policy**, London, v. 16, n. 1, 23-42, 2006.

van OORSCHOT, W.; REESKENS, T.; B. MEULEMAN. Popular perceptions of welfare state consequences: a multilevel, cross-national analysis of 25 European countries. **Journal of European Social Policy**, London, v. 22, n. 2, p. 181-197, 2012.

van PARIJS, P. **O que é uma sociedade justa? Introdução à prática da filosofia política**. Tradução Cíntia Ávila de Carvalho. São Paulo: Editora Ática, 1997.

van PARIJS, P. **What's wrong with a free lunch?** Boston: Beacon Press, 2001.

VANDENBROUCKE, F. The active welfare state: a social-democratic ambition for Europe. 2001. Disponível em: <<http://oud.frankvandenbroucke.be/html/soc/PU010213.htm>> Acesso em: 19 jan. 2013.

VANDENBROUCKE, F. The EU and social protection: what should the European convention propose? **Max-Planck-Institut für Gesellschaftsforschung Working Paper, Köln**, n. 02/6, June 2002. Disponível em: <<http://www.mpi-fg-koeln.mpg.de/pu/workpap/wp02-6/wp02-6.html>> Acesso em: 25 jan. 2013.

VAUCHEZ, A. Integration through law: contribution to a socio-history of EU political commonsense. Robert Schuman Centre for Advanced Studies, Florence. **European University Institute Working Papers**, n. 2008/10. Disponível em: <[http://www.eui.eu/RSCAS/WP-Texts/08\\_10.pdf](http://www.eui.eu/RSCAS/WP-Texts/08_10.pdf)> Acesso em: 21 jan. 2013.

VEBLEN, T. **The theory of the leisure class: an economic study of institutions**. New York: Macmillan, 1899.

VENESSON, P. European worldviews: ideas and the European Union in world politics. **Robert Schuman Center for Advanced Studies of the European University Institute Working Papers**, n. 2007/07. Disponível em: <<http://cadmus.eui.eu/bitstream/handle/1814/6749/RSCAS-2007-07.pdf?sequence=1>> Acesso em: 19 jan. 2013.

VILROKX, J.; SCHAMPHELEIRE, J. Belgian social policy inspired by new active welfare state approach. **European Industrial Relations Observatory On-line**, London, Jan. 2000. Disponível online: <<http://www.eurofound.europa.eu/eiro/2000/01/feature/be0001304f.htm>> Acesso em: 17 jan. 2013.

VISSER, J. From keynesianism to the third way: labour relations and social policy in postwar Western Europe. **Economic and Industrial Democracy**, Uppsala, v. 21, n. 4, p. 421-456, Nov. 2000.

WALLACE, W. **The dynamics of European integration**. New York: Columbia University Press, 1990.

WALTZ, K. N. **Theory of international politics**. New York: Random House, 1979.

WAPSHOTT, N. **Keynes Hayek: The Clash that Defined Modern Economics**. W.W. Norton & Company, 2012

WEDDERBURN, D. Facts and Theories of the welfare state. **The Socialist Register**, London, v. 2, p. 127-146, Jan. 1965.

WEBB, B. **The charter of the poor**. London: Christian Commonwealth Company, 1909.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 2 ed. São Paulo: Pioneira, 2008.

WILDEBOER SCHUT, J. M.; VROOMAN, J. C.; de BEER, P. T. **Worlds of welfare: institutions and their effects in eleven states**. Amsterdam: Aksant Academic Publishers, 2001.

WILLIAMSON, O. E. Economic institutions: spontaneous and intentional governance. **Journal of Law, Economics, & Organization**, New Haven, v. 7, 159-187. 1991.

WILLIAMSON, O. E. The new institutional economics: taking stock, looking ahead. **Journal of Economic Literature**, Pittsburgh, v. 38, n. 3, p. 595-613, Sept. 2000.

WILTHAGEN, T. Flexicurity: a new paradigm for labour market policy reform? Discussion paper, Wissenschaftszentrum Berlin für Sozialforschung, Forschungsschwerpunkt: Arbeitsmarkt und Beschäftigung. **Abteilung: Arbeitsmarktpolitik und Beschäftigung**, n. FSI 98-202. 1998. Disponível em: <<http://www.econstor.eu/bitstream/10419/43913/1/24640552X.pdf>> Acesso em: 25 jan. 2013.

WOOD, S. Labour market regimes under threat? Sources of continuity in Germany, Britain, and Sweden. In: PIERSON, P. **The new politics of the welfare state**. Oxford: Oxford University Press, 2001.

## ANEXO A

Tabela 8 – Inflação em Economias Seleccionadas, 1961-2011 (em %)

<b>Ano</b>	<b>Países</b>	<b>França</b>	<b>Suécia</b>	<b>Reino Unido</b>	<b>UE</b>	<b>OECD</b>
<b>1961</b>		2,4	2,2	-	2,0	1,9
<b>1962</b>		5,2	4,8	-	3,9	4,1
<b>1963</b>		4,9	2,9	-	2,9	2,9
<b>1964</b>		3,2	3,4	-	3,4	3,4
<b>1965</b>		2,7	5,0	-	4,4	4,4
<b>1966</b>		2,6	6,4	-	3,9	4,2
<b>1967</b>		2,8	4,3	-	3,2	3,6
<b>1968</b>		4,6	1,9	-	3,7	3,7
<b>1969</b>		6,0	2,7	-	2,7	3,5
<b>1970</b>		5,8	7,0	-	4,5	5,8
<b>1971</b>		5,4	7,4	-	5,5	6,3
<b>1972</b>		6,1	6,0	-	6,0	6,5
<b>1973</b>		7,4	6,7	-	7,8	8,8
<b>1974</b>		13,6	9,9	-	13,6	15,1
<b>1975</b>		11,7	9,8	-	10,7	12,8
<b>1976</b>		9,6	10,3	-	9,6	10,3
<b>1977</b>		9,5	11,5	-	10,0	11,1
<b>1978</b>		9,3	9,9	-	7,8	8,9
<b>1979</b>		10,6	7,2	-	9,0	9,6
<b>1980</b>		13,5	13,7	-	13,5	13,5
<b>1981</b>		13,3	12,1	-	12,0	13,3
<b>1982</b>		12,0	8,6	-	9,6	11,1
<b>1983</b>		9,5	8,9	-	8,7	8,7
<b>1984</b>		7,7	8,1	-	7,7	7,1
<b>1985</b>		5,8	7,4	-	5,8	5,9
<b>1986</b>		2,5	4,2	-	3,3	4,2

Continuação Tabela

<b>Países</b>	<b>França</b>	<b>Suécia</b>	<b>Reino Unido</b>	<b>UE</b>	<b>OECD</b>
<b>Ano</b>					
<b>1987</b>	3,3	4,2	-	3,6	4,4
<b>1988</b>	2,7	5,8	-	4,0	5,1
<b>1989</b>	3,5	6,4	5,2	5,2	5,7
<b>1990</b>	3,4	10,5	7,0	6,1	6,3
<b>1991</b>	3,2	9,3	7,5	5,5	5,7
<b>1992</b>	2,4	2,3	4,3	4,7	4,0
<b>1993</b>	2,1	4,6	2,5	4,6	3,6
<b>1994</b>	1,7	2,2	2,0	4,7	2,7
<b>1995</b>	1,8	2,5	2,7	4,4	2,8
<b>1996</b>	2,0	0,5	2,5	3,1	2,5
<b>1997</b>	1,2	0,5	1,8	2,2	2,0
<b>1998</b>	0,6	-0,1	1,6	2,4	1,9
<b>1999</b>	0,5	0,5	1,3	2,1	2,1
<b>2000</b>	1,7	1,0	0,8	3,1	3,1
<b>2001</b>	1,6	2,4	1,2	2,9	3,0
<b>2002</b>	1,9	2,2	1,3	2,4	2,5
<b>2003</b>	2,1	1,9	1,4	2,1	2,1
<b>2004</b>	2,1	0,4	1,3	2,3	2,2
<b>2005</b>	1,7	0,5	2,0	2,5	2,3
<b>2006</b>	1,7	1,4	2,3	2,5	2,3
<b>2007</b>	1,5	2,2	2,3	2,5	2,4
<b>2008</b>	2,8	3,4	3,6	4,2	4,1
<b>2009</b>	0,1	-0,5	2,2	0,9	0,9
<b>2010</b>	1,5	1,2	3,3	1,8	1,8
<b>2011</b>	2,1	3,0	4,5	3,3	3,3

## ANEXO B

Tabela 9 – Superávit/Déficit (em% do PIB)

<b>Ano</b>	<b>Países</b>	<b>França</b>	<b>Suécia</b>	<b>Reino Unido</b>	<b>UE</b>	<b>OECD</b>
<b>1995</b>		-5,2	-7,0	-5,5	-6,6	-
<b>1996</b>		-4,0	-3,0	-4,1	-3,8	-
<b>1997</b>		-3,4	-1,2	-2,0	-2,3	-
<b>1998</b>		-2,8	1,1	0,2	-1,6	-
<b>1999</b>		-2,0	1,1	1,1	-0,8	-
<b>2000</b>		-1,6	3,5	3,9	0,8	-
<b>2001</b>		-1,7	1,8	0,8	-1,0	0,0
<b>2002</b>		-3,4	-0,9	-2,0	-2,0	-1,9
<b>2003</b>		-4,1	-0,9	-3,5	-2,6	-2,8
<b>2004</b>		-3,5	0,4	-3,2	-2,4	-2,6
<b>2005</b>		-2,8	1,5	-3,0	-2,1	-2,4
<b>2006</b>		-2,2	2,1	-2,7	-1,3	-1,1
<b>2007</b>		-2,3	3,4	-2,7	-0,9	-1,3
<b>2008</b>		-2,9	2,4	-4,7	-2,0	-3,0
<b>2009</b>		-7,3	-0,8	-11,0	-6,0	-7,6
<b>2010</b>		-7,0	-0,2	-10,0	-5,7	-7,2

## ANEXO C

Tabela 10 – Crescimento do PIB (em %)

<b>Países</b> <b>Ano</b>	<b>França</b>	<b>Suécia</b>	<b>Reino Unido</b>	<b>UE</b>	<b>OECD</b>
<b>1961</b>	5,5	5,7	2,6	5,3	4,7
<b>1962</b>	6,7	4,3	1,3	4,7	5,9
<b>1963</b>	5,3	5,3	4,0	5,0	5,4
<b>1964</b>	6,5	6,8	5,0	5,5	6,8
<b>1965</b>	4,8	3,8	2,8	4,5	5,7
<b>1966</b>	5,2	2,1	2,0	4,1	6,4
<b>1967</b>	4,7	3,4	2,3	4,3	4,7
<b>1968</b>	4,3	3,6	4,0	5,0	6,4
<b>1969</b>	7,0	5,0	2,1	5,5	5,8
<b>1970</b>	5,7	6,0	6,9	5,9	2,1
<b>1971</b>	5,3	0,9	2,0	3,3	3,8
<b>1972</b>	4,5	2,3	3,6	4,5	5,7
<b>1973</b>	6,6	4,0	7,3	6,3	6,4
<b>1974</b>	4,7	3,2	-1,7	2,3	0,8
<b>1975</b>	-1,1	2,6	-0,7	-0,6	0,5
<b>1976</b>	4,4	1,1	2,8	4,5	4,8
<b>1977</b>	3,6	-1,6	2,4	2,8	3,9
<b>1978</b>	3,9	1,8	3,4	3,1	4,6
<b>1979</b>	3,4	3,8	2,7	3,7	3,9
<b>1980</b>	1,6	1,7	-2,2	1,4	1,3
<b>1981</b>	1,0	-0,2	-1,3	0,2	2,2
<b>1982</b>	2,4	1,2	2,1	1,1	0,3
<b>1983</b>	1,2	1,8	3,6	1,8	2,9
<b>1984</b>	1,5	4,3	2,7	2,6	4,8
<b>1985</b>	1,6	2,2	3,6	2,5	4,0
<b>1986</b>	2,3	2,9	4,0	2,8	3,0

Continuação Tabela

<b>Países</b>						
<b>Ano</b>	<b>França</b>	<b>Suécia</b>	<b>Reino Unido</b>	<b>UE</b>	<b>OECD</b>	
<b>1987</b>	2,4	3,5	4,6	2,8	3,4	
<b>1988</b>	4,7	2,7	5,0	4,2	4,8	
<b>1989</b>	4,2	2,8	2,3	3,5	3,9	
<b>1990</b>	2,6	1,0	0,8	2,8	3,2	
<b>1991</b>	1,0	-1,1	-1,4	1,2	1,3	
<b>1992</b>	1,5	-1,2	0,1	0,9	2,0	
<b>1993</b>	-0,7	-2,1	2,2	-0,2	1,4	
<b>1994</b>	2,2	4,0	4,3	2,9	3,1	
<b>1995</b>	2,0	3,9	3,0	2,7	2,5	
<b>1996</b>	1,1	1,6	2,9	1,9	3,0	
<b>1997</b>	2,2	2,7	3,3	2,8	3,4	
<b>1998</b>	3,4	4,2	3,5	2,9	2,4	
<b>1999</b>	3,3	4,7	3,2	3,0	3,2	
<b>2000</b>	3,7	4,5	4,2	3,9	3,9	
<b>2001</b>	1,8	1,3	2,9	2,1	1,3	
<b>2002</b>	0,9	2,5	2,4	1,3	1,5	
<b>2003</b>	0,9	2,3	3,8	1,5	2,0	
<b>2004</b>	2,5	4,2	2,9	2,5	3,1	
<b>2005</b>	1,8	3,2	2,8	2,1	2,5	
<b>2006</b>	2,5	4,3	2,6	3,3	2,9	
<b>2007</b>	2,3	3,3	3,6	3,2	2,6	
<b>2008</b>	-0,1	-0,6	-1,0	0,3	0,0	
<b>2009</b>	-3,1	-5,0	-4,0	-4,3	-3,9	
<b>2010</b>	1,7	6,6	1,8	2,2	3,2	
<b>2011</b>	1,7	3,9	0,8	1,5	1,5	

## ANEXO D

Tabela 11 – Número de chegada de imigrantes

<b>Países</b> <b>Ano</b>	<b>França</b>	<b>Suécia</b>	<b>Reino Unido</b>	<b>UE</b>
<b>1999</b>	-	49,8	354,1	-
<b>2000</b>	-	58,7	364,4	-
<b>2001</b>	-	60,8	372,2	-
<b>2002</b>	-	64,1	385,9	-
<b>2003</b>	236,0	63,8	431,5	-
<b>2004</b>	225,6	62,0	518,1	3400,0
<b>2005</b>	219,5	65,2	496,5	3300,0
<b>2006</b>	219,4	95,8	529,0	3500,0
<b>2007</b>	209,8	99,5	526,7	4000,0
<b>2008</b>	216,9	101,2	590,2	3800,0
<b>2009</b>	-	102,3	566,5	-
<b>2010</b>	251,2	98,8	591,0	-

ANEXO E

Tabela 12 – Número de Imigrantes em 2009

	Total de imigrantes		Nacionais		Não-nacionais				
	(1000)	(%)	(1000)	(%)	Total	Cidadãos de outros países-membros da UE	Cidadãos de outros países não-membros	(%)	
<b>França</b>	521,2	101,6	40,5	149,5	59,5	61,2	24,4	88,4	35,2
<b>Suécia</b>	98,8	19,8	20,2	78,7	79,6	24,2	24,4	54,5	55,2
<b>Reino Unido</b>	591,0	93,3	15,8	497,6	84,2	176	29,8	321,7	54,4
<b>União Europeia</b>	3100	600	21	2500	79	1000	31	1500	48

## ANEXO F

Tabela 13 – População dos 15 aos 64 anos (porcentagem)

<b>Ano</b>	<b>Países</b>	<b>França</b>	<b>Suécia</b>	<b>Reino Unido</b>	<b>UE</b>	<b>OECD</b>
<b>1961</b>		62,0	66,0	64,9	64,5	61,8
<b>1962</b>		61,9	66,2	64,9	64,4	61,8
<b>1963</b>		61,9	66,3	64,8	64,3	61,7
<b>1964</b>		62,1	66,4	64,7	64,3	61,7
<b>1965</b>		62,2	66,4	64,6	64,2	61,8
<b>1966</b>		62,3	66,4	64,4	64,1	61,8
<b>1967</b>		62,3	66,3	64,2	64,0	61,8
<b>1968</b>		62,3	66,2	63,9	63,9	61,9
<b>1969</b>		62,3	66,0	63,5	63,8	61,9
<b>1970</b>		62,3	65,7	63,2	63,7	62,0
<b>1971</b>		62,3	65,5	62,9	63,6	62,1
<b>1972</b>		62,3	65,2	62,7	63,6	62,2
<b>1973</b>		62,4	64,9	62,6	63,6	62,3
<b>1974</b>		62,4	64,6	62,5	63,6	62,4
<b>1975</b>		62,5	64,4	62,5	63,6	62,6
<b>1976</b>		62,6	64,2	62,6	63,7	62,8
<b>1977</b>		62,7	64,1	62,8	63,8	63,0
<b>1978</b>		62,9	64,0	63,1	63,9	63,2
<b>1979</b>		63,1	64,0	63,4	64,0	63,4
<b>1980</b>		63,4	64,1	63,7	64,2	63,6
<b>1981</b>		63,7	64,1	64,1	64,5	63,9
<b>1982</b>		64,1	64,2	64,4	64,9	64,2
<b>1983</b>		64,6	64,3	64,8	65,3	64,5
<b>1984</b>		65,1	64,4	65,2	65,8	64,8
<b>1985</b>		65,5	64,5	65,5	66,2	65,0
<b>1986</b>		65,9	64,6	65,6	66,5	65,3

Continuação Tabela

<b>Países</b>					
<b>Ano</b>	<b>França</b>	<b>Suécia</b>	<b>Reino Unido</b>	<b>UE</b>	<b>OECD</b>
<b>1987</b>	66,1	64,6	65,7	66,8	65,6
<b>1988</b>	66,1	64,5	65,6	66,8	65,7
<b>1989</b>	66,0	64,4	65,4	66,8	65,8
<b>1990</b>	65,9	64,3	65,3	66,8	65,9
<b>1991</b>	65,8	64,1	65,1	66,8	66,0
<b>1992</b>	65,7	64,0	65,0	66,9	66,0
<b>1993</b>	65,5	63,8	64,8	66,9	66,0
<b>1994</b>	65,4	63,7	64,8	66,9	66,0
<b>1995</b>	65,3	63,7	64,7	66,9	66,1
<b>1996</b>	65,2	63,7	64,7	67,0	66,2
<b>1997</b>	65,2	63,8	64,8	67,0	66,2
<b>1998</b>	65,1	64,0	64,9	67,1	66,3
<b>1999</b>	65,1	64,2	65,0	67,1	66,4
<b>2000</b>	65,1	64,4	65,2	67,2	66,5
<b>2001</b>	65,1	64,6	65,4	67,2	66,6
<b>2002</b>	65,1	64,8	65,6	67,2	66,7
<b>2003</b>	65,1	65,0	65,8	67,2	66,7
<b>2004</b>	65,1	65,2	65,9	67,3	66,8
<b>2005</b>	65,1	65,3	66,1	67,3	66,8
<b>2006</b>	65,2	65,5	66,2	67,3	66,9
<b>2007</b>	65,2	65,5	66,2	67,3	66,9
<b>2008</b>	65,1	65,6	66,2	67,3	66,9
<b>2009</b>	65,0	65,5	66,2	67,2	66,8
<b>2010</b>	64,8	65,2	66,0	67,0	66,7
<b>2011</b>	64,6	64,9	65,8	66,8	66,5

## ANEXO G

Tabela 14 – População acima dos 65 anos (porcentagem)

<b>Ano</b> \ <b>Países</b>	<b>França</b>	<b>Suécia</b>	<b>Reino Unido</b>	<b>UE</b>	<b>OECD</b>
<b>1961</b>	11,6	12,0	11,7	9,9	8,4
<b>1962</b>	11,7	12,1	11,8	10,0	8,5
<b>1963</b>	11,8	12,3	11,9	10,1	8,6
<b>1964</b>	11,9	12,4	12,0	10,3	8,7
<b>1965</b>	12,0	12,5	12,1	10,5	8,8
<b>1966</b>	12,1	12,7	12,2	10,6	8,9
<b>1967</b>	12,2	12,8	12,3	10,8	9,0
<b>1968</b>	12,4	13,0	12,5	11,0	9,1
<b>1969</b>	12,6	13,2	12,6	11,2	9,2
<b>1970</b>	12,7	13,4	12,8	11,4	9,3
<b>1971</b>	12,9	13,7	13,0	11,6	9,5
<b>1972</b>	13,0	13,9	13,2	11,8	9,6
<b>1973</b>	13,1	14,2	13,4	12,0	9,7
<b>1974</b>	13,2	14,5	13,6	12,2	9,8
<b>1975</b>	13,3	14,8	13,8	12,4	10,0
<b>1976</b>	13,5	15,1	14,0	12,6	10,1
<b>1977</b>	13,6	15,4	14,2	12,8	10,2
<b>1978</b>	13,8	15,6	14,5	13,0	10,4
<b>1979</b>	13,9	15,9	14,6	13,1	10,5
<b>1980</b>	14,0	16,1	14,8	13,3	10,7
<b>1981</b>	13,9	16,3	14,9	13,3	10,7
<b>1982</b>	13,8	16,5	15,0	13,3	10,8
<b>1983</b>	13,5	16,7	15,0	13,2	10,8
<b>1984</b>	13,2	16,9	15,0	13,0	10,7
<b>1985</b>	13,0	17,1	15,1	12,9	10,7
<b>1986</b>	12,9	17,2	15,1	12,9	10,8

Continuação Tabela

<b>Países</b>						
<b>Ano</b>	<b>França</b>	<b>Suécia</b>	<b>Reino Unido</b>	<b>UE</b>	<b>OECD</b>	
<b>1987</b>	13,2	17,5	15,3	13,1	11,0	
<b>1988</b>	13,4	17,7	15,5	13,4	11,2	
<b>1989</b>	13,7	17,7	15,6	13,6	11,4	
<b>1990</b>	14,0	17,8	15,7	13,8	11,6	
<b>1991</b>	14,3	17,8	15,8	14,0	11,7	
<b>1992</b>	14,5	17,7	15,8	14,2	11,9	
<b>1993</b>	14,7	17,6	15,8	14,4	12,0	
<b>1994</b>	15,0	17,5	15,8	14,6	12,2	
<b>1995</b>	15,2	17,5	15,8	14,8	12,3	
<b>1996</b>	15,4	17,4	15,8	15,0	12,4	
<b>1997</b>	15,6	17,3	15,8	15,2	12,6	
<b>1998</b>	15,8	17,3	15,8	15,3	12,7	
<b>1999</b>	15,9	17,2	15,8	15,5	12,8	
<b>2000</b>	16,1	17,2	15,8	15,7	13,0	
<b>2001</b>	16,2	17,2	15,8	15,9	13,1	
<b>2002</b>	16,3	17,1	15,8	16,1	13,3	
<b>2003</b>	16,3	17,1	15,9	16,3	13,4	
<b>2004</b>	16,4	17,2	15,9	16,5	13,6	
<b>2005</b>	16,4	17,3	16,0	16,7	13,8	
<b>2006</b>	16,5	17,4	16,1	16,9	13,9	
<b>2007</b>	16,5	17,5	16,1	17,0	14,1	
<b>2008</b>	16,5	17,7	16,2	17,1	14,2	
<b>2009</b>	16,6	18,0	16,4	17,2	14,4	
<b>2010</b>	16,8	18,2	16,6	17,4	14,6	
<b>2011</b>	17,1	18,6	16,8	17,6	14,9	

## ANEXO H

Tabela 15 – Migração (número de pessoas)

<b>Países</b>	<b>França</b>	<b>Suécia</b>	<b>Reino Unido</b>	<b>UE</b>	<b>OECD</b>
<b>1960</b>	810407	38892	69966	-1376587	1812069
<b>1965</b>	1392537	74097	142563	1467637	2939334
<b>1970</b>	484550	130163	-84853	86889	2612914
<b>1975</b>	543213	19440	106415	2027794	4705395
<b>1980</b>	254057	83242	39119	1547818	4335209
<b>1985</b>	289351	26596	-97495	130076	2977687
<b>1990</b>	278191	132345	98758	1738771	5831700
<b>1995</b>	122890	150766	205443	4261486	9621326
<b>2000</b>	187847	49070	429416	2888111	11582440
<b>2005</b>	765842	155394	968350	8392093	14348437
<b>2010</b>	500001	265649	1020211	7887689	14329878

## ANEXO I

Tabela 16 – Dívida do governo central (% do PIB)

<b>Países</b>	<b>França</b>	<b>Suécia</b>	<b>Reino Unido</b>	<b>UE</b>	<b>OECD</b>
<b>1995</b>	58,4	84,7	50,9	61,8	60,1
<b>1996</b>	61,5	89,2	50,6	62,9	62,6
<b>1997</b>	65,1	86,7	51,6	64,0	62,8
<b>1998</b>	65,7	86,3	52,5	62,6	62,6
<b>1999</b>	62,2	75,8	47,6	58,5	58,4
<b>2000</b>	61,5	68,2	45,5	57,5	55,1
<b>2001</b>	61,3	57,2	40,7	51,1	51,1
<b>2002</b>	65,5	54,7	41,1	51,6	48,9
<b>2003</b>	69,5	53,2	41,6	49,2	48,3
<b>2004</b>	71,4	52,7	44,0	48,2	47,1
<b>2005</b>	72,9	53,1	46,1	48,8	46,1
<b>2006</b>	68,5	46,6	46,1	46,0	46,0
<b>2007</b>	67,4	40,8	47,0	42,0	42,0
<b>2008</b>	73,3	39,0	57,3	49,5	44,6
<b>2009</b>	84,3	44,0	73,0	56,4	53,1
<b>2010</b>	88,4	39,2	82,7	58,6	55,6

## ANEXO J

Tabela 17 – Proporção de pessoas acima de 64 anos em relação aos de 15-64 (em%)

<b>Ano</b>	<b>Países</b>	<b>França</b>	<b>Suécia</b>	<b>Reino Unido</b>	<b>UE</b>	<b>OECD</b>
<b>1961</b>		18,8	18,1	18,1	15,3	13,7
<b>1962</b>		18,9	18,3	18,2	15,5	13,8
<b>1963</b>		19,0	18,5	18,3	15,8	13,9
<b>1964</b>		19,1	18,7	18,5	16,0	14,1
<b>1965</b>		19,3	18,8	18,7	16,3	14,2
<b>1966</b>		19,4	19,1	18,9	16,6	14,4
<b>1967</b>		19,6	19,3	19,2	16,9	14,6
<b>1968</b>		19,9	19,7	19,5	17,2	14,7
<b>1969</b>		20,1	20,0	19,9	17,6	14,9
<b>1970</b>		20,4	20,4	20,3	17,9	15,1
<b>1971</b>		20,6	20,9	20,7	18,3	15,3
<b>1972</b>		20,8	21,4	21,1	18,6	15,4
<b>1973</b>		21,0	21,9	21,5	18,9	15,6
<b>1974</b>		21,2	22,5	21,8	19,2	15,8
<b>1975</b>		21,3	23,0	22,1	19,5	15,9
<b>1976</b>		21,5	23,5	22,4	19,8	16,1
<b>1977</b>		21,7	24,0	22,7	20,0	16,3
<b>1978</b>		21,9	24,4	22,9	20,3	16,5
<b>1979</b>		22,0	24,8	23,1	20,5	16,6
<b>1980</b>		22,0	25,1	23,2	20,7	16,7
<b>1981</b>		21,9	25,4	23,3	20,6	16,8
<b>1982</b>		21,5	25,7	23,3	20,5	16,8
<b>1983</b>		20,9	26,0	23,2	20,1	16,7
<b>1984</b>		20,3	26,2	23,1	19,8	16,6
<b>1985</b>		19,8	26,4	23,0	19,5	16,5
<b>1986</b>		19,6	26,7	23,0	19,4	16,5

Continuação Tabela

<b>Países</b>						
<b>Ano</b>	<b>França</b>	<b>Suécia</b>	<b>Reino Unido</b>	<b>UE</b>	<b>OECD</b>	
<b>1987</b>	19,9	27,2	23,3	19,7	16,8	
<b>1988</b>	20,3	27,4	23,6	20,0	17,0	
<b>1989</b>	20,8	27,6	23,9	20,3	17,3	
<b>1990</b>	21,3	27,7	24,1	20,7	17,5	
<b>1991</b>	21,7	27,7	24,2	21,0	17,8	
<b>1992</b>	22,1	27,7	24,3	21,3	18,0	
<b>1993</b>	22,5	27,6	24,4	21,6	18,2	
<b>1994</b>	22,9	27,5	24,4	21,8	18,4	
<b>1995</b>	23,2	27,4	24,5	22,1	18,6	
<b>1996</b>	23,6	27,3	24,5	22,4	18,8	
<b>1997</b>	23,9	27,2	24,4	22,6	19,0	
<b>1998</b>	24,2	27,0	24,4	22,9	19,2	
<b>1999</b>	24,4	26,9	24,3	23,1	19,3	
<b>2000</b>	24,7	26,7	24,3	23,4	19,5	
<b>2001</b>	24,8	26,6	24,2	23,7	19,7	
<b>2002</b>	25,0	26,5	24,2	24,0	19,9	
<b>2003</b>	25,1	26,4	24,1	24,3	20,1	
<b>2004</b>	25,2	26,4	24,1	24,6	20,4	
<b>2005</b>	25,2	26,4	24,2	24,8	20,6	
<b>2006</b>	25,3	26,5	24,3	25,1	20,8	
<b>2007</b>	25,3	26,7	24,4	25,2	21,0	
<b>2008</b>	25,4	27,0	24,5	25,4	21,3	
<b>2009</b>	25,5	27,4	24,8	25,6	21,6	
<b>2010</b>	25,9	28,0	25,1	25,9	21,9	
<b>2011</b>	26,4	28,6	25,6	26,4	22,4	

## ANEXO K

Tabela 18 – Número de filhos por mulher

<b>Ano</b>	<b>Países</b>	<b>França</b>	<b>Suécia</b>	<b>Reino Unido</b>	<b>UE</b>	<b>OECD</b>
<b>1960</b>		2,9	2,2	2,7	2,6	3,2
<b>1961</b>		2,9	2,2	2,8	-	-
<b>1962</b>		2,9	2,2	2,9	-	-
<b>1963</b>		2,9	2,3	2,9	-	-
<b>1964</b>		2,9	2,5	2,9	-	-
<b>1965</b>		2,8	2,4	2,9	2,6	3,1
<b>1966</b>		2,8	2,4	2,8	-	-
<b>1967</b>		2,8	2,3	2,7	-	-
<b>1968</b>		2,7	2,1	2,6	-	-
<b>1969</b>		2,6	1,9	2,5	-	-
<b>1970</b>		2,6	1,9	2,4	2,4	2,8
<b>1971</b>		2,5	2,0	2,4	-	-
<b>1972</b>		2,4	1,9	2,2	-	-
<b>1973</b>		2,3	1,9	2,0	-	-
<b>1974</b>		2,2	1,9	1,9	-	-
<b>1975</b>		2,1	1,8	1,8	2,1	2,4
<b>1976</b>		2,0	1,7	1,7	-	-
<b>1977</b>		1,9	1,6	1,7	-	-
<b>1978</b>		1,9	1,6	1,8	-	-
<b>1979</b>		1,9	1,7	1,9	-	-
<b>1980</b>		1,9	1,7	1,9	1,9	2,2
<b>1981</b>		1,9	1,6	1,8	1,8	2,1
<b>1982</b>		1,9	1,7	1,8	1,8	2,1
<b>1983</b>		1,9	1,6	1,8	1,7	2,0
<b>1984</b>		1,9	1,7	1,8	1,7	2,0
<b>1985</b>		1,9	1,7	1,8	1,7	2,0
<b>1986</b>		1,9	1,8	1,8	1,7	2,0

Continuação Tabela

<b>Países</b>						
<b>Ano</b>	<b>França</b>	<b>Suécia</b>	<b>Reino Unido</b>	<b>UE</b>	<b>OECD</b>	
<b>1987</b>	1,8	1,9	1,8	1,7	2,0	
<b>1988</b>	1,8	2,0	1,8	1,7	2,0	
<b>1989</b>	1,8	2,0	1,8	1,7	2,0	
<b>1990</b>	1,8	2,1	1,8	1,6	2,0	
<b>1991</b>	1,8	2,1	1,8	1,6	1,9	
<b>1992</b>	1,7	2,1	1,8	1,6	1,9	
<b>1993</b>	1,7	2,0	1,8	1,5	1,9	
<b>1994</b>	1,7	1,9	1,7	1,5	1,9	
<b>1995</b>	1,7	1,7	1,7	1,4	1,8	
<b>1996</b>	1,8	1,6	1,7	1,4	1,8	
<b>1997</b>	1,8	1,5	1,7	1,4	1,8	
<b>1998</b>	1,8	1,5	1,7	1,4	1,8	
<b>1999</b>	1,8	1,5	1,7	1,4	1,8	
<b>2000</b>	1,9	1,5	1,6	1,5	1,8	
<b>2001</b>	1,9	1,6	1,6	1,4	1,8	
<b>2002</b>	1,9	1,7	1,6	1,4	1,7	
<b>2003</b>	1,9	1,7	1,7	1,5	1,8	
<b>2004</b>	1,9	1,8	1,8	1,5	1,8	
<b>2005</b>	1,9	1,8	1,8	1,5	1,8	
<b>2006</b>	2,0	1,9	1,8	1,5	1,8	
<b>2007</b>	2,0	1,9	1,9	1,6	1,8	
<b>2008</b>	2,0	1,9	2,0	1,6	1,8	
<b>2009</b>	2,0	1,9	1,9	1,6	1,8	
<b>2010</b>	2,0	2,0	1,9	1,6	1,8	

## ANEXO L

Tabela 19 – Crescimento do PIB per capita (em %)

<b>Ano</b>	<b>Países</b>	<b>França</b>	<b>Suécia</b>	<b>Reino Unido</b>	<b>UE</b>	<b>OECD</b>
<b>1961</b>		4,1	5,2	1,8	4,4	3,1
<b>1962</b>		5,2	3,7	0,5	3,8	4,5
<b>1963</b>		3,9	4,7	3,2	4,1	4,0
<b>1964</b>		5,1	6,0	4,4	4,6	5,4
<b>1965</b>		3,5	2,8	2,1	3,6	4,3
<b>1966</b>		4,1	1,1	1,5	3,3	5,2
<b>1967</b>		3,8	2,6	1,8	3,6	3,5
<b>1968</b>		3,5	3,1	3,5	4,2	5,4
<b>1969</b>		6,2	4,3	1,6	4,9	4,6
<b>1970</b>		4,9	5,1	6,5	5,3	1,0
<b>1971</b>		4,5	0,3	1,6	2,8	2,6
<b>1972</b>		3,7	2,0	3,3	3,9	4,5
<b>1973</b>		5,8	3,8	7,1	5,7	5,3
<b>1974</b>		3,9	2,9	-1,7	1,7	-0,3
<b>1975</b>		-1,7	2,1	-0,7	-1,1	-0,5
<b>1976</b>		3,8	0,7	2,8	4,0	3,9
<b>1977</b>		3,1	-1,9	2,4	2,4	2,9
<b>1978</b>		3,5	1,5	3,4	2,7	3,6
<b>1979</b>		3,0	3,6	2,7	3,2	3,0
<b>1980</b>		1,2	1,5	-2,3	1,0	0,4
<b>1981</b>		0,5	-0,3	-1,4	-0,2	1,4
<b>1982</b>		1,9	1,1	2,1	0,8	-0,5
<b>1983</b>		0,7	1,8	3,6	1,6	2,1
<b>1984</b>		0,9	4,2	2,5	2,3	4,1
<b>1985</b>		1,0	2,0	3,4	2,3	3,3
<b>1986</b>		1,7	2,6	3,8	2,5	2,2

Continuação Tabela

<b>Países</b>						
<b>Ano</b>	<b>França</b>	<b>Suécia</b>	<b>Reino Unido</b>	<b>UE</b>	<b>OECD</b>	
<b>1987</b>	1,8	3,1	4,3	2,5	2,6	
<b>1988</b>	4,1	2,2	4,8	3,9	4,0	
<b>1989</b>	3,6	2,1	2,0	3,2	3,1	
<b>1990</b>	2,1	0,2	0,5	2,4	2,3	
<b>1991</b>	0,6	-1,8	-1,7	0,9	0,4	
<b>1992</b>	1,0	-1,8	-0,1	0,6	1,1	
<b>1993</b>	-1,1	-2,6	2,0	-0,5	0,5	
<b>1994</b>	1,8	3,3	4,0	2,7	2,2	
<b>1995</b>	1,6	3,4	2,8	2,5	1,7	
<b>1996</b>	0,7	1,5	2,6	1,7	2,2	
<b>1997</b>	1,8	2,6	3,0	2,6	2,6	
<b>1998</b>	2,9	4,1	3,2	2,8	1,7	
<b>1999</b>	3,0	4,6	2,8	2,8	2,5	
<b>2000</b>	3,0	4,3	3,9	3,6	3,2	
<b>2001</b>	1,1	1,0	2,5	1,9	0,6	
<b>2002</b>	0,2	2,2	2,1	1,0	0,8	
<b>2003</b>	0,2	2,0	3,4	1,0	1,3	
<b>2004</b>	1,8	3,8	2,4	2,1	2,3	
<b>2005</b>	1,1	2,7	2,2	1,6	1,8	
<b>2006</b>	1,8	3,7	2,0	2,9	2,1	
<b>2007</b>	1,7	2,6	3,0	2,8	1,8	
<b>2008</b>	-0,6	-1,4	-1,6	-0,2	-0,8	
<b>2009</b>	-3,7	-5,8	-4,6	-4,7	-4,6	
<b>2010</b>	1,1	5,7	1,1	1,9	2,6	
<b>2011</b>	1,1	3,1	0,1	1,2	0,8	

## ANEXO M

Tabela 20 – Consumo final do governo (% do PIB)

<b>Ano</b>	<b>Países</b>	<b>França</b>	<b>Suécia</b>	<b>Reino Unido</b>	<b>UE</b>	<b>OECD</b>
<b>1960</b>		16,7	16,1	16,7	14,7	14,3
<b>1961</b>		16,9	16,1	16,9	14,9	14,7
<b>1962</b>		17,0	16,9	17,3	15,2	14,9
<b>1963</b>		17,2	17,5	17,4	15,6	15,0
<b>1964</b>		17,0	17,4	17,0	15,5	14,7
<b>1965</b>		16,8	17,9	17,3	15,8	14,7
<b>1966</b>		16,7	19,1	17,7	16,0	15,1
<b>1967</b>		16,6	19,7	18,6	16,3	15,7
<b>1968</b>		17,3	20,8	18,2	16,4	15,7
<b>1969</b>		17,1	21,0	17,7	16,2	15,5
<b>1970</b>		17,3	21,8	18,2	16,4	15,9
<b>1971</b>		17,7	22,8	18,6	17,2	16,2
<b>1972</b>		17,7	23,1	18,9	17,4	16,2
<b>1973</b>		17,8	23,0	18,8	17,5	16,0
<b>1974</b>		18,3	23,5	20,5	18,3	16,7
<b>1975</b>		19,8	24,1	22,4	19,6	17,7
<b>1976</b>		20,1	25,2	22,2	19,5	17,4
<b>1977</b>		20,4	27,9	20,8	19,5	17,3
<b>1978</b>		20,8	28,3	20,5	19,7	17,1
<b>1979</b>		20,8	28,7	20,2	19,7	17,0
<b>1980</b>		21,4	29,3	21,7	20,4	17,4
<b>1981</b>		22,2	29,6	22,3	21,0	17,6
<b>1982</b>		22,7	29,5	22,2	21,1	18,1
<b>1983</b>		22,8	28,8	22,0	21,1	18,0
<b>1984</b>		23,0	27,8	21,7	20,8	17,7
<b>1985</b>		23,1	27,5	20,9	20,8	17,8
<b>1986</b>		22,8	27,0	20,9	20,6	17,8

Continuação Tabela

<b>Países</b>						
<b>Ano</b>	<b>França</b>	<b>Suécia</b>	<b>Reino Unido</b>	<b>UE</b>	<b>OECD</b>	
<b>1987</b>	22,6	26,2	20,3	20,7	17,8	
<b>1988</b>	22,2	25,6	19,6	20,3	17,4	
<b>1989</b>	21,7	25,8	19,4	19,9	17,1	
<b>1990</b>	21,7	26,9	19,7	20,1	17,3	
<b>1991</b>	22,2	27,6	20,7	20,5	17,6	
<b>1992</b>	22,8	28,7	21,2	20,9	17,7	
<b>1993</b>	24,0	28,8	20,4	21,1	17,6	
<b>1994</b>	23,7	27,9	20,0	20,6	17,3	
<b>1995</b>	23,6	26,6	19,5	20,4	17,1	
<b>1996</b>	23,9	27,3	19,0	20,4	17,0	
<b>1997</b>	23,9	26,7	18,0	20,0	16,7	
<b>1998</b>	23,1	26,8	17,8	19,7	16,5	
<b>1999</b>	23,2	26,7	18,3	19,8	16,7	
<b>2000</b>	22,9	25,8	18,7	19,8	16,7	
<b>2001</b>	22,8	26,3	19,1	20,0	17,2	
<b>2002</b>	23,5	27,0	19,9	20,5	17,7	
<b>2003</b>	23,8	27,3	20,5	20,8	18,0	
<b>2004</b>	23,8	26,5	20,9	20,7	17,9	
<b>2005</b>	23,8	26,2	21,2	20,8	17,9	
<b>2006</b>	23,5	26,0	21,4	20,7	17,8	
<b>2007</b>	23,1	25,5	20,9	20,4	17,8	
<b>2008</b>	23,3	26,1	21,9	21,0	18,4	
<b>2009</b>	24,8	27,7	23,4	22,6	19,8	
<b>2010</b>	24,9	26,7	22,8	22,3	19,6	
<b>2011</b>	24,5	26,4	22,4	21,8	19,4	

## ANEXO N

Tabela 21 – Gasto final do governo (crescimento anual em %)

<b>Ano</b>	<b>Países</b>	<b>França</b>	<b>Suécia</b>	<b>Reino Unido</b>	<b>UE</b>	<b>OECD</b>
<b>1961</b>		4,8	3,4	3,5	4,1	-
<b>1962</b>		4,7	6,3	3,1	4,5	-
<b>1963</b>		3,4	9,5	3,2	4,6	-
<b>1964</b>		4,2	3,0	1,8	3,2	-
<b>1965</b>		3,2	3,8	2,9	4,7	-
<b>1966</b>		2,7	5,5	2,9	3,3	-
<b>1967</b>		4,3	4,7	5,6	4,8	-
<b>1968</b>		5,6	6,8	0,5	3,5	-
<b>1969</b>		4,1	5,2	-1,7	2,4	-
<b>1970</b>		4,2	7,9	7,5	5,4	-
<b>1971</b>		6,3	2,2	3,1	5,0	2,3
<b>1972</b>		4,7	2,4	4,6	4,8	2,3
<b>1973</b>		6,5	2,6	3,7	4,7	2,9
<b>1974</b>		5,0	3,1	2,0	4,3	3,2
<b>1975</b>		5,5	4,7	5,7	4,9	5,1
<b>1976</b>		4,0	3,5	1,8	3,3	2,5
<b>1977</b>		3,1	3,0	-1,4	2,2	2,5
<b>1978</b>		6,5	3,3	1,8	4,1	3,5
<b>1979</b>		3,4	4,7	1,6	3,3	2,9
<b>1980</b>		3,1	2,2	1,6	3,1	2,7
<b>1981</b>		2,9	2,4	0,2	2,9	2,8
<b>1982</b>		4,4	0,7	0,7	1,6	2,6
<b>1983</b>		2,6	0,6	1,8	1,7	3,0
<b>1984</b>		2,2	2,1	1,2	1,3	2,3
<b>1985</b>		3,0	1,7	-0,3	2,0	3,4
<b>1986</b>		2,6	1,7	1,4	2,0	3,6

Continuação Tabela

<b>Países</b>						
<b>Ano</b>	<b>França</b>	<b>Suécia</b>	<b>Reino Unido</b>	<b>UE</b>	<b>OECD</b>	
<b>1987</b>	2,7	1,2	-0,1	2,2	2,6	
<b>1988</b>	3,6	1,1	0,2	1,9	2,3	
<b>1989</b>	1,4	3,0	1,0	0,8	1,7	
<b>1990</b>	3,2	2,5	2,2	2,5	2,8	
<b>1991</b>	3,4	3,4	3,0	3,0	2,4	
<b>1992</b>	3,1	2,1	0,7	2,4	1,7	
<b>1993</b>	3,5	0,1	-0,7	0,9	0,8	
<b>1994</b>	0,3	-0,6	1,1	0,8	1,0	
<b>1995</b>	-0,1	-0,7	1,3	0,8	1,2	
<b>1996</b>	2,1	0,7	0,7	1,5	1,5	
<b>1997</b>	1,2	-0,8	-0,5	0,9	1,1	
<b>1998</b>	-0,7	3,7	1,6	1,6	1,8	
<b>1999</b>	1,4	1,8	3,7	2,1	2,8	
<b>2000</b>	1,9	-1,2	3,5	2,4	2,6	
<b>2001</b>	1,3	0,8	2,6	2,2	3,1	
<b>2002</b>	1,9	2,1	4,0	2,7	3,4	
<b>2003</b>	1,9	0,9	4,3	2,2	2,2	
<b>2004</b>	2,2	-0,3	3,4	1,8	1,8	
<b>2005</b>	1,3	0,2	2,0	1,6	1,3	
<b>2006</b>	1,4	1,7	1,5	2,1	1,5	
<b>2007</b>	1,5	0,7	0,6	1,8	1,7	
<b>2008</b>	1,3	1,0	1,6	2,3	2,0	
<b>2009</b>	2,5	2,2	0,8	2,2	3,1	
<b>2010</b>	1,8	2,1	0,4	0,8	1,3	
<b>2011</b>	0,2	1,7	0,1	0,0	-0,3	

## ANEXO O

Tabela 22 – Inflação (deflator do PIB, taxa anual em %)

<b>Ano</b>	<b>Países</b>	<b>França</b>	<b>Suécia</b>	<b>Reino Unido</b>	<b>UE</b>	<b>OECD</b>
<b>1961</b>		3,4	2,9	3,4	2,9	3,2
<b>1962</b>		4,7	4,0	3,7	3,9	4,0
<b>1963</b>		6,4	2,8	2,0	3,4	3,7
<b>1964</b>		4,1	4,4	4,1	4,5	4,6
<b>1965</b>		2,7	6,0	4,8	4,5	4,2
<b>1966</b>		2,9	6,5	4,3	4,3	5,0
<b>1967</b>		3,2	5,0	2,9	3,2	3,2
<b>1968</b>		4,2	2,4	4,2	4,2	4,2
<b>1969</b>		6,6	3,4	5,5	4,2	4,7
<b>1970</b>		5,2	5,5	3,6	5,5	5,9
<b>1971</b>		5,9	7,1	9,4	6,7	7,1
<b>1972</b>		6,9	7,0	8,0	6,9	7,0
<b>1973</b>		7,7	7,0	7,2	8,7	11,3
<b>1974</b>		11,3	9,5	15,1	11,8	15,9
<b>1975</b>		13,6	14,5	27,2	13,2	13,6
<b>1976</b>		10,8	11,9	15,1	10,8	13,1
<b>1977</b>		8,8	10,5	13,7	8,9	10,5
<b>1978</b>		9,2	9,5	11,5	9,0	9,4
<b>1979</b>		10,3	7,9	14,5	7,9	10,1
<b>1980</b>		11,5	11,7	19,5	11,5	12,4
<b>1981</b>		11,7	9,5	11,4	10,0	11,6
<b>1982</b>		12,1	8,1	7,4	9,2	10,1
<b>1983</b>		9,7	10,2	5,5	5,6	8,1
<b>1984</b>		7,1	7,6	4,6	6,0	6,4
<b>1985</b>		5,4	6,6	5,8	4,9	5,2
<b>1986</b>		5,2	6,5	3,4	3,5	5,0

Continuação Tabela

<b>Países</b>						
<b>Ano</b>	<b>França</b>	<b>Suécia</b>	<b>Reino Unido</b>	<b>UE</b>	<b>OECD</b>	
<b>1987</b>	2,6	4,9	5,3	2,8	5,1	
<b>1988</b>	3,3	6,3	6,3	3,2	6,1	
<b>1989</b>	3,4	8,0	7,3	4,9	5,7	
<b>1990</b>	2,8	8,7	7,7	6,1	5,8	
<b>1991</b>	2,7	9,0	6,5	7,3	6,5	
<b>1992</b>	1,9	1,0	3,8	5,7	3,7	
<b>1993</b>	1,7	3,2	2,9	5,0	4,0	
<b>1994</b>	1,1	2,6	1,6	3,7	2,6	
<b>1995</b>	1,2	3,7	2,7	4,9	3,0	
<b>1996</b>	1,5	0,8	3,6	3,5	2,7	
<b>1997</b>	0,9	1,5	3,5	3,5	2,7	
<b>1998</b>	1,0	0,5	2,0	3,2	2,3	
<b>1999</b>	0,2	0,9	2,1	2,5	2,2	
<b>2000</b>	1,6	1,4	0,7	3,4	3,1	
<b>2001</b>	2,0	2,4	1,6	3,3	3,3	
<b>2002</b>	2,2	1,5	2,3	2,8	2,7	
<b>2003</b>	2,0	1,8	2,5	3,0	2,7	
<b>2004</b>	1,7	0,3	2,6	2,5	2,7	
<b>2005</b>	1,9	0,9	2,4	2,5	2,5	
<b>2006</b>	2,1	1,9	2,9	2,8	2,5	
<b>2007</b>	2,6	2,8	2,2	3,1	2,9	
<b>2008</b>	2,5	3,1	3,0	2,9	2,9	
<b>2009</b>	0,7	2,1	1,3	1,2	1,4	
<b>2010</b>	1,1	0,8	2,8	1,1	1,1	
<b>2011</b>	1,3	1,0	2,6	1,6	2,1	

## ANEXO P

Tabela 23 – Resultado da Conta Corrente (% do PIB)

<b>Ano</b>	<b>Países</b>	<b>França</b>	<b>Suécia</b>	<b>Reino Unido</b>
<b>1970</b>		-	-0,7	1,6
<b>1971</b>		-	0,9	1,9
<b>1972</b>		-	1,3	0,3
<b>1973</b>		-	2,6	-1,3
<b>1974</b>		-	-0,9	-3,8
<b>1975</b>		0,8	-0,4	-1,5
<b>1976</b>		-0,9	-1,9	-0,6
<b>1977</b>		-0,1	-2,4	0,1
<b>1978</b>		1,4	-0,2	0,7
<b>1979</b>		0,8	-2,0	-0,2
<b>1980</b>		-0,6	-3,3	1,3
<b>1981</b>		-0,8	-2,3	2,7
<b>1982</b>		-2,1	-3,1	1,6
<b>1983</b>		-0,9	-0,7	1,1
<b>1984</b>		-0,2	0,7	0,4
<b>1985</b>		0,0	-1,0	0,7
<b>1986</b>		0,3	0,0	-0,2
<b>1987</b>		-0,5	0,0	-1,8
<b>1988</b>		-0,5	-0,3	-4,2
<b>1989</b>		-0,5	-1,5	-5,0
<b>1990</b>		-0,8	-2,6	-3,8
<b>1991</b>		-0,5	-1,8	-1,8
<b>1992</b>		0,3	-3,3	-2,1
<b>1993</b>		0,7	-2,1	-1,8
<b>1994</b>		0,5	0,3	-0,9
<b>1995</b>		0,7	1,9	-1,2

Continuação Tabela

<b>Ano</b>	<b>Países</b>	<b>França</b>	<b>Suécia</b>	<b>Reino Unido</b>
<b>1996</b>		1,3	2,1	-0,8
<b>1997</b>		2,7	2,9	-0,1
<b>1998</b>		2,6	3,5	-0,4
<b>1999</b>		3,1	3,8	-2,4
<b>2000</b>		1,5	4,0	-2,6
<b>2001</b>		1,8	5,5	-2,1
<b>2002</b>		1,2	4,8	-1,7
<b>2003</b>		0,7	7,1	-1,6
<b>2004</b>		0,5	6,8	-2,1
<b>2005</b>		-0,5	6,9	-2,6
<b>2006</b>		-0,6	8,6	-3,3
<b>2007</b>		-1,0	9,3	-2,5
<b>2008</b>		-1,8	9,4	-1,6
<b>2009</b>		-1,4	7,1	-1,7
<b>2010</b>		-1,6	6,4	-3,3
<b>2011</b>		-2,0	6,5	-1,9

## ANEXO Q

Tabela 24 – Taxa de desemprego de longo prazo (em% de desempregados)

<b>Ano</b>	<b>Países</b>	<b>França</b>	<b>Suécia</b>	<b>Reino Unido</b>	<b>UE</b>	<b>OECD</b>
<b>1980</b>		35,1	5,5	-	-	-
<b>1981</b>		35,5	6,0	-	-	-
<b>1982</b>		36,2	8,4	-	-	-
<b>1983</b>		41,3	10,3	45,6	-	-
<b>1984</b>		40,5	12,4	46,3	-	-
<b>1985</b>		45,2	11,4	50,3	-	-
<b>1986</b>		45,7	8,0	48,2	-	-
<b>1987</b>		46,1	18,3	47,9	-	-
<b>1988</b>		46,2	14,9	43,0	-	-
<b>1989</b>		45,2	13,8	39,1	-	-
<b>1990</b>		41,4	12,1	34,4	47,2	25,9
<b>1991</b>		39,8	11,2	28,8	40,7	23,6
<b>1992</b>		34,6	13,5	35,4	38,8	25,4
<b>1993</b>		33,3	15,8	42,5	42,2	27,1
<b>1994</b>		37,5	25,7	45,4	45,5	29,3
<b>1995</b>		40,2	27,8	43,6	47,6	26,9
<b>1996</b>		38,2	30,1	39,8	47,2	26,5
<b>1997</b>		39,6	33,4	38,6	47,3	26,5
<b>1998</b>		41,6	33,5	32,7	45,9	25,3
<b>1999</b>		38,7	30,1	29,6	44,3	24,3
<b>2000</b>		39,6	26,4	28,0	44,7	23,5
<b>2001</b>		36,8	22,3	27,8	44,0	23,2
<b>2002</b>		32,7	20,9	21,7	41,2	23,7
<b>2003</b>		39,2	17,8	21,5	42,4	25,1
<b>2004</b>		40,6	18,9	20,6	42,1	25,9
<b>2005</b>		41,1	-	21,0	43,2	26,1

Continuação Tabela

<b>Países</b>	<b>França</b>	<b>Suécia</b>	<b>Reino Unido</b>	<b>UE</b>	<b>OECD</b>
<b>Ano</b>					
<b>2006</b>	41,9	-	22,3	43,7	25,6
<b>2007</b>	40,2	13,0	23,7	41,4	24,5
<b>2008</b>	37,5	12,4	24,1	37,4	23,1
<b>2009</b>	35,2	12,8	24,5	34,1	22,8
<b>2010</b>	40,1	16,6	32,6	40,0	29,8

## ANEXO R

Tabela 25 – Taxa de emprego em tempo parcial (% dos trabalhadores)

<b>Ano</b>	<b>Países</b>	<b>França</b>	<b>Suécia</b>	<b>Reino Unido</b>	<b>UE</b>	<b>OECD</b>
<b>1983</b>		10,3		18,4		
<b>1984</b>		11,2		19,6		
<b>1985</b>		11,7		19,7		
<b>1986</b>		12,6		20,2		
<b>1987</b>		12,5	16,8	20,8		
<b>1988</b>		12,6	16,0	20,5		
<b>1989</b>		12,1	15,2	20,2		
<b>1990</b>		12,2	14,5	20,1		
<b>1991</b>		12,0	14,6	20,7	13,0	13,3
<b>1992</b>		12,6	15,0	21,5	13,6	13,5
<b>1993</b>		13,2	15,4	22,1	13,5	13,7
<b>1994</b>		13,8	15,8	22,4	13,7	13,5
<b>1995</b>		14,2	15,1	22,3	13,7	14,5
<b>1996</b>		14,0	14,8	22,9	13,9	13,4
<b>1997</b>		14,8	14,2	22,9	14,2	13,5
<b>1998</b>		14,7	13,5	23,0	14,5	13,7
<b>1999</b>		14,6	14,5	22,9	14,9	13,8
<b>2000</b>		14,2	14,0	23,0	15,0	14,7
<b>2001</b>		13,8	13,9	22,7	14,8	13,7
<b>2002</b>		13,8	13,8	23,2	14,7	14,4
<b>2003</b>		13,0	14,1	23,5	14,9	14,6
<b>2004</b>		13,2	14,4	23,6	15,4	14,9
<b>2005</b>		13,2	13,5	23,0	15,8	15,4
<b>2006</b>		13,2	13,4	23,2	15,8	15,6
<b>2007</b>		13,3	14,4	22,9	15,8	15,8
<b>2008</b>		12,9	14,4	23,0	15,8	15,8
<b>2009</b>		13,3	14,6	23,9	16,2	16,7
<b>2010</b>		13,6	14,0	24,6	16,5	17,8

## ANEXO S

Tabela 26 – Taxa de juros real (em%)

<b>Ano</b>	<b>Países</b>	<b>França</b>	<b>Suécia</b>	<b>Reino Unido</b>
<b>1961</b>		0,1	-	-
<b>1962</b>		-1,1	-	-
<b>1963</b>		-2,7	-	-
<b>1964</b>		-0,4	-	-
<b>1965</b>		0,7	-	-
<b>1966</b>		0,4	-	-
<b>1967</b>		0,2	-	2,5
<b>1968</b>		-0,1	-	1,8
<b>1969</b>		0,3	-	1,1
<b>1970</b>		2,6	3,7	3,5
<b>1971</b>		1,0	2,1	-1,7
<b>1972</b>		-0,5	1,8	-0,5
<b>1973</b>		0,8	1,8	0,7
<b>1974</b>		0,6	1,6	-5,3
<b>1975</b>		-3,2	-3,7	-13,2
<b>1976</b>		-1,6	0,9	-3,3
<b>1977</b>		0,6	2,0	-4,4
<b>1978</b>		-0,1	1,5	-2,0
<b>1979</b>		-0,4	5,3	-0,5
<b>1980</b>		0,9	3,1	-2,8
<b>1981</b>		2,3	6,6	1,7
<b>1982</b>		1,4	7,8	4,1
<b>1983</b>		2,3	4,3	4,1
<b>1984</b>		4,7	7,8	4,9
<b>1985</b>		5,4	9,7	6,1

Continuação Tabela

<b>Ano</b>	<b>Países</b>	<b>França</b>	<b>Suécia</b>	<b>Reino Unido</b>
<b>1986</b>		4,4	5,7	7,2
<b>1987</b>		6,9	7,4	4,1
<b>1988</b>		6,0	6,5	3,8
<b>1989</b>		6,4	6,4	6,1
<b>1990</b>		7,6	7,3	6,5
<b>1991</b>		7,4	6,5	4,8
<b>1992</b>		7,9	14,1	5,5
<b>1993</b>		7,0	7,9	3,0
<b>1994</b>		6,7	7,8	3,8
<b>1995</b>		6,8	7,1	3,9
<b>1996</b>		5,2	6,5	2,3
<b>1997</b>		5,4	5,4	3,0
<b>1998</b>		5,5	5,4	5,1
<b>1999</b>		6,2	4,6	3,2
<b>2000</b>		5,0	4,3	5,3
<b>2001</b>		4,9	3,1	3,4
<b>2002</b>		4,3	4,0	1,7
<b>2003</b>		4,5	3,0	1,2
<b>2004</b>		4,8	3,7	1,8
<b>2005</b>		-	2,4	2,2
<b>2006</b>		-	-	1,7
<b>2007</b>		-	-	3,2
<b>2008</b>		-	-	1,5
<b>2009</b>		-	-	-0,7
<b>2010</b>		-	-	-2,2
<b>2011</b>		-	-	-2,0

## ANEXO T

Tabela 27 – Abertura Comercial (Exportação + importação/PIB em %)

<b>Ano</b>	<b>Países</b>	<b>França</b>	<b>Suécia</b>	<b>Reino Unido</b>	<b>UE</b>	<b>OECD</b>
<b>1962</b>		27,0	46,4	41,8	39,0	22,3
<b>1963</b>		26,3	44,0	40,1	38,4	22,1
<b>1964</b>		24,9	43,3	39,0	38,0	21,7
<b>1965</b>		25,1	43,5	39,0	38,4	21,8
<b>1966</b>		25,7	44,2	39,2	38,8	22,1
<b>1967</b>		25,8	44,4	37,9	38,6	22,3
<b>1968</b>		26,5	43,4	37,7	39,0	22,7
<b>1969</b>		26,2	42,1	38,0	38,4	22,6
<b>1970</b>		26,6	43,1	42,2	40,1	23,5
<b>1971</b>		28,8	45,9	42,6	41,9	24,1
<b>1972</b>		31,3	48,0	43,6	41,5	25,4
<b>1973</b>		31,9	46,8	43,3	41,2	25,5
<b>1974</b>		32,4	46,2	42,2	41,1	25,4
<b>1975</b>		34,4	51,3	48,4	44,1	27,8
<b>1976</b>		42,4	64,2	59,3	52,1	33,5
<b>1977</b>		36,8	55,7	52,3	47,5	31,1
<b>1978</b>		39,7	56,1	57,0	50,4	32,3
<b>1979</b>		40,7	55,6	58,5	50,7	32,4
<b>1980</b>		40,1	54,6	55,0	49,2	31,5
<b>1981</b>		41,8	60,9	55,0	51,8	33,7
<b>1982</b>		44,4	60,6	51,8	53,3	36,3
<b>1983</b>		46,4	60,4	50,2	55,2	36,7
<b>1984</b>		46,3	65,7	50,4	55,1	35,6
<b>1985</b>		46,1	69,7	51,8	55,1	34,9
<b>1986</b>		48,6	69,7	56,4	58,4	36,8

Continuação Tabela

<b>Países</b>	<b>França</b>	<b>Suécia</b>	<b>Reino Unido</b>	<b>UE</b>	<b>OECD</b>
<b>Ano</b>					
<b>1987</b>	41,2	63,2	51,4	51,7	33,2
<b>1988</b>	42,4	62,7	49,1	52,2	33,8
<b>1989</b>	45,1	63,4	50,9	54,9	35,1
<b>1990</b>	43,9	60,2	50,0	54,3	35,2
<b>1991</b>	44,0	54,7	47,0	53,7	34,6
<b>1992</b>	43,0	54,4	47,8	53,0	34,3
<b>1993</b>	40,8	61,8	51,4	52,4	34,0
<b>1994</b>	42,7	67,7	53,3	54,8	35,6
<b>1995</b>	44,4	72,6	56,6	57,9	37,9
<b>1996</b>	45,2	70,5	58,5	58,8	38,9
<b>1997</b>	49,0	76,7	56,6	62,1	40,9
<b>1998</b>	50,4	79,4	53,8	63,1	41,2
<b>1999</b>	50,6	79,7	53,7	63,9	41,4
<b>2000</b>	56,6	86,7	57,3	71,3	45,2
<b>2001</b>	55,6	85,9	56,8	70,8	43,9
<b>2002</b>	53,5	82,0	55,2	68,5	42,7
<b>2003</b>	50,9	80,2	54,0	67,2	42,3
<b>2004</b>	51,9	83,7	53,8	69,7	44,6
<b>2005</b>	53,4	89,0	56,7	72,9	46,8
<b>2006</b>	55,1	94,1	60,9	77,9	49,8
<b>2007</b>	55,3	96,3	56,5	78,6	51,0
<b>2008</b>	56,0	100,3	61,9	80,9	53,3
<b>2009</b>	48,6	89,4	59,1	71,6	45,6
<b>2010</b>	53,3	92,8	63,2	78,8	50,4
<b>2011</b>	56,7	93,7	66,6	83,8	53,6

## ANEXO U

Tabela 28 – Taxa de Desemprego (%)

<b>Ano</b>	<b>Países</b>	<b>França</b>	<b>Suécia</b>	<b>Reino Unido</b>	<b>UE</b>	<b>OECD</b>
<b>1980</b>		6,4	2,2	-	-	-
<b>1981</b>		7,4	2,8	-	-	-
<b>1982</b>		8,1	3,5	-	-	-
<b>1983</b>		7,9	3,9	-	-	-
<b>1984</b>		9,5	3,5	11,8	-	-
<b>1985</b>		10,3	3,1	11,3	-	-
<b>1986</b>		10,2	2,8	11,2	-	-
<b>1987</b>		10,7	2,3	10,8	-	-
<b>1988</b>		10,2	1,9	8,8	-	-
<b>1989</b>		9,6	1,6	7,2	-	-
<b>1990</b>		9,4	1,8	6,8	-	6,1
<b>1991</b>		9,1	3,2	8,4	8,2	6,4
<b>1992</b>		10,2	5,7	9,7	9,5	7,3
<b>1993</b>		11,3	9,3	10,3	11,0	7,7
<b>1994</b>		12,6	9,6	9,6	11,3	7,7
<b>1995</b>		11,8	9,1	8,6	10,7	7,4
<b>1996</b>		12,4	9,9	8,1	10,7	7,3
<b>1997</b>		12,6	10,0	7,0	10,4	7,0
<b>1998</b>		12,1	8,3	6,1	9,8	6,8
<b>1999</b>		12,0	7,1	5,9	9,5	6,6
<b>2000</b>		10,2	5,8	5,5	9,1	6,2
<b>2001</b>		8,6	5,0	4,7	8,5	6,2
<b>2002</b>		8,7	5,2	5,1	9,0	6,8
<b>2003</b>		8,6	5,8	4,8	9,0	6,9
<b>2004</b>		9,2	6,5	4,6	9,1	6,9
<b>2005</b>		6,4	2,2	-	-	-

Continuação Tabela

<b>Ano</b> \ <b>Países</b>	<b>França</b>	<b>Suécia</b>	<b>Reino Unido</b>	<b>UE</b>	<b>OECD</b>
<b>2006</b>	8,8	7,0	5,4	8,2	6,1
<b>2007</b>	8,0	6,1	5,2	7,1	5,6
<b>2008</b>	7,4	6,1	5,3	6,9	5,9
<b>2009</b>	9,1	8,3	7,7	8,9	8,2
<b>2010</b>	9,3	8,4	7,8	9,6	8,3